



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXV SUP. ÚNICO AO Nº 6, QUINTA-FEIRA, 5 DE MARÇO DE 2020

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLICANOS-SP)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Deputada Soraya Santos (PL-RJ)

1ª Secretária

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (S/Partido-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4ª - Senadora Leila Barros (PSB-DF)

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)

Presidente

Deputado Marcos Pereira (REPUBLIC-SP)

1º Vice-Presidente

Deputado Luciano Bivar (PSL-PE)

2º Vice-Presidente

Deputado Soraya Santos (PL-RJ)

1º Secretário

Deputado Mário Heringer (PDT-MG)

2º Secretário

Deputado Fábio Faria (PSD-RN)

3º Secretário

Deputado André Fufuca (PP-MA)

4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Deputado Rafael Motta (PSB-RN)

2º - Deputado Geovania de Sá (PSDB-SC)

3º - Deputado Isnaldo Bulhões Jr. (MDB-AL)

4º - Deputado Assis Carvalho (PT-PI)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochaël

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Mardem José de Oliveira Júnior

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quesia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÃO TEMPORÁRIA DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS

Ata da 17ª Reunião, realizada em 11 de dezembro de 2019	4
Ata da 18ª Reunião, realizada em 5 de fevereiro de 2020	52
Ata da 19ª Reunião, realizada em 11 de fevereiro de 2020	82





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 17ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE DEZEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte minutos do dia onze de dezembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Angelo Coronel e Nelsinho Trad, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Humberto Costa, Telmário Mota, Wellington Fagundes, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Paulo Ramos, Bia Kicis, Bosco Costa, Dário Berger, Leila Barros, Marcos do Val, Beto Pereira, Rodrigo Cunha, Izalci Lucas, Paulo Azi, Paulo Paim, Fred Costa, Léo Moraes e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Rogério Carvalho, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Walter Alves, Filipe Barros, Caroline de Toni, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Arthur Oliveira Maia, Túlio Gadêlha, Pr. Marco Feliciano e Dr. Leonardo. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitivas decorrentes dos Requerimentos nºs 22, 46 e 64/2019. Oitiva do Diogo Rais Rodrigues Moreira, Doutor em Direito Constitucional pela PUC-SP., em atendimento ao requerimento 46/2019; do Rafael de Almeida Evangelista, Representante do Lajor da Universidade de Campinas (Unicamp)., em atendimento ao requerimento 64/2019; do Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em atendimento ao requerimento 22/2019. **Resultado:** Oitivas realizadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e três minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2019/12/11>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental e sobre a proteção de Deus, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia, o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados da eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como agentes públicos e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se às oitivas decorrentes dos Requerimentos nº 22, 46 e 64, de 2019, de autoria da Deputada Relatora Lídice da Mata, do PSB, da Bahia.

Estão presentes os seguintes convidados, os quais chamo para compor a Mesa: Sr. Rafael de Almeida Evangelista, representante do Labjor da Universidade de Campinas (Unicamp); Sr. Leonel Azevedo de Aguiar; Diretor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio de Janeiro. Agradeço antecipadamente a presença de todos os que compõem esta plenária e também já aos convidados. Informo que o outro convidado da pauta, o Sr. Diogo Rais Rodrigues Moreira, doutor em Direito Constitucional pela PUC-São Paulo, teve o seu voo de Congonhas para Brasília atrasado e está a caminho do Senado Federal.

Antes, porém, eu recebi uma mensagem do jornalista Herculano Filho, do UOL, que eu faço questão de ler aqui para esta Comissão. O Herculano me passou.

Hoje, pela manhã, recebi uma série de mensagens do repórter Herculano, do UOL, com quem conversei, há alguns dias, para uma reportagem que ele fazia sobre o Vereador Carlos Bolsonaro, filho do Presidente da República. Nas mensagens de hoje, o jornalista Herculano Filho, do UOL, me relatou que, dois dias depois da publicação da reportagem sobre Carlos Bolsonaro, os dados do celular dele foram invadidos. Ele recebeu uma ligação do próprio número. Herculano teve também sua conta de Twitter "hackeada".

O título da reportagem publicada no último dia 8, domingo passado, é: "Após adotar discrição digital, Carlos Bolsonaro se mantém vereador calado". Esse é o título da nota. O texto mostra que o filho do Presidente se mantém ausente das redes sociais, embora seja um dos maiores influenciadores da extrema-direita brasileira, e cita também, segundo o Herculano do UOL, a pouca atividade do mandato do Vereador, mantendo o isolamento na Câmara do Rio de Janeiro.

O jornalista Herculano Filho me relatou ainda hoje que um colega de redação, Gabriel Sabóia, passou pelo mesmo problema. Sabóia foi o autor da reportagem, aspas, "Carlos Bolsonaro adota silêncio e apoia CPI do PSOL na volta à Câmara do Rio de Janeiro", fecha aspas, publicada em fevereiro deste ano e que traça um perfil do Vereador Carlos Bolsonaro, mostrando um Parlamentar ausente e pouco atuante no seu mandato – segundo aqui a reportagem do Sabóia, que me passaram hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reportagem de Sabóia foi citada por Herculano na matéria do final de semana. Ele diz o seguinte: são coincidências muito fortes o fato de uma reportagem sobre Carlos Bolsonaro ter sido publicada, e dois repórteres, o autor e outro envolvido com outra reportagem sobre o mesmo tema terem sofrido ataques cibernéticos. "Quem está por trás disso? Que tipo de organização é responsável por isso?", pergunta-se. Qual segurança temos hoje, ao usar a telefonia, e qual segurança temos, por parte das plataformas de redes sociais, quanto aos nossos dados de contas? São questões também que esta CPMI precisa responder e trabalhar para garantir que haja segurança cada vez maior.

Fica aqui o registro do jornalista Herculano, do UOL, e também do Gabriel Sabóia, que me passou esse texto que eu estou aqui traduzindo para os senhores.

Concedo a palavra, por 15 minutos, ao Sr. Rafael de Almeida Evangelista, representante do Labjor da Universidade de Campinas, para a sua exposição.

Antes, porém, o Dr. Rafael de Almeida Evangelista é doutor em Antropologia Social pela Universidade de Campinas, tem graduação em Ciências Sociais, mestrado em Linguística e doutorado em Antropologia Social, todos os títulos pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Desde 2003, é pesquisador do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (Labjor), da Unicamp, e, desde 2011, é professor do Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural também da Unicamp. Entre seus tópicos de pesquisa estão: cultura da vigilância, capitalismo de vigilância e capitalismo de vigilância no sul global, o uso econômico de dados pessoais, trabalho informacional, tecnologia da informação e comunicação em processos eleitorais, cibernética, cultura *hacker*, ideias e ideologias ligadas às tecnologias da informação de comunicação, movimento *software* livre e cultura livre. É membro da Rede Latino-Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade, autor do livro digital "Para além das máquinas de adorável graça: Cultura hacker, cibernética e democracia".

Passo a palavra...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de o Sr. Rafael Evangelista falar, eu queria só... Porque o que V. Exa. leu sobre esse jornalista da UOL, para mim, é ameaça. E ameaça é exatamente o objeto desta CPMI de que nós estamos tratando.

Então, eu gostaria de solicitar à Relatora e ao próprio Presidente da Comissão que a gente solicitasse uma investigação sobre isso. O jornalista, que tem fé pública, está fazendo uma denúncia grave. Ele foi "hackeado", ele está praticamente sob ameaça, então, eu acho que a gente tinha que dar uma consequência a isso, porque essa é uma denúncia gravíssima. Nós não podemos achar que é natural o jornalista estar sendo ameaçado ou estar sofrendo um processo de intimidação digital do filho do Presidente da República, que ontem inclusive o Sr. Paulo Marinho disse que era doido, disse que ele era doido. Eu perguntei: "Por que o senhor acha que ele é doido?" "Por tudo, porque ele é doido, precisa de tratamento psiquiátrico". Foi dito isso. Então, isso não pode... Ameaçando todo mundo, um jornalista, daqui a pouco é não sei quem. Onde é que vamos parar com isso? Então, solicito encaminhamento desta Comissão para esse caso específico desse jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada. A nossa Relatora tomará as providências.

Passo a palavra ao Rafael de Almeida Evangelista.

O SR. RAFAEL DE ALMEIDA EVANGELISTA (Para expor.) – Boa tarde a todos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço bastante pelo convite.

Cumprimento o Senador Angelo Coronel, a Deputada Lídice da Mata, o Prof. Leonel Azevedo.

Eu trouxe uma pequena introdução ao meu trabalho para facilitar os trabalhos de hoje. Vou começar falando um pouco então da minha trajetória profissional em relação aos temas desta Comissão, para apontar no que imagino que posso contribuir nesses trabalhos.

Eu quero começar falando um pouco de como eu me envolvi com o estudo do fenômeno da pós-verdade, *fake news* e desinformação na internet, que são os temas desta CPMI, em especial o impacto desses temas e desses fenômenos para a política e para a democracia.

Como dito pelo Senador, minha formação é em antropologia social e eu trabalho com métodos mais qualitativos do que quantitativos, mas eu tenho interesse específico na relação entre ideias e economia e por temas da economia política.

Já faz alguns anos que tenho estudado as redes sociais e a política, além de me interessar pela dinâmica de lucro das plataformas de internet. Um dos objetivos do meu trabalho é entender a economia dos dados e da atenção na internet, e entender como o escândalo, o sensacionalismo, o ódio e também as rivalidades políticas despertam a atenção e o engajamento das pessoas nas plataformas. Isso, por sua vez, serve ao lucro das plataformas, que comercializam a atenção e os dados dos usuários.

No ano passado, eu estive fora do Brasil de licença para um período de pós-doutoramento. Foi de fora do País, via notícias e via redes sociais, que eu acompanhei a paralisação dos caminhoneiros. Li sobre como os grupos de WhatsApp estavam sendo usados pelos motoristas para organizarem seus protestos em manifestações. Comecei então a tentar entrar nesses grupos para ver como esse fenômeno se ligava aos meus temas de pesquisa. Eu já sabia da relevância e penetração dos grupos de WhatsApp no Brasil, de como muitas vezes boatos e mentiras, inclusive de teor político, eram espalhados nesses grupos. Também já sabia da dificuldade dos pesquisadores em monitorar a atividade desses grupos de WhatsApp, de modo a saber que tipo de desinformação estaria sendo compartilhada.

A partir de alguns grupos que se pretendiam de caminhoneiros, eu comecei a perceber que havia uma tentativa de entrada de atores políticos nesses grupos. Notei a presença em especial de militantes da direita radical e de atores que manifestavam saudades da ditadura militar e que pediam por algum tipo de intervenção militar.

Além disso, percebi que havia constante formação de novos grupos, além daqueles que já existiam, com *links* de convites sendo mandados desses novos grupos, enviados aos grupos que já estavam acontecendo. Alguns dos novos grupos já não se colocavam mais como de caminhoneiros, como inicialmente, e eram grupos mais voltados já diretamente para a discussão política.

A partir desse momento, então no início do período eleitoral, comecei a fazer uma pesquisa mais sistematizada. Passei a entrar tanto em grupos de WhatsApp quanto de Telegram. No exterior, eu estava trabalhando em um centro de estudos sociológicos da vigilância e o tema de uso de dados pessoais em eleições é de interesse dessa área de pesquisa.

Parte das observações que eu realizei junto com um relato analítico do contexto das eleições brasileiras de 2018 foi apresentada num seminário internacional, em abril de 2019, seminário que teve o tema "Eleições influenciadas por dados" e que procurou refletir sobre o uso





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de microsegmentação dos eleitores. Esse trabalho deve ser publicado em forma de artigo científico ainda agora em 2019.

Talvez em virtude do modo como foi minha entrada no campo, minha amostragem é quase totalmente feita de grupos de direita ou da extrema direita. Como eu disse, eu entrei nesses grupos que se pretendiam de caminhoneiros e, a partir daí, fui entrando sucessivamente em outros grupos a partir de *links* de convites. Eu ainda acompanho alguns desses grupos, mas diminuí bastante minha observação hoje.

Das observações que eu colhi nesse meu último ano de campo, eu quero ressaltar algumas coisas que percebi. Eu percebi alta presença de informações claramente falsas e forjadas, frequentemente sendo distribuídas simultaneamente em diversos grupos; alta presença de análises enviesadas ou distorcidas de fatos com o propósito de arregimentar apoio para certos candidatos e correntes políticas; com frequência, os números de telefones dos administradores desses grupos são internacionais, em especial com prefixo dos Estados Unidos; indícios de que esses grupos são gerenciados por uma estrutura única e possivelmente profissionalizada, que incide sobre o fluxo de mensagens nos *chats*, direciona ataques a pessoas que estão fora ou dentro desses grupos e também indícios de postagens em massa nesses grupos – então, acompanhando vários desses grupos, às vezes eu percebia que as postagens iam se repetindo, embora fossem grupos com temáticas próximas, mas grupos diferentes; manutenção de um controle sobre os membros dos grupos, de modo a que aqueles que se manifestassem contrariamente à linha política fossem expulsos ou atacados.

Essas minhas observações de campo, embora usem outro tipo de metodologia, essa metodologia de bola de neve de entrada nos grupos e muito mais qualitativa, vão ao encontro do que foi observado por um grupo de pesquisa em ciência da computação da UFMG, cujo trabalho está publicado num artigo chamado "(Mis)Information Dissemination in WhatsApp: Gathering, Analyzing and Countermeasures". Esse grupo da UFMG – e minhas observações batem bastante – monitorou eletronicamente mais de 300 grupos de discussão política no WhatsApp e concluiu pela ação coordenada de diversos desses membros em diferentes grupos, tendo em vista a administração da dinâmica e o fluxo de conteúdos informativos. Então, o que eu percebi pela minha análise qualitativa eles conseguiram comprovar pela análise quantitativa. Um dos pontos avaliados em especial por eles foi o envio de mensagens comprovadamente falsas.

Do ponto de vista dos estudos de vigilância, o meu trabalho de campo com os grupos políticos de Telegram e Whatsapp e a estrutura de ação coordenada, revelada pelo trabalho do pessoal da UFMG, são importantes, porque revelam uma assimetria política invisível a um membro inocente desses grupos de política no Whatsapp. Dando um exemplo, o cidadão entra em um desses grupos imaginando que eles são grupos autênticos em que os membros são todos iguais e são cidadãos querendo discutir política como ele, porém, na verdade, esse membro inocente está sendo monitorado por atores políticos interessados que operam em diversos grupos de maneira coordenada formando uma rede. Esses atores mandam imagens, áudios, vídeos para diversos grupos e buscam conquistar a atenção das pessoas e persuadi-las politicamente. Justamente por achar que os outros membros do grupo são cidadãos inocentes como ele, porque a estrutura de administração e de coordenação desses grupos é invisível, o indivíduo acredita que aquela informação que está sendo repassada está sendo repassada de boa-fé e tende a acreditar nela.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aí eu quero citar também o trabalho de outra pesquisadora, trabalho feito pela Professora da Universidade Federal de Santa Catarina Letícia Cesarino, que corrobora um pouco essa ideia da confiança que esses grupos passam. Também investigando esses grupos de política no Whatsapp, ela aponta que os grupos se caracterizam por relações de confiança, esses *chats* se caracterizam por relação de confiança. Mesmo que os membros desses grupos não se conheçam pessoalmente, como os grupos têm uma arquitetura semelhante a grupos que o usuário já costuma ter com relação de familiares e amigos, essa confiança que ele tem e essa sensação de proximidade de familiares e amigos são repassadas para esse outro tipo de grupo. Então, as mensagens tendem a ser recebidas e repassadas para pessoas do círculo pessoal e viralizam. Eles recebem nesses grupos de política, imaginam uma relação de confiança semelhante a que eles têm com os grupos familiares e repassam dessa mesma forma. Esses grupos de política se aproveitam dessa dinâmica.

Há outro agravante nesse processo todo. No modelo de negócio conjunto das operadoras de telefonia e das plataformas, modelo de negócio que se chama *zero rating*, a informação recebida em canais como Whatsapp quase nunca pode ser checada pelo usuário. Vou explicar o porquê. As pessoas que assinam os planos de telefonia mais baratos e com pouca franquia de dados terminam, quando essa franquia acaba, confinadas ao Whatsapp. O acesso ao Whatsapp é ofertado promocionalmente de graça pelas operadoras, mas as informações que chegam ali não podem ser verificadas na internet, porque a franquia de dados do plano original que elas contrataram é pequena e acaba rápido. Isso é uma infraestrutura de dados que favorece a desinformação e o espalhamento de notícias falsas, porque o sujeito não tem a possibilidade de verificar a aquela informação.

Eu quero ressaltar ainda um outro fenômeno que eu apurei no meu campo. Há os grupos que se especializaram em fazer um debate político a partir de informações que podem ser falsas ou distorcidas. A eles não importa. E é disso que eu estou falando. Em paralelo a esses grupos, tem emergido também um conjunto de veículos sensacionalistas que se pretendem noticiosos e que construíram uma estrutura para lucrar com a desinformação. São *sites* na *web* e canais do Youtube que fabricam notícias muitas vezes de maneira bastante rudimentar, a partir de pedaços de informações coletadas na internet, embalando tudo de maneira a conseguir alguns *clicks* ou minutos de visualização dos vídeos. Às vezes, é um vídeo com um texto de título que é malicioso; às vezes, é um vídeo que não passa de uma narração que vai se arrastando por minutos e que inventa uma revelação chocante, que nunca vem e que é falsa.

Os *links* para esses materiais têm sido distribuídos nesses grupos de Whatsapp e circulam, porque favorecem a visão política dos administradores desses grupos. Os indícios são de que esse material é produzido justamente para isto: para ser viralizado em grupos. O único compromisso desse ecossistema é com a viralização sensacionalista que os grupos políticos proporcionam. O material é feito para circular nesses grupos. Há uma relação de benefício mútuo entre plataformas que conseguem audiência para esses vídeos, indivíduos empreendedores que fazem esses vídeos e buscam lucrar com os *clicks* produzindo conteúdo de má qualidade, e atores políticos que espalham esse tipo de desinformação. O modelo de negócios das plataformas de internet e seus algoritmos contribuem para esse ecossistema que tem essa perversidade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há diversas pesquisas internacionais, em especial sobre o Youtube, que mostram que o algoritmo de sugestão da plataforma favorece conteúdo sensacionalista. É a emoção causada pelo sensacionalismo que desperta o engajamento e faz com que as pessoas fiquem mais tempo visualizando e interagindo com esse material informacional. E esse sensacionalismo favorece a radicalização política e a polarização extremada.

Esta é a análise final que eu queria deixar aqui. Para combater *fake news*, é preciso olhar para os estímulos econômicos que têm sido criados para a disseminação de notícias falsas, com esses estímulos, no limite, levando à disseminação do ódio na política. Esses estímulos econômicos impulsionam produtores de notícias falsas, de mensagens de ódio e de desinformação. Esses estímulos econômicos distorcidos também estão presentes em estruturas que restringem o acesso amplo à internet – estou falando desse pacote de dados promocional, como o *zero rating*, esse modelo de negócios. Essas estruturas fazem com que os consumidores de mais baixa renda só consigam acessar o Whatsapp sem ter meios para conferir a veracidade das informações que recebem. O resultado acaba sendo que as pessoas acabam se relacionando com esses canais do Whatsapp quase como se fossem microcanais de televisão, em que ele vai recebendo aquela informação de graça, vendo vídeos etc., confinadas no Whatsapp por causa dessas práticas de *zero rating*. Mesmo que os sujeitos tivessem essa disposição de verificar a veracidade daquelas informações se utilizando da internet, isso é impossível, porque o plano de dados deles acabou.

Acho que é isso.

Muito obrigado pelo convite.

Espero contribuir com a discussão. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, por 15 minutos, o Sr. Leonel Azevedo de Aguiar.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR (Para expor.) – Boa tarde a todos e a todas aqui presentes.

É uma honra estar aqui presente, Senador Angelo Coronel, Deputada Lídice da Mata.

Saúdo os Parlamentares e as Parlamentares aqui presentes, em especial dois Parlamentares que eu conheço. Um é o Deputado Paulo Ramos, já de muitos anos. Eu comecei como repórter na década de 80 no primeiro Governo do meu xará, o Governador Leonel Brizola. Já fui chamado pelo Deputado também para participar de algumas audiências na Assembleia Legislativa do Rio, defendendo a profissão de jornalista, a obrigatoriedade do diploma para o exercício profissional. Saúdo também a Deputada Luizianne Lins, minha querida amiga Lu, minha orientanda de mestrado no programa de pós-graduação em Comunicação Social da PUC Rio. É uma honra e uma alegria estar aqui podendo falar com vocês. Saúdo também o Rafael de Almeida, do Laboratório de Jornalismo da Unicamp. Tive a honra de conhecer esse laboratório junto com o colega e amigo Alberto Dines, do Observatório da Imprensa, um dos fundadores do Observatório da Imprensa. Isso já é um ponto a se destacar, porque a sociedade civil sempre se organizou, na verdade, para manter exatamente essa observação, esses diversos observatórios sobre o trabalho da imprensa. Aqui eu rendo uma homenagem ao colega Alberto Dines, que começou, foi um dos primeiros que iniciou com esse Observatório de Imprensa. Hoje em dia no Brasil nós temos uma Rede Nacional de Observatórios da Imprensa (Renoi), que funciona em várias universidades, nos mais diversos órgãos da sociedade brasileira, fazendo esse trabalho,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma rede nacional de observatórios de imprensa que vem contribuindo muito para esse papel de observar o trabalho que a imprensa realiza. É um trabalho importante, junto com as agências de checagem de notícias também.

Sou Diretor do Departamento de Comunicação Social da PUC-Rio. A minha contribuição é exatamente tentar desfazer essa grande confusão que existe entre o que é notícia, reportagem, o que é o jornalismo informativo; o que é opinião; e o que é calúnia, difamação e injúria, que é aquilo que circula pelo Whatsapp. Aquilo que se chama *fake news*, na verdade, são crimes. É crime de injúria, é crime de calúnia, é crime de difamação. Não tem nada de *news* naquilo que circula pelas mensagens veiculadas pelo Whatsapp. Não tem nada de *news*. Isso é uma questão que a gente tem que deixar bem clara, principalmente para os Srs. Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras. Eu acho que aqui nesta Casa Legislativa é que a gente começa a ter que marcar essa diferenciação.

Essa diferenciação começa, na verdade, no século XIX, na nascente democracia moderna, nas nascentes sociedades democráticas do século XIX, nas sociedades de massa do século XIX, com esse processo de urbanização, com esse processo de avanço das jovens democracias modernas, quando aparece esse gênero textual de conhecimento sobre o mundo chamado notícia. Eu já começo com uma primeira definição em relação à questão do jornalismo. O jornalismo é uma forma de conhecimento sobre a realidade social imediata, sobre a nossa vida cotidiana imediata. É esse o papel do jornalismo informativo. A sua gênese tem a ver com essa questão da realidade social imediata. Portanto, a gente tem essa primeira questão de um vínculo entre as sociedades democráticas do século XIX e o aparecimento do jornalismo informativo. Há uma série de autores, há uma série de historiadores que fazem exatamente essa relação entre a importância do aparecimento dessa forma de narrativa sobre os acontecimentos da vida cotidiana e aquilo que importam para o cidadão, e como isso contribuiu para o avanço da democracia no Ocidente. Eu acho que esse é um primeiro ponto que a gente deve demarcar: que o jornalismo informativo tem, tradicionalmente, historicamente, uma contribuição fundamental, e ele tem uma contribuição premente com o alargamento e com o avanço dos processos democráticos. Eu acho que essa é a primeira questão. O que me deixa bastante preocupado, como professor e como jornalista também, são esses ataques que partem principalmente dos nossos governantes, a começar pelo Presidente dos Estados Unidos, que é um dos primeiros a atacar aquilo que a gente chama dos órgãos de imprensa modernos, como o *New York Times*, o *Washington Post*, a CNN, aquilo que nas universidades, aquilo que na escola de jornalismo a gente diz que são os órgãos de imprensa que produzem o chamado jornalismo de referência, um jornalismo que tanto a sociedade civil, os mais diversos setores organizados da sociedade civil, quanto os próprios jornalistas reconhecem como um modelo de se fazer jornalismo, porque é um jornalismo voltado para a questão do interesse público, antes de tudo, para a defesa dos interesses públicos, para a defesa do processo democrático, para a defesa dos direitos humanos, e é um jornalismo nesse sentido que contribui para isso. É isso que se chama jornalismo de referência.

Eu estou citando esses dois jornais norte-americanos, mas aqui no Brasil também a gente pode tomar aquilo que antigamente a gente chamava de grande imprensa e que, na verdade, hoje em dia a gente prefere chamar de jornais de referência, que são as organizações Globo, a *Folha de S.Paulo*, o *Estado de S.Paulo*, esses grandes "jornalões", como a gente chama.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nessa minha perspectiva de historiador, aquilo que eu vejo circulando pelos "zaps", pelas redes sociais, no caso da *Folha de S.Paulo*... Para nós, pesquisadores e jornalistas, a *Folha de S.Paulo* não é nem "foice de São Paulo" nem a "falha de São Paulo", é simplesmente um jornal chamado *Folha de S.Paulo*.

É a partir desse ponto de vista que eu vou tentar sustentar essa minha convicção e essa minha prova de que os jornalistas profissionais não produzem *fake news*. O jornalismo profissional não produz *fake news*. *Fake news*, na verdade, tem uma grande contradição no seu próprio nome, porque, se é *news*, não pode ser falso. O jornalismo trabalha com o estatuto da verdade.

Quando eu olho para a própria história do aparecimento do curso de jornalismo da PUC, um dos primeiros que surge no Brasil, em 1952 – o primeiro foi o da Cásper Líbero, em 1947; depois, em 1948, a Escola de Jornalismo da UFRJ, e o da PUC é de 1952 –, o curso de jornalismo da PUC nasce ligado, vinculado à Faculdade de Filosofia. Nada mais caro para o Ocidente do que essa invenção dos gregos, 24 séculos atrás, que é a filosofia e a importância de dizer a verdade. Essa é uma invenção grega, essa é uma invenção do Ocidente. Dizer a verdade é um dos pilares de constituição da sociedade ocidental, 24 séculos atrás. Sócrates, Platão, Aristóteles, todos esses tradicionais filósofos gregos tiveram como construção da filosofia, antes de tudo, você – não sei se a palavra é exatamente essa – desconstruir... Eu ia usar a palavra "atacar" a mitologia, a narrativa mitológica, mas na verdade é desconstruir as narrativas mitológicas, desconstruir o mito em favor do discurso do verdadeiro, a verdade contra o mito. Por incrível que pareça, continuamos, 24 séculos depois, travando essa batalha, travando essa luta filosófica que, no fundo, é uma luta política, como diriam Sócrates, Platão e Aristóteles. A verdade contra o mito – é disso que se trata aqui nesta CPI. Eu espero poder avançar, esclarecer nesse ponto. Os jornalistas profissionais não produzem *fake news*. O jornalismo profissional não produz *fake news*.

E aí, quando eu estou dizendo dos jornalistas profissionais, do jornalismo profissional, eu não estou falando só das empresas de comunicação. A gente precisa um pouco alargar essa noção. Sem querer ficar citando nomes de autores, de teóricos, há um teórico francês chamado Pierre Bourdieu, que gosta muito de usar a noção de campo jornalístico, porque ela é uma noção muito mais ampliada. Desse campo jornalístico fazem parte não só as empresas, como a gente conhece essas que eu acabei de citar, e não só essa, que é o polo empresarial desse campo jornalístico... Mas o polo empresarial não é o único polo que existe aí, a gente tem um outro polo profissional, que é o polo dos jornalistas profissionais, que tem os seus códigos de ética, tem os seus modos de atuação, tem o modo de fazer a checagem de fonte. Nós temos, dentro desse próprio campo jornalístico, aquilo que antigamente se chamava de público-alvo e que, hoje em dia, se chamam de audiência ativas. Então, as audiências participam ativamente do processo de construção das notícias, cada vez mais com as redes sociais, cada vez mais com a internet 2.0.

Além das audiências ativas, o antigo público-alvo, nós temos também as fontes de informação, ou melhor, aquilo que antigamente se chamava fontes de informação e que, hoje em dia, se chama construtores da notícia. Portanto, isso que os Deputados, os Parlamentares, qualquer cidadão, hoje em dia, faz, quando vai, por exemplo, para o YouTube e ali faz um ao vivo para dar a sua informação, mais do que uma fonte de notícia, também é neste momento um construtor de notícia. Não é que esteja fazendo jornalismo, não. Quem vai para o YouTube, quem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

vai para o seu "zap" mandar uma mensagem só está fazendo isto: mandando uma mensagem. Se essa mensagem é caluniosa, se a mensagem tem injúria e se essa é uma mensagem difamatória, é uma outra questão, mas essa pessoa, esse cidadão, seja Parlamentar ou não, se está ali no YouTube fazendo um ao vivo, não está produzindo jornalismo, ele está dando uma opinião, ele está produzindo uma mensagem, mas não é uma mensagem jornalística, muito menos é uma *news*, é no máximo um comentário.

Essa é a divisão tradicional do século XIX. O século XIX, nos Estados Unidos – e depois esse modelo foi copiado no Brasil –, fez exatamente essa divisão entre *news* e *comments*, entre notícias e comentários. Os fatos são sagrados, mas os comentários são livres. Você pode comentar o que quiser, mas o fato, a linguagem jornalística tem um referencial concreto, tem um referente concreto, que é chamado de realidade objetiva. Jornalismo não é ficção. Jornalismo é uma convenção que a sociedade democrática aceitou e incumbiu uma determinada categoria profissional de realizar esse processo de mediação. Que processo de mediação? O processo de mediação entre os conflitos e as disputas de interesses que existem em toda a sociedade democrática. Não existe sociedade democrática sem disputa de interesses e sem conflitos, os mais diversos tipos. Essa é a marca da sociedade democrática. E os jornalistas são esses profissionais a que as sociedades democráticas, desde o século XIX, outorgaram, delegaram essa função jornalística, a função de serem mediadores sociais. Eles vão lá, eles ouvem as mais diversas fontes de informação, eles ouvem os contraditórios e ali eles sabem exatamente realizar um balanço daquelas mais diversas posições que disputam determinados interesses e conflitos, e é óbvio que o jornalismo tem um lado quando ele vai produzindo a matéria no final. O lado do jornalismo é sempre o lado da democracia, é o lado da defesa dos direitos humanos.

O jornalismo consegue ser isento, imparcial e objetivo, mesmo assim, a partir dessa tomada de posição, que é a sua gênese. A gênese do jornalismo é democracia, mais democracia; é defesa dos direitos humanos; é estar sempre ao lado da sociedade civil contra os governos, gostem os governos dessa posição ou não do jornalismo. O jornalismo informativo é isto: é a sociedade contra o governo, e o jornalismo assume... O jornalismo informativo, não é? Eu estou tratando aqui da notícia e da reportagem, esse gênero textual. Eu não estou falando de opinião. Opinião é aquilo que está consagrado até no ditado popular: os fatos são sagrados, a opinião, os comentários são livres, cada um comenta aquilo que quiser e responde na forma de lei se aquela pessoa se sentiu atingida por aquele comentário ou por aquela opinião, na forma de injúria, calúnia e difamação.

(*Soa a campanha.*)

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR – Já vou encerrar.

Além disso, eu queria dizer também que, além desse polo empresarial, esse polo profissional, as audiências ativas, os construtores da notícia, a gente sempre teve, dentro desse campo jornalístico, a imprensa alternativa, mais antigamente – hoje se chama de midiativismo, midialivismo, temos as agências independentes de jornalismo desenvolvidas por profissionais, temos os blogs jornalísticos, temos também os *sites* jornalísticos.

Enfim, sintetizando, o jornalismo é lugar de produção de informação jornalística, de notícia. O jornalismo profissional não produz informações falsas, não produz *fake news*. As redes sociais é lugar de formação de opinião, é lugar de produção de comentários. Os comentários são livres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O grande problema para a democracia é que, nas redes sociais, em vez daquilo que se diz no popular, contra fatos não há argumentos – eu acho que isso eu aprendi com o meu avô –, é o contrário: contra argumentos não há fatos. Eu acho que isso é o grande perigo que existe para a democracia, tanto para a democracia brasileira, quanto para a democracia norte-americana, quando os Presidentes passam a atacar os jornalistas profissionais e o jornalismo profissional, fazendo essa acusação de que esse modelo de jornalismo, jornalismo profissional, jornalismo investigativo, produz *fake news*. Não produz *fake news*. Os jornalistas produzem simplesmente notícias e reportagens.

Muito obrigado pela atenção. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, nós iniciamos a tarde bem, com essas duas belas intervenções. Quero agradecer a presença dos senhores que aqui se dispuseram a contribuir com esta CPMI, que já realiza um trabalho, na minha opinião, importante, que é o de colocar ao acesso de todos, pela mídia da Câmara e do Senado, esse tipo de contribuição que foi dada hoje aqui na nossa reunião, como de outros especialistas que aqui estiveram.

Então, eu vou repetir alguma coisa em termos de pergunta, apenas para consolidar no nosso relatório.

Está faltando o Diogo Rais, que deve estar chegando, mas nós vamos adiantando aqui com os que já chegaram e já falaram.

A primeira pergunta é a pergunta que faço a todos, e ambos devem se pronunciar se assim desejarem.

O Prof. Gabriel, de certa maneira, fundamentou o seu pensamento exatamente nisto, que é o que é *fake news*? Como os senhores conceituam *fake news* – os dois?

Para os senhores também, vivemos um período de desordem informacional? Na opinião dos senhores, há alguma relação entre desinformação – igual à *fake news* – e pós-verdade?

Há técnicas para a produção de *fake news*? Quais? Com qual intuito?

Esta foi mais sobre a fala do Sr. Rafael. Qual o impacto de *bots*, algoritmos e robôs na produção, disseminação das desinformações?

Na opinião dos senhores, podemos considerar as plataformas empresas de *marketing* – essa é uma pergunta mais direta para o Sr. Rafael, que justamente fundamentou e desenvolveu o raciocínio em torno da questão da economia e as redes, ou economia das redes também... As empresas comercializam os dados dos cidadãos para a venda de publicidade direcionada a partir dos seus algoritmos? Quais as possíveis consequências disso?

Quais são os desafios da democracia frente ao domínio das grandes plataformas? É claro que nós constatamos que há perigo da *fake news* para a democracia, é o que reafirmamos aqui a todo momento. Essa é a opinião dos senhores também?

E eu queria saber se, diante dessa realidade, os senhores conseguem identificar alguma mudança ou até mesmo distorção da forma de se fazer campanha política ou a própria forma de se fazer política ocasionada pela *fake news*?

Os senhores acreditam que o fenômeno da produção e disseminação de *fake news* antes e durante as eleições, especialmente das notícias falsas que acabam por viralizar, podem gerar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

maior impacto na formação da opção do voto do cidadão? Em sua visão, podemos mitigar os seus impactos sobre as eleições municipais que se avizinham?

Na opinião dos senhores, o atual ordenamento jurídico nas esferas eleitoral, civil e criminal está adequado e é suficiente para enfrentar o processo de desinformação que impacta a democracia, a sociedade e as instituições? Há lacunas normativas a serem preenchidas? Quais as lacunas e como superá-las? Isso é mais relacionado à área do Direito.

Como os partidos, os cidadãos, as instituições públicas e privadas e as organizações da sociedade civil podem auxiliar no enfrentamento à *fake news* para prevenir, aperfeiçoar, detectar e conter os danos da produção e disseminação de *fake news*?

Essas são algumas das perguntas que eu gostaria de fazer para que pudesse ouvir dos senhores a colaboração na formação do nosso relatório em relação a *fake news*.

Também, Sr. Presidente, queria solicitar a V. Exa., porque recebi um extrato pequeno de uma pesquisa realizada pela Câmara e pelo Senado sobre redes sociais e *fake news*, que pedisse ao DataSenado que nos desse conhecimento de todo o resultado da pesquisa para que ela pudesse incorporá-lo ao nosso relatório.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito ao nobre secretário que formalize o pleito da nossa Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Só uma pergunta... Eu já terminei. É uma pergunta ao senhor, ao Presidente.

Como é que nós pretendemos funcionar? Eles responderão a mim, e, quando chegar o próximo, ele falará até abrimos para as Sras. e Srs. Deputados? Provavelmente, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra Rafael.

O SR. RAFAEL DE ALMEIDA EVANGELISTA (Para expor.) – Muito obrigado pelas perguntas, Deputada.

São várias coisas, eu vou tentar juntar alguns desses aspectos na minha resposta, emendando com alguns comentários que falam mais direto ao tipo de pesquisa e de experiência de campo e literatura com a qual eu tenho trabalhado.

Vou começar pela definição de *fake news* e a ideia de pós-verdade. Eu acho que a expressão "pós-verdade" tem sido utilizada e pensada como algo mais amplo do que *fake news*. Pós-verdade tem sido um termo utilizado para descrever, na verdade, uma sensação, um outro momento de relação com a informação em que a informação mais factual e a informação ou ficcional ou essas diversas narrativas acabam se misturando justamente junto com a mistura dos diversos meios e também com um momento político que a gente tem vivido de enfraquecimento de certas instituições. E aí estou aludindo ao jornalismo, que passa a ser mais questionado a partir das redes sociais, da internet etc, o que de alguma maneira democratiza a possibilidade de informação, mas estou também falando sobre o que tem acontecido com o campo científico, os questionamentos que têm acontecido com relação à legitimidade da ciência para ser como alguém que faz uma representação do que é o real. Então, eu acho que a ideia de pós-verdade está dentro desse contexto.

Fake news eu acho que é uma expressão – e aí eu vou bastante na linha do que o Prof. Leonel também comentou –, eu acho que é alguma coisa que serve muito mais para expressar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

essa cópia de uma fórmula estrutural ou de uma aparência estrutural do que seria o jornalismo, não é?, essa coisa que dá para um pedaço de informação um formato de como seria o jornalístico, mas que não é feita a partir desses critérios de busca de apuração da informação, que são históricos do jornalismo. Então, *fake news*, acredito que a expressão seja melhor usada para algo que é deliberadamente falso.

Técnicas para produzir *fake news*: acho que tem várias técnicas, eu não sei quais são, não sou especialista na produção disso, mas consigo perceber diversas técnicas de produção, certas iscas que há para atrair a atenção das pessoas, que fazem parte dessa técnica de produção de *fake news*, e também da maneira como essas *fake news* são envelopadas, são descritas, a partir de título etc., de maneira a se aproveitar dos algoritmos das plataformas, fazer uso deles, para que isso viralize e gere maior engajamento. É isso que foi, mais ou menos, o ponto que eu quis dar para a minha fala: o quanto você tem atores maliciosos, tanto dentro da política quanto dentro de um jornalismo que talvez não caiba ser chamado de jornalismo, que só está procurando fazer dinheiro com sensacionalismo, que aprende como funciona, fica tentando entender como funciona a distribuição algorítmica das notícias nas plataformas e se aproveita disso para produzir os seus conteúdos.

Tinha também uma questão sobre a influência dos *bots*, e aí eu queria colocar uma outra expressão que tem sido usada também que são os *cyborgs*. Quer dizer, os robôs seriam esses truques de programação feitos para automatizar uma certa resposta. Os robôs são importantes, mas, junto com os robôs, é importante pensar os *cyborgs*, que seriam essas pessoas que trabalham junto com esses *bots*, para fazer... Pode ser uma campanha de espalhamento de uma notícia falsa, pode ser um ataque para uma determinada pessoa, algo assim. Isso é presente nesse ecossistema informativo de uma maneira bastante grande. Eu acho que o Twitter é um dos grandes lugares onde isso se expressa bastante, a compra de alguns desses robôs e de pessoas para viralizarem determinadas *hashtags*, conteúdos etc.

Isso eu acho que me permite ligar com a pergunta sobre a desordem informacional. Eu acho que a ideia de desordem informacional está muito ligada a uma perspectiva que a gente tem de que uma democracia só é saudável, só é boa se ela estiver funcionando, se tiver uma organização da produção da informação que seja saudável – não sei se essa expressão é boa –, uma boa ordem informacional. Eu acho, na minha leitura como pesquisador do jornalismo e da comunicação, que o Brasil nunca teve uma organização informacional muito boa. Então você sempre teve: concentração de meios de jornais, de televisões, a propriedade muito pouco distribuída para diversos atores da sociedade, essa propriedade muito concentrada. Quando você entra numa era como a que tem esses novos atores que são viabilizados pela internet, que são as plataformas, isso se torna ainda mais dramático, essa desordem se torna mais ampla. Acho que é uma missão do Legislativo pensar sobre essa desordem e pensar politicamente como reorganizar o sistema informacional, porque, sem a organização do sistema informacional, essa tentativa de organização do sistema informacional, que não é controlar esse sistema, mas estabelecer regras que possam ser de igualdade, de liberdade de acesso etc, sem você conseguir fazer isso você não vai ter uma democracia boa, funcional e que possa nos ajudar a melhorar as condições do nosso País.

Há uma questão que eu queria particularmente responder muito diretamente, a questão sobre as plataformas. A pergunta foi sobre se elas são empresas de *marketing*. As plataformas,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quando instituem algoritmos que passam a distribuir a informação, porque elas buscam prender a atenção desse seu leitor ou de quem está visualizando vídeos etc, elas deixam de ser atores neutros, as plataformas deixam de ser neutras porque elas privilegiam certos conteúdos. Quando elas mudam para esse momento, é preciso repensar esse papel delas. Eu não sei se a empresa de *marketing* é uma boa ideia, mas elas se tornaram empresas de mídia e isso precisa ser discutido pela sociedade.

Sobre desafios para a democracia e mudanças na campanha política. Eu acho que a gente tem enormes desafios para a democracia, desafios que são antigos, de uma desorganização informacional já antiga, já problemática, mas que piora. Em vez de ter melhorado com a democratização do acesso, que acontece com a própria internet, acesso de reprodução, você tem na verdade um ambiente, uma possível piora dessa organização, com a atuação desregulada das grandes plataformas. Isso coloca enormes desafios para nossa democracia, que são desafios da ordem de produzir um ambiente social que seja de efetivo diálogo e não pautado por um sensacionalismo ou por um ódio que forneça mais engajamento por pedaços de notícia, a partir de pedaços de notícia. Então, esse é um desafio enorme. Isso tem um potencial de ter um efeito muito ruim para as democracias globais.

Eleições são feitas de quatro em quatro anos ou de dois em dois anos, porque você tem também a eleição municipal. Elas são momentos muito especiais. Se você consegue influenciar o público nesse momento muito especial, estimulando o ódio e estimulando propostas que não sejam construtivas, democráticas etc, você potencialmente tem um prejuízo bastante grande para o próprio sistema democrático. Então, acredito que essa seja uma das grandes transformações que aconteceram, um dos desafios para a democracia.

Eu acho que a última campanha, em especial, mostrou que as campanhas mudaram, porque o que os meus dados me mostram e o que a literatura me mostra é que os mensageiros e os grupos de comunicação, os aplicativos de comunicação e de grupos de discussão, em especial, foram transformados em arma política, eles foram transformados da sua função ou do seu propósito original em algo para ser instrumentalizado por campanhas políticas. E há indícios muito fortes sobre ações coordenadas em cima desses grupos.

Sobre questões legislativas e se o nosso arcabouço legislativo é suficiente. Eu acho que, como o Prof. Leonel manifestou, tem uma coisa muito... Nosso sistema penal, a Justiça já está bastante bem equipada para responder ao desafio com relação à calúnia, difamação etc. Não acredito que a criminalização das *fake news*, por exemplo, seja uma saída. Vejo com muita reticência. Não sou especialista na área de Direito, então vejo só com uma reticência, justamente pela dificuldade de a gente classificar o que é um meme, o que é uma piada. A gente vai entrar num território que é complicadíssimo. Acho que a gente já tem um sistema jurídico para dar conta de problemas específicos. Agora, isso não significa que nós não temos que interceder para regular esse sistema: nisso eu acredito que a gente tem muito o que fazer, como cobrar dos tribunais eleitorais, como aperfeiçoar a legislação eleitoral, como pressionar as plataformas para serem mais transparentes – as plataformas e empresa de telefonia –, no manejo desses dados.

Só para finalizar, porque não posso deixar de falar sobre isso que é justamente meu tema de pesquisa, respondendo muito diretamente: sim, as empresas comercializam dados pessoais. Algumas com uma autorização que é bastante precária, fajuta. Acredito que a lei de dados pessoais ajuda a disciplinar isso que tem acontecido. Agora, é um desafio enorme para nós





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pesquisadores – e acredito que para o Legislativo também – pensar as transformações que estão acontecendo no mundo, em especial no capitalismo, no que tem sido chamado hoje de capitalismo de vigilância, ou seja, o fato de que você tem grandes plataformas que construíram modelos de negócio em cima da coleta de dados e do perfilamento de pessoas, que constroem uma maneira, um modo de acumulação econômico baseado na predição de comportamentos e na tentativa de mudança do comportamento dos indivíduos, dos usuários. Esse é um tema importantíssimo que eu acredito que necessita de bastante discussão, reflexão e regulação para que se chegue a um equilíbrio ou a um ecossistema que não seja tão predatório, como é o ecossistema pretório que a gente tem hoje.

Acho que é isso. Acho que falei bastante coisa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, poderia pedir-lhe uma gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Em homenagem aos nossos convidados.

Eu estou pressionado a presidir uma reunião do Parlamento do Mercosul...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu também.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... porque eu sou eu sou mais velho, por incrível que pareça, e tenho que presidir a eleição do Presidente, mas só queria deixar uma indagação. Como as respostas são gravadas, eu depois teria a oportunidade... Não queria ser indelicado saindo depois das exposições, até numa homenagem mais especial ao Leonel, que é lá do Rio de Janeiro. A São Paulo não estou prestando muita homenagem não. (*Risos.*)

Mas só para deixar a minha... Porque nós estamos aqui... A CPI é um instrumento de investigação; nós estamos diante da prática de crimes. Então, a grande questão é como se identifica o autor.

A Constituição diz lá que é livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. A grande questão é como essas empresas perdem o direito à proteção de quem... Nós ouvimos aqui um convidado, que também fez uma intervenção relevante, dizendo que é possível identificar. Demonstrou aqui os caminhos para a identificação e, mais, ainda acrescentou que esteve participando de encontros na Polícia Federal, deixando a impressão de que a Polícia Federal está habilitada hoje a identificar aquele que se utilizou da rede social para a prática de ilícitos dos mais diversos.

Nós estamos tratando da política, da injúria, da calúnia, mas tem pedofilia, tem as coisas... Quer dizer, a grande indagação é – e ouvi depois – a questão da identificação de quem se utiliza desses mecanismos para a prática de crimes, não só para influência no processo eleitoral.

Por último, quero dizer que nós sabemos que o avanço tecnológico, num certo sentido, desconcentrou... Porque os nossos meios de comunicação, especialmente os dominantes, em várias oportunidades, assumiram claramente um lado e destruindo a honra de muitas pessoas em homenagem ao processo político, especialmente na ditadura. Alguns meios de comunicação cresceram na ditadura; outros foram aniquilados. A última... O nosso Samuel Wainer, acabou que está aqui no Jornal do Comércio. Ele acabou, mas o *Jornal do Brasil*, vários outros jornais, o *Diário de Notícias*.

Ué, meu Senador. O senhor veio presidir, eu vou lá elegê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Nós estávamos precisando do quórum do Senador Angelo Coronel.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Ah, tá.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Eu vim aqui substituí-lo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É que eu vou lá presidir a sessão, porque o Senador vai ser eleito Presidente do nosso grupo aqui do Parlamento do Mercosul.

Eu encerro deixando essa indagação.

É a questão da identificação, quer dizer, qual o constrangimento legal que deve ser imposto às empresas no sentido de, a partir da prática de um crime, elas terem que assumir a responsabilidade de identificar o autor sob pena de cumplicidade, de coautoria. Como é que os expositores veem isso?

Porque sempre vem aqui assim: a criminalização não, nós temos que encontrar mecanismos de controle. Está bem, mas, quando um instrumento é utilizado para a prática de um crime, como é que nós ficamos diante disso?

Então essa é a minha indagação.

Obrigado por se lembrar das nossas audiências lá na Comissão do Trabalho, defendendo a Luizianne, defendendo o jornalismo, o diploma, a importância da profissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelsinho Trad. PSD - MS) – Agradecemos ao Deputado Paulo Ramos.

Passamos a palavra ao Dr. Leonel Azevedo de Aguiar.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR (Para expor.) – Obrigado pela beleza de suas palavras.

Bom, a primeira questão aqui perguntada pelo Senador, desculpe, pela Deputada Lídice, é a definição de *fake news*. Há muitas definições, mas *fake news*, na verdade, é a prática de produções textuais e de postagens produzidas por grupos políticos ou por internautas e disseminadas nas redes sociais. Não se relacionam com o trabalho jornalístico. Eu acho que essa é uma outra questão também em relação a essa denominação que é, no meu ponto de vista, errônea. Por quê? Se é *fake* não pode ser *news*. Exatamente porque essas produções textuais não aplicam os princípios éticos profissionais, nem as técnicas jornalísticas na produção de notícias e na reportagem. Por exemplo, alguns termos técnicos que nós usamos nesse processo de ensino e aprendizagem do jornalismo, que é critério de noticiabilidade, valor de notícia, o nosso Código de Ética. Então essa é uma primeira questão que eu gostaria de destacar. Então, é como assim digamos, um determinado pesquisador da academia compreende essa questão de *fake news*.

Agora, há uma versão equivocada do que é *fake news*, que é essa que eu estou falando aqui em relação a essas figuras notórias, como o Presidente Trump, mas não é só ele; essa visão equivocada sobre *fake news* considera que as *fake news* é um conceito que tenta, na verdade... *Fake news* é algo que esses notórios, como o Presidente Trump, por exemplo, usam para acusar a imprensa, a imprensa profissional, ou seja, acusa o jornalismo profissional de produzir notícias falsas. Essa é uma outra visão que é bastante equivocada, aquilo que o Presidente Donald Trump diz. *Fake news* são todos os veículos de imprensa. Ele aponta os dedos para os jornalistas e diz lá: *You are fake news!* São todos *fake news* nesse sentido. Tudo aquilo que desagrada o Presidente da República se torna *fake news*. Isso é um conceito, não só equivocado, como, do meu ponto de vista, perigoso para a questão da democracia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É preciso entender que a imprensa, o jornalismo profissional, existe para manter o Governo, qualquer Governo, sob a responsabilidade de dizer a verdade. Essa é a questão. Então, assim, é preciso criar mecanismos de transparência, para que cada vez mais, os dados, as informações dos Governos – seja em qualquer nível, Municipal, Estadual ou Federal – sejam informações confiáveis, informações transparentes e facilmente acessíveis para qualquer cidadão.

Então, é uma questão fundamental a gente compreender que o papel da imprensa, o papel do jornalismo profissional é exatamente este: cobrar do Governo, manter o Governo sob a sua responsabilidade de produzir informações verdadeiras.

Não que o boato, o balão de ensaio, nunca tivesse existido no mundo da política e do jornalismo. Eu, que sou um jornalista, digamos assim, um pouco das antigas, muito antes do aparecimento da internet, já vi exatamente isso que se chama balão de ensaio. Um determinado governo, um determinado político quer passar uma ideia, ele usa, utiliza a mídia e a imprensa para passar uma determinada ideia para ver qual é aquele impacto que tem. Primeiro, entre os integrantes governamentais; depois, entra a própria mídia; entre alguns setores da sociedade. O balão de ensaio sempre existiu. E os jornalistas experientes, esses jornalistas que conhecem o código de ética profissional, são atentos aos critérios de noticiabilidade, aos valores-notícia, à questão de se produzir um jornalismo voltado para o interesse público, eles sabem exatamente como lidar com essa questão do balão de ensaio e do boato.

A questão é que, com *fake news*, a gente criou um novo regime, que é um regime massivo e globalista de se difundir as mentiras. Esse é o problema de *fake news*. É um regime massivo de produção da mentira. Produção massiva, produção em massa, produção automatizada. O grande risco disso, eu digo de novo, é a democracia representativa. Então, eu acho que essa é uma primeira questão para a gente apontar.

Quando eu disse que o jornalismo é uma forma de conhecimento, se a gente for olhar na nossa contemporaneidade, não é a única forma de conhecimento que está sob ataque. A ciência, que é uma forma de conhecimento universal, é um outro lugar que também está sob ataque generalizado desses setores conservadores e obscurantistas. A arte, que é também um modo de você produzir conhecimento sobre a nossa vida, sobre a humanidade, é um outro setor de produção de conhecimento que também está sob ataque. O Judiciário, que é um outro lugar que não só reflete uma forma de conhecimento, mas que também produz um processo de mediação social, tanto quanto o jornalismo, é um outro lugar que também está sob ataque dessas forças obscurantistas e antidemocráticas.

Então, a situação não é uma situação fácil. Essa situação contemporânea que a gente vive não é uma situação só brasileira, mas eu acho que esta CPI, que, como disse o Deputado Paulo Ramos, está investigando essa questão de *fake news*, tem que tomar medidas urgentes e necessárias para evitar que os alicerces democráticos neste País sejam abalados.

Ano que vem nós temos eleições. Então, um primeiro modo que eu acho de se combater isso, e eu acho que os Deputados, as Deputadas, os Senadores e as Senadoras podem muito bem propor isso, criar isso dentro de seus partidos e aqui mesmo no Senado e na Câmara Federal. É um grupo de advogados, grupos de juristas, que vão o tempo todo, mais do que investigar as redes, entrar com processos, processos em massa nas várias instâncias, nas várias comarcas. Entrar com processos em massa contra calúnia, injúria e difamação. Fazer





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exatamente isso que já se faz... Algumas forças conservadoras neste País, quando são atacadas, fazem esse processo. Entram com processos jurídicos simultaneamente em 50, 150, 200 comarcas neste País.

Eu acho que está na hora de o cidadão de bem, de os Parlamentares, daqueles que são os defensores da democracia adotarem essa tática também: processos massivos, pelas mais diversas comarcas brasileiras, contra calúnia, injúria e difamação. Montar mesmo grandes redes, juntando 30 mil, 40 mil juristas deste País para fazer um contra-ataque massivo a esse ataque massivo de mentiras.

Eu não vejo imediatamente, para 2020, algo emergencial que possa ser feito, além de se montarem assim grandes gabinetes de juristas e de técnicos de informática que vão mapear e fazer um sistema de vigilância contra a calúnia, a injúria e a difamação, que ficaram conhecidas popularmente com o nome de *fake news*. Eu acho que essa é a saída.

Identificou injúria, identificou calúnia, identificou difamação, tem que ir atrás dos autores. Não pode deixar ou esquecer ou achar que isso é um caso menor. Sofreu qualquer tipo de ataque, seja ataque à sua honra, ou qualquer tipo de violência, violência moral, é imediatamente denunciar esses casos através desses gabinetes, que estou propondo aqui. É montar esses grandes centros jurídicos espalhados pelo País todo. É juntar 30, 40 mil juristas e técnicos e fazer esse contra-ataque a esse ataque massivo de mentiras que estão aí sendo cultivados por essas fazendas de *fake news*, através desse trabalho desses robôs.

Há muitas saídas para isso. A própria Comissão Europeia, bastante preocupada com essa questão, tem apontado alguns problemas para tentar enfrentar isso.

O primeiro é esse que a gente está fazendo aqui: montar comissões parlamentares de inquérito nos mais diversos níveis dos países – Comissão Europeia estava propondo isso – e um debate público constante em relação a isso.

O segundo ponto, eu acho que é esse que a gente já faz nas universidades, é promover uma educação para as mídias cada vez mais. Por exemplo, a gente tinha, até pouco tempo, no ensino médio, professores de Sociologia e professores de Filosofia; é ter agora professores de comunicação no ensino médio também, para ensinar para essa juventude exatamente o que é calúnia, difamação e injúria, nas redes sociais, e que notícia funciona pelo estatuto do verdadeiro.

Um outro ponto que a Comissão Europeia também apresenta é estimular estudos sobre a desordem informacional global, que é um pouco isso que eu e meu colega Rafael fazemos. Eu estudo teorias do jornalismo. Oriento várias teses de doutorado e várias dissertações de mestrado sobre essa questão voltada para o jornalismo nos mais diversos campos.

O terceiro ponto – que eu acho que é esse que eu acabei de citar e que esta CPMI aqui pode fazer muito bem, porque é preciso ter um aparato jurídico e um aparato financeiro também para isso – é desenvolver instrumentos e ferramentas para que os cidadãos e os mais diversos setores organizados da sociedade possam combater esse processo de desinformação e esse processo de produção da mentira massiva através das redes sociais.

Então, eu acho que essa é mais uma contribuição que eu queria deixar aqui, Senador. Eu acho urgente o Senado e a Câmara Federal montarem esses grupos bem centralizados de juristas e técnicos de informática que possam ter essa capacidade de, imediatamente, acionar a justiça e fazer processos simultâneos contra a injúria, a calúnia e a difamação, que circulam na rede.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que é mais uma contribuição, sem querer me alongar muito, para a gente passar para mais debates.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ouvir agora a explanação do Dr. Diogo Rais, Doutor em Direito Constitucional pela PUC, São Paulo, pelo projeto CNJ Acadêmico, na Capes, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e em convênio com a Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O Diogo também é Mestre em Direito Constitucional pela PUC de São Paulo, colunista na área de Direito Eleitoral no *Valor Econômico*, durante as eleições de 2016, e da *Folha de S. Paulo*, para as eleições de 2018.

Diogo Rais é Professor de Direito Eleitoral da Universidade Presbiteriana Mackenzie, da FGV, membro fundador da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político (Abradep), coordenador dos livros *Direito Eleitoral Digital* e *Fake News – A conexão entre a desinformação e o direito*, ambos publicados em 2018 pela *Revista dos Tribunais*.

Passo a palavra a mais um convidado, o Dr. Diogo Rais Rodrigues Moreira.

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA (Para expor.) – Olá, boa tarde a todos.

Eu queria agradecer imensamente o convite e dizer que é uma honra enorme estar aqui.

Eu queria começar me desculpando – eu acho que é a primeira coisa que eu preciso fazer. Eu me atrasei e não pude acompanhar presencialmente a reunião, pois o meu voo estava marcado para as 10h, da manhã saindo de São Paulo, mas era *fake news* – eu descobri isso só depois. E levei mais de duas horas de atraso, o que acabou fazendo com que eu chegasse depois.

Mas, graças à tecnologia, eu pude acompanhar a reunião enquanto vinha para cá, porque já havia aterrissado aqui em Brasília, e pude ver e, inclusive, tomar nota das perguntas da Deputada Lídice, além de ver a explanação dos colegas ali, aos quais peço desculpas por não estar aqui presencialmente: colega Leonel, Rafael, Senador Angelo Coronel, Deputada Lídice da Mata, e todos os colegas e todos os Deputados e Senadores que estão presentes.

Eu queria agradecer esta oportunidade e falar um pouco a respeito daquilo com que tenho deparado com esse tema e no que eu poderia, talvez, colaborar com essa questão.

Qual que é a minha experiência nesse tema e como que eu passei a estudar isso?

Toda a minha formação jurídica é voltada para direitos políticos, mas, nos últimos 13 anos, passei a estudar tecnologia, pois acreditava que a política poderia encontrar na internet um grande espaço de atuação. E, aí, passei a estudar o chamado Direito Eleitoral digital. Tive bastante orgulho de ter coordenado o primeiro livro desse tema aqui no Brasil.

Nos últimos quatro anos, passei a estudar desinformação on-line – um pouco antes de ela ter o apelido de *fake news* também – em que a gente estudava muito a desordem informacional, mas sob o ponto de vista do Direito focado nas eleições, mas isso acabou se estendendo.

Então, de toda forma, minha tentativa de colaborar aqui é sob o ponto de vista regulatório e focado a partir das eleições, mas um pouco para além delas.

Esse tema tem me trazido enorme preocupação, mas também várias alegrias, como a oportunidade de conhecer estudos da área e de também conectar com outras experiências acontecendo em vários outros lugares do mundo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria chamar a atenção um pouco aqui sobretudo ao trabalho da Organização dos Estados Americanos a respeito do tema. O Prof. Leonel já trouxe a respeito da Comissão Europeia. Eu só vou fazer esse contraponto.

A Organização dos Estados Americanos, a OEA, criou a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão, que é conduzida pelo Edison Lanza, e tem feito um trabalho muito interessante a respeito da liberdade de expressão e, sobretudo, do diálogo político, olhando para o ambiente digital.

No passado, em julho, eu fui observador internacional das eleições no México, para estudar como *fake news* poderiam aparecer por lá, e, neste ano, a Organização dos Estados Americanos chamou professores de vários países, para que pensassem quais seriam algumas diretrizes razoáveis para a regulação desse fenômeno.

Então, eu acho que a primeira notícia é que não estamos sozinhos; é um fenômeno global. E isso, ao mesmo tempo, não é bom, porque, quanto mais global, talvez mais incidente esse fenômeno.

Naquela ocasião da OEA, eu pude apresentar um estudo de caso das eleições brasileiras, que foram as eleições de 2018, e trazer um pouco do que eu tenho visto a respeito do aspecto jurídico-eleitoral do tema. E aí uma das diretrizes que acabou sendo discutida e aprovada lá – isso já está disponível, está na internet o Guia de Combate à Desinformação, Guia da Relatoria de Liberdade de Expressão... Eu não sei se há um espaço em que eu possa deixar o *link* do estudo para quem tiver assistindo e se interessar; e também, se alguém quiser, eu posso postar no Instagram ou em algum outro acesso em que a gente consiga se conectar.

Mas, nesse Guia de Combate à Desinformação, dentre as diretrizes, algumas delas se referem muito ao que a gente está discutindo aqui, a este tema específico de como regular e como entender esse processo da desinformação no ambiente político e fora dele.

Eu queria chamar atenção para dois pontos e falar um pouco a respeito deles. Um ponto é sobre qual é o tamanho da responsabilidade das plataformas pelo conteúdo de terceiro e qual é a dificuldade de tratar desse tema; o outro ponto é a respeito da utilização da lei penal, do Direito Penal para cuidar desse tema.

Diante da responsabilidade das plataformas, uma das recomendações é que as plataformas não sejam de forma automática responsáveis pelo conteúdo de terceiro, por uma razão, por uma indicação: as plataformas não fazem um filtro de quem será o usuário; ela tem lá os requisitos para se ingressar naquele espaço, mas os conteúdos são próprios e de cada um, de tal forma que, se as plataformas forem incentivadas a retirar conteúdo sob pena de responsabilização pelo conteúdo de terceiro, talvez abra-se um ciclo de responsabilização porque, ao mesmo tempo, quando se dá a responsabilidade para alguém, antes disso você dá poder; eu não posso responsabilizar alguém que não tenha o poder de fazer aquilo pelo que eu o estou responsabilizando. Daí o perigo de, na dúvida, as plataformas removerem, e a gente ter... Porque a gente não pode se esquecer de que estamos numa situação extremamente grave, mas, diante dela, está a liberdade de expressão, que também deve ser, de alguma maneira, compatibilizada ali.

Outra questão é a questão do Direito Penal, do quanto é difícil regular isso. Dentre as perguntas da Deputada Lídice da Mata sobre o que é *fake news*, é extremamente difícil conceituar *fake news*, porque é difícil saber o que você espera que seja *fake news*. E você pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

falar: "Então, não tem regra?" Na verdade, eu acho que há uma grande expectativa dessa expressão e é uma expressão totalmente infeliz. Eu acho que o Coronel comentou e o Rafael também que, se é *fake*, não é *news*; se é *news*, não é *fake*. Não existe notícia falsa porque esse conjunto... Não tem como. É um paradoxo. Se é notícia, não é falso; se é falso, não é notícia.

O que eu tenho estudado sobre isso e com o que eu, de alguma maneira, queria tentar colaborar aqui para iniciar o debate e ficar à disposição para que a gente possa conversar a respeito: qual seria, talvez, uma das estratégias para a gente combater esse desafio? Qual é o grande problema? O grande problema é que a desinformação bagunça nossos parâmetros de verdade, e, com base nela, nós tomamos decisão. A tomada de decisão é com base nisso. Então, se você acreditar, como eu, que acreditei hoje que meu voo sairia no horário... Era para eu estar aqui bem cedo. Se você partir dessa premissa, o resultado pode ser completamente oposto ao que você esperava. Então, basear-se nessa desordem informacional pode viciar a sua vontade, ou seja, a desinformação é também um problema de liberdade, de liberdade de escolha, da sua liberdade de escolha. Então, é neste cenário que eu acho que a gente tem que desenvolver.

É muito comum identificar *fake news* e muitas vezes ela acaba sendo resumida à mentira. Eu tenho bastante restrição a esse conceito ou a essa ideia, porque eu acho que mentira é um dos elementos da desinformação, mas não é o único e talvez nem seja o principal, pelo menos para a atuação jurídica, porque eu realmente acredito, sobretudo no âmbito jurídico, que o Direito, quando ele procura punir a mentira, ele não pune a mentira como um fim em si mesmo, mas, sim, como um meio para atingir um outro lado que é o dano. Então, me parece que o Direito é ferramenta para regular e trazer um respeito ao objeto tutelado, para que ele não sofra um dano, ainda que potencial, um dano potencial, um dano efetivo, um dano difuso ou dano individual, mas não me parece que o Direito deve regular a verdade e a mentira. Eu acho que isso está muito mais um campo da moral e da ética. E eu não acho que o Direito seria capaz de resolver essa questão. Eu creio que nós somos mentirosos, e somos desde sempre, menos eu, e que a gente deveria, de alguma maneira, entender esse fenômeno para além desse dilema de mentira.

Eu penso que dois elementos muito importantes para que o Direito se envolva é o dolo e o dano. A vontade de enganar e de produzir efeitos; e o dano provocado, ou com potencial de ser provocado.

E daí uma das grandes questões, porque talvez a gente poderia... Eu tenho emprestado muito ideia de que a desinformação, *fake news* é a mentira que tem a estética da verdade. Ela empresta a estética jornalismo, que goza de credibilidade, para tentar colocar aquilo como se verdade fosse. Mas talvez a maior dificuldade de definir isso em abstrato é identificar a verdade em si. Primeiro, porque, quando a gente vai procurar regular conteúdo, falar do conteúdo, existe um outro elemento fundamental para que a gente entenda o que é esse conteúdo que é o contexto. O conteúdo e o contexto são indissociáveis. E você tem situações em que um elogio, dependendo do contexto, vira uma ofensa.

Eu tenho usado um exemplo que é um exemplo bem ruim, mas é o único de que eu me lembro agora, que é o seguinte: imagine uma eleição em que um adversário, num debate, vira para o outro adversário e fala: "Olha, você é apenas mais um rostinho bonito aqui". Essa palavra "bonito", que é um elogio, se transforma numa ofensa e num sinônimo de incompetência, num sinônimo de incompetência! E aí, imagine, no final da eleição: "E aí vocês votarão no 'bonitão'?"





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa palavra é essa expressão que parece ser um elogio vira na verdade uma ofensa. O contexto é fundamental para se entender o conteúdo.

Então, como regular ou tratar essa questão? Me parece que o caminho é a gente entender qual é o espaço em que a regulação pode atuar e como tratar essa questão talvez muito mais diante do fenômeno da massificação do que do conteúdo em si. Não que eu ache que o conteúdo não seja importante, mas eu penso que o conteúdo é parte do processo e que não é, por meio da legislação ou do Judiciário, que a gente vai punir os mentirosos por si sós. A mentira parece que, quando ela é alvo do Direito, é ela como instrumento, como meio, e não como um fim. O Direito não seria o árbitro da verdade ou da moral para isso.

Então, talvez, a gente poderia entender que há, talvez, três eixos de atuação. Uma das coisas que eu tenho discutido muito é: como resolver isso? Eu acho que a gente precisa dar um novo passo. E eu acho que essa tarefa... Quando a gente entende desinformação como ofensa – porque ora ela é e ora pode não ser... Por exemplo, vamos supor que eu seja um candidato e diga que "olha, eu construí dez escolas" e monto – ou o pessoal que trabalha comigo – *fake news*, dizendo que eu construí tanta coisa... Aquilo não está falando mal de mim: está falando bem. Mas tem um impacto político também.

Então, eu acho que a gente precisa, talvez... Oi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Está enganando. E há um impacto.

Quanto ao aparato jurídico da ofensa, como os professores já disseram muito bem, nós temos todo um conjunto de proteção: proteção contra a calúnia, injúria, difamação... Então, parece que, talvez, a gente devesse olhar a desinformação como um gênero, no sentido de que pode ser positiva ou negativa – ou seja, aquela que fala bem ou que fala mal –, mas o que têm em comum? É o engano, o engodo. E, aí, talvez esse engano, esse cenário, talvez funcione, para a gente poder enfrentar o tema.

Qual seria, talvez, um dos caminhos? Eu tenho falado que tenho pensado numa solução que seja multissetorial. Eu acho, justamente, que *fake news* é um grande problema, é um grande desafio, justamente porque ela é fragmentada, difusa e vem de tudo quanto é lugar. Porque a solução teria que ser de um lugar só, fazer isso e resolver, e parece que a gente deveria ter diversos olhares para esse fenômeno e tentando o que eu venho dividindo em três eixos e com base em toda essa produção que já foi feita, tanto nacional quanto internacional: a ideia de prevenção, educação e repressão.

Quanto à prevenção, eu tenho citado um exemplo que, para mim, tem funcionado muito e eu espero que produza bastantes efeitos, principalmente na próxima eleição, que é o do desempenho do Tribunal Superior Eleitoral, ao criar um portal de combate à desinformação.

Hoje, se os senhores olharem o portal do TSE, ele tem um portal específico de desinformação. Ali há...

(Soa a campainha.)

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – ... vários mitos e verdades sobre a Justiça Eleitoral...

Tenho um minuto para concluir só?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

*(Intervenção fora do microfone.)***O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – É?**

Então, você tem mitos e verdades sobre a própria Justiça Eleitoral, você tem jogos, você tem livros, vídeos, e um conteúdo em que a Justiça Eleitoral, como instituição, previne-se de *fake news*, de desinformação, trazendo a verdade sobre si. Não que ela montou um portal para ser o árbitro da verdade para todo mundo, mas para ela, como instituição. Ela explica como é feita a urna eletrônica, quais são os processos e tudo o mais. Esse é um exemplo em que eu acho que a prevenção tem funcionado muito bem e deveria, na minha opinião, se estender muito mais.

A educação. A educação midiática é o grande tema. Qual é a pergunta para se solucionar desinformação, *fake news*? Eu realmente acredito na educação midiática. O que todos os meus colegas fazem eu também tento fazer. Dentro desse meu escopo, a gente tem, na Universidade Mackenzie, um curso de combate à desinformação, em que os alunos atuam, e eles checam o conteúdo, para entender esse processo, junto com o Direito e o jornalismo.

Então, a educação é a grande chave, porém ela leva muito tempo e depende de toda uma mudança cultural e estrutural. E a pergunta é: o que fazer até lá? Parece-me que a educação pode ir prosseguindo, enquanto também haja, de alguma maneira, este outro eixo, o da repressão.

Ao falar em repressão, a gente precisa imaginar esse cenário sem atingir diretamente o cidadão no âmbito da sua liberdade de expressão. E aí eu venho pensando que talvez a gente poderia pensar muito mais no comportamento do que no conteúdo em si, se aquilo é falso ou verdadeiro. Talvez processar o senhor de Pindamonhangaba que acreditou em um *fake news* e colocou lá não seja melhor caminho, porque uma das características muito curiosas desse fenômeno é que o agente propagador muitas vezes é também a vítima, e há uma fusão entre agente e vítima. E daí eu penso que talvez, se pensarmos em algum tipo de repressão, é interessante pensá-la na forma do comportamento de massa. Talvez o maior perigo seja esse conteúdo, mas esse conteúdo orquestrado e esse conteúdo propositadamente criado não para trazer a mentira, mas, para além dela, bagunçar o parâmetro da verdade, porque hoje a gente vive num ambiente digital, assim como no real – não há mais dois mundos, é um mundo só, ele é híbrido. E, quando a gente vai pesquisar alguma coisa, se estiver todo mundo falando sobre aquilo, talvez você tenha a grande sensação de que aquilo seja verdade. Talvez, se você estiver em grupos de WhatsApp que dizem as mesmas coisas, você tenha a sensação de que seja verdade. Então, muito pior do que o conteúdo em si – porque a gente não vai reabilitar a mentira da humanidade – seja esse comportamento de massa e propositado, com a intenção de enganar. Aí que eu acho que talvez a repressão poderia olhar esse ponto, mas sem se desviar da liberdade de expressão.

Era isso que eu queria falar nessas considerações iniciais. Agradeço a vocês e fico à disposição para aquilo que pudermos debater a respeito.

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Presidente, a todos da Mesa.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, eu vim aqui mostrar uma curiosidade para todos nós, porque, na semana passada, quando nós recebemos aqui a Deputada Joice, ela mostrou aqui – e nós fizemos questão de nos aprofundar mais – que tinha um grupo chamado Secreto 2GO. Durante a fala da Joice, eles começam falando: "Meu Deus, acabei de ver aqui na CPMI - *Fake News*! Estão mostrando o nosso calendário e falando do dia em que vamos atacar! Que loucura! Neste momento, estão lendo as coisas aqui." E aí alguém pede para esse Rômulo Lima, que é o administrador do grupo: "Cancelar o grupo agora". E aí ele começa a cancelar o grupo. O grupo é Bolsolindas, Bolsoteus, Carlos Opressor, Chega de Corruptos, Conservadores 2, Conservadores 3... Está aqui, ele está aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aqui não falam de Bolsoface. Mas está aqui. Aí, esse Rômulo Lima, dias depois, dois, três dias depois, esse tal de Rômulo Lima aqui se autodivulga na rede dele, dizendo o seguinte: "Rômulo Lima, empreendedor, advogado, citado na CPMI - *Fake News*, no dia 4/12/2019, às 3h34, pela Deputada Joice Hasselmann. Eu sou dono de um humor inquestionável". Esse Rômulo Lima se vangloria de ter sido citado aqui, como muitos estão se vangloriando.

E aí a gente foi pesquisar mais a fundo as redes sociais dele. E a gente vê ele brincando com um golfinho, ele começa a trocar, ele troca mensagem com o Carlos Bolsonaro. Ele esteve na Câmara aqui e fez essa fotografia: "Estou em reunião operacional no gabinete de Eduardo Bolsonaro". Aí ele fez uma foto com o Eduardo Guimarães, que é o assessor Chefe de Gabinete do Eduardo Bolsonaro. Está aqui a foto. Lembra o que a Joice falou, colocou até a ... Então, esse cidadão que opera e operava um desses grupos do WhatsApp está aqui. Ele ainda brinca e fala: "Estou em reunião no gabinete do ódio". Aí, o Dudu Guimarães escreve: "Onde a morte se faz verdade". E aí ele ameaça não só a Joice, como me ameaça também, achando que eu tenho medo dele, porque ele tem 1,90m. Ele me ameaça aqui. Ainda me chama para ir lá ao gabinete dele. Eu vou lá, entendeu?

Aí, temos aqui: Bolsofeios. Bolsofeitos entram falando – naquela tarde aqui, a gente questionando, falando sobre como eles atacam –, chamando a Joice de obesa. "Talvez eu tenha alguns vídeos subindo num apartamento. Se liga, viu? Imagina seu marido, um cara renomado, sendo corno". Vai vendo. E aí há uma série de ataques deles aqui, que estão aqui: Bolsofeios, Lorena não sei das quantas aqui. Atacam o Deputado Heitor Freire, do PSL, que esteve aqui há pouco tempo.

Aí ele faz uma foto, credenciado. Sabe onde é essa foto? No Palácio do Governo, lá do lado desse charlatão...

(Soa a campainha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... que está tomando conta deste País. Aí nós temos aqui ó: "Mais do que amigos, somos *friends*". Uma foto dele com Jair Bolsonaro: "Somos *friends*", dentro do gabinete do Bolsonaro – olha aqui, Rui Falcão –, dentro do gabinete do Bolsonaro!

E aí o Bolsonaro troca mensagem com ele. E acreditem – ele mencionou, o rapaz –, e aí acreditem: ele almoça com o Bolsonaro, dentro do Palácio, na cozinha que fica ao lado do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gabinete do Presidente. Só mais um minuto que eu estou terminando já aqui. "Bolsonaro diz que vai estudar a liberação do rodeio de gordas, grande dia". Está aqui a foto dele. Daqui a pouco, ele está entrando com outra conta aí: "Olha lá, o Frota está me mostrando, fiquei famoso", porque é assim que eles estão agindo. Só que eu falei hoje, no Plenário, eles estão rindo agora, mas eles vão chorar amanhã.

"Bom dia, milícia! Estou chegando em Brasília". Quem paga essa passagem desse cidadão que ataca as pessoas, que destrói a reputação das pessoas, faz um enfrentamento com Deputadas e Deputados aqui dentro? Porque é isso que essa milícia tem feito, tem desconstruído o senhor, tem que desconstruído a senhora, não acreditam nesse trabalho que está sendo feito aqui dentro.

E aí acreditem: "Estou no Royal Tulip Brasília. Estou aqui tomando uma piña colada". Olhe, ele aqui ó, no Royal Tulip, que eu entendo que é um dos hotéis onde muita gente se hospeda aqui. Enfim, está aqui no Royal Tulip. E aí o cara – olhe essa aqui, é para terminar – fazendo ameaças a quem critica a milícia, fazendo ameaças a todos nós aqui: "O 'cara' que posta merda acordou vivo e saudável, já Marielle Franco..." Está aqui. Então, esse é um dos sujeitos que compactua com essa lambança, com essa sujeira, com essa covardia. É um sujeito que merece ser trazido aqui também.

Mas aqui fica explícito, mais uma vez, mais uma vez, que essa milícia frequenta, almoça, conversa, faz reuniões com o chefe do País. A prova está aqui. Tivemos o Santos Cruz sentado aqui, no lugar do Rafael, que afirmou que quem contratou aqueles três pilantras, covardes, que estão na sala ao lado do Bolsonaro, foi o próprio Santos Cruz. Ele falou aqui para gente.

Então, eu trago aqui – e quero colocar à disposição da equipe técnica – mais um documento oficial, porque foi tirado das redes, de ataque, de linchamento, de covardia e avalizado pelo Presidente Bolsonaro, que almoça, que janta, que enaltece esse tipo de coisa e depois diz: "Ah, as pessoas que vão lá na CPMI são idiotas. Deve ter mais um idiota hoje falando", como ele falou na semana passada, desdenhando do nosso trabalho. Isso não se trata de perseguição, isso se trata de fatos comprovados que a cada dia esta CPMI vem mostrando ao povo brasileiro. É óbvio que existe uma parcela que não quer acreditar nisso, mas já foi mostrado diversas vezes aqui dentro o *modus operandi*, como eles fazem, como eles atacam, os nomes.

Então, eu só vim aqui hoje para trazer mais esse documento – por favor – para deixar claro aqui a anuência do Presidente Bolsonaro. Ele não pode dizer que não conhece, que é apenas um amigo, porque ele almoçou, o cara ficou hospedado no Royal Tulip e fazia parte de um grupo importante que se comunicou durante a reunião.

Quero agradecer ao senhor por ter dado esse tempo. Quero agradecer mais uma vez ao Carlos Bolsonaro que virou fã da CPMI, está sempre nos assistindo, ora com o Léo Índio do lado, ora sem o Léo Índio. O Léo Índio não está aqui hoje, né?

Hoje não, ele vem só no dia que sabe que tem muito fotógrafo.

Então, quero agradecer a você, Carlos Bolsonaro. E a gente está chegando lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Eu sei que a nossa pauta aqui era outra, mas o Deputado Alexandre Frota, membro desta CPI, traz novas informações.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A CPI, a qualquer tempo, pode receber informações. Mas eu levanto a questão de ordem com uma preocupação muito grave, porque uma das mensagens que ele leu coloca nós todos sob ameaça. Vejam bem, diz o seguinte: "Estão todos saudáveis e tal..." Vamos ler de novo. Não é brincadeira. É uma coisa gravíssima. Por favor, Deputado, leia de novo. As outras têm bravatas e tal; essa é uma ameaça concreta: estão todos saudáveis de manhã. Vejam Marielle Franco."

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "O cara que posta merda acordou vivo e saudável. Já Marielle Franco..." Está aqui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu acho que nós temos poderes nesta CPMI...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O nome dele é Rômulo Lima.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... de investigação, poderes judiciais. Eu entendo – e aí cabe ao senhor e à senhora decidirem qual o melhor caminho – que seria o caso de oficiar a Polícia Federal ou alguma autoridade constituída, porque essa é uma ameaça concreta a cada um de nós, porque, na opinião deles, nós é que estamos postando essa excrescência que ele considera o nosso trabalho.

Então, quando falam em Marielle Franco, a gente sabe que Marielle e Anderson foram executados por uma milícia. Alguns estão presos, e há suspeita, inclusive, sobre milicianos ligados à família do Presidente. Então, acho que isso não pode passar em branco, não pode ser como uma mera comunicação importante do Deputado Alexandre Frota; é uma ameaça concreta. Nós não podemos ficar trabalhando aqui, com um cara identificado, bandido. Isso não é *fake news*; isso é uma ameaça real às nossas vidas. Então, eu pediria ao senhor que avaliasse a gravidade disso e, em nome da CPI, tomasse providências.

Eu me sinto ameaçado, embora não cite o meu nome, ainda mais se ele tem 1,90m. Está certo que um cara de 1,90m não é imortal, e a gente não tem medo... Eu não tenho medo de ninguém, mas eu posso ser vítima de uma emboscada, como foi a Marielle. Então, qualquer um de nós... O senhor já foi ameaçado. Então, agora, tem identificação... Inclusive, se o Deputado Alexandre Frota disse que vai lá...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... é bom o senhor ir com segurança, porque pode haver alguma coisa com o senhor também.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só um momentinho, Deputada.

Eu vou acatar a questão de ordem do Deputado Falcão, com a documentação do Deputado Alexandre Frota. Vamos encaminhar para a Polícia Federal – temos um delegado da Polícia Federal designado para nos apoiar aqui na CPMI – para que proceda à devida investigação para se chegar à pessoa que tem ameaçado os membros da CPMI.

Pela ordem, Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Daqui a pouco eu vou fazer as falas em relação aos nossos convidados, mas eu acho que o que o Alexandre traz aqui já não é a primeira vez. Eu queria solicitar a esta Comissão, Presidente e Relatora, que a gente procedesse às visitas que nós definimos desde o início da CPMI à Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ao Ministro Alexandre de Moraes, do STF, que está com um processo relativo a isso, conversar com o próprio Presidente do STF sobre isso. Acho que tem que haver uma comitiva, acho que tem que ser tirada uma comitiva para ir e saber, inclusive, dos processos que estão sendo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

investigados sobre *fake news* das mais diversas origens, inclusive do próprio Supremo, que teve seus membros ameaçados, como a gente viu aqui aquele suposto sequestro do Ministro Gilmar Mendes, que foi glamourizado com o grupo que até hoje... Ontem, inclusive, a Relatora falou sobre isso.

Então, eu acho, Deputada Lídice da Mata, que a gente precisa tirar aqui uma data para visita. Se a Câmara e o Senado funcionarem na próxima semana, eu acho que a gente deveria ir antes do recesso do Tribunal porque nós estamos prorrogando isso, que é de interesse do Brasil inteiro, inclusive dessas instituições que estão sendo vítimas diretas disso.

Esse pessoal de que o Deputado Alexandre Frota fala está caçoando – a palavra é essa –, como se não houvesse de fato nenhum tipo de punição para o crime que eles estão praticando.

E eu queria incluir nessa investigação que o Deputado Rui propõe o que eu falei antes. No início, o Presidente da CPMI, o Senador Angelo falou que um jornalista da UOL, Herculano, estava sob ameaça, escreveu uma carta para a CPMI para ser lida, dizendo que estava sofrendo ameaça, teve a conta do Twitter "hackeada" e inclusive acusa o Vereador Carlos Bolsonaro por isso, o que também é muito grave. Então, eu quero que se coloque nessa investigação desse delegado que está apoiando aqui esta CPMI isso também, porque não é possível que a gente esteja falando aqui sobre uma coisa publicamente e essa coisa reiteradamente fique acontecendo na nossa cara!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Exatamente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente, parece que nós não estamos falando publicamente, porque ontem não houve transmissão da nossa reunião. Eu não sei se ela hoje está sendo transmitida. Seria importante que houvesse a transmissão.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, eu tenho mais uma coisa só, se o senhor permitir...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É bem rápido.

Eu estava esperando, Deputado Rui Falcão, justamente mudar o nosso painel ali. A partir de hoje, nós não temos mais aquela tropa que vem aqui defender o Presidente Bolsonaro e também não temos a tropa para defender a si própria, trazendo convidados que só são do interesse deles.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Há o Marcos Feliciano ainda.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, mas o Feliciano a gente ajeita... Ele está com dente novo, a gente ajeita.

Agora, em cima disso, Deputada Lídice da Mata, nossa Relatora, Presidente, eu fiz aqui quatro requerimentos. Inclusive de acordo com o Regimento Interno, no item 1 do título de requerimento desta Comissão, é vedada a análise de qualquer requerimento de Parlamentares que não são membros desta Comissão. Então, eu gostaria de retirar os 37 requerimentos, convocações e convites que a Dona Carol de Toni fez, que o Eduardo Bolsonaro fez, que o Filipe Barros fez e que o Márcio Labre fez também. Eu gostaria de retirá-los – estou entregando aqui esses requerimentos –, uma vez que eles não são mais membros desta Comissão e muito menos suplentes desta Comissão. Era sobre isso que eu gostaria de me posicionar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Será encaminhado, Deputado, para a Secretaria desta Comissão, e as providências serão tomadas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu passo a palavra para a Deputada Luizianne Lins para fazer as perguntas aos nossos palestrantes convidados.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Eu queria, primeiro, Sr. Presidente, lamentar o fato de que muitas pessoas que aqui vêm para defender o bolsonarismo e o terraplanismo não comparecem para entender e para compreender o significado e o conceito das coisas, o que é muito triste. Eles continuam perpetuando esse comportamento de terraplanista mesmo, de quem não quer saber: "Eu não quero saber porque não me interessa, porque a minha convicção é que vai me dar a verdade; a minha verdade, e a verdade com que vou, inclusive, enganar as outras pessoas" – supostamente, não é?

Mas eu achei muito interessante a composição desta Mesa. Eu queria fazer algumas observações sobre cada uma das falas depois deixar alguns questionamentos. A ideia desta CPMI é a gente ir montando esse quebra-cabeça, que é uma investigação, onde vamos juntando as partes, conceituando as partes e construindo um relatório.

Primeiro vou começar com algumas questões que o Rafael de Almeida Evangelista colocou.

Você trouxe para nós uma coisa de que eu tenho falado reiteradamente, Rafael: exatamente que cada uma das democracias no mundo hoje está sendo ameaçadas em várias circunstâncias por questões de redes sociais, mas rede sociais inclusive diferenciadas, que estão se adaptando ao próprio processo da constituição do País. E eu tenho falado muito...

Ontem citei aqui uma pesquisa do DataSenado. Câmara e Senado fizeram uma pesquisa que foi publicada pela EBC, segundo a qual 79% dos brasileiros hoje usam WhatsApp, e um dos motivos é pela questão da baixa renda. Ou seja, passou a ser uma conta de telefone gratuita, acima de tudo. E isso faz com que ele tenha esse poder mobilizador. Ele não faz isso por acaso; ele faz por ter esse poder mobilizador de capilaridade. Porque até nós... Por exemplo, eu tenho o Telegram, mas o que é mais utilizado, o que a gente reproduz é essa tecnologia americana do WhatsApp, que hoje é do Facebook, como é o Instagram. Ou seja, é uma conectividade de busca de dados também que extrapola até a nossa compreensão de que a que ponto eles chegam nesse processo todo.

Além disso, estava observando que o WhatsApp hoje é o principal veículo de informação para a maioria dos brasileiros, ficando atrás de outras fontes citadas pelos brasileiros, segundo a pesquisa, de um misto de redes sociais e veículos tradicionais. Dentre eles, os canais de televisão aparecem com 50% de brasileiros que se informam por eles; logo em seguida, vem o YouTube com 49%. Quer dizer, a gente não percebeu o momento... Quando a pesquisa aprofunda, ela diz o seguinte: o YouTube apareceu como mais popular entre os mais jovens. Os que afirmam ver vídeos sempre na plataforma chegaram a 55% dos jovens entre 16 e 29 anos, ou seja, mais da metade dos jovens nessa faixa etária se informa através do YouTube.

Então, foi-se constituindo – e hoje eu tenho muita clareza disso – um mundo paralelo sendo visto e observado por essa faixa etária que foi ficando longe dos olhos das pessoas da minha faixa etária para frente, e não se entendeu a mudança de paradigma de onde se recebe a informação.

Depois da televisão, vem o YouTube com 49%. E a televisão tem 50%, ou seja, está batendo o percentual que se informa pela televisão e pelo YouTube. O Facebook tem 44%; os





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sites de notícia, 38%; a rede social Instagram, 30% – está em processo de crescimento; as emissoras de rádio, 22%; os jornais impressos, 8%; e o Twitter, 7%.

Qual é o grande papel do Twitter? Ele é, digamos, um formador de opinião. Ele pauta os jornais, ele pauta televisão, ele pauta outras redes e ele circula em um setor muito pequeno da opinião pública, porém um setor poderoso economicamente ou formador de opinião. Essa é uma grande tarefa que o Twitter faz.

Uma coisa para o que eu queria chamar a atenção é que, de todas essas redes de que eu falei, incluindo televisão, inclusive rádio, *sites* de notícia, etc., só há uma que é privada: o WhatsApp. Só há uma que é privada, que é o WhatsApp, só há uma em que eu não consigo penetrar se eu não for uma participante daquele grupo. Eu posso ter o WhatsApp, mas se o seu grupo não me acolhe, eu não estou fazendo parte do seu grupo. E o TSE muito menos, que é quem deveria fiscalizar. Ele não tem como, porque são grupos privados, são grupos fechados, são grupos de família, são grupos...

E há um dado estarrecedor que eu já citei também aqui, que inclusive eu utilizei num artigo que eu fiz sobre isso: nós tivemos aí, no ano de 2018, em junho do ano de 2018, precedendo as eleições, que 12 milhões de pessoas compartilharam *fake news* no Brasil, 12 milhões de pessoas em junho, só no mês de junho. O levantamento monitorou 500 páginas digitais de conteúdo político falso ou distorcido. Ou seja, isso indica que essas notícias têm um potencial de alcançar quase toda a população brasileira, se você considerar uma média de 200 seguidores por usuário. A gente sabe que o WhatsApp pode fazer grupos de até 256. Cada um dos 246 é, em potencial, um retransmissor. Então, você hoje tem capilaridade para, a partir de um determinado posicionamento, seja ele verdadeiro ou falso, chegar a atingir a grande totalidade da população brasileira. E com uma diferença, ele não é detectado publicamente.

Então, no Brasil, devido à condição de renda do povo brasileiro com relação à telefonia, devido à questão também da facilidade...

(Interrupção do som.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... está trabalhando, você está vendo o WhatsApp. No intervalo ali, você vai lá no seu "zap" para olhar o que que aconteceu. Você não pode fazer isso com a televisão. Nem todo espaço de trabalho tem televisão, mas está ali o *smartphone* com você, acompanhando você direto.

Então, eu penso que esta CPML... E estou dizendo tudo isso para dizer o seguinte: que eu achei muito interessante porque você fez uma avaliação, sua pesquisa está vindo de fora para dentro, combinando com os pesquisadores daqui. Que é o que vem sendo feito, mas parece que isso não está chegando a canto algum. Por isso que eu acho que nós temos que procurar as principais autoridades brasileiras hoje em relação a isso: TSE e STF. Por quê? Porque as coisas estão muito claras para nós.

Ontem a gente trocava uma ideia, conversando com o Prof. Leonel, que é o estudioso dessa questão muito antes de isso estar sendo um problema tão extremamente grave como está. Está provado que o YouTube, que hoje, agora chega a 49%, a metade da população, é um canal formador de opinião e formador, além disso, de desinformação, em que os jovens são os principais... Mais da metade dos jovens de 16 a 29 anos está se informando por ele, porque eles não vêm mais de TV, vêm TV através do *smartphone*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por tudo isso, o próprio YouTube tem regras dele próprias, que a gente chama de reprodução automática, que já foram pesquisadas por pesquisadores daqui do Brasil, juntamente com universidade de fora daqui. O *New York Times* deu uma matéria enorme sobre isso, colocando de forma clara que o YouTube tem sido o responsável por organizar, por fazer conhecer e por articular a direita e a extrema-direita brasileira. Eles se encontraram ali. Hoje eu tenho clareza disso por tudo que eu li. Se foi o canal que juntou a extrema-direita... De onde saiu esse povo? Todo mundo já se deparou com isso depois do processo eleitoral. A gente não imaginava que esse discurso do ódio, a política como ódio, o ódio como política, a questão do preconceito, a questão do racismo descarado, a questão do fascismo aberto e a questão de as pessoas terem prazer em falar isso, o sadismo digital... Tudo isso para nós foi uma grande surpresa depois que passou o processo eleitoral, e a gente não sabia de onde tinha vindo isso.

Então, hoje as redes sociais, que conectam, conectam a maldade também, elas conectar o mal pensar, elas conectam esse sentimento de ódio que algumas determinadas pessoas passam a ter e a exercitar por doença mesmo, doença mental, doença social, doença de várias ordens.

Então, eu queria reiterar isso, que eu acho que é muito importante e valioso para pesquisa nesse sentido, de que esta CPML – e, aí, eu vou colocar isso de forma muito forte para a Deputada Lídice da Mata – tem que carregar no WhatsApp, como um instrumento que foi danoso e prejudicial no processo eleitoral do ano passado. Não só ele, mas ele foi o mais significativo, por todas as pesquisas que eu fiz, e eu tenho estudado esse tema.

Não há uma coisa que tenha sido mais danosa, em 2018, de que se ouviu falar, do que as marcas que foram deixadas... Porque ninguém tinha coragem de botar mamadeira de piroca na televisão. Essa é a questão central. Ninguém tinha coragem de dizer, de acusar o Haddad de pedófilo, como foi feito, na televisão e no rádio. Por quê? Aí vem o que o Prof. Leonel coloca: porque, bem ou mal, a gente gostando ou não dessas emissoras, dessas grandes imprensas, existe um código para os jornalistas – e a gente é formado para isso –, para se cumprir. Existem técnicas, como foi colocado aqui, de noticiabilidade. Por que uma coisa vira notícia e por que não vira? Não é só... Claro que há a questão da própria opinião, digamos assim, da formação do jornal, o que o jornal pensa, o que ele defende, etc. e tal, que aí diz respeito aos donos dos jornais, mas o jornalista que está lá, no seu exercício profissional, tem algumas regras que ele tem que cumprir, que ele aprendeu na universidade a cumprir. É por isso que a gente defende o diploma. A gente defende o diploma como um valor, porque não é só você escrever qualquer coisa e achar que é jornalista. Eu fico impressionada, porque vem aqui, Prof. Leonel, tudo quanto é aventureiro de construção de conteúdo – eu chamaria assim – que acha que é jornalista. Na cabeça dele, ele é jornalista de si mesmo, interpretando a si próprio e o mundo que o rodeia.

Então, é uma coisa muito complicada, porque todo mundo está sendo atingido, não só aquele que tem capacidade de vislumbrar que aquilo ali é uma mentira. Os jovens, às vezes, não têm essa capacidade. Ainda não têm inteligência emocional, ainda não têm formação para compreender essas maldades e as artimanhas da vida. E são capturados.

Então, isso eu tenho colocado muito, porque isso me preocupa profundamente. Uma das coisas que me preocupa profundamente é como essa juventude agora... Até nós. Você ouve uma coisa, a pessoa diz assim: "Aconteceu isso e isso". Aí, você diz assim: "Mas isso é verdade?". Hoje a gente está vivendo sob o espanto da mentira e da verdade o tempo todo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A gente diz assim... Eu mesmo, às vezes, olho e digo: mas isso não é *fake* de novo? Você já foi atrás para saber se é verdade? Ou seja: onde... Aí eu vou citar a Profa. Lucia Santaella, que é inclusive minha professora no doutorado este semestre, que fala o seguinte: "A pós-verdade não é uma coisa que vem depois da verdade, como esse prefixo 'pós' poderia trazer de significado". Ela diz que essa pós-verdade inventada, na verdade, é uma grande tentativa de você criar uma confusão no mundo, na opinião pública, nas pessoas, de uma forma geral, em que você vai dizer "pouco me importa a verdade, pouco me importam os fatos que compõem a verdade. O importante é o que eu acredito". "O importante é a verdade que eu introjetei e em que eu quero acreditar". Quer dizer, isso é uma loucura! É como se a gente estivesse recuando no processo civilizatório mundial, e eu acho que aí, nesse caso... Aí eu vou entrar agora na seara do Prof. Leonel, porque eu acho que uma coisa que o Leonel trouxe aqui, Deputada Lídice, é o conceito de *fake news*, que a gente, até agora, não conseguia fechar – não conseguia fechar que eu digo é com quem veio aqui –, que é exatamente a construção... Depois ele deu a definição. Eu gostaria até que entregasse essa definição, porque a gente precisa começar... Já que nós estamos fazendo uma CPMI de *fake news*, é fundamental que a gente traga uma fundamentação acadêmica, e eu acho que ele trouxe, que é exatamente o quê? Não é uma informação que está sendo passada de forma equivocada. Não. É a construção de qualquer conteúdo que está sendo passado de qualquer jeito para qualquer pessoa. E ele colocou isso de forma acadêmica, de forma... Eu acho que isso deve tecer o nosso conceito para trabalhar isso.

A segunda coisa que eu acho que o Prof. Leonel traz – no caso, eu e o Deputado Rui somos jornalistas de formação – é essa questão de que todos eles aqui vêm de forma desqualificada, de forma rasa, sem nenhum tipo de aprofundamento de conteúdo, vários Deputados bolsonaristas vêm aqui, os bolsomínions vêm aqui colocar que quem faz *fake news* é jornalista, como se isso fosse a mesma coisa. Ou seja, a produção de uma peça de meme desqualificada para detonar a Deputada Lídice ou o Senador Angelo, de qualquer jeito, inventando o que quer, de forma às vezes pitoresca – para não dizer de forma desrespeitosa – ou de forma mais chocante, na verdade não é a mesma coisa de um jornal que comete, que pode cometer erro. Porque o jornalista pode cometer erro, e muitos vieram aqui reclamar de uma ou outra coisa que o jornal deu errado, mas o jornal tem responsabilidade, pode ser acionado juridicamente, ele tem responsabilidade para corrigir, inclusive agora, com a lei do direito de resposta, que foi uma vitória para a democracia, recentemente. Alguns veículos se negavam a dar, e a gente agora tem uma lei que obriga o direito de resposta quando eu me sinto atingida. E não existe nada, nada, nada disso no ambiente digital, então ninguém pode comparar. Eles querem misturar o tempo todo, dizendo que o jornal faz *fake news* igual a uma *fake news* qualquer, que é disseminada para milhões no WhatsApp.

Então eu acho que isso daí vem para pontuar esse momento, principalmente agora, em que nós estamos diante da Medida 905, que a Câmara Federal está apreciando, que está tirando até do registro no Ministério do Emprego, do Trabalho agora, o registro de jornalista, como também desregulamentando as cinco horas. Nós estamos inclusive com emenda – o Deputado Rui Falcão também tem emendas – nesse sentido para a gente recompor, mas acho que não tinha outro momento para a gente estar vendo isso melhor do que este momento, porque todo mundo aqui vem e diz que é jornalista. Nunca sentou numa cadeira para discutir ética. Nós discutimos ética. Nunca sentou numa cadeira para saber técnicas de codificação do jornalismo,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como é que eu escrevo uma notícia. É do jeito que eu estou querendo contar uma história? Não, não é. Existe ciência por trás; a ciência da comunicação é uma ciência, ela estuda, tem parâmetros: como o discurso é construído, como se dá o significado das coisas, como chega na opinião pública. Tudo isso é ciência, não é um achismo, a pessoa resolveu fazer uma coisa engraçadinha e saiu passando para os outros. Isso tudo eu acho que tem sido muito importante.

E por fim, o Dr. Diogo Rais traz aqui essa questão do Direito. Aí eu queria também aproveitar para fazer alguns questionamentos que eu acho que são importantes. Por exemplo, essas grandes empresas, Google, WhatsApp, Facebook, Instagram, Twitter, YouTube – a gente conversava um pouco sobre isso ontem, não é, Prof. Leonel? –, elas são meio que um não-lugar, porque se elas têm alguma sede física não importa, o que importa é que elas têm uma mão sobre o mundo hoje – sobre o mundo, olha só, não estou falando pouca coisa, não, elas têm uma mão sobre o mundo – a partir de um lugar invisível e elas entram nas sociedades como se não deveriam nada para aquela sociedade, que tem uma legislação própria. É como se as leis fossem as leis deles, o Google tem a lei dele, o WhatsApp tem a lei dele, não abre porque não é para abrir... Tudo bem, é a política de privacidade, etc. e tal, de cada empresa, não estou nem entrando nesse mérito. O que eu quero saber é o seguinte: é possível que uma empresa seja regida por uma legislação dela, própria, e atravesse fronteiras e permaneça mantendo a sua legislação própria, da empresa, e não se submetendo à legislação? Porque nós estamos aqui para legislar; os Deputados e Senadores são para isso. Mas pouco importa o que a gente disser aqui? Pouco importam as leis, não é? Então, pouco importa também que a gente esteja fazendo lei.

Em cima disso, eu queria saber... É importante que caminhemos para algumas regras pelo menos, para regras gerais de conduta, que nós vamos ter que apontar nesta CPMI. Nós vamos ter que apontá-las, porque senão vai ficar tudo do jeito que está.

A segunda coisa é: como a gente faz... Esta é uma coisa em que tenho pensado muito. Agora eu sou leitora assídua de políticas de privacidade. Toda vez que me pedem para aceitar, eu tenho que parar... É um saco, porque é uma coisa gigantesca, mas, na verdade, o que eles querem mesmo está em um parágrafo! Você está aceitando que seus dados sejam compartilhados com as empresas amigas da empresa para a qual você está dando seus dados. As parceiras da Gol, por exemplo – vou citar a Gol, porque eu uso internet no voo –, só deixam eu entrar no sistema... Eu pago com meu cartão, mas só consigo entrar no Gogo Entertainment, eu só consigo entrar lá se eu aceitar a política de privacidade, mesmo pagando. Aí o que se está dizendo? A primeira coisa que é dita é que ela está autorizada a compartilhar os meus dados com as empresas que são parceiras dela, mas que não são minhas parceiras.

Então, eles vão construindo o *big data* e vão construir a partir disso sistemas de algoritmos que vão localizar a gente de qualquer jeito em todo o nosso... Eles localizam não só onde estamos, com a história do Google Maps etc. e tal, mas também as 15 últimas pesquisas que eu fiz na internet, exatamente o que eu sou e o que eu penso. Uma empresa dizer que tem... Aquela Cambridge Analytica tinha 5 mil informações sobre um cidadão. Eu sempre digo assim: nem eu tenho 5 mil informações sobre mim mesma! E cada vez isso vai aumentando mais! Aquele filme Privacidade Hackeada, que é um documentário, afirma que, daqui a alguns anos, os filhos dele – um tem 11, outro tem 4... O *big data* terá 70 mil informações sobre uma pessoa só. Conhece a pessoa mais do que a pessoa mesma se conhece!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, isso é covardia! É covardia, porque isso fica em qualquer dispositivo que você abre. Pula em cima de você tudo que você quer ver às vezes. Por exemplo, a Cambridge fez isto: pegou as pessoas que eram a favor de porte de arma e fez a propaganda contra a Hillary Clinton, dizendo o seguinte... Eles botaram a *hashtag* #hillarycorrupta e, em seguida, colocaram o seguinte: "Ela vai tomar a sua arma". E isso foi dito para quem? Exatamente para aqueles que defendiam o porte de arma, embora votassem na Hillary. Isto foi direcionado para eles: "Ela vai tomar sua arma". Eles sabiam quem eram essas pessoas, estavam localizadas. Toda vida, quando esse cidadão abria o computador, pulava de lá uma propaganda dizendo: "Hillary corrupta vai tomar sua arma". Depois, ele ia para o *smartphone*, e aparecia a mesma coisa. Por quê? Porque você está "logado" numa conta só. Por isso, é tudo conectado. Eu posso continuar com o Facebook. Continue com o Google! Isso é tudo coisa nova, mas é real! E nós estamos sendo vítimas disso.

A gente quer conversar com algumas pessoas aqui... É aquela visão terraplanista mesmo. Eu fico usando isso, porque para mim isso é emblemático. Para mim, isso define muito bem os terraplanistas. Eles não querem ouvir isso. Por quê? Porque eles querem continuar se elegendo através de *fake news*! Deu certo uma vez, mas eu tenho fé no brasileiro, tenho fé na humanidade, tenho fé em que essa situação não vai perdurar. Imagino que o mundo vai encontrar formas de se proteger disso.

Então, Dr. Diogo, para finalizar, há uma coisa que me preocupa: o processo eleitoral. A nossa assessoria trabalhou alguns questionamentos que eu acho que são importantes aqui.

Como é que você vai exigir que, nas campanhas, por exemplo, elas não deem os bancos de dados delas, mas declarem os bancos de dados de quem elas estão com banco de dados? Isso para que elas não saiam fazendo disparos de forma... Houve vários tipos na eleição passada. Eu estudei várias modalidades, e uma delas era o seguinte: disparo em massa para quem for. Botavam as pessoas no grupo, faziam um grupo, e aí a pessoa saía do grupo.

Por exemplo, eles colocavam 25 pessoas, aí 9 pessoas imediatamente saíam do grupo, 4 depois saíam devagarinho. Ali ele já encontrou um terreno fértil para pelo menos 12 pessoas serem audiência. E daí vira orgânico, porque ele começa a repassar aquelas informações, ou seja, acaba se produzindo e se construindo um bolsomínion. Eu estou dando um exemplo aqui que foi esse disparo para dizer: "Tem que votar...". Aí começa.

Inicialmente a estratégia – eu finalizo com isso – a estratégia não é você carregar logo no processo eleitoral, dizer "vote em 'fulano'" ou "vote em 'beltrano'"; é construir tendências, tipo o anti-PT. O anti-PT... Por que todo mundo, de uma hora para outra, o pessoal começou: "Não, o PT não!". Ora, "o PT não"? O PT foi que fez este Brasil ser o que é, no período recente, que está sendo desconstruído agora. De uma hora para, o pobre, a pessoa que era pobre e que usufruiu de várias políticas do Governo Lula, anti-PT. E ninguém entendia o que era. Então, foi um ataque covarde, feito através de uma montagem muito elaborada, muito ardilosa, através de grupos fechados. Em especial a comunidade evangélica, parte do setor evangélico foi atacado. E a gente está vendo aí os pastores. Está aí o pastor – eu não queria falar aqui, não, porque ele não está aqui, mas senão eu não vou falar, porque ele não vem nunca quase.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não; vem sempre e ataca a gente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vem, mas vai embora.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – ... e vira as costas.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É, Rui, vem, mas vai embora, não é? Que é o Pastor Marco Feliciano. É o exemplo de pastor, da comunidade evangélica – porque ele é eleito pelos evangélicos –, o exemplo é ele, que agora foi expulso do partido por questão de corrupção, por questão de assédio, por questão não sei de quê. Então, assim... Mas houve um grupo do setor evangélico que foi induzido ao erro, que foi enganado. Enganado! Eu não vou fazer juízo de valor porque respeito todas as religiões, mas eles foram enganados. E esse fundamentalismo... Quem é que imaginava que o povo brasileiro ia acreditar em mamadeira de piroca? Mas acreditou! Acreditou e foi brigar contra o Haddad na rua por causa disso. Então, gente, não é possível que a gente tenha que concordar com isso.

Então, Diogo Rais, eu gostaria, dentro também da sua especialidade, do Direito Constitucional, pudesse dar uma luz aqui no sentido de como é que essa questão da proteção dos dados... Essa questão mesmo de, durante a campanha eleitoral, como é que você vai aplicar essas regras de proteção de dados, para que a gente de novo não esteja, não venha correndo atrás do prejuízo: "Ah, ninguém sabe o que aconteceu".

E, por fim, eu acho que esse Carlos Bolsonaro... Ontem aqui o empresário Paulo Marinho disse que ele tinha que fazer um tratamento psiquiátrico, porque disse que ele era doido, mas na verdade ele ameaça agora um jornalista do UOL que também já fez uma carta para o Presidente. Aí daqui a pouco ele está ameaçando não sei de quê. Tem que dar um freio nisso! Tem que dar um freio nisso, porque é um absurdo que a gente esteja discutindo uma coisa aqui... Então, convoque-se logo esse rapaz! Se é para a gente saber o que está achando, convoque-se, porque está difícil. Ele está aqui... As mãos e os pés da CPMI, por fora, criando as milícias digitais, organizando as milícias digitais. Saiu das redes com medo, agora, da influência da CPMI, mas não para de criar problemas para nós aqui.

Então, eu gostaria de ouvir os três, nos pontos que dizem respeito à área de cada um, mas principalmente para a gente pensar no futuro, em como é que nós vamos fazer uma legislação que dê minimamente conta dessa situação que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui Falcão, porque aí depois os três respondem as perguntas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Estão chamando para votação nominal. Então, eu queria, se possível, interromper por dez minutos para que a Deputada Lídice e o senhor também – ah, não, é sessão da Câmara –, para que nós três pudéssemos votar rapidamente e retornar. Suspendêríamos por cinco, dez minutos; o tempo de votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. vai querer fazer pergunta?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, sim, mas não quero atropelar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não. É a questão somente do tempo, porque os convidados... Eu fui informado de que eles têm voo também no final da tarde.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – A gente vai e volta.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Vou só perguntar, não vou fazer consideração.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, fica suspensa a nossa reunião por dez minutos, até os Parlamentares irem ao Plenário da Câmara Federal para exercer o seu direito de voto.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 15 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas e 59 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ficam reabertos os trabalhos, para darmos sequência às perguntas e respostas dos nossos convidados nesta tarde de hoje.

Eu vou aproveitar...

Com isso, declaro reaberta a sessão.

E vou aproveitar.... A Deputada Luizianne já fez as perguntas? Fez, não foi?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, o Deputado Rui Falcão com a palavra, para fazer as perguntas, como último orador inscrito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpellar.) – Vou procurar não tomar muito tempo, eu sei que o senhor está com viagem agendada e eu acho que os palestrantes também, mas é forçoso eu fazer uma primeira consideração: eu não acho, Dr. Diogo... O senhor não falou isso, que só o TSE, mas eu acho que o TSE...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, entendi. O TSE, durante toda a campanha eleitoral, com dezenas de denúncias, a única atitude, digamos assim, "punitiva", entre aspas, que adotou foi com relação ao candidato Fernando Haddad, por fazer campanha – não *fake news* – negativa contra o Bolsonaro. Contra todo o resto, todas as calúnias, injúrias, nada, o TSE não fez nada. Agora mesmo, há um inquérito sobre a campanha eleitoral. A jornalista Patrícia Campos Mello, que fez várias denúncias comprovadas, inclusive, de disparo de mensagens a partir do exterior, sequer foi ouvida pelo TSE.

Então, eu acho que a gente tem que... Há esse portal do TSE, que não é nenhuma maravilha, mas é uma... Precisa-se de mais coisa. Eu acho sempre que há uma narrativa, para usar um termo moderno, de que tudo que se faz, com alguma regulamentação, nessa área, significa censura, atentado à liberdade de expressão, logo num Governo que ameaça cassar a concessão da Rede Globo, que proíbe a *Folha de S.Paulo* de entrar numa licitação. Então, é estranho isso. E, logo quanto àqueles que mais defenderam a liberdade de expressão no País, continuam a defender, parece que nós queremos aqui cercear alguém quando nós queremos acabar com a campanha de desinformação, de mentira, de destruição de reputações, de incitamento ao crime e de ameaças, e de atentados. Então, eu acho que, com todo o respeito... Sou contra o punitivismo que grassa na sociedade também, mas também não adianta só contemplar e... Então, queria fazer essa primeira observação, embora o senhor não tenha ido nessa direção, mas também não foi na direção oposta.

Então, eu queria, dito isso... Eu sou advogado também formado, além de jornalista, mas há um monte de advogado aí, não é o seu caso, e de juristas que estão indo numa direção terrível de convalidar o autoritarismo, o fascismo e principalmente o sistema de Justiça no País hoje, como ficou demonstrado no julgamento do Lula, de outros, na destruição de empresas nacionais, nas denúncias que o Intercept fez de procuradores venais, de um juiz venal que virou Ministro da Justiça.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aliás, tem um vocabulário tosco: porque foi chamado de ladrão outro dia aqui, criou uma celeuma danada. Eu disse que ele era venal e... Talvez ele ache que "venal" é uma coisa leve, que "ladrão" é muito ofensivo, "venal" ele assimilou. É um juiz venal e um ministro venal que se vendeu para um candidato esperando uma vaga no Judiciário, no Supremo, que não sei se terá. Então, esse sistema de Justiça, na sua grande maioria, está podre. Eu não tomo esses tribunais superiores como modelo de defesa da democracia – tomara que estejam gravando.

A nossa CPI está investigando... Por que eu estou insistindo nisso? Está investigando uma organização criminosa. Ela se instalou no Brasil, ela tem um comando operacional, tem um núcleo político que produz informação dirigida, tem um núcleo difusor, tem um núcleo de influentes e tem um núcleo financeiro, cujo dinheiro nós vamos rastrear, como sugeriu a Deputada Joice. Ninguém quer falar sobre isso, mas há rios de dinheiro financiando essa operação. E o seu QG está instalado ao lado do gabinete do Presidente da República. A gente está pedindo ajuda a todos os democratas aqui para desbaratar essa organização criminosa. Então, considerando a experiência internacional, o que os outros países têm feito para combater essas organizações criminosas? O que a gente poderia fazer aqui?

Outra pergunta que eu faria a todos é a seguinte. No documento "Internet e eleições no Brasil", a entidade InternetLab, centro de pesquisa em direito e tecnologia, defende a atualização de dispositivos sobre o uso de dados pessoais. O documento afirma que o art. 57-E da lei eleitoral, que trata do uso do cadastro, está em desarmonia com a lei geral de proteção de dados. O senhor concorda com essa recomendação do InternetLab? A mudança deveria ser em qual sentido?

Especialistas ouvidos por esta CPMI, entre os quais o advogado Francisco Cruz, afirmam que as novas ferramentas de *marketing* digital precisam ser regulamentadas, sob pena de produzirem desigualdade de competição, a exemplo do que aconteceu em 2018. Os senhores concordam com essa avaliação? Quem deveria fazer a regulamentação? O Congresso? O TSE? Em que sentido seria essa regulamentação para criar parâmetros de, pelo menos, redução das desigualdades, se não fossem parâmetros de igualdade?

Os senhores defendem e acham que é viável a criação de unidades especiais no Ministério Público Eleitoral dedicadas à investigação de fraudes e comportamentos abusivos no meio digital?

Eu tenho muita preocupação com as mensagens de ódio, com os conteúdos preconceituosos, sobretudo racistas, machistas e homofóbicos. Ontem, aqui, um depoente disse o seguinte: "Não, o Bolsonaro não é homofóbico. Ele faz piadas de conteúdo gay". "Bom, mas isso é homofobia...". "Não, é uma brincadeira." Então, essas brincadeiras, como essa brincadeira que o Deputado leu aqui, não são brincadeiras, elas vão se transformando em conceitos, em iniciativas.

Então, para nossa surpresa, nós recebemos cópia de uma ação civil pública que à época foi movida pelo Procurador da República de Goiás Ailton Benedito de Souza contra o Facebook exatamente porque o Facebook retirou da rede perfis que propagavam mensagens de ódio e mensagens racistas. Esse senhor, vocês todos sabem, está na onda aí, foi nomeado pelo Procurador-Geral da República Secretário de Direitos Humanos e Defesa Coletiva da Procuradoria-Geral da República.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Pergunto: como avançar no combate desse tipo de mensagem para que não se diga que é cerceamento à liberdade de expressão? Isso poderia ser feito pelo Legislativo, pelo Poder Judiciário para coibir essas práticas tão comuns atualmente, especialmente em períodos eleitorais?

Claro que um dos objetivos desta CPMI é justamente produzir regulamentos, sugestões, projetos de lei nessa direção. Então, a gente busca sugestões dos senhores também.

Os senhores consideram que os chamados influenciadores digitais devem ser autorizados a atuar no processo eleitoral?

Como declarar esse apoio?

Isso porque artistas, por exemplo, têm sido hoje proibidos de fazer depoimentos na televisão, no rádio.

Como lidar com o fato de que os candidatos estão montando redes muito antes do período de campanha e aproveitando-as no curto período eleitoral? Atualmente a regulação de propaganda antecipada limita-se a proibir pedido explícito de voto. Há um vácuo de controle da Justiça Eleitoral no período anterior à campanha. Como lidar com essa situação?

Por fim, no futebol, como ocorreu no último final de semana, o Cruzeiro foi rebaixado ao perder para o Atlético, e aí os torcedores quebraram cadeiras. Houve polícia, bombas e tal. Quando isso ocorre, quando a torcida pratica esse ato, o clube é punido.

No caso das eleições, como limitar a ação das torcidas que muitas vezes, sob o argumento da liberdade de expressão, organizam pesadas estruturas econômicas para destruir candidatos adversários, como é o caso do famoso Luciano Hang, aquele que tem uma estátua fajuta da liberdade e para o qual os bolsomínions batem continência, conhecido como Véio da Havan, e que está convocado para depor na CPMI e que financia até as eleições do Uruguai. Apoiou o candidato vitorioso, mas apoiava mesmo o candidato da extrema-direita, candidato vitorioso e que por sinal repeliu o apoio do Bolsonaro achando que isso poderia prejudicá-lo nas eleições do Uruguai.

Então, como tratar essas torcidas organizadas, que não são de partidos, que não se assumem como candidatos, mas derramam dinheiro e subvertem os resultados eleitorais e, mais do que nas eleições, propagam essas campanhas pelo AI-5, contra a democracia, promovem a destruição de reputações, estímulo ao suicídio, e assim por diante?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo a palavra, por ordem da esquerda para a direita, ao jornalista Leonel Aguiar, para responder às perguntas da Deputada Luizianne e do Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor começou da esquerda para a direita por nossa causa aqui?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Evidentemente que foi para seguir o rito.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR (Para expor.) – Bom, é muito estarrecedor, primeiro, essas questões que a gente tem levantado aqui. E a Deputada Luizianne também agora veio me alertar que houve vários ataques na página do YouTube da TV do Senado já estão acontecendo em relação aos membros desta Mesa.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Neste exato momento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR – Isso, Sr. Presidente, é inconcebível numa democracia, entendeu? É inconcebível. Isso é estarrecedor. Para que buraco este País está caminhando nesse sentido?

Então acho que de fato a Comissão tem que ficar atenta, tem que acionar a Polícia Federal. Isso não é possível, que você venha aqui para falar, discutir, somos três professores universitários, com carreiras reconhecidas, e aí você é desonrado por esses robôs, por essas milícias digitais, que nos atacam, não respeitam a democracia, não respeitam o Parlamento, não respeitam o Senado, não respeitam a Câmara Federal. Realmente fico muito preocupado no sentido de saber onde vamos parar.

Eu acho que está na hora de uma união entre os democratas deste País. É preciso dar um basta a essa desonra que se instalou neste País para todas as pessoas do bem. Isso é muito difícil, viu? É muito difícil, nós que somos três professores pesquisadores, neste momento nós estamos sendo atacados em massa por esses robôs.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – São mensagens de ódio, de ataque à pessoa.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR – Isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – São mensagens de ódio, são criminosas.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR – São mensagens criminosas, não é? Eu acho que é isso. Acho que está na hora de a Polícia Federal, Senador Angelo Coronel, ser acionada e olhar, neste momento, os ataques que estão sendo feitos a nós três professores aqui, o que é algo grave para a democracia, é algo grave para este Parlamento. É realmente uma onda de mentira que toma conta deste País. Estou estarrecido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dr. Leonel, é importante até que os senhores fiquem sabendo que nós contamos, em todas as reuniões da CPMI, com o Delegado Federal Dr. Sobral, que se encontra aqui no plenário, entendeu? Ele está observando também todos esses depoimentos, e evidentemente, quando há alguma denúncia como essa que o senhor falou agora, nós já vamos pedir à Secretaria que consiga algum *post*, alguma coisa, para que a gente encaminhe para a Superintendência da Polícia Federal, para fazer a devida investigação.

O SR. LEONEL AZEVEDO DE AGUIAR – Eu agradeço, porque acho que nenhum de nós três professores e pesquisadores que aqui nos encontramos, nenhum cidadão brasileiro merece, mas a gente vem aqui fazer um depoimento, com o nosso saber, com as nossas pesquisas, para ajudar o processo democrático. E aí, o que a gente encontra, na verdade, são essas mensagens de ódio, de que querem fazer isso, fazer aquilo com a gente, enfim, perseguições de todos os tipos, não é? Obrigado pelas providências que serão tomadas, Senador.

Tentando responder aqui a algumas perguntas que me foram feitas, uma das questões que eu coloquei, uma tentativa de definição de *fake news*, que é muito difícil, assim como a definição de notícia e também de reportagem. A gente sempre se debruça sobre isso. Mas o que eu apontei aqui foi que *fake news* são as produções textuais e as postagens, geralmente inverídicas, produzidas por grupos políticos e/ou por internautas, que são disseminadas nas redes sociais e que não têm nenhum relacionamento com o trabalho jornalístico, exatamente porque não aplicam os princípios éticos e profissionais do jornalismo, não aplicam as técnicas jornalísticas, entre as





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

quais eu citei aqui os critérios de noticiabilidade, valor de notícia ou o próprio modo de construção da notícia e da reportagem.

A questão central é que eu vejo que esses ataques que são feitos ao jornalismo profissional e aos jornalistas são uma tentativa de desqualificação da credibilidade jornalística, desse jornalismo profissional. E aí, a gente tem, como consequência dessa desqualificação da credibilidade jornalística, um questionamento da própria liberdade de expressão, já que são assim as figuras centrais que estão, o tempo todo, apontando o dedo para os jornalistas profissionais e para as empresas, essas várias que eu citei aqui, dizendo que elas são produtoras de *fake news*, o que não é verdade, e a consequência dessa desqualificação da credibilidade jornalística é colocar sob questionamento a liberdade de imprensa e a atuação profissional do jornalista. Em última instância, o que corre risco é sempre a democracia e a liberdade de opinião, a liberdade de expressão da sociedade.

Eu já participei de outros debates aqui no Senado e na Câmara Federal também em relação à profissão e eu me lembro de que uma das questões que se colocava era a obrigatoriedade, a exigência do diploma para o exercício da profissão de jornalista e, muitas vezes, dizia-se algo que não corresponde à realidade, ou seja, que a exigência do diploma – e isso tem muito a ver agora com *fake news* – para o jornalista atuar profissionalmente era um atentado à liberdade de expressão da sociedade.

Faz mais de dez anos, talvez nove, que eu vim aqui convocado para uma dessas Comissões Parlamentares de Inquérito, e a questão central era de que a atuação profissional do jornalista, em momento algum, é um cerceamento à liberdade de expressão da sociedade, menos agora quando a gente tem todo esse aparato da internet e das redes sociais disponível. Na verdade, é uma regulação profissional que protege a sociedade no sentido de que os jornalistas profissionais são aqueles que têm a capacidade cognitiva, a capacidade profissional, têm o treinamento devido para isso, o treinamento prático, o treinamento teórico, a perspectiva teórica para produzir um material jornalístico de qualidade que, antes de tudo, forneça à sociedade informações de qualidade, informações jornalísticas de qualidade.

Para que fornecer informações jornalísticas de qualidade? No fundo, no fundo, é para que qualquer cidadão, de posse dessas informações de qualidade, consiga orientar a sua vida em relação às escolhas democráticas que ele tem de fazer nessa sociedade.

Nós, professores de jornalismo, jornalistas profissionais, lutamos e batalhamos por informação jornalística de qualidade, por um jornalismo de qualidade, por um jornalismo voltado para o interesse público de modo que a gente consiga fornecer para a sociedade informações jornalísticas de qualidade, informações jornalísticas equilibradas para que essa sociedade consiga, de posse dessas informações, decidir que rumos ela quer tomar. É por isso que a gente, o tempo todo, fica falando da importância do jornalismo de interesse público, da importância da qualidade da informação jornalística, da informação jornalística com parâmetros éticos e com responsabilidade social, exatamente para que o cidadão possa, com essas informações, decidir que rumo ele quer dar à sua vida e à vida social como um todo.

É isso. Eu encerro aqui a minha fala nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao jornalista Rafael de Almeida.

O SR. RAFAEL DE ALMEIDA EVANGELISTA (Para expor.) – Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer aos Deputados pelas perguntas, Deputado Rui Falcão, Deputada Luizianne Lins.

Eu gostei muito do resumo que a Deputada Luizianne fez, ou seja, a fala que ela fez e a forma como ela condensou o panorama geral. Ela foi muito competente e muito forte. E, aí, eu só queria reforçar algumas coisas para passar o que eu tenho de experiência de pesquisa e da literatura e pensar como isso pode contribuir para as medidas que essa CPMI vai estabelecer, sugerir ou projetos de lei, etc.

Eu acho que existe uma questão importante com que a gente precisa tomar muito cuidado que é com relação à criptografia. Acho importante que a gente não criminalize a criptografia, quer dizer, o direito do cidadão de se comunicar com segurança e com inviolabilidade dessa mensagem que ele está mandando para outra pessoa. Isso é essencial para que essa liberdade possa ser exercida.

Vamos lembrar que diversas revelações, por exemplo, que o Snowden fez foram feitas usando criptografia. Se você não tem essa possibilidade de fechar esse canal de comunicação para fazer essa comunicação, você acaba desestimulando diversas denúncias, algo que vai, na verdade, contribuir para a democracia. Agora, a gente tem um problema muito claro, e por isso que eu tentei falar bastante nessa expressão do zero *rating*, que é um problema, inclusive, que coloca uma desigualdade de competição entre os próprios serviços de mensagem. Quando você tem o fato de que certas plataformas conseguem gozar desse privilégio nesses acordos de zero *rating*, isso significa que você, inclusive, inviabiliza a competição entre elas.

Então, por exemplo, por que os grupos de WhatsApp são o lugar em que mais tem acontecido essa disseminação de notícias falsas? Porque, nesses grupos, o sujeito que assina um serviço de telefonia, quando acaba o plano de dados dele, continua acessando o WhatsApp de graça.

Então, isso coloca, inclusive, uma questão de competição com outros serviços, outras empresas que poderiam fornecer o mesmo tipo de serviço. Isso cria, inclusive, essa situação de confinamento informacional dos sujeitos, em que eles estão podendo acessar um único serviço. E aí eu acho que, pensando sobre os todos os atores nesse gigantesco problema que a gente tem, acho que é importante a gente marcar o quanto... Há evidências de uma ação concertada, em cima dos grupos de WhatsApp, de sujeitos maliciosos, procurando afetar as discussões nesses grupos.

Então, você tem um conjunto de evidências sobre isso. Acho que as revelações da Patrícia Campos Mello na *Folha de S. Paulo* são, inclusive, muito importantes com relação a isso. Ela denuncia ali também as tentativas de fazer microsegmentação nos grupos, ou seja, você classificar os usuários justamente para fazer isso que a Deputada Luizianne estava comentando, você entregar mensagens falsas específicas para determinados grupos.

Nesse sentido, acho que há muita pressão que se pode fazer sobre as plataformas, buscando maior colaboração delas na investigação dessas organizações. Elas têm muito mais a contribuir do que elas têm contribuído até agora. Elas precisam ser pressionadas. O Deputado Rui Falcão perguntou sobre experiências internacionais: essa é uma coisa que o Governo dos Estados Unidos tem feito; o Governo da do Reino Unido também tem feito. A gente viu o Zuckerberg ser convocado para dar depoimentos. É preciso que... Não cabe dúvida de que, para essas empresas, o mercado americano é muito mais importante, e eles procuram preservar a





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sua imagem lá, e aqui no sul global, eles meio que estão dando de ombros. Então, você tem o próprio WhatsApp agindo de uma maneira... não colaborando o tanto quanto poderia colaborar, justamente, porque são lugares – vamos dizer – com menos prestígio no mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RAFAEL DE ALMEIDA EVANGELISTA – Exato.

Inclusive, há problemas que a gente está enfrentando agora que são específicos desses lugares periféricos, dos países periféricos. O WhatsApp é um fenômeno no sul global porque o zero *rating* é – entre outros motivos – uma política feita para países pobres, por países pobres. Nos países ricos, os sujeitos mandam SMS, há grupos de SMS; não há grupos no WhatsApp, isso não é tão disseminado quanto é disseminado no sul. Então, isso exige de nós pesquisadores, e eu acho que exige do Legislativo também, uma capacidade de olhar para esse problema que é única no mundo, porque são problemas únicos no mundo. Os sujeitos que usaram o WhatsApp como arma nas eleições no Brasil e que devem continuar usando nas próximas eleições inventaram coisas, eles elaboraram uma estratégia específica para essas condições que estavam dadas.

Queria só fechar falando sobre o YouTube, que foi muito bem lembrado pela Deputada Luizianne: o YouTube se tornou o lugar de expansão dos grupos de ódio globalmente. Também no Brasil há pesquisas ótimas sobre como essa aliança de grupos extremos aconteceu. Nos Estados Unidos, há o instituto Data & Society que tem um *paper* ótimo justamente investigando esses canais, como eles vão se retroalimentando, essa cultura de celebridades nos canais vai se retroalimentando até os pontos extremos. Há pesquisas ótimas feitas no Brasil também com relação a isso. Agora, essa mídia em especial, essa plataforma em especial colocou diversos estímulos, e os sujeitos estão respondendo a esses estímulos econômicos. Foi isso também que eu tentei trazer na minha fala. Você teve o estímulo para canais de desinformação produzirem conteúdo, porque eles ganham em cima de visualizações, cliques e etc.; isso interessa às plataformas e interessa aos grupos políticos que eventualmente os potencializam.

Então, há muito – acredito – a se entender sobre essa dinâmica de lucro que favorece as plataformas. Há muito a se pressionar com relação a isso. E isso ataca uma questão central, que é o fato de que elas se tornaram... Quando elas começam a utilizar algoritmos de recomendação, elas deixam de se tornar lugares neutros, plataformas neutras e passam a se tornar recomendadores de conteúdo proativos.

Então, há uma estatística, que acho que é do grupo do Virgílio Almeida, daqui, do Brasil, que levantou esse número – não tenho certeza –, mostrando que 70% das visualizações dos vídeos no YouTube acontecem motivadas por recomendações da própria plataforma. E as recomendações da própria plataforma vão nessa espiral de radicalização porque isso gera mais engajamento. Então, acho que é preciso, primeiro, entender essa economia que se formou e aí atuar sobre ela e sobre quem se beneficia dessa economia de forma a evitar esses efeitos negativos, não só para a política, de deslegitimação da política ou de radicalismos políticos, mas também contra outras instituições. E aí, como foi muito bem lembrado, acho que pelo Prof. Leonel, sobre outras instituições como a ciência mesmo, e a gente está vendo aí o exemplo do terraplanismo, que é ótimo, a negação do aquecimento global e todas essas negações da ciência, do pensamento científico.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o Dr. Diogo Rais, para elaborar suas respostas e, ao mesmo tempo, suas considerações finais.

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA (Para expor.) – Muito obrigado, Senador. Agradeço pelas perguntas. Eu tentei organizá-las, para aproveitar esse tempo, em alguns eixos aqui, como a questão da privacidade de dados, a questão da responsabilidade das plataformas pelo conteúdo de terceiros, essa questão global e local e, por último, também a respeito do Tribunal Superior Eleitoral e o que, pelo menos nas pesquisas que eu tenho desenvolvido, a gente tem encontrado.

Acho que vou começar com a ideia da privacidade. A gente realmente tem pouco apreço pela privacidade dos dados, e isto é uma pena, porque, frequentemente, a gente acaba se preocupando menos em como atuar nesse espaço.

A gente tem uma lei aprovada, a Lei Geral de Proteção de Dados, e agora a gente começa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não tem autoridade ainda.

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Pois é. Não tem autoridade, o que é uma das grandes dificuldades ali, mas a gente começa a desenhar um sistema de alguma proteção.

Eu acho que é fundamental a privacidade de dados, considerando o fenômeno da desinformação. Pelo que eu tenho pesquisado a esse respeito, a desinformação customizada tem maior chance de impacto, aquela que é produzida para determinado grupo. Aquele grupo acredita em tal coisa, então, de repente, aquela desinformação desacredita ou enfrenta aquela convicção daquele grupo. Então, ela acaba podendo ter um comportamento ou um impacto maior.

Eu realmente acho que a privacidade de dados deve ser amadurecida, e a gente está construindo um sistema, e eu acho que isso, de alguma maneira, vai irradiar também para o campo eleitoral, e a gente vai ter, talvez, algumas regras a respeito disso. Eu tenho acompanhado bastante essas discussões, embora não seja minha atuação específica a privacidade de dados, mas, como se lembrou do Francisco, do InternetLab, a respeito de como cuidar ou, talvez, prestar contas desses bancos de dados... Então, de certa maneira, eu tenho muito mais ouvido as pessoas que estão trabalhando em privacidade de dados dizerem o quanto isso pode irradiar para o eleitoral, e eu acho que isso é muito importante, é uma das formas para ajudar a combater senão a quantidade de desinformação, talvez seu potencial de impacto, já que a desinformação seria menos confeccionada sob medida, já que eu não sei exatamente o que é que você pensa, e o que é que cada pessoa pensa. Então, aqueles que geram a desinformação fariam mais genericamente, então, com menos chance de acerto.

Vou falar um pouquinho da responsabilidade. Eu acho que isso tem bastante a ver com as coisas que eu tenho pesquisado. O meu universo de pesquisa é a Justiça Eleitoral, eu tenho feito isso há 13 anos e, na Justiça Eleitoral, eu tenho acompanhado o índice de atuação. Quando a gente fala na Justiça Eleitoral é sempre sensível, porque... Eu já tive que responder várias vezes algumas perguntas do tipo: "A Justiça Eleitoral foi bem na eleição de 2018?". E eu pergunto: "Qual Justiça Eleitoral?", porque a Justiça Eleitoral no Brasil tanto administra as eleições, ela cuida do processo eleitoral, como ela julga os conflitos eleitorais e normatiza também as eleições por meio das resoluções. Então, quando a gente vai tentar...

(*Intervenção fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Pois é, ela tem esse poder de resolução que deve ficar dentro da legislação. Algumas, inclusive, foram revistas. Isso cabe ao Supremo como um sistema de controle, de pesos e contrapesos.

Na pesquisa que eu fiz, eu levantei todos os processos digitais. Primeiro, em 2014, eu fiz em companhia de vários outros pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, esta pesquisa está publicada, em que a gente mapeou o quanto se remove conteúdo na internet e por que se remove. O debate sobre a desinformação ainda não estava aquecido, mas a própria Fundação Getúlio Vargas replicou essa pesquisa para este momento, e hoje, eu e um grupo de pesquisa no Mackenzie fizemos uma pesquisa de todas as ações que chegaram ao Tribunal Superior Eleitoral a respeito desse tema. O que a gente constatou é que houve muito julgamento a respeito desses conflitos eleitorais. Então, a Justiça Eleitoral, como julgadora, atendeu isso e julgou em tempo – parece-me – muito rápido, inclusive comparado com o tempo que a Justiça comum costuma levar para julgar as coisas. A gente mediu, por exemplo, que as liminares foram concedidas ou negadas em 24 horas, então, acho que mostra esse comprometimento.

A Justiça Eleitoral como administradora do processo. Eu acho que é esse o ponto para que eu queria chamar a atenção: do portal de combate à desinformação, parece-me que ela faz isso institucionalmente. É esse o ponto que eu gostaria de ressaltar, porque eu acho que é importante trazer a verdade sobre as instituições para que a população consiga se instruir a respeito disso. Eu acho que a Justiça Eleitoral tem feito muito bem, sim. E, sobretudo, eu tenho indicado como exemplo mais claro. É minha opinião.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Posso?

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Claro, Deputado, por favor.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Durante as eleições, o candidato Bolsonaro disse que se ele não fosse vitorioso é porque a eleição seria fraudada. Não houve nenhuma manifestação da Justiça Eleitoral para dizer: olha, nosso sistema é seguro e tal...

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Pois é. Por isso, eu estava falando da função de administradora, olhando para as eleições 2020, como julgadora nas eleições 2018 ela fez rápido.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Defesa da instituição.

O SR. DIOGO RAIS RODRIGUES MOREIRA – Inclusive, Deputado, é muito interessante o senhor falar isso, porque eu realmente escrevi também sobre isso, na época, dizendo que a Justiça Eleitoral deveria ter agido já antes das eleições – como ela tem feito agora. Por isso, eu sou tão fã desse projeto da desinformação e, por isso, eu o defendi aqui – pelo menos, como minha opinião.

A questão da responsabilidade das plataformas. Nós já temos sistema de responsabilidade, esse sistema é o marco civil. Nós temos o art. 19 do marco civil que atribui a responsabilidade das plataformas para remover conteúdo de terceiros após decisão judicial. A ideia é que as plataformas não sejam os árbitros da verdade e não removam um por si só o conteúdo. Eu acho muito mais perigoso o conteúdo removido por si só na plataforma do que o conteúdo que eventualmente não é removido. Por que isso? Porque eu acredito que as plataformas, muito diferente da mídia profissional, como o caso que os colegas já colocaram, não contratam seus usuários. Então, elas não deveriam ser responsáveis pelos seus usuários –





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não são seus funcionários, o que é diferente do jornalismo, da imprensa, do rádio e da televisão. Então, esse é o sistema.

Esse sistema de responsabilidade deixa um espaço no qual a gente sofre efeitos colaterais de todos os processos. Esses efeitos colaterais me parecem que são, talvez, o alvo para que a gente possa pensar em como minimizar isso. Eu não acredito que a gente consiga erradicar isso.

Falando um pouco desse aspecto internacional, eu não acho que a gente tenha nenhum exemplo no mundo que tenha resolvido isso, e eu acho que a tendência é ainda piorar com a transformação de *fake news* em *deep fakes*, que são aqueles vídeos nos quais você aparece fazendo uma coisa que nunca fez, ou aparece num lugar onde nunca esteve, ou falando uma coisa que nunca falou. E você tem que convencer a pessoa dizendo assim: "Olha, você acredita em mim ou no que os seus olhos veem?". Isso é muito difícil. Então, a gente está falando de uma evolução em tecnologia. E eu penso que, talvez, a tecnologia pode ser uma grande aliada para isso. Uma das coisas que eu vi recentemente foi um concurso, acho que feito pela Microsoft ou Facebook ou por outras empresas, com US\$10 milhões oferecidos para as pessoas mandarem projetos de tecnologia que ajudem a combater *deep fakes*. Eu realmente acho que a solução é multilateral: a gente não vai conseguir resolver isso vindo de um lado só.

E, talvez, só para fechar e falar um pouquinho da lógica de dados das plataformas, eu sempre comparo muito com o que sempre aconteceu talvez no âmbito do comércio. Os meus avós, tanto paternos, quanto maternos, foram comerciantes, e desde pequeno eu ficava no comércio, e eu lembro que, toda vez que chegava um cliente, a grande estratégia era agradá-lo, mostrar para ele coisas de que ele gostava, falar coisas de que ele gostava e trazer para ele coisas por que ele pudesse se interessar. Quanto mais ele ficasse lá, mais chance ele teria de comprar. Eu acho que as plataformas desenvolvem esse negócio, e é o modelo de negócio delas. Mas é importante mais transparência, como por exemplo: como se remove ou a questão das políticas. Eu acho que a transparência sempre é bem-vinda num cenário de democracia, mas eu me preocupo muito com a ideia da criminalização das ferramentas, como o Prof. Rafael, que também trouxe, por exemplo, a questão da criptografia em si. Eu me preocupo muito porque dá uma impressão de que a gente criminaliza as ferramentas ou a gente acha que, de uma certa maneira, tudo que aconteceu foi por responsabilidade dessas plataformas.

Um dos criadores da internet, o Vint Cerf, tem uma frase bem antiga que eu sempre gosto de comentar que é a ideia de que a internet é um espelho da sociedade. E isso quer dizer que, quando você olha para o espelho e não gosta da imagem que você vê, não é quebrando espelho que você vai resolver. Eu acho que realmente precisa mudar essa imagem refletida.

Hoje, talvez, a gente tenha outras questões, como por exemplo o próprio sensacionalismo e o ódio impregnado. É aí que eu acho que a gente tem que trabalhar tanto com a ideia da repressão no sentido massivo, quanto com a ideia da educação.

E eu acho que são esses os itens que eu tentei abordar no tempo que podia.

Queria, como consideração final também, se for o caso, agradecer mais uma vez o convite e elogiar: eu sempre acreditei na conexão e sinergia da universidade com o Estado, então a possibilidade de estar aqui dividindo a Mesa com todos vocês e os professores reforça a minha crença de que a gente tem uma energia estudantil, que pode fazer e colaborar para a solução do País e para um Estado cada vez mais democrático, pelo menos, sobretudo, diante da energia dos nossos estudantes.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Deputada Lídice, me permita só fazer uma observação rapidamente, só para dizer que, embora a gente veja aqui que muitos não compareceram ou não ficaram na reunião, porque, como eu digo, não querem saber do conteúdo, nós temos agora, neste momento, Presidente, uma audiência de 1.210 brasileiros, que estão vendo, neste momento, o vídeo. E há dez que estão propagando as mensagens de ódio contra a Mesa. Você vê que é, de fato, sistemático: retuitar, no caso, se for o Twitter; mas no caso, assim, sistematicamente os robôs disparam dez. Isso entre 1.210 que estão querendo ouvir o que se está dizendo neste momento. Para você ver como as pessoas estão interessadas neste tema.

Era só para fazer essa observação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Bom, Presidente, eu quero também dizer que uma parte dos companheiros e dos membros desta Comissão não estarem aqui presentes se dá pelo fato de nós estarmos, na Câmara, numa votação muito importante, para a qual devemos nos dirigir neste momento também, que é a votação do novo marco legal do saneamento no Brasil.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Com a privatização da água, trazendo um grande debate político para a Casa.

Eu quero, novamente, agradecer a todos que estão nos assistindo, agradecer a todos que estão participando; dizer que esta é a última reunião que nós estamos realizando neste ano. Nós vamos voltar para mais oito semanas de intenso trabalho, para apresentar um relatório, para o qual eu quero a contribuição de todos vocês.

Não é um relatório fácil, volto a pontuar. Nós estamos diante de desafios complexos, que foram aqui colocados, inclusive, pelo Dr. Diogo aqui, de forma mais enfática ainda. E eu me pergunto... Fico muito a me perguntar isto, Dr. Diogo: como tornar a democracia mais efetiva numa realidade em que o instrumento da falsificação de notícias vira um instrumento de opressão contra o conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, nós vamos simplesmente concluir que não há nada a fazer? Só temos que educar? Mas como temos só que educar se novas tecnologias e ferramentas são colocadas à disposição a todo momento? Então, é como se nós ficássemos paralisados.

Eu acho que não é possível para a sociedade se colocar dessa maneira. Se nós formos concluir que devemos apenas fazer processos... Vejam bem: quanto tempo leva uma ação, um direito de resposta? São dadas 24 horas. Ora, 24 horas diante de uma notícia falsa divulgada nos meios de ferramenta hoje... Eles arrebatam uma candidatura, por exemplo, a um cargo majoritário ou a um de vereador.

Então, não é possível que nós possamos continuar nos colocando absolutamente como se a única coisa que nos restasse fosse baixar para o desconhecido. Eu acho que nós estamos diante de uma situação de desconhecido, mas temos que aprimorar nossa posição democrática sobre isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Toda liberdade de expressão tem um limite legal. Então, nós temos que buscar como conceituar esse limite legal, o que é crime na internet. Será que não há nenhuma evolução do marco legal para cá, com essa nova realidade, com a intensidade com que essas novas ferramentas estão ocorrendo em todo o mundo? Se o desafio é global, vamos nos debruçar para a articulação dessa troca de ideias globalmente. Mas eu acho muito difícil que nós possamos concluir apenas em deixar correr, em ter a medida da educação. Eu acho que tudo o que nós estamos fazendo aqui, neste momento, é educação para as redes na sociedade, educação com jovens, com crianças. Haveremos também de ter como interferir.

Agora, sinceramente, digamos assim – não é nem ambição –, na minha inquietação democrática, eu não consigo me conformar que nós possamos viver nesse universo de prática de crime, na forma que está na internet, sem ter uma possibilidade de fazer alguma regulação que seja ou que nós possamos discutir objetivamente com as plataformas que novo tipo de medida tomar, porque, se há claramente um conteúdo de interesse econômico nas plataformas, isso precisa ser regulado. Senão, nós vamos estar entregues ao deus-dará e, como eu sempre costumo dizer, à barbárie. Se o conteúdo econômico determina um comportamento e se nós não tivermos como regular até do ponto de vista econômico esse comportamento, vamos, então, oferecer à sociedade exatamente a ideia...

Enquanto nós estávamos aqui, eu recebi a comunicação de uma notícia que tem corrido lá pela Bahia, que é claramente *fake news*. As pessoas estão desesperadas me mandando dizer: "Mas, num supermercado, alguém estava comentando isso". Isso é uma velha prática. Quando fui Prefeita, os adversários botavam duas, três, quatro pessoas em cada linha de ônibus para divulgar uma mentira. Havia um momento em que isso era descoberto e que você podia responder a isso. Hoje não há resposta possível.

Então, o que nós vamos concluir? Que vamos esperar, como é previsto por alguns cientistas, que as máquinas substituam o humano e concluir que é um desenvolvimento natural da humanidade? Eu creio que, neste momento, enquanto estamos nos deparando com esse tipo de desafio, que é o desafio da existência dos regimes democráticos ocidentais, de as democracias ocidentais sobreviverem, nós precisamos, como diria um amigo, suar o cérebro para encontrar um caminho para que nós possamos impedir a prática desse crime. Isso é um crime! Todos concluíram aqui que é um crime, e assim se trata aqui e em outras Mesas que fizemos.

E é claro que a lei que nós temos hoje não está dando conta de resolver esse crime, porque, se estivesse dando conta de resolver esse crime, objetivamente, nós estaríamos conseguindo impedi-lo, mas nós não estamos conseguindo impedir a sua prática. Então, como é que a lei está dando conta de tudo, se nós não estamos conseguindo que a aplicação dessa lei resolva?

Então, eu acho que é um desafio para esta Casa, que é a responsável pela organização das leis, pela criação das leis, e é um desafio que nós temos que realizar convocando a sociedade para nos ajudar, para nos ajudar no combate, no esclarecimento. Existem as normas, as formas de checagem das empresas. Vamos buscar ver de que maneira chegar a isso.

Agora, eu sinceramente acho que a esse desafio nós precisamos responder, de fato. Eu tenho um profundo compromisso democrático, mas o que é a democracia no tempo atual? De que maneira nós podemos caracterizar o que é a democracia com um procedimento que é profundamente antidemocrático?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não consigo achar a resposta apenas... Perdoe-me, porque não foi o senhor quem disse isto: "A internet reflete a sociedade." Tudo reflete a sociedade, mas como é que nós chegamos a isso? Na internet, minorias podem se tornar majorias, em função do uso de ferramentas que transformam notícias fraudulentas, que fazem com que as pessoas acreditem, e do uso de robôs.

Então, o que nós estamos discutindo é justamente isto: como é que as minorias se tornam maioria, num movimento claramente fraudulento? Esse é o desafio que eu acho que está se colocando.

Então, nesse sentido, eu acho que o espelho pode refletir a nossa dificuldade em abordar esse tema. Isso não quer dizer que eu acho que as majorias são sempre majorias. Elas se modificam socialmente, em determinado momento. Por isso que a democracia existe. Elege-se um Presidente que tem uma tendência mais à esquerda; depois é a direita. Isso acontece no mundo inteiro. Em todas as democracias, acontece dessa forma.

Agora há um procedimento em que esse sentimento é capitalizado. E esse que nós estamos vendo acontecer é uma movimentação mundial, invertendo principalmente valores construídos ao longo da construção de valores democráticos e que estão sendo desconstruídos. Pode ser que o futuro seja isto: a desconstrução total e a ida para um regime que não é democrático, que é essencialmente autoritário, porque se dá com a utilização de instrumentos que redefinem o desejo das pessoas, impedem o pensamento das pessoas e que agem diretamente para impedir a razão e o raciocínio, para levá-los a um nível de exclusão da razão.

Mas vamos adiante. E que Deus nos proteja e nos dê capacidade para enfrentar o desafio!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerramos aí esse bloco final de perguntas e respostas.

Eu queria agradecer a presença do jornalista Leonel Aguiar, do Prof. Rafael Almeida, do Prof. Diogo Rais, e a presença de todos os senhores e senhoras que estão hoje nos prestigiando neste momento com suas presenças nesta CPMI.

Eu queria aproveitar e colocar em votação as Atas da 15ª e 16ª reuniões, solicitando a dispensa de suas leituras.

Os Srs. Parlamentares que as aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

As atas estão aprovadas.

Queria também informar que, no dia 4 de fevereiro, estamos retomando os nossos trabalhos. Vamos ter essa pausa agora pelo recesso. Na semana que vem não teremos sessão porque teremos votação no Congresso Nacional do Orçamento e, quando temos sessão deliberativa no Congresso, não podemos fazer sessão deliberativa nas comissões.

Então, no dia 4 de fevereiro acontecerá a nossa primeira sessão, no retorno do nosso recesso, quando iremos fazer uma sessão deliberativa, já que estamos na Casa com aproximadamente 80 requerimentos precisando ser deliberados pelo Plenário da CPMI. A partir daí, vamos dar sequência às nossas oitivas, convidando novas pessoas, porque nós vamos ter aí, aproximadamente, oito semanas, após o recesso, para que a gente possa ouvir o máximo e, a partir daí, a nossa Relatora lavrar o seu relatório, a ser apreciado aqui pelo Plenário.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Antes de o senhor encerrar a sessão, era justamente sobre isso que eu queria me manifestar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Em tese, a CPI...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está na metade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – São 180 dias, só que ela pode ser prorrogada. Então, não necessariamente nós vamos encerrar a CPMI em abril. É possível que sim, mas é possível que não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depende do Plenário da Câmara.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, mas a gente deve ter o direito de propor o adiamento se for necessário.

Quero me reservar esse direito, porque, pelo volume de requerimentos e pelo andar da carruagem, inclusive com a ênfase que a Relatora dá às suas convicções, talvez não haja elementos suficientes nesse prazo para que a gente tenha um relatório mais efetivo.

Então, em princípio sim, mas que a gente deixe no ar essa possibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado. Obrigado.

Então, retomando: no dia 4, primeira sessão deliberativa do chamado segundo turno da CPMI – estamos encerrando hoje o primeiro turno.

Repetindo: na próxima semana não teremos sessão em virtude da votação do Orçamento no Congresso Nacional; dia 4 é votação deliberativa, sessão deliberativa; dia 5, oitiva, provavelmente de alguma plataforma – vamos solicitar a disponibilidade delas, ou Google, ou Face, ou o Insta, para vir aqui já a primeira plataforma –, para que a gente a partir daí comece a fazer o fechamento da nossa CPMI.

Eu queria agradecer a presença de todos mais uma vez.

Desejo a todos um bom final de semana.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença dos Parlamentares que vieram aqui dar quórum a esta CPMI.

Declaro encerrada a sessão.

Que todos vão para casa para casa com Deus, que é quem nos guia.

(Iniciada às 13 horas e 20 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 53 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 18ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 05 DE FEVEREIRO DE 2020, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e trinta minutos do dia cinco de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Luiz do Carmo, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Irajá, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Ricardo Barros, Walter Alves, Márcio Jerry, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Caroline de Toni, Carlos Jordy, Delegado Éder Mauro, Lídice da Mata, Alexandre Frota, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, José Nelto, Dr. Leonardo, João Roma, Dário Berger, Marcos do Val, Luiz Pastore, Izalci Lucas e Arolde de Oliveira. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Filipe Barros, Marcelo Ramos, Celso Russomanno e Arthur Oliveira Maia. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa. ITEM 1 - REQUERIMENTO Nº 181 de 2019** que: "Requer à Polícia Legislativa que preste informações a essa CPMI identificando alguns usuários do Twitter envolvidos no caso "mensalinho do Twitter"." **Autoria:** Deputada Caroline de Toni e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - REQUERIMENTO Nº 184 de 2019** que: "Requer informações ao Ministério Público Federal sobre o caso do dinheiro da Lava Jato utilizado para influência digital." **Autoria:** Deputada Caroline de Toni e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - REQUERIMENTO Nº 193 de 2019** que: "Requisição ao Twitter e Facebook para que identifiquem as pessoas envolvidas no "mensalinho do Twitter"." **Autoria:** Deputada Caroline de Toni e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - REQUERIMENTO Nº 204 de 2019** que: "Requisição de informações ao Ministério Público Federal e ao Tribunal Superior Eleitoral sobre o "mensalinho do Twitter"" **Autoria:** Deputada Caroline de Toni e outros. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - REQUERIMENTO Nº 275 de 2019** que: "Requer seja feita notificação ao Twitter para esclarecer a quem pertence duas contas na rede social." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - REQUERIMENTO Nº 290 de 2019** que: "Requer obter, junto ao Poder Judiciário, o acesso ao conteúdo das trocas de mensagens no grupo intitulado "Gabinete do Ódio", mantido no Instagram, conforme informações apresentadas pela Deputada Joice Hasselmann em seu depoimento." **Autoria:** Deputado Túlio Gadêlha. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - REQUERIMENTO Nº 291 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao TWITTER para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - REQUERIMENTO Nº 292 de 2019** que:





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Requer o encaminhamento ao FACEBOOK e ao TWITTER para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 9 - REQUERIMENTO Nº 293 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 10 - REQUERIMENTO Nº 294 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao TWITTER e ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 11 - REQUERIMENTO Nº 295 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao WHATSAPP (Facebook) para que apresente as informações abaixo indicadas sobre as contas (números de telefone) e Grupos de Conversa." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 12 - REQUERIMENTO Nº 296 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao WHATSAPP (Facebook) para que apresente as informações abaixo indicadas sobre as contas (números de telefone) e Grupos de Conversa." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 13 - REQUERIMENTO Nº 297 de 2019** que: "Requer o encaminhamento ao TWITTER e ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 14 - REQUERIMENTO Nº 299 de 2019** que: "Solicita sejam requisitados junto à Deputada Federal Joice Hasselmann os Endereços de IP de computadores relacionados à milícia virtual e à disseminação de "fake news", conforme apurados e identificados pela Deputada." **Autoria:** Deputado Rui Falcão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 15 - REQUERIMENTO Nº 300 de 2019** que: "Requer que a rede social Twitter seja notificada para que esclareça a quem pertence as seguintes contas: "Deja El Loen Te Lechar" @Leitadas_Loen, "Left Dex" @Lets_Dex e Brasileirinhos @_brasileirinhos." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 16 - REQUERIMENTO Nº 301 de 2019** que: "Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito os Requerimentos do Deputado Filipe Barros, que deixou de ser membro da Comissão: 251 e 271." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 17 - REQUERIMENTO Nº 302 de 2019** que: "Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito o Requerimento do Deputado Eduardo Bolsonaro, que deixou de ser membro da Comissão: 272." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 18 - REQUERIMENTO Nº 303 de 2019** que: "Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito os Requerimentos da Deputada Caroline de Toni, que deixou de ser membro da Comissão: 163, 164, 165, 166, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 188, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 255, 256 e 274." **Autoria:** Deputado Alexandre Frota. **Resultado:** Prejudicado. **ITEM 19 - REQUERIMENTO Nº 304 de 2019** que: "Requer esclarecimentos ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno Ribeiro Pereira." **Autoria:** Deputado Rui Falcão. **Resultado:** Aprovado. **ITEM 20 - REQUERIMENTO Nº 312 de 2019** que: "Requer sejam oficiados o GOOGLE BRASIL e FACEBOOK BRASIL para que enviem a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações de registro, acesso, postagens e demais dados pertinentes aos seguintes canais criados no YouTube Brasil, páginas no Facebook e dos sites listados." **Autoria:** Senador Angelo





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 21 - REQUERIMENTO Nº 307 de 2019** que: "Requer seja convocada para depor nesta CPMI na condição de testemunha a senhora Mayara Cristina Modesti, dona da empresa Tudo Saudável." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 22 - REQUERIMENTO Nº 308 de 2019** que: "Requer seja convocado para depor nesta CPMI na condição de testemunha o senhor Jaime Bruning." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 23 - REQUERIMENTO Nº 310 de 2019** que: "Requer seja convidado para debater nesta CPMI o senhor Leonardo Euler de Moraes, presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 24 - REQUERIMENTO Nº 311 de 2019** que: "Requer seja convidado representante da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) para debater nesta CPMI os efeitos das Fake News sobre a saúde pública e sobre a confiança nas vacinas." **Autoria:** Senador Angelo Coronel. **Resultado:** Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/05>



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 18ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à apreciação dos seguintes requerimentos: 181, 184, 193, 204, 275, 290 a 297, 299 a 304, e o Requerimento 312.

Antes, porém, vou ler aqui um breve relatório a respeito dos trabalhos da CPMI até o dia de hoje.

A CPMI das Fake News retoma os trabalhos nesta quarta-feira com uma pauta com 20 requerimentos que pedem dados e informações às plataformas de redes sociais ou de mensagem a respeito de perfis e contas de usuários citados em diversos casos de supostas *fake news* ou casos de calúnia e difamação. Além desses 20 requerimentos, a CPMI ainda tem na fila para votação outros 87 requerimentos – esses serão pautados em uma próxima reunião deliberativa. Os requerimentos tratam de convites ou convocações a diversas personalidades que podem contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Teremos até o dia 13 de abril para apresentar para a sociedade um relatório que contemple medidas que coíbam os efeitos da produção e disseminação de *fake news*.

Na primeira etapa dos trabalhos, em 2019, a CPMI fez 17 reuniões, foram ouvidas 29 pessoas entre técnicos da área do direito, do jornalismo, da tecnologia da informação e de áreas ligadas à saúde, além de depoimentos de cunho mais político, como os dos Deputados Alexandre Frota e Joice Hasselmann, do ex-Ministro Santos Cruz e do blogueiro Allan dos Santos. Entre os requerimentos já aprovados, restam ser atendidos 58 convites e 59 convocações.

Os documentos requisitados e recebidos pela CPMI, com informações vindas da Justiça Eleitoral, do Ministério Público, da PGR e da Polícia Federal, apontam para a necessidade de que sejam quebrados os sigilos telefônicos e de dados de diversos números e usuários das redes sociais ali listados.

Quanto a esta Presidência, asseguro que a condução seguirá equilibrada, pautada pelo Regimento e obedecendo rigorosamente as deliberações do Plenário desta Comissão.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Ninguém tinha dúvida quanto a isso não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputado.

Inicialmente, cabe esclarecer que os Requerimentos nºs 301, 302 e 303, de autoria do Deputado Alexandre Frota, solicitam que sejam declarados prejudicados, respectivamente, os requerimentos de autoria do Deputado Eduardo Bolsonaro, do Deputado Filipe Barros e da Deputada Caroline de Toni, pois estes haviam deixado de integrar esta CPMI.

Decido: com base no art. 334 do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Presidência declarar a prejudicialidade de proposições nos casos previstos. Entretanto, os Deputados Filipe Barros e Carolina de Toni voltaram a compor esta CPMI, de modo que os Requerimentos 301 e 303 perderam a oportunidade e, portanto, estão prejudicados, com base no art. 334, inciso I, do Regimento Interno do Senado. Por sua vez, o requerimento de autoria do





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputado Eduardo Bolsonaro de número 272 foi subscrito pela Deputada Caroline de Toni, de modo que fica também prejudicado o Requerimento nº 302.

Proponho ao Plenário – evidentemente quando estivermos com quórum para deliberar, mas vou ler para anteciparmos –, com base no art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com art. 89, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco de todos os demais itens da pauta.

Então vamos aguardar o nosso restabelecimento do quórum.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aí a palavra franqueada aos membros da CPMI.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem aqui, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu quero transmitir a esta Comissão, que trata do tema *fake news*, uma informação que foi objeto de um trabalho de análise de redes e que, na minha opinião, é extremamente grave.

Esse trabalho que foi feito identifica – todos estão acompanhando aí – uma verdadeira campanha de linchamento político e ideológico da cineasta Petra Costa, que está concorrendo ao prêmio do Oscar, o que deveria ser um motivo de orgulho para todos os brasileiros, e que, por conta provavelmente da temática do filme que ela preparou, que ela elaborou e que está disputando o Oscar – é um documentário sobre o golpe institucional de 2016 contra a Presidenta Dilma –, tem sido vítima de ataques violentíssimos em várias áreas, inclusive nas redes sociais. Mas o que chama a atenção é que uma das principais fontes para a realização desses ataques é a Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República. Além de politicamente ser algo profundamente equivocado, isso se constitui crime, porque a utilização da estrutura pública, da máquina pública, do dinheiro público, para atacar quem quer que seja, por qualquer razão, não está entre as atribuições da Secretaria e do Secretário – aliás, Secretário esse que já vem sendo alvo de denúncias extremamente graves...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – E requerimento de convocação aprovado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Exatamente.

Isso nega inclusive aquilo que disse o Presidente da República: "No meu Governo não tem corrupção". Esse cidadão é um dos exemplos de suspeita grave de corrupção, porque ele é proprietário de uma empresa de análise de mídia que trabalha para vários órgãos de comunicação e, durante a sua gestão, esses órgãos de comunicação que têm convênio, têm contrato com a sua empresa foram largamente beneficiados, inclusive contra qualquer critério técnico, com os recursos, as verbas publicitárias da Secretaria de Comunicação da Presidência da República. Mas esse é um outro capítulo. Além disso, esse cidadão, o Sr. Fábio Wajngarten, também é acusado de ser um dos criadores, um dos mais atuantes integrantes da milícia digital. Segundo o que se diz, seria inclusive um dos cabeças dessa milícia digital, e está convocado para cá.

Eu quero fazer essa denúncia. Isso é uma coisa absolutamente grave. Isso, inclusive, desmonta os argumentos de vários Parlamentares da base do Governo que ficam a dizer que o nosso objetivo aqui é derrubar o Presidente, que ele seja retirado pelo TSE. Não. Aquilo que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aconteceu na campanha eleitoral de 2018 continua acontecendo de forma ativa e criminosa. Então, Sra. Relatora, que juntamente com o Presidente tem a prerrogativa de fazer as convocações, eu acho que já é hora de esse elemento ser convocado para esta Comissão para que ele possa, entre outras coisas, esclarecer qual é a sua posição, o seu cargo nessa chamada milícia digital.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nosso Deputado carioca.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Muito obrigado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Paulo Ramos.

Gostaria de dizer o seguinte: ouvi a intervenção do Senador Rui Costa.

V. Exa., quando abreviou, fez uma síntese dos trabalhos da Comissão, V. Exa. mencionou o número de requerimentos já aprovados e que têm como mérito a convocação de pessoas para que possam colaborar com a nossa Comissão. Mas a Comissão Parlamentar de Inquérito tem o papel fundamental de investigar, investigar fatos ocorridos. Uma CPI não investiga para o futuro; pode apresentar proposições que venham a prevenir a ocorrência dos mesmos fatos que foram objetos da investigação.

Não há nenhuma dúvida, inclusive por depoimentos de Parlamentares da base do Governo – e eu não vou dizer ex-bases do Governo, porque são ainda vinculadas ao mesmo partido político –, depoimentos que comprometeram, de alguma forma, o Sr. Fábio Wajngarten... Se já existe a aprovação de requerimento de convocação do Sr. Fábio, eu penso ser dever até acelerar, marcar a data, para que a CPI não perca a oportunidade de ouvi-lo exatamente enquanto ele ainda ocupa o cargo que vem ocupando, porque, ao que tudo indica, a Comissão de Ética Pública da própria Presidência da República já está... A Polícia Federal já abriu investigação e, provavelmente, num futuro muito próximo, ele terá sido defenestrado do cargo que ocupa.

Então, seria bom, quero me solidarizar com a intervenção do Senador Rui Costa e dizer que convém, para o bem desta CPI, que seja marcada a data para que ele preste depoimento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Senador Humberto Costa e o Deputado Paulo Barros...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Humberto Costa, eu estou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... se anteciparam aqui, em boa hora, ao chamarem a atenção para essa questão gravíssima, agora atualizada com os ataques à cineasta Petra Costa, desse elemento chamado Fábio Wajngarten. Como autor do requerimento de convocação dele, eu gostaria, já aprovado o requerimento, entre os vários que foram aprovados, mas não constam das pautas até agora, que V. Exa. pudesse, já na próxima reunião, não numa reunião administrativa como esta, pudesse convocar, no devido tempo, o Sr. Fábio Wajngarten, para não perder a oportunidade, inclusive, até para que esta CPI, pelo balanço muito bom que V. Exa. apresentou, ganhe seriedade e atualidade junto à população, porque há hoje uma tentativa... Por





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um lado, há essa que o Senador Humberto Costa falou, de que nós queremos derrubar o Presidente da República e, por outro, no outro extremo, a ideia de que esta CPI vai acabar em *pizza*, que não é o nosso objetivo nem o de V. Exa. Por isso, para que ela ganhe mais efetividade do que já alcançou até agora, que se tenha a oportunidade de que o nosso requerimento de convocação do Sr. Fábio Wajngarten possa ser feita de imediato.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, só para fazer uma correção rápida.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É um pedido de desculpas ao Senador Humberto Costa. O autor do requerimento é o Deputado Rui Falcão. O Senador Humberto Costa fez a intervenção e eu acabei fundindo o nome dos dois. O Senador Humberto Costa eu conheço há muitos anos, respeito...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É a volta do recesso!

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas não poderia ter cometido esse lapso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à nobre Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, quero saudar todos os nossos colegas Deputados e Senadores, Parlamentares que são efetivos e suplentes desta Comissão.

Eu queria só ressaltar um aspecto: diante do que nós temos hoje nesta reunião administrativa, a votação de 20 requerimentos, diante do fato de nós termos mais 87 para serem votados e do fato de termos um número também muito grande de requerimentos que já foram votados, eu creio, Presidente, como sugestão, que nós deveríamos fazer uma reunião interna para redefinirmos o ritmo de trabalho da Comissão. Talvez nós pudéssemos mudar a Comissão: como se trata de uma CPMI – é uma situação de trabalho especial –, intensificar o número de pessoas que nós podemos ouvir, às vezes, mesmo depoentes, que nós pudéssemos ter mais de um no mesmo dia, portanto facilitando no sentido de que atendêssemos a demanda de todos os senhores e senhoras Parlamentares que tiveram seus requerimentos aprovados.

Também quero dizer, Sr. Presidente, que me encontro em condição de, na data prevista, apresentar o nosso relatório. No entanto, até pelo nível de informações que passamos a ter, com os documentos sigilosos, e mesmo as novas quebras de sigilo propostas, acho que, para o bem da investigação, para que cheguemos a um resultado efetivo nessas investigações, nós deveríamos começar a analisar a proposta de ampliar o tempo de existência da CPMI.

É apenas para registrar aqui a minha posição sobre essa questão e, logo depois, nós poderemos ainda, durante esta semana, vir a ter essa conversa de trabalho informal, interna, para que nós possamos realmente intensificar os trabalhos da CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

Como o quórum já foi restabelecido, vou voltar à nossa pauta.

Proponho ao Plenário, com base no art. 235 – repito –, inciso III, alínea "d", item 5, combinado com o art. 89 do inciso I do Regimento Interno do Senado Federal e com o art. 151 do Regimento Comum, a votação em bloco de todos os demais itens da pauta.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a votação em bloco.

Passemos à apreciação do mérito.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os requerimentos pautados, em quase sua totalidade, tratam da solicitação de dados resguardados por sigilo telefônico e telemático, os quais são votados tradicionalmente, no âmbito das CPIs, por votação nominal, conforme expresso nas normas de funcionamento deste colegiado. Deste modo, determino à Secretaria da Comissão que inicie o processo de votação nominal pelo sistema eletrônico.

Quem vota "sim" aprova a votação em bloco; quem vota "não" rejeita a votação em bloco.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. *Fora do microfone.*) – Pode ser simbólico?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, essa tem que ser nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – "Sim" aprova em bloco.

Está aberto o painel...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O mérito. *(Pausa.)*

Está aberta a votação. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria que faça uma checagem nos painéis de colheita de votos. *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, enquanto não dá o quórum para a votação, gostaria de fazer aqui uma manifestação contrária aos colegas da CPI que falaram do caso Petra Costa e do Secretário de Governo, de Comunicação, Fábio Wajngarten, fazendo um desagravo público ao Fábio Wajngarten, que é uma pessoa de conduta ilibada que está chefiando a comunicação do Governo Federal. Demonstrou já, num vídeo onde foi injustamente atacado pela imprensa, que a gente sabe que muitas vezes é tendenciosa, é de esquerda, que tem esse viés de esquerda... Resolveu atacar o Secretário de Comunicação na renovação de contratos que já tinha com certas empresas na iniciativa privada. Está sendo, novamente, injustamente atacado – inclusive o Governo Federal –, por apenas defender o interesse nacional.

A Sra. Petra Costa, que foi a diretora do documentário Democracia em Vertigem – e assisti a esse documentário já há alguns meses –, relata fatos acerca do Brasil – ela até tem uma visão um pouco romântica da esquerda. Mas há vários erros naquele documentário, erros sobre fatos históricos ocorridos no Brasil, como foram, por exemplo, as grandes manifestações nacionais que levaram às ruas mais de 6 milhões de brasileiros – só na Avenida Paulista, em São Paulo, uma das maiores manifestações. Culminaram, sim, num processo democrático, legal e constitucional, da então Presidente da República Dilma Rousseff, que teve, comprovadamente, pelo Tribunal de Contas, demonstrada a irregularidade das suas contas. Esse foi um dos motivos do *impeachment*, na época, que é desvirtuado no referido documentário. Essa senhora, então, relata fatos falsos para o meio internacional acerca do *impeachment* da Dilma, porque foi um processo democrático, constitucional. Ela omite as grandes manifestações que são, então, a retomada, pelo povo brasileiro, desse protagonismo político que é exercido nas redes sociais,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como nós sempre temos colocado aqui. Como os até então donos do poder são contra a livre manifestação popular, se insurgem com relação a isso. Essa senhora, quando vai para os Estados Unidos, começa a denegrir a imagem do Brasil e do Presidente da República. O que o Governo faz é nada mais do que o seu dever de defender o interesse nacional e de colocar a verdade sobre os fatos. Então, quero fazer um desagravo ao Governo Federal e ao seu Secretário de Comunicação.

Ademais, Presidente, só para encerrar a minha manifestação, quero falar um pouco sobre os requerimentos. Até não votei ainda nessa votação em bloco porque estou achando muito suspeito que o Partido dos Trabalhadores, que os Parlamentares da oposição, tenham aprovado, votado a favor, em bloco, dos meus quatro requerimentos. Sim, por que qual é o propósito dos meus quatro requerimentos? Quero aqui esclarecer.

Nós temos dois fatos noticiados amplamente pela imprensa brasileira sobre como....E aí não sou eu falando, é a imprensa, seja na *Folha de S. Paulo*, na *IstoÉ*. Vou relatar para vocês sobre o objeto. São dois fatos específicos que pretendo investigar aqui na CPI. Eles muito acusam o Governo Bolsonaro de instrumentalizar a máquina pública para fazer *fake news*, para perseguir opositores, mas quem fazia isso era justamente a oposição quando estava no governo.

Nós queremos investigar aqui, através dos meus quatro requerimentos, duas situações específicas. Primeiro, a questão do *blog* Dilma Bolada que, na delação premiada realizada na Lava Jato, o Sr. João Santana e Mônica Moura declararam que foi utilizado dinheiro da Lava Jato, cerca de R\$200 mil, para a reativação do perfil digital Dilma Bolada, para propagar postagens favoráveis ao Governo da época.

Então, a Dilma Bolada vinha lá publicando... Ela, que é de propriedade do Sr. Jeferson Rocha, publicava notícias a favor da Dilma. Daí parou de publicar. Parece que... Qual é a história que chegou até a gente? A de que a Dilma ficou dizendo: "Por que parou de me defender?" "Ah, não está recebendo!" "Ah, então, resolve lá, Mônica!" Isso foi declaração da Mônica, dos marqueteiros. Mônica e Santana declararam isso na sua delação. Aí ela foi lá e falou com o pessoal da Odebrecht, e pagaram, então, R\$200 mil para o Dilma Bolada. Isso, sim, são provas cabais de que havia, então, instrumentalização e uma máquina da corrupção agindo em favor de propagação de notícias e de manipulação do debate público. É isso que a gente pretende investigar pelo Requerimento 184.

Já nos Requerimentos 181, 193 e 204, nós queremos investigar o conhecido mensalinho do PT. No que consiste, então, o mensalinho do PT? Refere-se a um esquema de pagamento de influenciadores de redes sociais para a propagação de pautas positivas disfarçadas de notícias, que ficou conhecido popularmente como mensalinho do PT. Eu estou falando isso com base na imprensa da época.

Por exemplo, há notícia da *Folha de S. Paulo*, que é um veículo muito respeitado pela oposição. A *Folha de S. Paulo* fala: "Agência é acusada de contratar perfis para propaganda irregular pró-PT no Twitter". Aqui fala, por exemplo, da jornalista Paula Holanda, militante de esquerda e influenciadora digital, conhecida no Twitter como PPP Holanda, que tem cerca de seis mil seguidores. Ela, então, ganhava pontos fazendo essas notícias, e, em troca, eles monetizavam isso. Ela falava que aceitou escrever tuítes favoráveis na época com relação à candidata do PT Gleisi Hoffmann.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse fato de que eu estou falando, o do mensalinho, está noticiado aqui pela *Folha de S.Paulo* numa notícia de 26 de agosto de 2018. Então, não venham reclamar comigo sobre isso! Reclamem aqui com a imprensa da época que noticiou!

Outro veículo da imprensa que noticiou sobre o mensalinho dos militantes ilegais do PT foi a *IstoÉ*. Aqui há outra notícia da *IstoÉ*: "Petistas já foram denunciados no mensalinho do PT." Aqui fala... Na época, o Deputado Federal Miguel Corrêa foi acusado de ser o cara que fazia esse gerenciamento.

Aqui são notícias do R7, outro que está falando, então, desses influenciadores, dessa divulgação de informação no período perto da eleição para poder propagar notícias favoráveis ao Partido dos Trabalhadores.

Então, Presidente, eu estou achando muito esquisito – por isso, eu não fiz a votação ainda – o fato de que a oposição esteja favorável à aprovação desses requerimentos, junto com aquelas outras séries de requerimentos do Deputado Frota, para quebrar sigilo de pessoas que, inclusive, são favoráveis ao atual Governo. Na verdade, nada se comprovou com relação a elas. Mas eu tenho noticiário e evidências até de pessoas que fizeram delação premiada na Lava Jato, como o caso da Dilma Bolada.

Estou achando isso muito esquisito e, por isso, vou pensar aqui, Presidente, se vou votar a favor, porque eu acho que deve haver alguma pegadinha nisso. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas no seu requerimento, no requerimento de sua lavra, Deputada? Não estou entendendo, não!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou, talvez, seja algum acordo para não chamar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Presidente, há a presunção de inocência!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, eu quero o seu compromisso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o requerimento é de V. Exa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, eu quero o seu compromisso público aqui, Presidente, de que, caso aprovados, o senhor vai chamar os meus requerimentos, porque uma coisa é aprovar, outra é pautar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Claro!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero o seu compromisso público...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que for votado aqui será chamado, não tem por que não ser.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... de que até o mês que vem o senhor vai chamar então essas pessoas para deporem aqui e quebrar esses sigilos. E eu quero essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São dados. São dados. Pode ficar tranquila...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e não tenha dúvida de que o tratamento é isenção total.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, por questão de precedente, a Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É para, na verdade, contraditar, porque eu acho importante que a gente destaque que mais uma vez a bancada bolsonarista aqui desta CPMI tenta atrapalhar as investigações. Inclusive, a Deputada não vota sequer no requerimento dela mesma. Ou seja, de fato essa questão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estou votando, Deputada. Mantive o compromisso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela está votando.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Ah, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu tive o compromisso do Presidente aqui. Então, vou votar porque ele vai chamar as pessoas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Felizmente, porque é meio absurdo a pessoa propor alguma coisa e não votar no próprio requerimento que acha que será importante.

Então, eu quero dizer para todos aqui que nós deveríamos ter muito orgulho do fato de nós termos hoje um documentário feito pela cineasta Petra Costa, onde ela resgata... Aí a questão não é mais só do povo brasileiro. Hoje é uma vergonha mundial o assalto ao poder que foi feito em 2016. E a cineasta Petra Costa teve muita capacidade de fazer um documentário à luz daquele momento que estava acontecendo e desnudar para o mundo inteiro o golpe civil que aconteceu, como a gente chama, o golpe institucional que aconteceu contra a Presidente Dilma. E não é à toa que quando a democracia é esfaqueada duramente, como foi feito em 2016, é claro que a partir daí, o País desanda. E não é à toa que a gente acabou gerando esse monstro que está assustando o Brasil, o monstro da misoginia, o monstro que faz com que as pessoas estejam mudando completamente a sua percepção do Brasil, principalmente quem está fora do País.

Então, quero parabenizar aqui a cineasta Petra Costa. Acho que foi muito ousada. Ela não é uma pessoa rasa, como muitas vezes a gente vê nas críticas sobre o trabalho dela. É uma pessoa bastante culta, filha de pais que são militantes. Ou seja, não é uma visão romântica da esquerda, até porque ela vivenciou, teve pais que foram presos, torturados, pais que foram presos políticos inclusive. E esses presos políticos... Ela sentiu na própria pele. Então, visão romântica se ela não estivesse próxima de todo projeto e processo político que ela vivenciou.

Inclusive, ela critica, Deputada. Ela faz algumas críticas. Durante o processo de contar a história, ela mesma faz críticas, porque é a visão dela, é a narrativa a partir da posição dela. E ela teve pais militantes a vida toda. Ela teve de se esconder com os pais, porque eram presos políticos, porque passaram por processo de tortura. A mãe dela era muito... Inclusive era contemporânea da Presidente Dilma Rousseff. Então, ela vivenciou isso. Não é uma visão romântica. Eu acho que vocês é que não...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, eu entendi. Não estou fazendo crítica, estou dizendo que ela, pela proximidade do fato em si, não tem como ter uma visão meramente romântica. Eu acho que vocês é que têm uma visão muito equivocada do que a esquerda é, do que a esquerda quer, porque eu não consigo acreditar que vocês não acreditem que uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sociedade mais justa, uma sociedade humana, de iguais, onde haja uma diversidade humana absolutamente radical, mas ao mesmo tempo uma igualdade social... Eu não consigo acreditar que as pessoas não achem que isso daí é uma coisa nobre de se sonhar, de se lutar e ser.

Então, eu quero deixar isso registrado, quero parabenizar, porque, não fosse essa vitória, essa indicação para o Oscar desse documentário, a gente estaria aqui contando essa narrativa apenas para o Brasil e talvez muitos ainda dizendo que não é verdade, como foi o caso até do PSDB, que disse que ela ganhou o documentário de ficção. Na verdade, o PSDB talvez lamente profundamente, porque foi um dos artífices do golpe. Talvez muitos de seus quadros se arrependam duramente de termos chegado até aqui em função do processo que começou em 2016.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Jordy, como ele tem precedente porque é Vice-Presidente... Só se V. Exa. quiser ceder para o outro.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. *Fora do microfone.*) – Ele pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, com a palavra o Deputado...

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, eu me somo aqui às palavras da Deputada Carol de Toni e entendo a preocupação dela em relação a esse requerimento porque eles estão sendo votados em dobro. Muitos desses são requerimentos com que nós obviamente não concordamos. Os que nós temos aqui nós queremos que prosperem, que sejam convocadas essas pessoas que estão envolvidas.

Causa certa estranheza...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só interrompendo um pouquinho, até para esclarecer, esse requerimento não está convocando nem convidando ninguém, somente pedindo informações das plataformas.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É por isso que nós colocamos todos que estavam represados.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Digo de desdobramentos a respeito disso e que eles sejam pautados também. Vamos votar favoravelmente, até porque esta é uma CPMI que deve ser imparcial. Nós sempre falamos aqui que muitas vezes há muita parcialidade aqui.

Falando aqui a respeito de algumas das questões que nós queremos que estejam sendo apreciadas e que esperamos que sejam objeto de avaliação daqui dos Parlamentares... Porque são realmente coisas muito sérias. Muitas vezes nos acusam daquilo que eles são, nos culpam daquilo que eles realmente fazem e fizeram, como a questão de militantes em ambientes virtuais. Sempre nos atacam dizendo que há um gabinete de ódio, que é fomentado com a estrutura parlamentar e a estrutura do Planalto e, na verdade, nós sabemos que eles, durante muito tempo, enquanto estiveram no poder, pagaram esses militantes, inclusive davam cursos para militantes em ambientes virtuais. E, mais recente, a questão do mensalinho no Twitter.

Como nós sabemos, hoje as redes sociais se tornaram um instrumento para fazer propaganda política, mas há toda uma questão legislativa, uma questão da legislação eleitoral que deve ser respeitada. Você não pode pagar influenciadores digitais para estarem fazendo propaganda política. Nós sabemos que, por exemplo, no Facebook e no Instagram, você pode





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fazer propaganda, mas com aquele recurso sendo declarado – aquele recurso é para impulsionamento –, não fazendo de forma espúria, como foi feito pelo PT nas últimas eleições. Inclusive, cito aqui a Gleisi Hoffmann, o Luiz Marinho e o Wellington Dias, que foram beneficiados, que utilizaram desse meio, desse artifício para a sua eleição.

E me somo também aqui, com relação ao Secretário de Comunicação, o Fábio, que é uma pessoa realmente de conduta ilibada, tem feito um ótimo trabalho à frente da Secretaria de Comunicação. É uma pessoa que tem essa responsabilidade de fazer a comunicação do Governo Federal, do Governo Bolsonaro, e óbvio que ele não pode se calar, se omitir diante de tantos impropérios, de tantas calúnias que foram, que têm sido cometidas por essa militante que se chama Petra Costa, que, além de ter feito um filme de ficção científica, com um viés totalmente ideológico, com uma narrativa realmente romantizada... E até frisaram aqui que ela fez críticas. Óbvio que ela iria fazer críticas. Senão, aquilo ali iria ficar realmente um filme dos Ursinhos Carinhosos. Tinha que fazer algumas críticas à gestão do PT, mas para colocar que houve um golpe. E ainda teve a coragem de ir a uma rede de TV para atacar o Governo brasileiro, dizendo que o Governo brasileiro assassina negros, persegue índios e que, inclusive, está a favor das queimadas na Amazônia, uma verdadeira calúnia, um crime contra a segurança nacional: ir até a rede de TV no exterior para falar mal do Governo dessa forma, de forma mentirosa.

A Deputada do PT disse que o filme fala sobre diversas coisas, sobre um assalto ao poder que aconteceu no Governo Dilma... Assalto ao poder foi o que o Governo do PT fez através da Petrobras, diversos escândalos de corrupção. Tiraram bilhões, senão trilhões do Brasil através desses esquemas de corrupção. Fizeram da corrupção um projeto de poder. Falou de golpe. Golpe foi o que fizeram com Pasadena. Deveriam ter vergonha na cara de falar todos esses impropérios aqui. Fizeram o diabo com o Brasil. Levaram o Brasil às páginas dos jornais do mundo inteiro, passando uma verdadeira vergonha, e ainda têm a cara de pau de falar de questões como essa.

E, aí, fala que o nosso Presidente é um monstro da misoginia. Olha só: monstro da misoginia. Logo ele, que colocou, na Secretaria de Cultura, a Regina Duarte. E, aí, um militante do PT, Zé de Abreu, falou que ela era uma fascista e que ter vagina não significaria que ela é um ser humano! E quem é que é misógino aqui? Algum deles aí saiu em defesa dela? Em nenhum momento saíram em defesa dela. Saíram em defesa do Zé de Abreu, que já cuspiu, inclusive, na cara de uma mulher. E o monstro da misoginia é Jair Bolsonaro. Olha só que hipocrisia, que contradição que são os políticos e os militantes do PT!

Por isso, aqui deixo a minha solidariedade tanto à Regina Duarte, que sofreu esse ataque bizarro por parte desse militante do PT, como também ao Fábio, Secretário de Comunicação, que tem feito um belo trabalho à frente dessa pasta.

Obrigado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui, mas vou encerrar a votação.

Enquanto V. Exa. fala, eu vou solicitar à Secretaria da Mesa a abertura do painel com o resultado.

Com a palavra o Deputado Rui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, Sra. Relatora, Sr. Vice-Presidente, Ricardo Barros, Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, quando cheguei aqui hoje, a primeira coisa que fiz, Presidente, foi desejar aqui um feliz ano novo para a Deputada Caroline de Toni, na expectativa de que nós pudéssemos aqui, neste início de sessão legislativa, quem sabe, desarmar um pouco os espíritos e pudéssemos nos concentrar no trabalho de investigação que esta CPI vem empreendendo. Continuo aqui renovando os meus votos de um bom ano para todos e todas aqui, mesmo para aqueles que, muitas vezes, erguem o tom e confundem fatos de um ou de outro como se fossem nossos.

E me chamou a atenção que a Deputada tenha dito que estava suspeitando de nós, que não tinha votado ainda naquele momento, porque estava suspeitando de por que a gente estava aprovando os requerimentos dela. Ora, nós estamos aqui para investigar, para aprovar requerimentos que digam respeito aos fatos em questão. Por isso não vimos nenhuma razão para evitar que se fornecessem informações sobre o chamado mensalinho do PT, que, por sinal, nunca existiu, até porque, quanto ao Deputado Miguel Correa, que foi citado, e acho que ele pode prestar todas essas informações, primeiro, ninguém comprovou qualquer pagamento a *influencers*; segundo, as ações apontadas foram feitas antes do período eleitoral; terceiro, os contratos que ele fez com os *influencers* previam garantia absoluta da liberdade dos *influencers*, que é algo que todos nós reivindicamos aqui, que haja liberdade de expressão nas redes sociais, com responsabilidade, sem calúnias, sem injúria e sem difamação. Também era claro que todos eles tinham posições progressistas, apoiavam o Presidente Lula e o nosso candidato à época, o ex-Prefeito Fernando Haddad.

As empresas do Deputado Miguel Correa são registradas, funcionam legalmente, empregam mais de cem pessoas com *expertise* em tecnologia da informação e comunicação, em *big data*, atuam em clubes de futebol, em setores de educação, sem nunca terem tido nenhum contrato com o setor público. Todos os processos movidos contra o Deputado Miguel Correa na Justiça foram processos na Justiça Eleitoral, todos eles foram desconsiderados, portanto, nenhum crime, zero, todos votaram contra. Mas, ainda assim, há uma solicitação de informações. Nós precisamos... Tudo bem, que ele preste essas informações, como estão sendo solicitadas pela CPI. Não há, portanto, nenhuma razão para suspeição em relação ao nosso voto. Daí termos concordado com o encaminhamento do nobre Presidente de que a votação se fizesse em bloco.

Por fim, quem pela primeira vez falou aqui em milícia digital, gabinete do ódio não fomos nem nós; quem falou disso aqui, além de ex-apoiador do Governo Bolsonaro, foi ninguém mais, ninguém menos que o Gen. Santos Cruz, que já esteve, inclusive, depondo aqui nesta CPML. E agora recentemente houve até um esclarecimento da Polícia Federal de que o móvel da demissão do Gen. Santos Cruz, que ele disse que foi uma demissão indigna, partiu de *fake news* montada, segundo a Polícia Federal apurou, por um dos assessores que trabalham dentro do Palácio do Planalto. Então, Deputado Jordy, a primeira vez em que se falou aqui em milícia digital, em gabinete do ódio, que nós estamos reafirmando e queremos ouvi-los, partiu do Gen. Santos Cruz; primeiro, na imprensa e, depois, nesta CPML.

Quero desejar também ao senhor um feliz ano novo e que a gente possa ter uma convivência sem ódio, sem ataques infundados também.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Tempo de Líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Declaro encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quinze votos SIM.

Uma abstenção.

Então, fica aprovada a matéria.

(São os seguintes os requerimentos aprovados:

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 181, DE 2019

Requer à Polícia Legislativa que preste informações a essa CPMI identificando alguns usuários do Twitter envolvidos no caso “mensalinho do Twitter”.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 184, DE 2019

Requer informações ao Ministério Público Federal sobre o caso do dinheiro da Lava Jato utilizado para influência digital.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 193, DE 2019

Requisição ao Twitter e Facebook para que identifiquem as pessoas envolvidas no “mensalinho do Twitter”.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 204, DE 2019

Requisição de informações ao Ministério Público Federal e ao Tribunal Superior de Eleitoral sobre o “mensalinho do Twitter”.

Autoria: Deputada Caroline de Toni

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 275, DE 2019

Requer seja feita notificação ao Twitter para esclarecer a quem pertence duas contas na rede social.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 290, DE 2019





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer obter, junto ao Poder Judiciário, o acesso ao conteúdo das trocas de mensagens no grupo intitulado "Gabinete do Ódio", mantido no Instagram, conforme informações apresentadas pela Deputada Joice Hasselmann em seu depoimento.

Autoria: Deputado Túlio Gadêlha

ITEM 7**REQUERIMENTO Nº 291, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao TWITTER para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 8**REQUERIMENTO Nº 292, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao FACEBOOK e ao TWITTER para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 9**REQUERIMENTO Nº 293, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 10**REQUERIMENTO Nº 294, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao TWITTER e ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 11**REQUERIMENTO Nº 295, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao WHATSAPP (Facebook) para que apresente as informações abaixo indicadas sobre as contas (números de telefone) e Grupos de Conversa.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 12**REQUERIMENTO Nº 296, DE 2019**

Requer o encaminhamento ao WHATSAPP (Facebook) para que apresente as informações abaixo indicadas sobre as contas (números de telefone) e Grupos de Conversa.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 13



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO Nº 297, DE 2019

Requer o encaminhamento ao TWITTER e ao FACEBOOK para que apresente as informações abaixo indicadas dos perfis colacionados.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 14**REQUERIMENTO Nº 299, DE 2019**

Solicita sejam requisitados junto à Deputada Federal Joice Hasselmann os Endereços de IP de computadores relacionados à milícia virtual e à disseminação de “fake news”, conforme apurados e identificados pela Deputada.

Autoria: Deputado Rui Falcão

ITEM 15**REQUERIMENTO Nº 300, DE 2019**

Requer que a rede social Twitter seja notificada para que esclareça a quem pertence as seguintes contas: “Deja El Loen Te Lechar” @Leitadas_Loen, “Left Dex” @Lets_Dex e Brasileirinhos @_brasileirinhos.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 16**REQUERIMENTO Nº 301, DE 2019**

Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito os Requerimentos do Deputado Filipe Barros, que deixou de ser membro da Comissão: 251 e 271.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 17**REQUERIMENTO Nº 302, DE 2019**

Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito o Requerimento do Deputado Eduardo Bolsonaro, que deixou de ser membro da Comissão: 272.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 18**REQUERIMENTO Nº 303, DE 2019**

Requerimento para retirar de pauta e tornar sem efeito os Requerimentos da Deputada Caroline de Toni, que deixou de ser membro da Comissão: 163, 164, 165, 166, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 183, 184, 185, 188, 190, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 255, 256 e 274.

Autoria: Deputado Alexandre Frota

ITEM 19**REQUERIMENTO Nº 304, DE 2019**

Requer esclarecimentos ao Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno Ribeiro Pereira.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Deputado Rui Falcão

ITEM 20

REQUERIMENTO Nº 312, DE 2019

Requer sejam oficiados o GOOGLE BRASIL e FACEBOOK BRASIL para que enviem a esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito informações de registro, acesso, postagens e demais dados pertinentes aos seguintes canais criados no YouTube Brasil, páginas no Facebook e dos sites listados.

Autoria: Senador Angelo Coronel)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Muito obrigado, Presidente.

A todos da Mesa e a alguns colegas Deputados, não todos, então, para alguns, bom ano; para outros, vamos para a guerra.

Eu estava vendo o Deputado falar sobre a Regina Duarte, a atriz que todos nós respeitamos – e esperamos que ela dê certo realmente agora, no Governo Bolsonaro –, mas eu queria lembrar ao Deputado que a Regina Duarte veio 13 meses depois. Antes nós tivemos o inosso, sem sal e que sabia apenas tocar berimbau, o Osmar Terra, que não fez nada; muito pelo contrário, levou a cultura ao buraco. Depois, nós tivemos o Henrique Pires, convocado pelo próprio Osmar Terra, outro desastre na cultura. Na sequência, trouxeram um cara lá do banco do Rio de Janeiro, que também – desculpem-me aqui, não tenho nada contra as religiões – é um evangélico. Tudo em nome de Jesus, neste Governo. E aí trouxeram o Ricardo Braga, e o Ricardo Braga nada fez. Quando convocado na Comissão da Cultura, em um mês, pediu para embora, porque não tinha plano nenhum. Aí deixaram o tal do Martins, um senhor que, guardadas as proporções, está lá desde que criaram aquele ministério. Ele passou por quase todos os ministros. Inclusive, ele pegou a farra da cultura. E aí, como o Martins também não suportou a pressão – e vale dizer que o próprio Henrique Pires saiu, ele era do Governo, dizendo inclusive que ele estava saindo por pressão e por censura –, aí veio o Roberto Alvim. E eu não vi o nobre Deputado comovido com o ataque do Roberto Alvim à Fernanda Montenegro, por exemplo, a quem ele chamou de mentirosa e sórdida – mentirosa e sórdida! Eu não vi essa comoção daquelas pessoas. E o Roberto Alvim depois fez aquele vídeo desastroso que acabou gerando que ele fosse exonerado – aquele vídeo em que ele exaltava o nazismo e todas aquelas outras coisas, vestido daquela maneira ridícula, interpretando aquela situação ali. Então, a gente só precisa falar a verdade e refrescar a memória das pessoas.

E falando sobre o Fábio da Secom, talvez aqui dentro ninguém conheça mais o Fábio da Secom do que eu. Nós sabemos que o Fábio, neste momento, está sendo investigado em função dos contratos da empresa que ele preside, que tem contratos com a própria Secom. Nós sabemos que isso é um problema e tem que ser falado e esclarecido. E agora ele está sendo investigado pela Polícia Federal. Mas eu acho que vai acabar a investigação igual, como acabou a do Flávio Bolsonaro, porque estranhamente – e sem acusar ninguém, não quero aqui acusar ninguém –, estranhamente, depois que Bolsonaro deu 500 cargos comissionadas para a Polícia Federal – essa é a nova política, a política que ia enxugar tudo –, no dia seguinte, a Polícia Federal não achou lavagem de dinheiro nos apartamentos do Senador. É apenas uma





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coincidência! Então, eu acho que o do Fábio da Secom pode ser resolvido assim também, Presidente Bolsonaro: mande mais 500 cargos para a Polícia Federal, e o Fábio da Secom vai ficar de boa, não vai acontecer nada com ele.

Estou só falando em cima de fatos. Não estou aqui inventando nada, não estou aqui falando sobre nada que eu não saiba que esteja acontecendo.

E vamos falar agora, já que estamos falando do Fábio da Secom...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Fábio da Secom, nesta tarde, está querendo contratar um sujeito militante do bolsonarismo chamado Luiz Galeazzo. Abram agora o Twitter do Luiz Galeazzo e vejam como ele fala com as mulheres. Eu tenho vários tuítes dele aqui, mas eu separei alguns.

Ele, discutindo com uma menina de cabelo pintado, fala: "Seu cabelo é verde. Mostra que você toma banho com o padrasto". Outra que ele fala hoje: "Não vou colocar meu pau na sua v [na sua vagina] porque você não merece".

Esse é o cara que vem para a Secom. Esse é o cara que vem para a Secom...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Respeita você, porque faz parte lá da sua laia! Esse é o cara que vem para a Secom! Esse é o cara que vem para a Secom!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então, a gente precisa deixar claro aqui: esta CPMI não é uma brincadeira, como estão achando que vai ser. É um trabalho sério. A gente não vem aqui para perder o nosso tempo, não!

Eu ajudei a eleger o Bolsonaro. Ele me elegeu. Eu nunca neguei isso para ninguém. Eu ajudei a eleger o Bolsonaro, porque eu acreditava nele. Agora, aqui tem de vir falar a verdade. Como mais para frente teremos a oportunidade de voltar a falar do Sr. Allan dos Santos, que veio aqui – e hoje nós sabemos através de documentos – e mentiu, está certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Éder Mauro, do PSD, do Pará.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, quero dar uma boa-tarde e um feliz ano a todos.

Eu estava ouvindo aqui atentamente os Deputados da esquerda comunista deste País se pronunciarem falando de sociedade justa, de sociedade mais igual, de democracia. Por isso, quero aqui adiantar e ratificar o meu apoio à Deputada Caroline em todos os seus posicionamentos colocados ainda há pouco.

O que me admira, Sr. Presidente, é a esquerda comunista destruidora deste País estar-se posicionando aqui falando em justiça quando todos nós sabemos que foi essa esquerda que simplesmente só dava esmola para o nosso povo brasileiro; que deixou, durante décadas, as pessoas nos hospitais jogadas nos corredores sem nenhum atendimento básico e humano. Foi essa esquerda comunista que fez isso durante todos esses anos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa mesma esquerda comunista é a que dava para as nossas crianças, como lá no Estado do Pará, num dos Municípios mais pobres do Estado, água com farinha na merenda escolar.

É essa esquerda comunista, Sr. Presidente, que fala em igualdade aqui, que dividiu o nosso País, que dividiu o negro do branco, como se houvesse diferença como pessoa, ou o simples detalhe da cor.

É essa esquerda comunista que vem falar aqui em democracia cinicamente, quando nós temos um suposto, pseudoator, que parece mais uma lhama cuspideira, que vem falar de um patrimônio nacional como atriz, a Sra. Regina Duarte, e vem usar de palavras, inclusive de baixo calão, que não vale a pena trazer aqui a este Plenário.

Essa esquerda comunista de hoje, senhoras e senhores, é a esquerda que se morde de raiva, que se contorce de raiva porque o País não está como estava, não está como eles querem, onde o povo sempre é o massacrado. É o País em que nós não tínhamos que ter hoje, nas escolas, programas curriculares, como eles tinham, de destruição de família. Então eles ficam indignados de não poder ver isso acontecer.

É essa esquerda comunista, que está se torturando de poder ver um País que o Presidente Bolsonaro pegou com quase 15 milhões de desempregados, e começou a estabilizar a economia, e hoje nós temos pouco mais de 12 milhões, e tenho a certeza absoluta de que cada vez mais vai baixar. Mas ele, junto com aqueles que o acompanham, é que está fazendo isso, não a esquerda.

É essa esquerda comunista, Sr. Presidente, que se morde de raiva e cospe nos outros, que em 2015, no Governo Dilma/Lula, usou as estatais para roubar, para destruir as estatais, dissecar as estatais, que levou as estatais, Caroline, a um prejuízo de mais de R\$35 bilhões. E hoje, 2019, as nossas estatais têm um lucro de simplesmente R\$70 bilhões. E sabe a que se deve isso, esquerdalha comunista? Corrupção zero. Corrupção zero, que é o que não tinha no Governo de vocês. O Governo Bolsonaro, com pouco mais de um ano, não tem um caso de corrupção, de escândalo de corrupção. O Governo Bolsonaro, quando alguém erra, corta a cabeça, diferente de Dilma e Lula, que no passado se aliavam para roubar este País, como fizeram na Petrobras, como fizeram no BNDES, Caroline. Inclusive Deputados e Senadores que frequentam esta CPI envolvidos na Lava Jato, como eu tive coragem de dizer na cara dele, e ele tem que ficar calado porque realmente é um bandido que está na Lava Jato.

Então, minha gente, volto a dizer: quero muito que a CPI, Sr. Presidente – e quero acreditar em V. Exa. – seja uma CPI imparcial, que ela venha aqui para poder investigar e colocar, sugerir ao Poder Judiciário, ao Ministério Público, as adoções corretas para punir aqueles que usaram das mídias para fazer isso ou aquilo de forma errada.

Mas que não seja parcial, para tentar pensar que atinge um governo que dá muito certo neste País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Votação extrapauta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, eu queria usar o meu tempo de Líder.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu poderia ler aqui? Depois, passo a palavra para V. Exa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com base no art. 89, inciso I, combinado com o art. 121 do Regimento Interno do Senado Federal, incluo extrapauta os seguintes requerimentos, para que possamos apreciá-los.

EXTRAPAUTA**ITEM 21****REQUERIMENTO Nº 307, DE 2019**

Requer seja convocada para depor nesta CPMI na condição de testemunha a Sra. Mayara Cristina Modesti, dona da empresa Tudo Saudável.

Autoria: Senador Angelo Coronel.

Senhores e senhoras, esse requerimento, que é até de minha autoria, é apresentado em função de *fake news* que estão aí sobre a questão de vacinas, principalmente diante também agora do coronavírus. Essas pessoas que estou aqui convocando como testemunhas são donas de perfis e de canais no YouTube que estão disseminando *fake news* atentando contra a sociedade brasileira, dizendo para as pessoas não se vacinarem.

Também estamos convocando aqui um membro da Sociedade Brasileira de Imunizações para que venha aqui depor nesta CPMI. A ideia é que a gente possa conter isso.

Então, vou concluir os requerimentos.

Convocamos, então, a Sra. Mayara Cristina Modesti, dona da empresa Tudo Saudável.

EXTRAPAUTA**ITEM 22****REQUERIMENTO Nº 308, DE 2019**

Requer seja convocado para depor nesta CPMI na condição de testemunha o Sr. Jaime Bruning.

Autoria: Senador Angelo Coronel.

O Sr. Jaime Bruning também tem um canal no YouTube disseminado *fake news*.

EXTRAPAUTA**ITEM 23****REQUERIMENTO Nº 310, DE 2019**

Requer seja convidado para debater nesta CPMI o Sr. Leonardo Euler de Moraes, Presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel.

Autoria: Senador Angelo Coronel.

EXTRAPAUTA**ITEM 24****REQUERIMENTO Nº 311, DE 2019**



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer seja convidado um representante da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm) para debater nesta CPMI os efeitos de fake news sobre a saúde pública e sobre a confiança nas vacinas.

Autoria: Senador Angelo Coronel.

Por que apresento esses requerimentos? Eu acho que a nossa CPMI está muito voltada para a questão política e está deixando de lado um assunto muito grave, que é a questão de *fake news* envolvendo as vacinas. Eu acho que é de grande valia a gente mudar um pouco o vetor para ouvir essas pessoas.

Consulto o Plenário para saber se há algum Parlamentar que deseja encaminhar essa votação. Espero que façamos uma votação simbólica, já que é um assunto que é do interesse de toda a população brasileira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela Liderança.) – Como se trata de um tema de grande relevância, por se tratar de questões relacionadas à saúde, nós não vamos nos opor à apreciação desses requerimentos extrapauta. O que não podemos é fazer disso uma rotina, porque isso desestrutura e desorganiza o trabalho da Comissão. Mas, como o tema é um tema de interesse público, de interesse da saúde pública – está aqui o ex-Ministro da Saúde, que sabe o dano que isso provoca em toda a sociedade –, a gente se coloca, na condição de Líder, favoravelmente aos requerimentos.

Eu queria aproveitar, neste meu tempo de Líder, para dizer que, de fato, nós precisamos fazer do discurso uma prática. E, para fazer do discurso uma prática... Às vezes, um discurso inflamado requer uma prática mais aguerrida. Eu queria pedir a V. Exa. que convocasse, uma vez que já há requerimento aprovado, o Secretário de Comunicação, o Sr. Fabio Wajngarten. Há uma série – veja, eu não vou dizer, não vou ser leviano – de indícios de que ele tenha se beneficiado de verbas do Governo através de suas empresas, de forma direta e indireta, além de também haver indícios da coordenação dele no "gabinete do ódio".

Então, eu acho que seria muito pertinente, para a gente dar consequência a esse desejo de justiça que a gente vê expresso aqui com muita veemência, que fosse convocado, já para a próxima sessão, o Sr. Fabio Wajngarten, que é hoje o principal personagem dos noticiários da televisão, da imprensa brasileira, pelo que tem praticado à frente da Secretaria de Comunicação da Presidência da República.

É importante dizer que, noutros momentos, por situações menos graves, nós tivemos uma paralisia no País por meses, uma crise que se alongou por meses. E, neste caso em particular, a gente precisa trazer o debate aqui para a Comissão, que precisa avaliar isso, até porque ele é colocado como um dos responsáveis pelo "gabinete do ódio", que dissemina *fake news*, que a patrocina. Há indícios de que ele seja o grande responsável pelo financiamento da disseminação de *fake news* no Brasil.

Eu queria que fosse pautada a vinda dele, uma vez que já está aprovado o requerimento. Obrigado, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só sobre isso...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Caroline.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Peço para se converter essa convocação em convite. Por quê? A própria AGU emitiu aqui um parecer...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Já está convocado, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A Advocacia-Geral da União, Presidente, emitiu um parecer sobre a questão do Secretário de Comunicação do Governo Federal, Fabio Wajngarten, e elencou, listou seis motivos para afastar essa acusação de conflito de interesse atribuído a ele:

- (i) não há contratos do Poder Público com a sociedade empresarial FW Comunicação e Marketing;
- (ii) os contratos de publicidade da Secom com agências de propaganda foram pactuados na gestão anterior, no ano de 2017;
- (iii) a Secom não detém contrato com veículos de comunicação [...]; [...] é pactuado apenas com 3 agências de propaganda;
- (iv) a responsabilidade pela confecção do plano de mídia é [...] da Agência de Propaganda;
- (v) o Secretário Fabio Wajngarten não exerce atividade empresarial na sociedade empresarial FW Comunicação e Marketing, sendo mero sócio cotista; visto que, antes de assumir o cargo público, averbou na Junta Comercial de São Paulo alteração [do contrato] social em que se afastou completamente de qualquer função de gerência ou administração da sociedade [...], em estrita observância do art. 117, X, da Lei 8.112/90;
- (vi) ao tomar posse, foram apresentados pelos Secretário Especial e Secretário Adjunto todos os documentos e dados solicitados pela Comissão de Ética, CGU, ABIN e SAJ.

Portanto, Presidente, até no intuito de esclarecer essa situação, nós poderíamos fazer um convite para que ele comparecesse então a esta CPI, até porque muitas pessoas vieram aqui nesta CPI depor, e a gente não sabia nem a que título. Para demonstrar a imparcialidade de V. Exa., faça um convite ao Secretário...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Já foi aprovado! Já foi aprovado o requerimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... para que ele então compareça.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passamos agora à votação dos requerimentos em pauta.

Aqueles...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP. Pela ordem.) – Eu queria sugerir a V. Exa. e aos demais pares a possibilidade de incluir o Requerimento 315 também, que convoca um representante da Uber do Brasil a prestar esclarecimentos. Pasmem, porque, no período do recesso, nesse período de férias também, a Uber inovou no seu termo de uso, e, para ter a continuidade do uso do aplicativo, você é obrigado a concordar com a cessão dos dados pessoais a empresas hospedadas no exterior. Isso faz coro com a proposta inicial desta CPMI. Gerou-se o caso do Facebook para vender dados, no caso, à Cambridge Analytica, com a venda de dados





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para uso político, e outro uso recente do Facebook para vender informações para a Netflix e outros. Aqui me parece...

Se quiserem, leio só um trecho do termo que a Uber impôs ao usuário para a continuidade de uso. Diz:

[...] o seu consentimento em vincular-se aos termos alterados [...]. Nossa obtenção e uso de informações pessoais associadas ao serviço estão disciplinados na Declaração de Privacidade de Usuários da Uber fora dos Estados Unidos, a User Privacy Statement, localizada em www.uber.com/legal/privacy/user/portugues/brasil. A Uber ou qualquer de suas afiliadas poderá fornecer a uma gerenciadora de reclamações ou seguradoras as informações necessárias e inclusive suas informações de contato se houver qualquer reclamação [...].

Enfim, ela dá como desculpa a inovação de serviços, para que ela possa fazer a cessão de dados e hospedar esses dados no exterior. Se esse contrato está sendo executado de forma legal dentro do Brasil, acho que a Comissão tem poderes para investigar. E, se assim estiver feito, que seja dada a devida publicidade, para que todos os usuários saibam que estão fazendo a cessão, entre aspas, "gratuita" do seus dados, para que eles sejam negociados, vendidos e hospedados até fora do País.

Então, era o que eu solicitaria. Acho que isso é de importância, dado o espírito inicial da Comissão, que foi justamente este, a venda de dados pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou levar esses requerimentos que estão represados para a apreciação do Plenário.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqueles que os aprovam permaneçam como se encontram.

Trata-se da votação extrapauta. (*Pausa.*)

Ficam aprovados.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem.) – Apenas quero corroborar esses requerimentos aprovados extrapauta.

A China prendeu agora um disseminador de *fake news* sobre o coronavírus. Prendeu o disseminador de *fake news*.

Sobre a questão das vacinas, o Ministério da Cidadania, encarregado do Programa Criança Feliz, contratou um diagnóstico das famílias que serão atendidas. Portanto, as crianças que serão incluídas no programa vão ser acompanhadas. Haverá um grupo de crianças que serão atendidas e outro grupo de crianças que não serão atendidas, para medir a efetividade do Programa Criança Feliz durante a sua implementação, o que é muito corajoso. Medir uma política pública é muito corajoso e muito importante também para que a gente possa dar a direção correta para um programa que vai atingir agora, neste ano, dois milhões de crianças no Brasil.

Nesse levantamento do perfil das crianças, identificou-se que 50% delas, das três mil crianças da amostra que será acompanhada, estão com a caderneta de vacinação irregular. Então, apenas 50% das crianças das famílias de baixa renda que serão acompanhadas no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Programa Criança Feliz têm a caderneta vacinal em dia. Então, isso é realmente grave, porque a vacinação, como todos sabem, é uma medida de saúde imprescindível para que nós possamos controlar as epidemias que acontecem por contágio.

Então, quero apenas deixar esse dado oficial que acabou de ser divulgado. De fato, precisamos enfrentar *fake news* sobre vacinação e ampliar e atingir nossa meta de 90% de crianças vacinadas, que é preconizada pela Organização Mundial de Saúde.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só um minutinho, Deputado.

Eu queria fazer uma consulta aos nobres Parlamentares, Senadores, Senadoras, Deputados, Deputadas. Nós temos represados 73 requerimentos ainda sem apreciar. Se V. Exas. concordarem que a gente aprove em bloco aqui simbolicamente e depois marque uma reunião para que todos os partidos indiquem um membro, as Lideranças, para, a partir daí, fazermos uma pauta em comum, a gente podia dar muito celeridade à nossa CPMI. Agora mesmo, o Deputado Alexandre solicitou um. Cada um solicita um. Então, eu quero propor isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos colocar... Eu acredito que vamos propor em bloco. Vamos botar todos na pauta, e aí a gente faz uma sessão com esse propósito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas votar não significa que a pessoa virá.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É só para poder deliberar sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, votar não significa que a pessoa que nós aprovamos vai estar presente aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, é votar ou rejeitar, porque a gente vai aprovar requerimentos muitas vezes de que a gente não tem conhecimento. Então, dou a sugestão para colocar na pauta todos os 70 requerimentos na próxima sessão. A gente se prepara com antecedência para rejeitar ou separar os que a gente quer ou não quer. E cada bancada se vira daí para aprovar ou rejeitar. Acho que isso é melhor, Presidente, porque eu até não posso falar pelos outros colegas também. Coloque todos na pauta da semana que vem. E a gente delibera.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Rui.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu não concordo, não, Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu tinha me inscrito.

A fala do Deputado Alexandre Leite e o requerimento dele, que eu acho que deveria ser desrepresado, mostram como ele faz falta aqui nesta CPMI. Ele era o proponente desta CPMI, mas, por razões que ele declarou aqui na ocasião, não quis mais participar.

A gente até gostaria que o senhor voltasse, pela capacidade de propor coisas que dizem respeito a esta CPMI.

A questão da Uber é oportuna, embora não seja a única a fazer isso. Como o requerimento é relativo à Uber, eu acho que a gente deveria, no devido momento, aprová-lo. Se possível, poderíamos até estender às outras, porque, no caso dessas plataformas, Deputado, para além dessa questão da violação da privacidade ou de tentativa de violação, elas também estão explorando os trabalhadores brasileiros de forma descomunal, sem nenhuma proteção, sem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nenhum tipo de garantia. Nós até apresentamos – outros Deputados o fizeram também – projetos de lei para que haja proteção aos trabalhadores que se filiam à Uber, à Rappi, a todos esses aplicativos que estão negando qualquer relação de emprego, qualquer seguro.

Então, é extremamente oportuno que a gente comece pelo menos com o que o Deputado apresenta aqui, para protegermos a nossa privacidade.

A Deputada Luizianne já falou aqui sobre as companhias de aviação. Para acessarmos o *wi-fi*, temos de dar quase a nossa vida para essas companhias.

Então, Deputado, fica aqui meu apoio ao seu requerimento e meu apelo para que, quem sabe, V. Exa. reconsidere e venha participar da nossa CPMI com mais frequência.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, vou pegar aqui a palavra mais ou menos nesse mesmo sentido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada Luizianne!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Eu já venho alertando aqui... Inclusive, Alexandre, propus... O começo da CPMI foi muito tumultuado, e não houve isso, mas eu propus, inclusive, uma sub-relatoria de política de privacidade e proteção de dados. Hoje o mundo inteiro está discutindo isso.

Essa questão que você traz, a da Uber, é grave porque a Uber é um aplicativo que hoje muitas pessoas usam no cotidiano. Então, elas estão sendo tragadas pela sua desproteção de dados.

Por exemplo, eu citei aqui... Venho trazendo esse debate, porque é algo que me preocupa muito. Hoje eu sou uma colecionadora de políticas de privacidade. Quero, depois, propor à nossa Relatora que ela tenha uma visão geral.

Você paga o serviço. Por exemplo, eu trouxe aqui o caso da Gol. Eu trabalho normalmente quando há *wi-fi* no avião. Venho trabalhando. Você paga, você bota o seu cartão de crédito, e o valor já estará debitado na sua conta, mas você só tem acesso à plataforma de *wi-fi* se você concordar com a política de privacidade. Aí, um dia, eu resolvi passar praticamente o voo todo lendo-a, porque ela é enorme. Mas ela é muito clara. A segunda ou a terceira cláusula já diz o seguinte, que você está autorizando a Gol – estou falando da Gol especificamente, mas poderia ser qualquer outra – a compartilhar com qualquer empresa que seja parceira da empresa aérea, que nem sei quem é, que é quem ela quiser!

Assim, é muito importante que todo mundo saiba que hoje os dados das pessoas, para que cada vez mais elas sejam mapeadas por algoritmos, são o novo petróleo do século XXI. O valor disso é incalculável. Então, as empresas constroem, à revelia dos consumidores, *big datas* e compartilham entre si. Uma vende os dados para outra. Ganham dinheiro com os nossos dados, mapeiam os nossos dados, para depois eles serem usados contra nós. Então, isso é muito grave.

Acho que isso deveria merecer – conversei aqui até com a Deputada Caroline – essa sub-relatoria, para que, no Brasil, nossa Relatora, nós passássemos a estudar o que está acontecendo no mundo, para colocarmos em outro patamar de discussão a questão da privacidade de dados. Pessoas adultas até conseguem ainda nadar contra essa maré porque percebem isso e, ao mesmo tempo, denunciam, têm voz para denunciar, como no caso dos Deputados. Mas e os jovens, os adolescentes e as crianças, que estão sendo todas mapeadas através de algoritmos?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quanto à privacidade dos dados, a gente sabe que há empresas que ficam com até as quinze últimas... Elas procuram na internet, mapeiam. Elas ficam mapeando. Se elas, de quinze em quinze, mapeiam onde entrei na internet, elas têm um grande histórico, um grande banco de dados sobre as minhas preferências ou sobre as minhas intenções, os meus desejos de compra, seja o que for. Mas o grave é que agora ninguém sabe disso. Ninguém perde tempo, em geral, lendo. Vai ler o termo da Uber, porque precisa. Mas, se você estiver apressado para fazer qualquer coisa, você já aceita, sem saber direito o que está aceitando.

Inclusive, para finalizar, vou insistir aqui: quem está nesta CPMI e não assistiu ao filme Privacidade Hackeada assista! Inclusive, ele está passando na Netflix. Esse filme é muito revelador do que estamos vivendo hoje. Estão nos transformando em grandes algoritmos.

Eu finalizo, dizendo o seguinte: o protagonista, que também é o autor do documentário e que também vai falando o filme inteiro, tem dois filhos, um filho, se não me engano, de oito anos e um de quatro anos. Ele vai ler com os filhos sobre a proteção de dados. Ele diz do pai chato de antes, que não queria que o filho assistisse a determinada coisa na TV; ele o faz através da leitura. Ele diz: "A empresa está aqui dizendo, meu filho e minha filha – é um casal –, que vão saber dos seus dados. Você vai concordar?" Ele diz que, em geral, as crianças querem concordar porque elas querem mais entrar no jogo ou qualquer coisa desse tipo. Ele diz o seguinte: "Este é o pai chato deste século XXI, aquele que diz 'vá ler a política de proteção de dados'".

Então, isso é muito grave, Deputada Lídice. Eu acho que nós temos de avançar, porque não é possível que essas empresas mundialmente assolem os países como se eles não tivessem território algum. Essas são empresas virtuais, que estão na nuvem, digamos assim. E nós estamos aqui, seres humanos, territorializados, com leis específicas em cada País. Então, eu acho que nós tínhamos de avançar sim!

Presidente, eu insisto em que não seja uma sub-relatoria, mas que seja um tema específico que a Relatora trate como uma linha de solução que nós vamos ter que dar: política de privacidade e proteção de dados. Nós não podemos sair desta CPMI sem uma legislação muito clara, brasileira, sobre como essas empresas devem se portar em relação à transferência e à utilização dos nossos dados entre si. Só a gente não sabe, mas elas estão ganhando dinheiro em cima disso.

Então eu queria concordar, Deputado Alexandre, mas dizer que isso precisa de uma legislação que englobe todas as empresas que hoje usam de má-fé – porque isso é má-fé – para poder usar contra nós depois os seus produtos no consumo, etc. e tal.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Posso fazer um aparte?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos para frente, Sr. Presidente! Depois a gente faz uma CPI da Uber, da 99Taxi. Vamos aqui focar no nosso, por favor...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Se eu pudesse fazer coro, eu queria falar por somente dez segundos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou passar a palavra a V. Exa.

Deputada Caroline...

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Obrigado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, analisei a lista dos requerimentos ainda pendentes. Não são muitos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 73, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo. Depois a gente sentaria para tentar fazer uma reunião para verificar a questão da pauta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para poder pautar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, quero só reconsiderar a nossa opinião. Estou de acordo com essa proposta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Alguém se opõe à proposta?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Como são 70 e tantos, há vários aqui com que não estamos de acordo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu concordo com o Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Inclusive, há convocações que a gente concordaria em transformar em convite, mas eu não concordo com convocações de pessoas que nada têm a ver com os trabalhos desta CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas, Deputado, eu quero que fique claro que votar um requerimento e aprová-lo não significa que a pessoa vai ser ouvida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não! Eu quero dar um exemplo para V. Exa.

Há a convocação do Presidente Lula. Mesmo que o senhor depois não venha a convocar o Presidente Lula, a própria divulgação já é negativa. Então, estou totalmente em desacordo com alguns dos requerimentos. São voltados simplesmente para fazer tribuna, para fazer exploração política, e a CPMI não foi instituída para isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.!

Deputado Alexandre...

Então, não há acordo. Continuam os requerimentos arquivados.

O SR. ALEXANDRE LEITE (DEM - SP) – Muito obrigado, Presidente.

Apenas quero fazer coro com o Deputado Rui e com a Deputada Luizianne e fazer esse apelo à Relatora.

Esse era o espírito, a essência do que eu propus como proponente desta CPMI. Dado o desvirtuamento... Aqui, o próprio Alexandre Frota, ao citar esse tema, rejeita o tema, que era a essência. Por isso, eu saí da CPMI, porque ela perdeu a essência, mudou-se o foco. Se houver a possibilidade dessa sub-relatoria existir, eu faço questão de retornar à Comissão e de contribuir com esse tema, que é importante. Aliás, não é só a Uber. Se houver outras empresas, outros requerimentos de outras empresas, incluem-se, e façamos uma audiência pública junto com todos esses representantes. E aí a CPMI pode não só investigar, mas fazer o que nós devemos fazer: criar uma lei que proteja as pessoas, que proteja os dados, porque hoje, como disse a própria Deputada Luizianne, é o petróleo no novo século.

Esse é o apelo que eu faço a V. Exa. Eu atenderei, caso exista a possibilidade de entrar nessa linha de trabalho nesta CPMI.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, já que fui instada a me pronunciar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a nossa Relatora, para encerrar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero esclarecer que não fui contrária a nenhuma sub-relatoria. Essa foi uma discussão da própria CPMI.

Nós temos um prazo muito pequeno. Eu volto a dizer: estou preparada para oferecer a esta Comissão um relatório se terminarmos no dia 13 de abril. No entanto, para que nós possamos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

avançar na investigação propriamente dita daqueles pontos que foram elencados no requerimento de convocação desta CPMI, creio que esse prazo será extremamente curto e que não haverá como nós viabilizarmos a investigação daquilo que já está apresentado e aprovado, de quebra de sigilo de diversos celulares, números de celulares, e também de outros documentos que já foram apresentados antes, que fazem parte dos documentos sigilosos e que nós apresentaremos.

Eu não tenho dificuldade de que a questão da privacidade de dados seja debatida, embora ela não esteja explicitada na convocação da CPMI. Já disse isto, nós trabalhamos na nossa equipe de assessoria, embora muito pequena e insuficiente, para que nós possamos avançar nesse trabalho. É necessário... Já conversei com o Presidente da nossa CPMI no sentido de que nós precisamos visitar o Presidente Davi e o Presidente Rodrigo Maia, para que eles possam dar condições objetivas de trabalho a esta Comissão, que hoje não tem sequer sala para agregar os seus assessores. Enquanto eu estive na Presidência de uma Comissão na Câmara, podíamos até nos reunir naquela própria Comissão, mas agora... E essa é uma insistência minha desde o primeiro dia de trabalho, do nosso trabalho. Portanto, não creio que haja dificuldade.

Tenho toda a satisfação de ter V. Exa. de volta a esta Comissão, podendo contribuir conosco na organização do relatório. Agora, temos de nos sentar para definir como fazer isso, porque, com o prazo que temos e com o número de requerimentos que já foram aprovados e os que estão sendo aprovados aqui hoje, fica impossível terminarmos em abril. Se estendermos o prazo, se prorrogarmos, provavelmente teremos condição, e aí vamos trabalhar para construir essa unificação aqui entre nós.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, eu fui citado pelo Deputado e gostaria de rapidamente falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para explicação pessoal.) – Respeito as opiniões aqui e concordo completamente com a Relatora: nós estamos em outro caminho, em outro campo. Então, quando for para falar sobre milícia digital, sobre disparos em massa, sobre ataques virtuais e tudo o mais, sobre aquilo que nós já reunimos aí de provas e documentos etc., podem contar comigo. Quando for para falar de Uber, de catavento, de carrinho, dessas coisas todas, aí chamem o Deputado Alexandre Leite, e aí eu não preciso vir aqui. Eu venho aqui especificamente para isso que a gente está fazendo. Respeito as demandas dele, as coisas que ele pretende, mas aqui, neste momento – é o que eu acompanhei desde o início aqui –, nós temos outro caminho de investigação. Está certo?

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou dar por encerrada a sessão.

Coloco em votação a Ata da 17ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

Antes, porém, informo que, no dia 11, na próxima terça-feira, está marcado o depoimento do Sr. Hans River e que, no dia 12, na quarta-feira, ouviremos as telefônicas Anatel e o SindiTelebrasil.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado pela presença de todos. Desejo-lhes um bom Ano-Novo e um bom retorno ao nosso Congresso. Vão com Deus, que é quem nos guia.

(Iniciada às 13 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 06 minutos.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 19ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 11 DE FEVEREIRO DE 2020, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às treze horas e vinte e cinco minutos do dia onze de fevereiro de dois mil e vinte, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Randolfe Rodrigues, Fabiano Contarato, Eliziane Gama, Soraya Thronicke, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Wellington Fagundes, Ricardo Barros, Walter Alves, Márcio Jerry, Juarez Costa, Luizianne Lins, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carlos Jordy, Márcio Labre, Lídice da Mata, Túlio Gadêlha, Paulo Ramos, Dr. Leonardo, Paulo Paim, Léo Moraes, Arolde de Oliveira, Capitão Wagner, Dário Berger, Marcos do Val, Diego Andrade, Luis Miranda, Izalci Lucas, Rogério Peninha Mendonça, Carlos Chiodini, Pedro Lupion, Pr. Marco Feliciano, Bia Kicis, Zenaide Maia, Luiz Pastore, Paulo Rocha e Eduardo Bolsonaro. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Marcelo Ramos, Celso Russomanno, Alexandre Frota, Arthur Oliveira Maia e José Nelto. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à pauta: **Oitiva. Finalidade:** Oitiva decorrente do Requerimento nº 214/2019-CPMIFAKENEWS. Oitiva do Hans River do Rio Nascimento, em atendimento ao requerimento 214/2019. **Resultado:** Oitiva realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezoito horas e vinte e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimedia/eventos/2020/02/11>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Hans River do Rio Nascimento, decorrente do Requerimento nº 212, de 2019, da CPMI – Fake News, de autoria do Deputado paulista Rui Falcão, do PT.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É Deputado de São Paulo, porque sou mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tudo bem, Deputado. Está retificado. Deputado mineiro de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso.

Tenho um requerimento com V. Exa. para que, dada a relevância da testemunha que vamos ouvir, esta sessão possa ser fechada, só com a presença dos Parlamentares e dos assessores cadastrados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Após a leitura do expediente, vou colocar para o Plenário decidir.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inicialmente, cabe esclarecer que o requerimento de convocação não especificou se o depoente compareceria na qualidade de testemunha ou de investigado. Entretanto, é possível depreender, pela justificativa constante do requerimento, que o Sr. Hans River foi convocado para esclarecer fatos dos quais teve conhecimento ao trabalhar na empresa Yacows, de modo que sugiro ao Plenário que o depoimento seja tomado considerando o depoente como testemunha.

Havendo anuência do Plenário, informo ao Sr. Hans River e ao seu advogado que, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, o depoente deve assumir o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, preservado o seu direito de permanecer em silêncio, caso considere que alguma resposta possa incriminá-lo.

Vou colocar para que o Plenário possa deliberar se a reunião fica aberta à imprensa, ao público em geral, ou se a reunião passa a ser fechada, só com a presença dos Parlamentares.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Concordando com o encaminhamento que V. Exa. está dando, queria, no entanto, dar uma boa notícia à nossa Comissão. Pedi a palavra a V. Exa. porque não tivemos tempo de tratar... Recebi há pouco essa notícia, e nós vamos ter que tratar do seu encaminhamento. É a confirmação do convite feito por nós, Presidente, combinamos antes, para o Parlamentar britânico Damian Collins vir depor aqui nesta Comissão, numa audiência pública, comunicando toda a experiência de ter sido coordenador da investigação sobre *fake news* no Reino Unido. Ele confirmou para uma data em março. Nós vamos ter que nós sentar, fazer uma reunião administrativa para tomar todas as providências que garantam sua presença.

Eu acho que isto vai ser muito importante para a nossa CPMI, conhecer com mais detalhes uma experiência internacional que foi a primeira mais importante experiência internacional de investigação a respeito do fenômeno de *fake news*, com a denúncia, e, a partir de então, o esclarecimento da Cambridge Analytica naquele processo.

Então, eu queria comunicar à Casa e a V. Exa., em particular, o que acho que é uma coisa muito positiva para a nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em conversa aqui, com o nosso depoente, o mesmo solicita que a reunião seja aberta ao público, à imprensa – e não uma reunião fechada. Ele acha que, em uma reunião fechada... Ele não tem nada a esconder; por isso, ele prefere que a reunião fique aberta ao povo brasileiro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu, particularmente, já vou antecipar o meu voto para que a reunião seja aberta, para que o povo brasileiro tenha acesso. Caberá ao Plenário decidir, já que o Plenário é soberano.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, aberta também. O Governo e a Liderança do PSL votam que seja aberta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Gente, desculpa falar. Se a reunião não for aberta, não tem cabimento eu estar aqui, presente, entendeu? Então, a situação se encontra da seguinte forma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não é ele que escolhe.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei, o Plenário vai decidir. Eu já conversei com ele que o Plenário é soberano.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Ricardo.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem.) – Eu voto com a Relatora, porque ela é que está produzindo o resultado do nosso trabalho. Então, vou acompanhar a opinião da nossa Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a Relatora já externou o seu voto? Você vai votar com a Relatora?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, olha o Regimento. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Rui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para questão de ordem.) – "Art. 144. Quanto ao documento de natureza sigilosa [...]". Nós tivemos acesso a um documento sigiloso, que é justamente os depoimentos dele para a Justiça do Trabalho, e eles foram entregues à CPI na íntegra, como documento sigiloso.

[No caso de] [...] documentos sigilosos, observar-se-ão, no trabalho das Comissões as seguintes normas:

I - não será lícito transcrevê-lo, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente [...];

II - se houver sido encaminhado ao Senado [...];

III - se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta.

É art. 144, inciso III: "Se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta".

Então, por questão de ordem, eu peço a V. Exa. que cumpra o Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo o respeito ao Deputado da oposição, nós entendemos que, por mais que a ação trabalhista dele tenha tramitado em sigilo e a ela tenha sido dado conhecimento, a esse documento foi dado acesso aqui, aos Parlamentares, mas isso não o inibe, até porque ele está acompanhado do advogado dele, de falar e de responder aos questionamentos. Uma coisa é a tramitação em outro Poder independente, que foi o processo trabalhista dele, sobre o qual ele fez acordo, e o outra coisa é a declaração dele, que ele vai prestar aqui, nesta CPI.

Nós não temos nada a esconder do povo brasileiro, e o próprio depoente é favorável. Se ele tivesse interesse de que fosse sigiloso, ele mesmo, na pessoa do advogado, teria feito um requerimento nesse sentido, ou teria entrado na Justiça para pedir para não depor, o que não aconteceu.

Então, nós não devemos nada ao povo brasileiro e estamos aqui para investigar, de modo que, não tendo a oposição dele nesse sentido, devemos fazer aqui aberta. Qualquer coisa, podemos pedir uma votação aqui, caso seja necessário, do Plenário, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, veja bem, não é... Eu creio que essa não é uma questão que apenas nós desejamos. Há um Regimento. O Regimento indica uma direção. A verdade é que nós, quando recebemos os documentos, ficamos proibidos de divulgá-los.

Eventualmente, não poderemos fazer referências ao texto do documento, porque se trata de um documento que corre em segredo de Justiça, ou seja, em sessão...

E o Regimento é muito explícito. Então eu não tenho nada contra que a gente fale abertamente, entendeu Hans? Não tem nenhum problema.

Pois não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O detalhe é o seguinte: esse processo não tramitou em segredo nenhum. Tanto não tramitou em segredo que acabou atrapalhando minha profissão e acabou atrapalhando minha vida pessoal também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim, o acesso desse processo foi dado à jornalista, entendeu? Então foi totalmente aberto. Agora, vir com esse assunto de falar: "Ah, eu prefiro que seja tramitado de uma maneira sigilosa..." Se continuar assim, eu levanto e vou embora porque eu tenho mais o que fazer, entendeu? Porque isso realmente é uma mentira. É simples.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Pela ordem, Deputada Bonavides, do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente.

Eu gostaria de me somar a esse debate. Eu acho que todos e todas nós que estamos aqui adoraríamos que a sessão fosse pública. Acho que ninguém tem mais interesse do que nós que compomos a Comissão de que seja dada publicidade às discussões que se efetuam aqui, mas existe uma questão muito objetiva. Por mais que jornalistas tenham tido acesso, enfim, não importa, o Judiciário decretou o sigilo sobre esse processo. E, tornar a sessão pública, seria limitar a nós parlamentares fazermos perguntas que tenham referência a informações que estavam nesse processo. É uma questão de responsabilização nossa, posterior, por estarmos dando publicidade a documentos cujo segredo foi compartilhado com esta CPMI.

Então defender que a sessão seja pública, infelizmente, descredibilizaria o trabalho da CPMI e, além disso, faria com que outros Poderes, posteriormente, passassem a se negar a compartilhar o sigilo de outros documentos e outros processos conosco. Afinal, nós recebemos, nós tivemos o compartilhamento do sigilo de um processo, e estamos tratando dele aqui como se isso não tivesse importância.

Então, por mais que eu gostaria que essa sessão fosse pública, porque eu acho que é muito relevante que a sociedade saiba dos trabalhos desta CPMI, me parece que existe uma inviabilidade técnica por causa da responsabilidade que nós temos com o sigilo que foi compartilhado com esta Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem para contraditar aqui?

O art. 143, indicado aqui, não se aplica ao caso; o 144, 143, tanto um quanto o outro não se aplicam ao caso, porque a gente não está aqui para discutir algo que em tese seria sigiloso. E eu estou aqui com a decisão judicial que indeferiu o sigilo à reclamada. Ela requereu que fosse colocado em segredo de justiça, e aqui eu estou com uma decisão da Juíza do Trabalho, Valéria Sanchez, que indeferiu esse requerimento. De toda sorte, mesmo tenha sido dado sigilo ao processo, Sr. Presidente, a gente não está aqui para debater o processo trabalhista. O processo trabalhista tramitou na seara do Poder Judiciário. Nós estamos aqui para falar acerca de fatos que ocorreram ou não ocorreram, independentemente da relação trabalhista dele. Nós não estamos aqui para discutir uma relação trabalhista. Se a gente tivesse aqui para discutir a relação trabalhista, fosse a CPI da relação trabalhista do Sr. Hans River, até caberia esse pedido, mas a gente não está aqui para discutir os documentos da ação trabalhista. Nós estamos aqui para discutir fatos, se ocorreram ou não, sobre os quais não tem nenhuma hipótese de se decretar sigilo. Então é incabível esse pedido. E vamos dar prosseguimento à nossa ao depoimento dele, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Solicito então que V. Exa. levante o sigilo do Documento 26, que aí a gente dispensa esse...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria da Mesa poderia, por favor...

A Secretaria informa que foi enviado "secreto" pela Justiça do Trabalho, nós não temos essa prerrogativa de levantar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Então, se o documento é secreto, nós não podemos mencioná-lo aqui? O documento tem fatos importantes para apuração do disparo em massa de mensagens, como é que nós vamos fazer menção a ele?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Mas menciona os fatos. Ele está aqui para falar sobre os fatos, questiona os fatos, com todo respeito, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso faz parte, não é só relação trabalhista. São fatos que a testemunha mencionou e que nós queremos apurar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questiona ele sobre os fatos, Deputado, com todo o respeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas como é que nós vamos fazer?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questiona ele sobre os fatos, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas isso aqui são os fatos, só que estão...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Deputada, é nosso direito... As informações constantes no processo. Tem coisa que ele falou sob juramento na Justiça, e nós temos o direito de perguntar sobre isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O advogado dele está aí, pergunta sobre os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, vamos agir aqui democraticamente. Eu tenho que ser aqui imparcial. Vamos ao voto. Não vejo outra situação, porque está a banda A e a banda B discutindo se é aberta ou secreta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Questão ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Há questões que são prerrogativa do Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesse caso não é prerrogativa do Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Me parece... Deixe-me concluir, Presidente, por favor, com todo o respeito que tenho por V. Exa. Me parece que a solicitação feita por V. Exa. e a entrega da documentação foram feitas em caráter sigiloso. Portanto, V. Exa. tem que conduzir conforme a solicitação que foi feita. A questão de ordem que eu estou levantando é que não cabe nem votação para esta questão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Olha só, todas as nossas reuniões, desde o início desta CPI, foram reuniões públicas. O objetivo desta CPI... Aliás, apesar de nós discordarmos do objeto amplo, todas as audiências aqui foram públicas. Então, é importante deixar registrado que, por qualquer motivo que seja, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Partido dos Trabalhadores quer que esta audiência da tarde de hoje seja sigilosa, na contramão de todas as outras reuniões que nós fizemos nesta CPI. O argumento do Deputado Rui Falcão não pode prosperar, porque o processo trabalhista é sigiloso, mas ninguém aqui vai debater o processo trabalhista, se ele tinha ou se ele não tinha direito trabalhista, se ele tinha ou não tinha direito a horas extras, porque o processo trabalhista é outra coisa. Nós vamos aqui debater outros assuntos.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Exa. que a reunião seja como foram as outras, reuniões públicas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos votar, Presidente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. for colocar em votação, eu acredito que seria importante orientar sobre como vai ser quando nós Parlamentares quisermos mencionar qualquer declaração ou documentos constantes tanto no processo trabalhista quanto no inquérito que tramitou na Polícia Federal, porque os dois chegaram até esta CPMI através do compartilhamento de sigilo. Nós não vamos nos furtar de fazer perguntas relativas ao conteúdo desses processos. Esses processos chegaram aqui por requerimento desta Comissão, foram requerimentos aprovados nesta Comissão, portanto, têm pertinência com assuntos que nós debatemos aqui. E hoje nós temos a presença, a qual inclusive agradeço, de uma pessoa que foi parte nesse processo e que poderá nos responder sobre informações que estão nesse inquérito e nessa reclamação, e nós não nos furtaremos de perguntar sobre elas.

Então, caso o senhor coloque em votação, precisamos de orientação sobre como proceder quando quisermos nos referir aos documentos que estão aqui em caráter de sigilo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que eu queria era costurar um acordo entre os colegas Parlamentares, porque o próprio depoente está optando por falar publicamente, não quer se esconder.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a responsabilização é nossa, de ferir o sigilo, não é dele. Nós agradecemos a disposição dele, e gostaríamos muito que fosse pública...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Acho que o povo brasileiro teria vontade também de assistir ao depoimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... mas a responsabilização será sobre quem violar o sigilo do que foi compartilhado.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpem-me falar, gente. Eu concordo com a senhora, mas o que está rolando aqui nessa situação, o que está acontecendo nessa situação é que, quando eu fui cumprimentado pelo Gabeira, que está sentado aqui, ele me chamou de favelado, entendeu.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É mentira.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você me chamou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É mentira.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu tenho cara de quê? Só porque eu sou negro?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Você mentiu.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu menti? Espere aí, eu menti?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Você falou periférico.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou mentindo? Me chamou de periférico.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Essa é a esquerda.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora o negócio é o seguinte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você mentiu duas vezes.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E outra coisa, outra coisa, isso não é abuso não. Porque eu falei no pé do ouvido dele, porque eu fiz a campanha política dele, e ele está atacado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou levar a votação para o Plenário para decidir se nós vamos colher o depoimento em sessão secreta ou pública.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, rapidamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu estou aqui na minha mão com a decisão do Habeas Corpus nº 100341, Ministro Relator Joaquim Barbosa, em que a ementa é a seguinte: "Utilização, por CPI, de documentos oriundos de inquérito sigiloso. Possibilidade." Ou seja, nós podemos utilizar e podemos debater tudo isso nesta Comissão, isso já foi decidido e superado pelo próprio STF.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, é uma atribuição de V. Exa. tomar essa decisão, V. Exa., sequer, precisaria submeter a voto aqui do Plenário.

O que está em discussão aqui, e está claro, não é que os documentos sigilosos, se forem publicados aqui, vão gerar qualquer prejuízo para o depoente, mas é nossa responsabilidade guardar, na condição de sigilosos, aqueles documentos que chegam aqui como tal. É isso que nós temos que fazer. Nós não vamos aqui abordar o documento. É como é que vai ser isso?

Então, eu peço a V. Exa., primeiro, que cumpra o Regimento no sentido de que a pessoa que está convocada, a testemunha, fale no momento em que V. Exa. lhe der a palavra. E, segundo, que tenha V. Exa. uma decisão sobre a questão, para que nós possamos começar o depoimento, já estamos perdendo muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, eu estou tentando costurar um consenso, porque V. Exas. foi que levantaram se seria transformada a Comissão em secreta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Que consenso, Presidente? V. Exa. é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui no art. 110 está muito claro também: "As reuniões serão públicas, salvo nos casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a Comissão.". Eu não quero ser senhor da razão nem dono do Regimento, eu estou seguindo o que está no Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Regimento é explícito aí.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É o meu papel de magistrado.

(*Intervenções fora do microfone.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós ali entregamos para o senhor vários precedentes jurisprudenciais que permitem a utilização de documentos sigilosos em uma CPI, até porque, eu repito, se ele...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou seguir o que está no Regimento, no art. 110. Infelizmente está no Regimento, vamos evitar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perfeito, se está decidido, Presidente, vamos prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir a votação. Quem vota a favor vota da sessão aberta, com a participação da imprensa, vota "sim". Quem é contrário, vota "não". Simples.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nominal ou simbólica? Simbólica, então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém pediu verificação de quórum, fica simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém pediu verificação de quórum, fica simbólica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

Quem é a favor do depoimento aberto levante o braço; quem é contra fique como se encontra. *(Pausa.)*

Então, venceu a oitiva secreta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, verificação de quórum da Deputada Caroline.

Agora, estou achando, Deputada, extemporânea.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo respeito, o senhor tem como deliberar a respeito, decidir a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está no art. 110, Deputada. Não há como.

Vamos abrir o painel de votação para colher os votos.

Quem vota para a reunião sem a presença da imprensa vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vão querer que retirem também os assessores?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Dos assessores, só os credenciados têm acesso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

Vamos abrir o painel aí para começar a votação enquanto as questões de ordem começam.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Tem que dizer o que é "sim" e o que é "não".





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem quer reunião pública vai votar "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Público é "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Público, "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – É que aqui está: votação nominal, reunião secreta. Ela induz...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Calma, pessoal! Vamos manter a calma. Não há motivo, logo no início da semana, para os ânimos ficarem exacerbados. Vamos manter a calma.

Quem for votar a favor da sessão aberta ao público vai votar "sim". Eu estou repetindo de novo a pergunta. Quem vai votar a favor da sessão pública vai votar "sim". Olhem bem: quem for votar a favor da sessão pública, com a presença, repito, de assessores e da imprensa, vota "sim". Quem quer sessão secreta vota "não".

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Agora, Presidente, enquanto estamos na votação nominal, poderia utilizar a palavra rapidamente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, posso utilizar da palavra enquanto temos a votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode, após o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na última reunião pedi a V. Exa. que encaminhasse a marcação da data na qual o Sr. Wajngarten, da Secom, deveria comparecer a esta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... pudesse comparecer a esta Comissão, já que ele foi formalmente convocado.

Eu pergunto a V. Exa. qual o dia em que o Sr. Wajngarten irá comparecer a esta Comissão para que ele possa ser inquirido.

As razões para que essa vinda seja o mais rapidamente possível já estão dadas. Agora mesmo, recentemente, como eu disse naquele dia, partiu da própria Secom o *start* de uma campanha violentíssima contra a diretora brasileira do filme Democracia em Vertigem, Petra Costa, além de uma série de outras denúncias que o colocam no centro de um processo em que a produção de notícias falsas é algo diuturno. Portanto, eu gostaria de saber de V. Exa. qual o dia em que esse cidadão virá aqui para prestar o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado, informarei a V. Exa. dentro da agenda que estamos montando com aproximadamente 50 requerimentos já aprovados.

Nós pedimos à assessoria para ver a cronologia dos depoimentos, das aprovações, para não ficar atropelando. Inclusive, eu quero até solicitar que os Líderes de todos os partidos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

possam até se reunir, em outro momento, para definirmos, num acordo, a deliberação de vários e vários requerimentos que estão também represados. O tempo está passando, estamos praticamente a dois meses para o encerramento da CPMI e seria importante que os partidos aqui representados nesta CPMI chegassem a um acordo para que não precisássemos chamar todas essas pessoas. Há pessoas, inclusive, que não têm nada a ver com a CPMI, mas eu gosto de respeitar o requerimento feito pelo colega Senador ou Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Enquanto estamos ainda na votação nominal, enquanto não se atingiu o quórum, aproveito o ensejo também, Sr. Presidente, para que possamos marcar a oitiva da ex-Senadora, hoje Deputada Federal Gleisi Hoffmann, uma vez que a convocação dela já foi aprovada no ano passado e todos nós temos interesse em que ela venha a esta Comissão explicar inúmeros casos, como, por exemplo, o caso do mensalinho do Twitter, que aconteceu na época do Partido dos Trabalhadores, aqueles casos de compra de influenciadores da internet, que foram amplamente noticiados na época da Dilma Rousseff, inclusive com aquele perfil chamado Dilma Bolada, etc. O fato é que nós convocamos a Deputada Gleisi Hoffmann e queremos, então, a oitiva dela o mais rápido possível por esta Comissão.

Além disso, Sr. Presidente, nós tivemos... É fato que nós não começamos ainda a oitiva do nosso depoente de hoje, o Sr. Hans River, mas nós tivemos, nesse pouco tempo em que a Comissão está aberta, uma denúncia gravíssima de um Parlamentar praticando um ato de (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.*) contra o nosso depoente. Talvez, Sr. Hans, pela sua cor da pele, talvez pelo seu cabelo, perguntaram, questionaram se V. Exa. era favelado. Um (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.*) na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mentira. Mentira. É mentira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Filipe.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Cala a boca!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Cala a boca, você, porque você já tem...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Filipe Barros. A palavra está com o Deputado... Por favor, depoente, vamos desligar o telefone aí, porque não pode.

Prossiga, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Angelo Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui, a palavra está com o orador.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu não permito, Presidente, que me acusem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já chamei a atenção dele.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – No momento V. Exa. fala, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já falei com o depoente.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, houve uma acusação gravíssima do nosso depoente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, depois V. Exa. faz o contraponto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o depoente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É inadmissível...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É inadmissível, Sr. Presidente – peço que garanta a minha palavra –, que na tarde de hoje... Nós estamos aqui para ouvir o que o nosso depoente tem a dizer, o que ele tem a contribuir com esta Comissão, e o fato de ele ter cor de pele diferente da minha não o torna diferente de mim, o fato de ele ter um cabelo diferente do meu não o torna diferente de mim. Só porque é negro...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu, sinceramente...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... questionaram se ele vinha da favela. Isso é um absurdo! É um *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.)* praticado dentro desta Comissão!

Então, eu peço, Sr. Presidente, que depois disso seja encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para o Ministério Público Federal, para que se procedam às devidas diligências necessárias para esclarecer esse caso gravíssimo que aconteceu nesta Comissão, um ato de *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.)* praticado contra o Sr. Hans River, que veio a esta Comissão contribuir com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Eduardo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Além do mais, se for para discutir cabelo, eu tenho que ser consultado! *(Risos.)*

Se cabelo discriminar, eu tenho que ser consultado!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É verdade, Senador!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria deixar registrado aqui... Pelo que estou vendo, provavelmente nós vamos perder esta votação nominal. Eu acredito que V. Exa. poderia ter optado... Mas V. Exa. falou que o Regimento não lhe dá poderes para que decida se esta sessão será sigilosa ou pública. Mas eu queria só deixar registrado aqui que quem está pedindo para que a sessão seja sigilosa é exatamente o PT, o pessoal da esquerda. Olhem só, hein: eu, Bolsonaro, estou pedindo para que, por favor, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, o Estadão, a Record e todos os meios de comunicação cubram esta sessão.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Para se ter noção, a gente está aqui numa CPMI, todo mundo sabe do que a gente está tratando aqui. Eu confesso, com todo respeito, Sr. Hans River do Rio Nascimento: não conheço V. Sa., eu nem sei se o seu depoimento vai ser a favor de A ou B, ou prejudicial a A ou B, mas eu acho que a gente tem aqui, como Parlamentares na Casa do povo, que tratar as coisas publicamente.

Convido o povo à reflexão: imagine se esse pessoal tivesse conseguido, nas palavras de Lula, aprovar um projeto para controlar a imprensa e os meios de comunicação como não seria democrático esse tipo de controle!

Olhem só, vamos analisar aqui em tese. O Sr. Hans, pelo que entendi, foi contratado por uma empresa que fez a campanha do Jair Bolsonaro. É isso, Sr. Hans? É só para saber se é sim ou não, para saber se eu não estou...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Espere aí, espere aí...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Espere aí. Aí vai virar inquirição.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Tudo bem. Então deixe...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, questão de ordem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Deixe eu ir adiante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vá adiante, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, não...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, estou no meio da minha fala, deixe eu terminar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputado Eduardo, vamos estabelecer as regras de funcionamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele já abriu mão da pergunta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está bem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Já está resolvido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Eu queria deixar registrado isso e complementar dizendo que ontem eu fiz uma... Não foi uma acusação, mas eu levantei fatos sobre a Deputada Joice Hasselmann, que veio aqui depor sob a minha ausência. Eu fui um dos alvos do depoimento da Deputada Joice Hasselmann. Ela se aproveitou porque ela sabia que eu era presidente da CREDN e estava em viagem ao Oriente Médio e, aí, veio aqui dar o showzinho dela.

E ontem à noite eu mostrei por A mais B a evolução da rede social dela. Em uma semana, a rede social dela quase quintuplicou e, no final de dezembro, a rede social dela mais do que dobrou. A pergunta que eu faço a ela é: ela sabia que esses robôs estavam entrando na rede social dela? Ela comprou esses robôs? Porque, se ela comprou, um dos períodos foi durante o período eleitoral e isso daí dá margem a caixa 2, isso é crime eleitoral e enseja perda de mandato. Infelizmente, a Deputada foi mulher suficiente para estar aqui na minha ausência, mas hoje não é mulher suficiente para estar aqui na minha presença. Então, eu queria deixar isso registrado.

Muito obrigado pela paciência, Deputada Lídice e Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Luizianne.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é porque está ficando, de fato, insustentável haver um aspecto teatral aqui onde vêm acusar... Quem conhece a história do Rui... Primeiro, que não começou hoje. O Rui jamais... O Rui teve mais de 150 mil votos para Deputado Federal em São Paulo, o que não é uma coisa simples. Rui já lidou e lutou a vida dele toda contra o racismo, contra os preconceitos de uma forma geral. O que está acontecendo é que essa máfia que está no poder tem mania de, como *modus operandi*, fazer o inverso, ou seja, faz questão de jogar para a plateia para confundir as pessoas. É por isso que nós estamos aqui nessa CPML. É por isso que vem o depoente que era para depor e, na verdade, vem fazer uma acusação contra o ex-Presidente do PT, Deputado Federal, que teve a votação que teve e que nunca foi registrado... Nunca foi registrado, até porque o nosso Partido defende o direito, sim, dos negros, das lésbicas, dos gays, e vocês ficam fazendo aqui firula, todos metidos a santinhos conservadores para esconder a pauta que está matando os brasileiros de fome, a pauta econômica e ficam aqui: "Me chamou de favelado." Jamais o Rui faria isso! Meu querido, eu não lhe conheço, mas eu o conheço. Jamais ele faria isso, sabe por quê? Porque nós estamos na mesma trincheira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – "Meu querido", não, que o depoente tem nome.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu estou falando.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – O depoente tem nome; não é "meu querido".

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu estou falando. Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Está nervosa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Por favor, uma questão de ordem, Presidente.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Luizianne.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, assumo o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O príncipe fala e ninguém pode interromper. Eu estou falando, o príncipe vem se meter. Eu estou falando. A palavra é minha.

Eu queria dizer o seguinte: que aqui se está criando um hábito feio. Isso é feio! Todo mundo sabe que tem esquema, sim, tem esquema de disparo em massa. Vai-se chegar lá, não adianta esconder. Tem os filhos; infelizmente, os filhos do Presidente. Armaram esquema desde 2014. Cada vez mais a gente está sabendo. Nós não estamos aqui, nós não estamos aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Está com a Deputada a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é, mas os Deputados não conseguem ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Meu amigo, eu não tenho o poder de botar um eclair, um zíper na boca de nenhum Deputado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas o meu microfone fecha. Fecha ali também. Deixa eles gritarem porque, se eles pensam que vão ganhar no grito... Se tem uma coisa de que eu não tenho medo é de grito. Podem ter certeza. Podem gritar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas está gritando muito.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pode é gritar. Eu estou gritando, mas medo do seu grito eu não tenho. Eu queria dizer... Querido, eu grito. Enquanto não me ouvirem, eu vou gritar porque a palavra está comigo. Acabou. A questão é minha, a boca é minha, a altura da voz é minha, e você só vai escutar, porque a palavra está comigo.

Então, eu queria dizer que estar-se criando um hábito feio de fazer um teatro: "Ah, porque aqui, no âmbito desta Comissão, uma pessoa foi chamada da favelada por causa da cor da pele!". Vocês estão invertendo! A gente sabe quem é que é racista aqui. A gente sabe quem é contra negro, quem é contra os gays. A gente sabe porque a gente avisou para o povo brasileiro isso.

E infelizmente eu estou nervosa, sabe por quê, Deputado? Porque eu não estou aqui fazendo teatro. Eu não sou profissional da política como essa leva que chegou aí se achando que sabe alguma coisa. Não! Eu me indigno de verdade. E ouvir o Deputado Rui Falcão ser chamado aqui, dizer que chamou alguém de favelado... Jamais ele teria esse tipo de postura. Jamais, até porque certamente faz parte da luta dele a vida toda lutar por democracia e lutar contra o preconceito. Então, esse negócio de ficar fazendo o *modus operandi* de ficar exatamente o contrário: "Ah vocês que botam *fake news*. Não, são vocês. Não, chamou de não sei o que. Não, é você!" Por favor, gente! A gente aqui tem inteligência. A gente já tem aqui muito tempo de praia.

Então, finalizo aqui dizendo que eu acho um absurdo o que aconteceu aqui de o Deputado Rui Falcão ter sido, estar caluniado, ter sido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Há uma armação. E eu concluo dizendo que nós não vamos aceitar esse tipo de provocação e nem esse tipo de teatro, porque aqui a gente não está para brincar. A gente não está na política para brincar. Se vocês querem brincar na política, chegaram em levadas e levadas aqui na Câmara, acho que não estão entendendo. Aqui não é um lugar de brincadeira e nem é um lugar de palhaçada. Isso aqui é um lugar de coisa séria e de gente séria.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PT não está aqui para brincar. Está aqui para roubar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir a V. Exa. que o depoente, que o depoente falasse... (*Fora do microfone.*)

... quando fosse questionado. Ele não está aqui na condição de convidado. Ele está aqui na condição de convocado. E, por favor, respeite os Parlamentares e esta Casa. O senhor não tem direito de falar agora.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (*Fora do microfone.*) – Então, vocês me respeitem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Você não tem o direito de falar agora. Você não tem o direito de falar agora. Você respeite o Parlamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estão intimidando o depoente. Presidente, estão intimidando o depoente. Que absurdo!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É verdade. O PT está com muito medo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, se não houver respeito, eu vou pedir que o senhor decrete a prisão dele imediatamente, imediatamente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada a votação.

Questão de ordem, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Encerrada a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente, não concluí a questão de ordem. A questão de ordem é a seguinte: que o depoente se restrinja a responder os questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. Correto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Que não se dirija de forma desrespeitosa a nenhum Parlamentar que aqui está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A recíproca é verdadeira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – ... no cumprimento do seu dever constitucional. Por favor, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não atingido o quórum, vai ser aberta, não é, Presidente?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Presidente, um minuto. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minuto, questão de ordem do Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Na verdade, você vê que o ódio que eles falam sobre os filhos do Bolsonaro talvez seja porque eu não seja igual aos filhos do Lula, primeiro ponto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só lembrando...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Aí, ficou falando, falando, falando...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, o convidado não falou nada. Já estão caindo em cima dele. Há Senador valentão querendo dizer que vai sair daqui preso. Vai sair nada. Para ser preso no Brasil é difícil demais. E o senhor tem esse peito todo para falar com a pessoa que está aqui na frente. Se fosse um bandido, um narcotraficante, um Beira-Mar, duvido que tivesse colhão para falar isso. Como é o Sr. Hans, que está tentando colocar o cara aqui acuado, aí é valentão, bate na mesa e dá o seu showzinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não é possível a continuidade...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – E depois vem querer dizer que somos nós que estamos fazendo teatro? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Vamos respeitar o convidado também...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – ...porque Deputado e Senador é igual a todo mundo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem. O art. 110 fala que a regra geral é que as reuniões serão públicas, que só, salvo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou definir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para lembrar o art. 110, Presidente, que eles têm que ter maioria para poder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. essa curiosidade de olhar o Regimento.

Não houve quórum para deliberar.

Invocando o art. 148, §1º, que diz: "No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o relator."

Como o Presidente está presente e a Relatora está presente, defino que a reunião passa a ser aberta, com a presença de assessores, da imprensa e do povo em geral. (*Palmas.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Nós estamos aqui na presença, além do depoente, do Dr. Fernando Barbosa Guarda, que é o advogado. O senhor poderia declinar o seu currículo por favor? Para quem o senhor presta serviço?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor presta serviço para a Tim?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não, trabalho sozinho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não presta serviço para a Tim?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O depoente é o Hans; não o advogado, não é, Presidente?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Aqui é a banana comendo o macaco. Que negócio é esse?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Apenas para saber do depoente, porque nas notas taquigráficas contam talvez que ele tenha citado o meu nome, em algum momento. Ele citou? Eu queria perguntar-lhe isso. (*Pausa.*)

Não?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É que ele chamou o Deputado Rui Falcão de Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, houve aí uma troca de nomes, não foi?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É, demonstrando que ele conhece bem as coisas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então vamos começar a oitiva?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos começar a ouvir o depoente?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, eu peço que retire das notas taquigráficas a calúnia assacada contra este Deputado, me chamando de racista.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está autorizado.

Concedo a palavra por 15 minutos ao Sr. Hans River do Rio Nascimento, para a sua exposição inicial, se assim desejar. Caso não deseje, partiremos para a pergunta dos nobres Parlamentares.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, pode... Pode pedir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele declina de fazer a sua exposição inicial, então passo a palavra ao primeiro orador inscrito. A Secretaria da Mesa podia me fazer o favor... Aliás, não: vamos ouvir primeiro a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, do PSB da Bahia, pelo tempo que assim desejar, porque ela hoje veio e estava com vontade de falar muito, que eu estou notando.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Relatora...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Fazer uma consulta: o nosso convidado é testemunha? Ele prestou o compromisso de dizer a verdade? Em que situação ele está aqui? Fez o juramento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria, Sr. Presidente, solicitar a V. Exa...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, ele está como testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... que ele fizesse o juramento de dizer a verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Está como testemunha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está como testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Como testemunha. Então, tem juramento de dizer a verdade. Então, como testemunha, tem a obrigação de fazer o juramento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) – Mas quem tem obrigação é a Mesa, de cobrar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... de cobrar. De cobrar o depoimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A obrigação é da Mesa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que usar a mesma regra, não é, Presidente? Em todas as outras...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tudo bem...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... o depoente faz se quiser. Se não quiser, não faz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, vamos... Eu vou passar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero informar então aos senhores que o Sr. Hans River está na condição de testemunha e ele tem obrigação constitucional de falar somente a verdade ou ficar calado.

V. Sa. se compromete a falar somente a verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, eu me comprometo e...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se se compromete, está resolvido, já respondeu.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É isso que está doendo em muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois é, então...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, só fazer uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O depoente se compromete a falar somente a verdade.

Quero informar a V. Sa. que V. Sa. não pode faltar à verdade, sob as penas da lei.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria bom que o advogado com a testemunha prestassem atenção: numa comissão Parlamentar de inquérito comete crime quem também omite a verdade. Não é só dizer a verdade. Está na lei: omitir a verdade também representa uma prática delituosa. Então, estou esclarecendo isso ao depoente, à testemunha, esclarecendo ao advogado, que isso está na lei. Numa comissão Parlamentar de inquérito, também não se pode omitir a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É importante esclarecer ao nobre Sr. Hans River que ele se por um acaso for questionado e faltar com a verdade estará cometendo crime. V. Sa. pode ficar até calado, se assim o desejar. Mas o que V. Sa. for aqui falar o senhor se comprometeu a ser somente a verdade.

Está consciente?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Consciente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é preciso esclarecer. Se não depuser, se não responder e *a posteriori* ficar comprovado que ele sabia, também será responsabilizado por ter omitido a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Matéria vencida. Vamos adiante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos, aos Srs Parlamentares que compõem esta CPMI, ao Sr. Hans River do Rio Nascimento, que aqui depõe como testemunha, e a todos que nos acompanham.

Sr. Hans River, com quem o senhor trabalhava quando ingressou com a ação trabalhista?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu entrei para trabalhar com *marketing* numa empresa chamada Yacows, que era ali na Nove de Julho com o Barbacoa, ali naquele trecho. E quando eu entrei para fazer o trabalho de *marketing* foi passado que a gente tinha que fazer as campanhas políticas e junto com as campanhas políticas campanhas de mercado, outras situações de *marketing* de toda a localidade do País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A sua função dentro da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A minha função era operador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Operador. O senhor não trabalha mais nela?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não, não!





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Como o senhor foi contratado? Foi indicado por alguém? Foi selecionado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, eu moro na Vila Leopoldina, um bairro burguês da zona oeste de São Paulo, e quando eu estava transitando pela Avenida Imperatriz Leopoldina tinha uma placa que estava contratando, a empresa Yacows. E eu entrei no escritório, que era um escritório de advocacia, e me passaram para fazer uma entrevista com a Flávia. Estavam o Lindolfo e a Flávia fazendo a entrevista e mais um outro representante da empresa. E quando foi feita a entrevista me perguntaram se tinha problema de eu fazer *marketing* político e marketing de outras situações. Conversando com a própria Flávia, porque a entrevista foi com a própria Flávia na época, com isso, a gente acabou tendo uma situação de ela me contratar naquele momento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Qual o período em que o senhor trabalhou?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Exatamente eu não vou saber te responder, não, viu? Exatamente, data, período exato, exato, exato, eu não vou saber te responder.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe dizer pelo menos o ano em que trabalhou? Quanto tempo o senhor passou na empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando Lula entrou preso, eu já estava trabalhando nessa empresa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero saber a data.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha uma semana, duas semanas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu preciso que o senhor diga o ano de forma objetiva. O senhor está depondo como testemunha. Então, se o senhor puder responder de maneira objetiva... O senhor não está sabendo dizer sequer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Relatora, e a Relatora tem que fazer o seu questionamento. Eu gostaria que os nobres Parlamentares dessem esse crédito para que a Relatora não fosse interrompida. E cabe ao depoente lembrar o ano, pelo menos, em que ele começou a trabalhar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – O depoente não pode, antes de responder, consultar o advogado. Ele não pode.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, acho que tem alguém querendo substituí-lo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, tem alguém querendo substituí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Hans.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se eu puder responder...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O advogado sabe do que eu estou falando. Como advogado, ele sabe que não pode prestar o depoimento pelo depoente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu peço a V. Exa. que garanta que nós possamos fazer a inquirição sem interrupção e sem interrupção dos Srs. Parlamentares sobre aquilo que eu vou perguntar, até porque eu cumpro o Regimento da Casa e o Código de Processo Penal, que indica como fazer essa inquirição.

Eu pergunto de forma objetiva. Se o depoente, se a testemunha não sabe responder, ele diz "não sei responder". Basta isso. Eu não estou obrigando ninguém. Apenas lhe perguntei se ele saberia dizer em que ano foi contratado para trabalhar e em que ano saiu do trabalho. Acho que é uma pergunta muito simples.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A resposta está aqui, porque eu trouxe até o processo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ótimo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi em 2018.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Em 2018.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Em 2018. Porque o período em que eu fiquei na empresa não foi um período muito longo, e eu saí da empresa por não pagamento do que foi combinado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Entendeu?

Tanto que eu até entrei com recurso na Justiça para reaver as horas extras que haviam sido combinadas, o que não aconteceu, entendeu? Então...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor dá um depoimento, em jornal, de que havia um cadastro no seu trabalho. Eram feitos cadastros, houve disparos excessivos e que esses cadastros, que eram usados nesses cadastros CPFs de pessoas idosas para os disparos em massa. Como o senhor ficou sabendo dessa informação de que aqueles CPFs usados eram CPFs de pessoas idosas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Na realidade, esse caso é um caso muito complicado, porque... O que era trabalhado ali na empresa? A empresa... Você tinha o seu computador, e junto com o computador você colocava quatro ou cinco celulares emparelhados. Então, você abria o WhatsApp, você colocava o WhatsApp, fazia o cadastro do WhatsApp, você pegava um *chip* da TIM, da Vivo, da Claro ou da Oi ou números internacionais e você cadastrava no CPF que eles passavam, que a própria empresa passava.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por que números internacionais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando não se tinha *chip* funcionando, entendeu? Ou quando tinha muita demanda de propaganda, porque era uma época intensa de propaganda política, de algumas pessoas principalmente que estão aqui, então tinha muito disparo para se fazer naquele *mailing* e, no caso, "ah, o *chip* não está funcionando, não subiu", "ah, então vamos pegar número internacional". Aí pegava número internacional de uns





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sites E eu até trouxe também alguns conteúdos aqui que comprovam isso que eu estou dizendo. Antes de eu sair da empresa eu até tirei uma foto a respeito disso aí.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Exatamente. A foto que o senhor tirou e que apresentou na sua ação trabalhista não pode ser apresentada aqui por se tratar de um documento que está sob sigilo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Porém...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Espere aí, um segundo.

Por isso, eu não vou lhe pedir que mostre esse documento, mas, se for necessário, posteriormente, o Presidente vê que medida tomar. Nós temos tempo para que o Presidente reflita sobre isso.

Eu quero lhe perguntar mais algumas coisas. Em que local funcionava a empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa funcionava ali na Nove de Julho com a Renato Paes de Barros, bem de esquina. O prédio ficava...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe dizer se mudou de endereço?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Antes de eu sair da empresa, ela mudou para Santana, ali perto do... Você sai da estação de Santana, a primeira travessa da Voluntários da Pátria. Eu não vou lembrar agora o nome da rua. E, depois disso, eu não sei, porque eu já não estava mais lá.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sabe dizer como foram contratados e produzidos disparos em massa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, a quantidade de funcionários que havia na empresa em si e a quantidade de celular em que cada um ficava trabalhando... Assim, a quantidade era muito grande, era grande mesmo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem ideia se eram 200, 300, 500?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não, não. Eu estou falando de muito, eu não estou falando de pouco. Era muito celular.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, eu estou perguntado de funcionário.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Funcionário, havia em três períodos. Eu era contratado... Eu fui contratado para o período da madrugada, das 10h às 6h da manhã. Havia o horário das 6h da manhã até as 2h e o horário da tarde. Então, pelo menos no meu horário, dava umas 500 pessoas. Eu acho que até um pouco mais. Nos outros horários, eu acho que dava por volta disso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O seu horário o senhor ultrapassou diversas vezes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nossa, porque eles combinavam com todos os funcionários: "Ah, você vem fazer hora extra e a gente paga o dobro para você". Então, o que era o dobro? Era 2 mil, 3 mil. Então, era conveniente para todo mundo. Todo mundo dormia na empresa e morava na empresa. Tanto que você vê que há fotos que eu tirei a respeito disso que mostram como era a área da cozinha, a área do banheiro; e havia gente até deitado no chão quando eu tirei as fotos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Nesse processo, há referência de alguns telefones no texto do processo. Eu queria ler esses números – são poucos – para que o senhor verificasse se o senhor se lembra a quem pertence esses telefones. São todos telefones de São Paulo; portanto, o DDD é 011. O primeiro número é 98915-5543; o outro é 98532-0336 e o outro é 98608-8432. O senhor lembra se...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esses números aí, você está falando de Flávia, Lindolfo e tinha um que era diretor. Qual era o nome dele? Menino do céu... Era um cara...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, esses números, segundo o senhor, pertencem aos proprietários da empresa, a Sra. Flávia e a Lindolfo Alves?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Havia um grupo de WhatsApp que era da diretoria. Então, quando eu saí da operação e subi para a chipeira, que era nada mais, nada menos que você ter um acessório em que você colocava o *chip*, eram aqueles *modems* antigos que havia antes... Você colocava os *chips* enfileirados e via se eles tinham sinal. Quando eu subi para a chipeira, eles precisavam conversar comigo para falar: "Mas tem que fazer uma campanha, está atrasado isso daqui, está atrasado aquilo ali". E fizeram esse grupo. Todo mundo que está nesse grupo... Eram dois grupos em que havia o pessoal da diretoria e os donos e havia aquele grupo que era a massa todinha, a massa do horário da madrugada e tudo mais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor ficava na massa da madrugada ou o senhor estava entre um grupo mais seletivo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava nos dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor estava nos dois?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nos dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, quando o senhor fala: "Filipe e Yacows, chipeira se refere a quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esse Filipe que era o que tinha um cargo maior do que o meu. É desse que eu estou falando para você. Esse é o Filipe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Peço ao Deputado para contribuir com o depoimento.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tanto que foi ele que me rebaixou de cargo quando eu estava lá, quando houve a situação de não haver nenhum *chip* funcionando para fazer os disparos de algumas campanhas políticas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava sentado no 10º andar, andando para cá, andando para lá, sem saber como ia resolver, eu falei: "E agora?". Com esses trâmites aí, eu coloquei duas pessoas em cada janela do prédio – ficou um desse lado e o outro do outro lado –, conseguiram sinal e fizeram toda a campanha política daquela data e daquela semana. Eu comentei nesse grupo aí e já me mandaram para o 7º andar. Falaram assim...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A *Folha de S. Paulo*, naquela matéria em que o senhor deu entrevista, afirma que o senhor teria encaminhado a eles uma lista de 10 mil nomes dessas pessoas, além de fotos com caixas, com *chips* e salas cheias de computadores ligados a diversos celulares e chipeiras, equipamentos que usam *chips* de celulares para imitar WhatsApp e fazer disparo. O senhor poderia encaminhar esses documentos para a CPMI?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só um detalhe: eu não encaminhei nada para a *Folha*. Eu entrei com ação trabalhista e, de alguma maneira, a *Folha de S. Paulo* conseguiu o processo inteiro.

A jornalista – eu trouxe até o livro que ela me deu e autografou – entrou em contato comigo. Eu sou músico, faço faculdade de licenciatura de música e tinha comentado para alguns colegas: "Estou lançando um livro aí, esse livro vai ser bacana". De repente, essa jornalista entrou em contato comigo falando a respeito do meu livro. Eu fiquei até assim... Eu falei: "Bacana, não é? Vai me entrevistar, vai querer saber sobre o meu conteúdo". Ela veio até mim. Quando chegou à minha residência, ela me convidou para ir a uma padaria ao lado. Sentamos para conversar. A todo momento, ela falou desse livro que até está aqui na mão e autografou o livro. E, ao mesmo tempo em que estava falando do livro, ela estava perguntando a todo momento: "Mas e aí você trabalhou na Yacows?". Eu falei: "Não, mas espere aí, você chegou aqui se anunciando a respeito do interesse do conteúdo do meu livro". Na saída dessa padaria, ela queria entrar na minha residência para ver o meu *notebook*. "Ah, mas eu quero ver o seu *notebook* e tudo mais." Ela falou: "Eu estou com todo o seu processo na minha mão". Eu falei: "Mas como assim você está com todo o meu processo na sua mão e como você conseguiu meu telefone?". Ela não informou. Até hoje eu não sei como ela pegou o meu telefone e como ela teve acesso a todo o processo.

O mais estranho é falar que eu cheguei na *Folha de S. Paulo* e entreguei um conteúdo que eu entreguei para o fórum trabalhista, entendeu? Tanto que, quando bateu o dia seguinte, eu estava em casa e falei: eu vou à *Folha de S. Paulo* para saber se ela realmente é jornalista e se ela trabalha lá.

Quando eu cheguei na *Folha de S. Paulo*, fui tratado de maneira, assim... "De boa, mas ninguém te chamou aqui e tal". Eu falei: "Não, mas eu estou procurando essa moça aqui". Aí ela desceu, me recebeu e me levou para a redação. Houve uma discussão na redação. Eu virei as costas, fui embora e dia seguinte ela publicou tudo isso daí, falando que eu cheguei na *Folha de S. Paulo* e entreguei a notícia para ela – e eu não entreguei nada para ela, entendeu?

Outro detalhe que até incomodou quando ela estava fazendo a pergunta, porque a todo momento ela estava falando deste livro aqui que está na minha mão – se vocês quiserem passá-lo para vocês verem também, é até importante –, é que ela estava perguntando se eu tinha feito a campanha política do Bolsonaro e do Doria. E eu ainda falei para ela: "Olha, você me desculpa, mas é uma questão de trabalho. Eu trabalhei numa empresa e tudo mais, mas só que o propósito da sua vinda aqui foi a respeito do meu livro, não foi a respeito de onde eu trabalhei ou deixei de trabalhar", entendeu? Então, ela intercalava com essas perguntas.

Seguinte: eu não fiz campanha para os dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gostaria de continuar as perguntas: mas o senhor, em algum momento, segundo a matéria... Ela afirmou que o senhor disse que pensou melhor. "Estou pedindo para você retirar tudo que falei até agora, não contém mais comigo".

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Menina, se eu te falar realmente o que eu falei para ela, eu acho que será cancelado aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por favor, eu tenho muito respeito pelo senhor.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Vamos manter as coisas do jeito que estão. Não vamos sair do tom que estamos na investigação, por favor, com todo respeito.

O senhor trabalhou na Yacows e Kiplix. Qual é a relação dessas duas empresas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, eu fui contratado pela Yacows. Quando houve o processo trabalhista, o advogado que estava representando o processo trabalhista na época falou assim: Olha, chegou o momento em que a gente vai por fora e tal. E a empresa Malte Serviços está te convocando para fazer uma tratativa". Eu falei...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Empresa o quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Malte Serviços.

Eu pensei: "Mas eu não fui contratado pela Malte Serviços, eu fui contratado pela Yacows". Quando a gente sentou na frente do juiz para conversar e acertar o que tinha que acertar, havia três ou quatro advogados sentados. Um era de uma empresa cujo nome eu não vou lembrar agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não era.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deep Marketing?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – AM4... Da Yacows não tinha ninguém, mas era tudo o mesmo grupo, pelo jeito. Depois eu fui saber que era o mesmo grupo, mas não tinha ninguém dizendo assim: "Eu sou da Yacows e vim representar a Yacows". Era a Malte Serviços, essa AM4 e uma outra, mas eu mesmo não tive nenhum vínculo com eles.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor se referiu a uma espécie de grupo mais seletivo que coordenava os trabalhos. O senhor sabe o nome desses coordenadores e operadores e o que eles faziam na empresa? **O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO** (Para depor.) – Havia uma hierarquia ali. Você tinha os operadores que ficavam praticamente como todo mundo que está aqui. Você tinha os supervisores. Acima dos supervisores você tinha... Como se fosse o diretor, que era esse Filipe, que era de um determinado período. E tinha um outro também...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O Filipe era diretor? Sabe dizer o nome completo dele?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior é que não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Porque aqui você só diz "Filipe Yacows Chipeira".

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É porque ficou marcado no celular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque mandavam mensagem cobrando ou falando "precisa fazer tal campanha", e não se sabia quem era. Então, teve que colocar o nome de cada pessoa para pelo menos ter um norte ali.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas você não tem o nome do supervisor dessa turma, dos supervisores?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Inteiro, eu não sei o nome de ninguém, porque ali...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não sabe o nome, metade, o prenome?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Nome assim... Na verdade, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, né? Não lembra, não é? Lembra quem é Sabrina?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Sabrina era uma moça...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Na troca de mensagens do senhor tem Sabrina.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, a Sabrina, teoricamente, foi o motivo da minha saída – a Sabrina e um outro menino do RH. Os dois eu fui procurar, a respeito das minhas horas extras, que passavam de mais de R\$7 mil, de tanto que eu estava morando na empresa, e um ficou jogando para o outro: "não vai dar para resolver...".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Você sabe o sobrenome da Sabrina?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior que o sobrenome dela eu não...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Era uma pessoa do RH da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era do RH.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe quem é Richard Papadimitriou?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Richard, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Também estava nessas mensagens?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor não identifica quem seja?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Provavelmente devia ser uma pessoa a quem eu não tinha acesso, não era do...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe se os irmãos Lindolfo Alves Neto e Flávia Alves são responsáveis pelas empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, sobre a Yacows, ambos falavam de boca cheia que eram os donos da empresa e faziam todos os trâmites como donos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agora, das demais empresas eu não tenho uma ideia para poder te falar, porque até mesmo eu fui conhecer essas empresas, os nomes dessas empresas, quando eu entrei com a ação, porque até então...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo. Mas o senhor não identificava que havia mais de uma empresa? Achava que era apenas uma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nada! Porque quando você chegava lá, o ambiente era um ambiente de alto nível. Então, você tinha já na esquina o Barbacoa, que é um baita de um restaurante. Na 9 de Julho, você já estava bem localizado. Então, nada transparecia que tinha coisa errada ali. Nada! Até a tratativa deles com cada funcionário era totalmente diferente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E a atividade empresarial da Yacows, que o senhor reconhece como a empresa que o contratou? O senhor identifica como a atividade empresarial dessa empresa? O que essa empresa fazia? Ela fazia apenas esses disparos em massa? O senhor notava que ela fazia qualquer outra coisa? Ela tinha qualquer outra participação em campanhas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, aí é que está o negócio. Essa empresa se apresentou para mim como uma empresa de *marketing* para fazer *marketing* de mercado, campanha política, tudo que fosse questão de *marketing*. Porém, na campanha política, houve muitos fatos que não foram corriqueiros, principalmente a situação do Lula. O Lula entrou preso. A empresa Yacows recebeu um valor...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Me desculpe, mas eu quero que o senhor se concentre naquilo que eu lhe perguntei.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou tentando te responder isso agora. Eu não estou falando mal de ninguém, eu não estou falando nada...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não estou dizendo que o senhor está falando mal de ninguém.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou contando o que realmente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu lhe perguntei exatamente qual a função...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, Deputada, a senhora é que tem que me deixar falar. A senhora é que tem que me deixar falar, Deputada. Me desculpe. Me desculpe, não é ditadura não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a paz.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – É democracia. Porque democracia tem regra, Deputado. Se o senhor não a conhece, passe a ler o Regimento. Passe a ler o Regimento da Casa, por favor, para contribuir. Para contribuir!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Relatora, por favor. Vamos apaziguar. A palavra está com a Relatora.

Deputada, terá sua vez.

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Há duas coisas que eu quero ressaltar. Eu tenho o direito de interromper...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É prerrogativa dela, é prerrogativa da Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que eu apenas reconheço é que o depoente tem um advogado de defesa. Não sabia que tinha outros.

O que eu estou colocando é: primeiro, queria me dirigir especialmente ao Deputado para dizer que toda vez que uma mulher fala e que um homem se dirige a ela perguntando se está nervosa, há um componente muito grave nessa afirmação. Eu quero que o senhor se refira a outros homens perguntando se está nervoso, e não apenas às mulheres. É a segunda vez que o senhor, nesta Comissão, se dirige a uma mulher perguntando se está nervosa. Eu peço ao senhor que me trate com o mesmo respeito que eu lhe trato em todas as audiências públicas aqui, enormes audiências e sessões que fizemos aqui. Nunca o acusei de nervoso e, portanto, não quero ser acusada dessa condição, porque faço meu trabalho com muita seriedade, ou pelo menos tento fazê-lo. Respeito o trabalho de todos. É a primeira questão.

A segunda é que eu estou atuando como Relatora nesta Comissão. Se os Deputados, Parlamentares, Senadores, tiverem alguma dúvida de qual é o meu comportamento, consultem, por favor, o Regimento Interno da Casa, porque eu estou me atendo justamente e somente a isso. Como Relatora, eu tenho a possibilidade, a atribuição de lhe perguntar de maneira objetiva, de o senhor me responder e, se eventualmente o senhor sair daquele assunto de que eu estou tratando, lhe pedir que o senhor mantenha na linha daquela pergunta que eu lhe fiz.

O senhor disse, por exemplo, que não falou com essa moça, a jornalista, que nós teremos, inclusive, a possibilidade de trazer aqui, se necessário. Ela disse que falou com o senhor diversas vezes, como autor da ação. Ela disse que o senhor disse a ela que pensou melhor e que pediu que não tratasse mais do assunto. E na matéria ela diz que o senhor afirmou que existiam números nessas empresas, usavam nomes e CPFs e datas de nascimento de pessoas na faixa de 65 a 85 anos de idade, nascidos, portanto, entre 1932 a 1953, e que essas pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chips* de celulares para promover o envio em massa de mensagens pelo WhatsApp. O senhor confirma essa informação?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não confirmo, porque não foi bem assim. Eu não falei nada para ela sobre isso.

Eu tinha falado para os advogados que eu tinha contratado na época, que eram da família Lazarini, que... Assim, de uma certa maneira, eu comentei com eles e não foi colocado no processo. Algumas das fotos que eu trouxe também não estavam no processo, então eu fiz uma limpa no meu computador para poder trazer para cá algumas coisas inéditas, que não estão anexadas ao processo trabalhista.

E essa jornalista falando que eu cheguei nela e falei para ela tais situações...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor não confirma, então, que havia esses disparos feitos com *chips* cadastrados por pessoas idosas, nascidas, portanto, entre 1932 e 1956, e que os dados dessas pessoas foram usados para os disparos em massa? O senhor não confirma isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só ratificando: eu não confirmo que eu cheguei na jornalista e dei a notícia.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, mas eu não estou lhe perguntando isso, eu estou lhe perguntando...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – No início, a senhora falou que eu falei para a jornalista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Preste atenção. Veja bem: o senhor afirmou que as empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix usavam nomes, CPFs e datas de nascimento de pessoas na faixa de 65 a 85 anos – estou refazendo a pergunta –, nascidas, portanto, entre 1932 e 1953, e que estas pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chips* de celulares para promover o envio em massa de mensagem pelo WhatsApp. Nós estamos investigando esta ação dessas empresas.

O senhor confirma esses dados?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, agora, a senhora ratificando, dá até para confirmar, porque eu não falei nada para jornalista nenhuma.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nesse caso...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor confirma isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nesse caso, eu até trouxe a lista. Eu trouxe a lista aqui para apresentar para todos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Que lista?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa lista foi passada pelo WhatsApp – era o grupo que tinha Lindolfo, Flávia, Filipe e todo mundo – e essa lista foi passada quando já estava no auge da campanha política e havia uma grande necessidade de disparar as campanhas políticas. Aí, eles mandaram, via WhatsApp: "Você vai chegar, vai olhar, vai abrir aqui no computador...".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Esses CPFs?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. O que havia na lista? O nome da pessoa, a data de nascimento e o CPF. Então, cada um pegava listas no computador, abria e, com cada CPF, você conseguia, no da TIM, cadastrar de quatro a cinco *chips*; no da Claro, se eu não me engano, eram três, quatro, alguma coisa assim; no da Oi, eram três; e no da Vivo eram três, quatro. Então, você tinha essa possibilidade.

Foi dividido da seguinte maneira: cada um pegava a lista, como era muito nome, era muito nome... Eu não lembro quem foi o ser humano que correu a lista toda; eu bati o olho e eu falei: "Minha nossa, pessoa de mil novecentos e trinta e tantos aqui", entendeu?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mil novecentos e trinta e dois, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nossa, havia de 1932, 1938, 1926, 1928. Se você olhar bem a lista...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor disse que nascidas entre 1932 e 1953, portanto pessoas entre 65 e 85 anos de idade, 86, que são caracterizadas no nosso País como pessoas idosas.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se duvidar, nem vivas estão, se duvidar.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois é, o que é mais grave ainda. CPFs falsos; se elas estiverem mortas, os CPFs são de pessoas que já morreram.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E essas empresas, então, que forneceram esses CPFs para o senhor e seus colegas trabalharem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não posso dizer essas empresas, porque eu trabalhava para a Yacows e, até então, não tinham sido apresentadas a mim outras empresas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim, então a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows apresentou conteúdo – Flávia, Lindolfo, Filipe – pela necessidade de que eles estavam enforcados com a campanha política de um partido, determinado partido, e esse partido estava pressionando, porque queria que corresse a campanha política.

Eles chegaram com esse conteúdo dos cem nomes e colocaram.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, essa afirmação é uma afirmação gravíssima do procedimento ilegal dessa empresa, que nós ouviremos amanhã. Estou apenas ressaltando aqui a gravidade da informação que é fornecida neste momento e que o senhor confirma, portanto, que é verdadeira. Eu lhe fiz a pergunta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu trouxe o conteúdo para todo mundo olhar aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo, muito bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Trouxe o conteúdo e o conteúdo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor, então, explicou como é que isso funcionava.

Os senhores recebiam o CPF.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Como Relator.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Todos estavam com pessoas entre 1932 e 1953, mais ou menos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, os CPFs vinham de gente que tinha nascido por volta dessa época até os dias atuais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pronto.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, pode ser que houvesse CPF de gente que está aqui, até o meu mesmo. Não há como você ver toda a lista. É nome para caramba.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu não estou lhe perguntando esse tipo de detalhe.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou explicando para a senhora que vem de 1926, 1928 até dois mil e...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o importante é que esses CPFs não eram de pessoas que tinham autorizado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ah, com certeza.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor disse aqui que esses dados... As pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chip* de celulares. Eu imagino que sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque era uma ordem que a gente recebia que fosse executada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigada.

O senhor sabe dizer quem é Daniel Hugo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Daniel Hugo... Eu não vou lembrar exatamente qual era a função desse Daniel não. Eu sei quem é, mas não vou lembrar qual era a função que ele fazia não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor se referiu lá atrás ao uso de números internacionais. Disse que, quando não tinha *chip*, usava outros *chips* de números internacionais. O senhor pode explicar por que se usa, como tecnicamente se justifica o uso de código de países diferentes entre os operadores?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa explicação ficaria mais confortável no conteúdo que eu trouxe para ser apresentado, porque, colocando na tela, você entenderia o que eu teria para apresentar. Entendeu? Porque é um conteúdo um pouco mais específico, até mesmo porque, quando foi me apresentado esse conteúdo, eu demorei muito tempo para entender e muito tempo para poder trabalhar com esse conteúdo. É um conteúdo um pouco complexo, é um pouquinho complexo, mas, ao mesmo tempo, não é um conteúdo tão...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que o senhor quer dizer com conteúdo complexo? Explica aí um pouquinho.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque esses *sites* de telefone são *sites* pagos, entendeu? Então, era pago de alguma maneira – não sei se era dólar, euro, sei lá de que maneira era pago –, para que você tivesse acesso a um número x, o número que você quisesse de qualquer país do mundo. Então, os países que eram mais atuados, em que se trabalhava bastante eram Canadá, a região europeia toda, entendeu? A Turquia principalmente era onde havia bastante sinal e dava para utilizar o número.

Então, assim, esse *site*... A complexidade de você entrar nele já não é fácil, porque os supervisores mandavam para o seu computador para você conseguir abrir e ter acesso. Porque você sentando no computador e colocando assim: "Ah, eu vou colocar, vou entrar e pegar o número", você não conseguia extrair. O próprio supervisor tinha que mandar para o seu computador com a licença de você poder utilizar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor trouxe uma exposição desse processo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Trouxe, porque fica até mais fácil o entendimento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim que eu terminar aqui, eu peço que o senhor possa apresentar aqui para todo mundo conhecer. Eu já estou terminando.

Dentro dessa explicação que o senhor vai dar, o senhor vai também explicar o que é plataforma de *chip*?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim. A plataforma de *chip*... O que é a plataforma de *chip*? A plataforma de *chip*... Você está vendo aqui esse *notebook*... Todos aqui lembram como funcionava o *modem*, que era um negocinho que você colocava do lado do computador para você ter internet. Justamente nesse *modem*, você... No *modem*, você colocava um *chip* na lateral do *modem* para você ter a conexão da internet. Então, você colocava... Independente da operadora que você queria, que você tinha contratado, você colocava um *chip* e conectava no aparelho que você queria usar. É que, neste caso, eu não posso levantar até aí, pegar e mostrar para vocês um pouco melhor, mas imaginem mais de cento e alguma coisa, enfileirados... Cada fileirinha, vocês tinham esses *modems* para você colocar e fazer o teste do *chip*, para que o *chip*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Muito obrigado. Era colocado da seguinte maneira... É que este daqui eu não sei... Este daqui não... Este daqui tem coisa de *chip*?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Para vocês entenderem, o *chip* era colocado nesta parte de trás do produto. Você colocava o *chip*, conectava o *chip* na chipeira, a chipeira já ficava ligada ao computador. Então, você colocava uma série de cento e alguma coisa ou duzentos *chips* assim dessa maneira. E, no computador, você conseguia ver se ele tinha funcionalidade, se ele trabalhava, se ele estava tendo sinal, se estava tendo tráfego de dados. Então, a margem de erro disso era muito pouca. Então, era bem viável para os donos comprarem a quantidade de *chips*, que foi até apresentada numa das fotos que eu coloquei, e colocarem alguém para poder fazer o teste do *chip*. Então, nesse teste de *chip*, você via se o *chip* funcionava. Funcionou? Você colocava num potinho, separava o que era bom e separava o que não estava dando sinal. No próprio computador, você conseguia mandar para o 7º andar, para o 3º andar, para os supervisores, informando: "Tem tanto aqui, podem vir buscar". Ou eu mesmo levava. Ou eles: "Ah, eu estou precisando de *chip*, a gente está sem *chip*". Era assim que corria essa situação da chipeira. A chipeira, nada mais nada menos, era uma situação disto daqui...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim. Concentrava todos os *chips*.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, ela lia...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ela lia os *chips*.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ela lia em série todos os *chips*, porque uma das fotos que foi apresentada aí, a que vocês conseguem ter acesso... A chipeira tinha uma fileira de quatro, e nessa fileira de quatro eu não vou lembrar exatamente quantos cabiam. Davam em torno de uns 154, mais ou menos, de *chip* que você colocava em série. E essa chipeira dava choque também em seu funcionamento. Ela era de um material de ferro, um material de metal, então, quando você a ligava, ao mesmo tempo em que ela vinha lendo, se você bobeava com a mão, você levava choque; até o produto tinha metal.

Respondendo à pergunta da senhora, seria isso.

Muito obrigado.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor falou, só voltando a uma coisa, que Flávia Alves... O senhor falou que a empresa funcionava – deu o endereço aqui do seu funcionamento –, em 2018, quando o senhor foi contratado, ela funcionava depois? Passou alguma vez, depois que o senhor saiu de lá, e ela funcionava?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa, na realidade, foi expulsa da Renato Paes de Barros, porque foi uma coisa muito estranha. Eu não lembro exatamente quantos andares que tinha na Renato Paes de Barros, eu estava no 10º, numa bela madrugada, eu estava sentado no 10º, fumando meu cigarro, de repente eu escutei um burburinho atrás de mim, a sirene da polícia. Eu falei: "Pronto, o que aconteceu aqui?". Desci para ver, quando eu fui entrar no elevador, a polícia estava invadindo o prédio todo, e eles tentaram abafar o caso falando: "Ah, tinha um bingo aqui no andar de cima e a polícia veio estourar o bingo". Na realidade, não foi nada disso. Depois parando para pensar: todos os funcionários que queriam fumar, ou fumavam lá no térreo do prédio ou nas escadas escondido, davam um jeitinho para fumar. Com isso, o Lindolfo e a Flávia começaram a ter problemas com o restante do prédio, porque a batida da polícia naquela noite, naquela madrugada, só não levou algumas pessoas mortas, eu não sei te explicar como, porque tinha gente fumando na escada... Eu estava fumando no 10º andar. Quando você virou assim, a polícia na sua cara. Então, ficou aquela coisa. E depois todo mundo começou a ser proibido de ficar transitando, porque você entrava para trabalhar das 10h às 18h, mas você tinha o seu horário de janta, e eu não sei se algumas pessoas que falaram que me conheciam sabem, mas eu sou diabético e hipertenso, e eu não posso ficar determinado tempo sem me alimentar.

Há gente caçoando, tirando onda, zombando, não sei para que isso.

Não é você, não, é quem está aqui na ponta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por favor...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí o que aconteceu? Começou a ser proibida a saída dos funcionários para poder almoçar, jantar nos restaurantes que tinha mais para o fundo, e começou a ter uma resistência de todo mundo. Entendeu? Até mesmo porque eu sou diabético, eu tinha que sair para comer. Eu não podia ficar lá parado sem comer nada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas a partir daí não se encerrou naquele dia a empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu estou perguntando isso, porque há outras declarações dela sobre a empresa. O que o senhor disse era checado com...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa em si foi expulsa dali de uma maneira bem... Minha nossa! O Lindolfo e a Flávia, eu não sei te explicar como, foram pressionados a se retirarem do local.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque ficou aquela coisa: todo mundo quer sair para comer e não pode sair para comer, fica em cárcere privado lá dentro. Fica preso lá dentro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor falou desses CPFs e falou do processo de *chip*. Sabe quantas linhas funcionavam? Havia mais de uma linha por CPF?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, cada CPF... É como eu havia falado e vou repetir: em cada operadora – TIM, Claro, Vivo, Oi –, você consegue cadastrar com o seu CPF uma determinada quantidade de *chips*. Então, em cada operadora, você conseguia uma quantidade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim, vamos dizer que, com aquele CPF, você conseguia dois com a TIM, três com a Vivo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Na TIM, se eu não me engano, eram quatro. Mas você vê que você conseguia fazer o cadastro e, com o mesmo CPF, você conseguia colocar quatro, cinco aparelhos aqui emparelhados, trabalhando e fazendo disparos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está certo.

Para quem prestou serviços eleitorais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então... Como eu estava dizendo naquele momento para a senhora e a senhora...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Era a empresa M4 que contratou a Yacows...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Essas empresas... Eu vou tornar a dizer: para ninguém que trabalhou na Yacows... Se você colocar todo mundo aqui nesta sala, ninguém vai falar para você a respeito dessas empresas, porque ninguém sabia, muito menos eu sabia. Isso porque foi vendida uma imagem para a gente, foi vendida uma ideia de trabalho para a gente, uma ideia de situação que eu só fui descobrir depois, quando eu entrei com a ação trabalhista.

Então, assim, era tudo apresentado e era tudo cobrado pela própria Yacows.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pela própria Yacows.

Não havia ou não aparecia nenhuma empresa por trás da Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Apareciam outras situações. Entendeu? Apareciam outras situações. Então, essas outras situações...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem cópias ou alguma cópia das mensagens enviadas naquele período?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Quando eles começaram com a negativa do meu pagamento... Eu até trouxe também a minha conta bancária daquele período, porque eu fui ao banco, ao banco Itaú... Eu cheguei no banco Itaú e não havia salário. Eu tirei até foto. Eu falei: "Como assim? Cadê o meu salário? Cadê a minha hora extra e tudo mais?".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eles começaram com essa negativa em resolver essa situação e ficar jogando, zombando da minha cara, eu disse: "Não, eu vou apresentar um processo trabalhista porque está difícil isso aqui, está infundado".

Eu tirei fotos, recolhi todo o conteúdo que eu precisava...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – São aquelas fotos que estão no processo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, mas eu não conseguir tirar aqui, no momento da campanha, porque havia muito problema com isso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você pode estar com o seu celular? Pode estar com o seu celular, mas até um determinado ponto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sei.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Todo mundo ficava aqui assim, com o celularzinho aqui embaixo, e o supervisor aqui atrás, o supervisor na mesa lá... Até a Flávia, no canto dela, porque ela ficava sempre à direita no 7º andar. Então, não sabia... Cada um tinha o seu celular e ficava mexendo no seu celular, mas você não podia levantar ele para cima.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Você não podia fotografar nada daquilo que estava fazendo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era muito burocrático, tanto que as fotografias que eu consegui tirar foi uma coisa assim: estou passando, tirei e já estou saindo andando com o celular no bolso, ninguém viu, ninguém vê. Entendeu?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está certo. E que são aquelas que estão no processo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Vou finalizar, Sr. Presidente, só perguntando uma última coisa: o senhor não sabia – obviamente já falou mais de uma vez – de outras empresas que estivessem por trás da Yacows. Não saberia dizer também quem pagava, quem contratava e quem financiava esse tipo de coisa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, agora vai entrar uma discussão imensa aqui, porque, assim... Aí parando para se analisar – eu até peço desculpas para um ou outro aí que não tem nada a ver e tudo o mais – a Yacows tinha uma forte ligação com o PT e o PT fazia um baita pagamento para a Yacows...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não estou falando para fazer demagogia, não estou falando isso para falar bem do filho do Bolsonaro, não estou falando isso por conta disso não, nem pela discussão que a gente teve; eu estou falando isso porque eu vim aqui, saí da minha residência para poder vir para cá... Só um detalhe: repare que o cara está toda hora zombando da minha cara ali. Entendeu? Então, assim..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É você mesmo, fazendo careta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Oxente! O que é isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, como eu estava dizendo, naquele momento, quando o Lula entrou na prisão, a Yacows recebeu um determinado valor, e eu estava no 10º andar fazendo o trabalho da chipeira e apertando para que fossem mandadas as coisas para baixo, eu escutei um burburinho, desci para encher o saco do pessoal e saber o que estava acontecendo e viraram para mim e falaram: "Você não viu o que vocês mandaram para a gente?". Eu falei: "Como assim?". E me mostraram a campanha política do Lula.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passaram-se uns dias, a Rede Globo lançou, no Fantástico, uma informativa falando que o Lula acabara de ser preso, estava acontecendo a campanha política dele, e o cara estava brigando ali para ser eleito, sendo que estava na situação meio adversa. O que o Lindolfo e a Flávia fizeram? Eles pegaram, abafaram o caso, mandaram tirar todos os *mailings* que tinham disponíveis no computador dos supervisores e tudo mais, e ficaram com a grana. Não tive aumento de salário, não tive nada. Ficaram com a grana e abafaram o caso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem consciência que essas pessoas que o senhor está citando também vão depor aqui?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E que, portanto, confrontarão essas informações, ou confirmando o que o senhor falou ou negando o que o senhor falou. O senhor tem consciência disso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você quer pegar direito?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se a senhora quer...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor me responda só. Só me responda: o senhor tem consciência ou não tem consciência disso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu tenho consciência disso.

Agora, tem um detalhe bem importante; se a senhora pedir a quebra do sigilo telefônico de cada um daquele período, vocês vão ver que eu não estou mentindo no que eu estou dizendo aqui. Se quiser pedir até o meu, fica até melhor ainda.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O seu não tem problema: o senhor já deixa aqui a autorização para que isso seja feito.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Entendeu? Porque se você pegar de cada um, você vai sentar com o Lindolfo, você vai sentar com a Flávia, você vai colocar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Esses telefones que o senhor deu aqui são os telefones deles três?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – São de Lindolfo, Flávia e o Filipe.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, já incluiremos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não sei se continuam com os mesmos telefones.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... na quebra de sigilo que encaminharemos à Comissão.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você vai sentar com cada um deles, eles vão falar a versão deles.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Hans, o senhor autoriza, então, quebrar o seu sigilo telefônico?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim, o duro é que eu estou sem telefone.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Então, a Secretaria vai providenciar o encaminhamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Prossiga, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, era o que eu tinha a perguntar. Creio que os outros Deputados têm muito mais a perguntar.

Todas essas informações que foram dadas aqui, e contestada a matéria da *Folha de S.Paulo*, é claro que nós teremos a oportunidade de contracenar com as pessoas que fizeram a matéria também aqui, nesta CPMI. Espero que, em breve, a gente possa confrontar todas essas informações.

E, portanto, Sr. Presidente, para mim está encerrada essa primeira fase da minha inquirição.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Presidente... O senhor não pode proceder da maneira como está procedendo, consultando, pedindo informações para que ele possa alterar ou afirmar o que disse. Ele não pode ter essa interlocução com o advogado. Isso não pode. Só isso. O advogado só intervém se qualquer direito da testemunha for inobservado. O advogado sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, autor do requerimento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, só mais uma pergunta, se possível – apenas para saber o tempo de cada Parlamentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que marque no cronômetro o tempo já estipulado por esta Comissão nas sessões anteriores para cada Parlamentar titular e suplente.

Com a palavra o Deputado Rui Falcão, PT, do Estado de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Primeiro, Presidente e Sra. Relatora, eu quero desmentir cabalmente que o PT tenha contratado, ou a campanha do Lula tenha contratado a Yacows nesse período inclusive que o depoente mencionou. Quero desmentir cabalmente, e que ele diga quem contratou, quando contratou, porque é fato inverídico.

Segundo, eu queria saber... O depoente disse que ocorriam fatos que não eram corriqueiros no local de trabalho, declarou também que nada transparecia que tinha coisa errada. Ele disse que era um prédio de alto nível, algo semelhante, na esquina da Nove de Julho com a Renato Paes de Barros, perto da churrascaria Barbacoa, uma baita churrascaria, como ele disse, e que nada transparecia, portanto, nesse prédio, que havia coisa errada. A que o depoente se referia com "aconteciam coisas erradas"?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Foi o depoente que mencionou isso na sua resposta à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Rui Falcão está já inquirindo o depoente?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já fez uma pergunta direcionada a ele?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Ele disse à Relatora que trabalhava num prédio – estou repetindo – na esquina da Nove de Julho com Renato Paes de Barros, um prédio





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de alto estilo, perto da churrascaria Barbacoa, e que, portanto, nada transparecia que lá havia coisa errada. Eu estou perguntando se ele pode detalhar o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o depoente para responder à pergunta do Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O que era essa coisa errada que não transparecia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Bom, assim, eu trouxe aqui, está até aqui na minha mão... Quando foi feita a ação trabalhista surgiram essas empresas que estão sendo citadas a todo momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Escuta. Você falou e eu escutei. Então, assim, o que aconteceu? O acordo que eles correram, de uma maneira absurda, para que eu fechasse negócio com eles e calasse a minha boca, começou a ficar estranho, e, na mesma semana, em questão de dias...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Eles queriam calar a sua boca por quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí que eu queria entender, não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Quer dizer, tinha algum segredo que eles queriam que o senhor não revelasse.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O que eu consegui entender mais ou menos é que essa empresa Maut Serviços, porque foi a Maut Serviços que se apresentou, está até aqui no processo, quem quiser ver...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor não trabalhava para a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, não é? Aí, o que acontece: eles correram para poder fechar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eles quem? A Maut ou a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Kiplix e Maut Desenvolvimento de Software Ltda. – essas empresas se apresentaram para fazer um acordo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Essas, qual? A Maut e... Mencione. Essas empresas, quais são?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vou até repetir novamente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, o senhor disse "essas empresas...". Estou só perguntando quais são.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou citar o nome de cada uma novamente aqui, porque acho que está difícil o entendimento. As duas empresas que se apresentaram para fechar esse acordo aqui comigo, Kiplix...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Qual foi o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... e Maut Desenvolvimento. O interesse deles era que fosse encerrado o processo, houvesse o acordo, esse acordo de um valor simbólico, e eu não comentasse mais nada sobre toda essa situação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sobre o trabalho que o senhor fazia?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para interpelar.) – Sobre tudo. Teoricamente, o que eles não queriam é que eu estivesse aqui, como eu estou agora. Entendeu?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – Havia coisa errada – é isso a que o senhor se refere?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, em seguida, mas foi em seguida, assim, questão... Foi acontecendo um num dia e outro no outro, a jornalista apareceu e aconteceu tudo isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor tem noção – provavelmente não – de que fazer disparos com nomes de pessoas, CPFs de pessoas, inclusive de pessoas que já teriam morrido, como o senhor mencionou, que essa era uma atividade ilegal?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, na realidade, naquele momento, em determinada situação em que todo mundo ali se encontrava, todo mundo estava iludido com aquele desejo de ter um salário alto, de trabalhar que nem louco para conseguir ter um salário alto e conseguir comprar seu arroz. Então, o que acontecia: toda situação que era proporcionada no recinto, nada te dava a entender que tinha alguma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Coisa errada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... coisa errada.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Tinha uma dificuldade de você ter uma relação produtiva, ter uma relação boa com a Flávia? Tinha. Isso era fato. O Lindolfo chegava, cumprimentava, brincava, tirava uma onda, mas só que a situação inteira do local...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor mencionou que estava submetido a cárcere privado na sua fala?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, sim. Isso ocorreu quando aconteceu essa situação que eu...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Inclusive colocando em risco a sua saúde, porque o senhor tem diabetes, precisa se alimentar, e eles não deixavam sair para comer. É isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim. Isso realmente aconteceu, como eu estava falando, que foi no período que teve a batida da polícia lá, que foi uma batida gigantesca.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor estava submetido, portanto, a um trabalho análogo à escravidão?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, você entrava às 10 da noite e ficava até 6 da manhã sem poder sair.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu acho que essas empresas, com o depoimento do Sr. Hans River, precisam, de alguma maneira, ser ouvidas aqui na CPMI, porque são fatos gravíssimos; quer dizer, como o Sr. Hans River, havia centenas de pessoas trabalhando nessa condição. Então, nós não podemos permitir, tomando conhecimento disso, que as coisas persistam.

Mas, Sr. Hans, o senhor disse também que o pessoal estava meio enforcado, estava meio pressionado, o pessoal estava, no final da campanha, meio enforcado, pressionado, e, por isso,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

precisavam ampliar os disparos em massa, e o senhor disse também que quatro chipeiras podem disparar, se não me engano, 154 mensagens simultaneamente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, me explique.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu fui claro na explicação: a funcionalidade da chipeira, nada mais, nada menos é do que você pegar o *chip*, nu e cru, vindo da operadora, ou um *chip* até mesmo usado, e ver se ele tem tráfego de dados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, quando você pega o seu celular e manda uma mensagem ou faz uma ligação, a outra pessoa, na outra parte, onde ela estiver, vai receber a mensagem por conta do tráfego de dados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Agora, quantas chipeiras, aproximadamente, tinha nessa empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha uma de um lado... Dava acho que umas quatro. E tinha uma que não funcionava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quatro chipeiras?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – De onde vieram os celulares que o senhor operava? Ficavam com o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, a empresa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem deu os celulares?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa, em si...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows tinha uma quantidade absurda de celulares.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quantos, aproximadamente?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não dá para ter uma contagem muito boa não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mais de mil? Mais de mil, por exemplo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim: se você fizer as contas, cada pessoa ficava com de quatro a cinco aparelhos. Então, imagina...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quinhentas pessoas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, e fora os que tinham guardados, caso tivesse algum problema com aqueles aparelhos.

Os aparelhos, esse que o Sr. Presidente tem aqui, na mão, este tipo de aparelho aqui não trabalhava direito. Se você vir nas fotos, no aparelho preto chinês – eu não lembro a marca daquele aparelho –, você colocava o *chip*, você conseguia com mais facilidade saber se ele estava com o *chip* funcionando e fazer os envios.

Então, esses tipos de aparelhos aqui não serviam. Então, não adiantava ser um Motorola, um LG; tinha uma certa dificuldade. E, às vezes, o *chip* que não funcionava neste aqui, funcionava no outro, entendeu?

Então, era muito celular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – De onde vinha o conteúdo que o senhor difundia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O conteúdo de propaganda ou o conteúdo... Do quê?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu sei de propaganda. O que mais que... Além da propaganda, o que mais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque o que rolava, o que acontecia ali, era propaganda política e propaganda, como eu já falei várias vezes, mercado... Eu peguei propaganda de mercado de Tocantins, de uma área que ninguém nem imaginava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O conteúdo da propaganda política eleitoral, quem é que entregava para o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O Lindolfo e a Flávia passavam para os supervisores; os supervisores despachavam para cada um fazer.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor só repetia.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você sentava no seu computador, na sua mesa. Então, ele mandava para você, como se fosse um *mailing* do que você ia fazer, a propaganda que você ia disparar, e, com isso, você só sincronizava o celular e colocava naquele QR Code. O QR Code... A única coisa que a gente fazia era sincronizar, colocar no QR Code e colocar um pontinho, que já, automaticamente, vinha toda a propaganda.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Havia uma pauta do dia sobre esse conteúdo quando o senhor entrava no trabalho?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não tinha, não tinha essa coisa não, porque você sentava na sua mesa, no seu computador, e, na grande maioria das vezes, ficava um intervalo de tempo ocioso até mandar ou até ter *chip* para poder fazer, o número para poder fazer. Quando chegava assim, "hoje vai ter campanha de fulano de tal; hoje vai ter campanha de beltrano", aí você colocava o celular emparelhado e fazia a campanha política.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – O senhor falou que o partido estava pressionando na reta final da campanha. Que partido era esse? O senhor identificou ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu identifiquei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Qual era?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu identifiquei, falei e direcionei principalmente para o senhor.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Para mim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, tipo...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Estava fazendo para mim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, o partido que, curiosamente... Curiosamente, porque até depois eu fui ver direito que essa jornalista também é do PT, quem me chamou para vir para cá é do PT – entendeu? –, e todo mundo vem me fazer a pergunta mais incômoda: você fez a campanha política do Doria e do Bolsonaro? E eu não peguei a campanha dos dois, tanto que eu sentava...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas a M4, o senhor trabalhava com a M4?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não... Agora deixa eu responder. Tanto que eu até chegava e conversava com todo mundo, com o pessoal que trabalhava comigo, o pessoal do bar, porque eu parava no bar para comer e para beber, e falava: "Pô, mas caramba, né? A gente tá fazendo campanha de todo mundo. Bolsonaro não rolou aqui para a gente..."

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Era o único que não fazia, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A gente estava achando estranho que o cara não estava fazendo... Não, você me desculpe aqui, mas a gente estava achando estranho que ele não estava fazendo campanha e o Doria também não estava fazendo campanha, mas tinha gente do partido dele que estava fazendo campanha, entendeu? Eu não vou ficar falando o nome, mas tinha gente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – O senhor sabe que nesta CPML, a Polícia Federal e o Ministério Público também investigam os disparos ilegais que foram feitos na campanha de 2018. Esses celulares, o senhor disse que eram usados para fazer esses disparos.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, não era celular novo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não eram celulares?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não era celular novo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – Não, não era o celular que era usado para fazer disparo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era celular, via WhatsApp mesmo, entendeu? Mas, assim, de uma certa maneira, o senhor me interrompeu o que eu estava dizendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, mas eu estou...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava fazendo uma colocação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu estou fazendo uma outra pergunta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas eu não terminei de responder.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu é que digo o ritmo. Ainda conforme...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É, sim. Ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Exatamente. Quem é testemunha aqui é o senhor, não sou eu.

Conforme os *prints* da tela do computador que o senhor apresentou, é possível constatar que houve uso de 1,6 mil *chips*. Quem é que fornecia os *chips*?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí é que está uma coisa que o senhor está dizendo, porque em momento algum eu falei a quantidade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, eu estou dizendo aqui.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você está dizendo, mas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor, o senhor.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O senhor está dizendo, mas o senhor não estava lá. Eu estava lá, eu trabalhei lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quantos *chips* tinha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E até mesmo eu não soube contar a quantidade, porque era uma quantidade gigantesca de *chip*. Não eram 100 mil *chips*. Cem mil *chips* não chegam nem na metade do que tinha ali.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É mais, então.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Milhões?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Faz as contas: TIM, Vivo, Claro, Oi, Nextel.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Melhor, o senhor está então aumentando. Obrigado pela informação. É mais do que 1,6 mil. São milhões.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, eu vou ser claro, porque eu acho que eu não estou conseguindo ser claro.

De uma certa maneira, se você...

(Soa a campainha.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... olhar tudo que foi dito, tudo que foi apresentado, tudo que saiu da minha boca, em momento algum eu falei a quantidade, porque é impossível você contar a quantidade. Faz as contas: tinha o 7º andar, o 3º andar, o 6º andar e o 10º, como que você vai calcular a quantidade de *chip*? E tem a foto que eu trouxe. Até agora, até o presente momento eu não vi ninguém apresentar o conteúdo que eu trouxe. No conteúdo que eu trouxe, está bem claro. Eu tirei a foto claramente: como chegou, como que era, como que estava sendo apresentado. Dali já responde a sua pergunta. Dali você já consegue ter uma ideia mais precisa. Entendeu?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – No início da audiência, foi franqueado ao senhor apresentar. O senhor não quis. Mas pode apresentar posteriormente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, "eu não quis", não; estou citando isso continuamente. Estou falando aqui a toda hora.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, mas no começo, o senhor abdicou de falar. Pode depois mostrar.

Pergunta final, Presidente, para concluir.

Sr. Hans River, diante de todo esse quadro de que o senhor tratou, das condições de trabalho na empresa a que o senhor prestou serviço por um período, o senhor se arrepende de ter feito esse trabalho?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, a respeito de toda essa situação em que eu me encontro hoje, neste conteúdo que eu trouxe aqui agora, esse conteúdo também tem a minha receita médica...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas, então, o senhor se arrepende?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, se eu puder responder, eu acho que eu vou ficar feliz.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, assim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É só se se arrepende ou não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, porque está difícil a conversação aqui, porque o que está acontecendo? Me perguntam e não deixam eu responder. Se for assim, não tem por que ficar falando.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, a pergunta é clara: se o senhor se arrepende ou não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, o prejuízo que toda essa história me deu... Nenhuma empresa está me contratando. Toda empresa que eu bato, eles não me contratam. Eles colocam no Google, porque a jornalista colocou o meu nome no Google e acabou com o meu nome no Google, eu não consigo um serviço registrado, eu não consigo pagar a minha própria insulina. A minha insulina é o quê? É R\$200, R\$300, e eu não tenho dinheiro para pagar a minha própria insulina.

A questão não era você ou o Senado pagar a passagem para que eu viesse para cá. Se me chamassem da maneira que chamassem, se eu tivesse dinheiro, eu vinha com o maior gosto. O problema é que eu não tinha condições. Por quê? Porque a própria jornalista acabou com o meu nome inteiro! Colocou no jornal falando coisa que eu não tinha nem falado. Falando que eu estava fazendo campanha do Bolsonaro, e eu não tinha feito; do Doria, que eu não tinha feito.

O prejuízo que essa jornalista e a *Folha de S.Paulo* me deram, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro, é um prejuízo – meu! – absurdo, porque eu faço entrevista em algum lugar, o proprietário do lugar vira para mim e fala assim: "Legal, o seu currículo é bom". Eu trabalho o primeiro dia; no segundo dia, quando pedem os meus documentos, eles consultam o documento e eu sou mandado embora. Agora, você me explica por que eu sou mandado embora. Você acha que eu estou feliz? Você acha que eu não estou arrependido de ter entrado nessa empresa para trabalhar? Essa empresa acabou com a minha carreira, cara!

E ó, para você ter uma ideia, agora, em época de Carnaval, eu sou cavaquinista, eu sou músico. Eu estou tendo que fechar valor de cachê abaixo, para garantir o arroz, cara, e a minha insulina. Quando vocês mandaram *e-mail* para mim – eu não sei quem foi, o Marcelo, eu acho que foi ele que mandou para mim –, eu fui categórico e até mandei para o meu advogado. Eu falei: ó, eu estou passando mal. Além de estar passando mal, estava parando na UTI a todo momento, quase morrendo a todo momento, porque eu não tenho a insulina que eu deveria tomar. Eu não tenho condições de comprar. Por quê? Não é porque eu não gosto de trabalhar, não é porque eu não estou correndo atrás de serviço; é porque toda situação desse caso todo que está sendo dito aqui proporcionou para mim, entendeu? Então, você acha que eu vou estar alegre, dando risadinha? Não, não estou satisfeito, não estou realmente satisfeito.

E assim, mais ainda não estou satisfeito, que eu não me preocupo de falar o que realmente eu vivi e o que realmente eu passei ali, entendeu? O que não vivi eu não quero nem saber; o que o povo comentou também não quero nem saber. O que me interessa é que parem com essa coisa de eu não ter a mesma possibilidade que muitos têm de arrumar um trabalho, de trabalhar, ficar de boa e conseguir pagar as suas próprias contas. Eu não consigo pagar a minha insulina. Eu tive que fazer... O quê? Não é? Não tem condições.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Eu vou autorizar o nobre depoente a passar o que ele trouxe de material na nossa TV ali, para que até substancie mais as inquirições. (*Pausa.*)

Autorizo aqui o depoente a falar próximo aí para a sua explanação.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulo Ramos, após a apresentação.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Posso falar? Som, som.

Bom, aqui, o que foi printado? Foi printada nesta tela aqui a situação que foi a pergunta que a senhora me fez naquele momento. Aqui era o grupo geral, como está claro, Yacows geral. Você tem Sérgio Vinícius, você tem Vitão, você tem todo mundo que trabalhava ali. Era o grupo geral. Se eu não me engano, no processo trabalhista está o grupo da diretoria. E aqui você vê: já entra aquela parte que eu estava falando da situação do pagamento. Foi prometida determinada situação: você vem, trabalha, você mora na empresa, você vai ter um alto ganho. E chegou o momento em que não aconteceu isso. No presente momento, não aconteceu isso.

E eles começaram a fazer negativa quando o pessoal procurava. Essa Sabrina apresentada e um outro menino de que não vou lembrar o nome agora também faziam negativas quando você chegava à mesa deles. Chegava à mesa deles e falava: "Meu, o meu pagamento não caiu, como que fica?". "Ah, mas não vai dar para resolver". Chegaram até a um determinado ponto em que eles mandaram esse tipo de mensagem, fora as outras que mandaram. As outras eram para acabar mesmo com o funcionário, para deixar o funcionário se sentindo humilhado, como se fosse uma coisa que não era do direito dele, entendeu? Então, aqui é a respeito da situação do pagamento.

Pode mudar, Fernando.

Aqui entra essa parte do *chip*, entra a parte da contagem que eu estava falando para o senhor. Como você vai me contar isso daqui? Você consegue contar? Jesus consegue contar? Porque nem eu consigo. Então, assim, você vê aqui que foi separado. Se você vir direito aqui, você vê que tem *chip* da Claro... Aqui são os *chips* da Claro, *chip* da Claro. Normalmente, o que vinha desse jeito era um *chip* misturado, que já tinha circulado pela operação, andava pela operação e, depois, subia para o 10º andar. E, nesse 10º andar, o que acontecia? O operador de chipeira, chegava um momento, separava, colocava na chipeira e via, colocava em série na chipeira e olhava no computador para ver se estava tendo sinal, se estava tendo tráfego de dados. O *chip* novo era o *chip* que vinha na caixa. Chegavam as caixas. Ninguém via chegar. Você tirava, destacava, tirava aquele "plastiquinho" da operadora, se era TIM, Vivo, Claro, Oi, Nextel, você tirava daquele "plastiquinho" e você colocava aqui. O *chip*, atualmente, vem com três separações: o nano, o micro e não sei o quê. E, se você reparar bem, há muitos aqui que estão sem. O *chip* está... O *chip* normal e o *chip* inteiro, não é? O *chip* com as bordinhas e sem as bordinhas. E, a partir daí, quando você conseguia detectar quais *chips* estavam funcionando, que você conseguia falar com propriedade, falar "você pode usar", chegava na operadora e falava assim: "Está aqui o conteúdo, dá para você trabalhar?". Era dado num potinho pequenininho. Isso era repartido no 7º, no 6º e no 3º andar.

Quando a empresa mudou lá para Santana, foi repartido nos andares que havia ali na empresa. Eram corredores grandes, eram repartições grandes, em que você conseguia trabalhar. Ficava até mais fácil, porque era praticamente dessa maneira que vocês estão sentados aqui. Então, chegava a ser mais fácil para fazer a distribuição desses *chips*.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se quiser mudar...

Aqui: quando eu estava falando para ter um maior entendimento do que eu estava dizendo aqui... O computador ficava aqui. Não sei se dá para contar: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Nessa noite aqui – eu lembro como se fosse ontem –, o pessoal estava sentado na mesa, estava ocioso e conseguiu fazer com que houvesse campanha. Foi liberada a campanha e, nessa liberação de campanha, havia *chip* para poder fazer o disparo da campanha – já estava em um momento apertado da época política. Você só podia ter quatro ou cinco aparelhos na sua mesa – só quatro ou cinco. E aí um ou outro – eu, principalmente – falou: "Então, vamos colocar um monte aqui e já vamos disparar em uma tacada só e a gente já se manda".

Para você sincronizar cada um desses *chips* aqui, cada um desses aparelhos, você não podia colocar dois *chips* no aparelho, você colocava um *chip*. Você tinha que subir as campanhas com esse único *chip* que você colocava. Como que você ia subir as campanhas com ele? Você colocava o *chip* e mandava mensagem para sua mãe.

A própria empresa, o pessoal da diretoria, falava: "Entra num grupo aí de qualquer coisa" – eu não vou nem falar realmente a real aqui. E o pessoal ia procurando trâmites para conseguir segurar o *chip*, porque senão você não conseguiria segurar o *chip*.

Segurar o *chip* que eu estou falando é você receber a campanha aqui, pegar o celular aqui, conectar no QR Code e conseguir disparar para um *mailing* de sabe-se lá quantas pessoas. Havia *mailing* com 200, 300 contatos de pessoas, mas havia *mailing* que eram muitas pessoas, mais de 2 mil, 3 mil pessoas, que você conectava e desconectava.

Para você fazer isso acontecer, você tinha que estar com o *chip* subido. Se você não estava com o *chip* subido, você não conseguia fazer com que na em hora que você colocasse... Você pegava o celular...

No celular de vocês, vocês vão ver que há a situação de você colocar no modo avião e de colocar no modo do sinal da internet do local em que você está e de tráfego de dados. Você colocava no modo avião, colocava o *chip*, via se ele tinha sinal... "Tem sinal? Está beleza? Está maravilha? Então, está certo". Você colocava emparelhado, colocava na campanha e tirava o sinal. Você deixava no modo avião. No modo avião, você já ia conectando todos aqueles contatos.

Vamos supor que eu quisesse pegar todos vocês que estão aqui nesta sala e mandar uma campanha política para cada um de vocês. Eu pegaria o contato de cada um de vocês aqui e colocaria no celular. Só mudaria do modo avião para o modo de dados. E era assim que era feita a campanha política e a campanha de mercado, campanha de determinadas outras situações.

Se quiser mudar, pode mudar.

Complementando o que o senhor tinha dito – eu não me esqueci do senhor –, aqui você vê: esse andar era o 10º andar. Você consegue contar quantos *chips* tem aqui? Consegue? Consegue contar? Porque eu também não consigo. Tudo isso daqui são caixas. Os *chips* chegavam assim, desse jeito que você está vendo aqui, está certo? Desse jeito que você está vendo aqui.

Quando você para em alguma banca de jornal ou em qualquer lugar para comprar um *chip* para colocar no celular de vocês, o *chip* vem em um pacotinho. Imagina essa caixa cheia desses pacotinhos. Essa noite foi a noite do *chip* da Claro, quando compraram, não sei de que maneira, não sei como trouxeram...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

De certa maneira, fica difícil explicar onde conseguiram essa quantidade absurda de *chips* para poder fazer a campanha política, porque estava havendo uma pressão. Essa pressão... "Está chegando a época de fazer os votos. Você já fez a minha propaganda?".

Não sei se eu estou sendo claro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Sr. Hans.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vocês me desculpem, mas, querendo ou não, eu estou aproveitando este momento para ser o mais claro possível, para não haver pergunta complicada nessa situação.

Então, a chipeira aqui... Essa era a chipeira. A parte metálica da chipeira está aqui. Embaixo você tinha a CPU, mas aqui não tem nenhuma. Acho que deve ter uma ali embaixo. Ali ficava a CPU. O computador ficava aqui nesta ponta. Então, a chipeira era feita desta maneira: duas aqui e duas do outro lado. E era assim que você conseguia... Aqui você consegue ver nitidamente que é um *modem* igual ao que a moça me apresentou agora há pouco. Imagina você testar tudo isso daqui de *chip*. Quantos CPFs você está usando? Quantos *chips* você está usando?

Então, aí fica muito complicado, porque, quando chega a época de campanha política, a pessoa que está se elegendo quer ganhar, ela não quer saber de onde está vindo a situação. Ela quer saber do voto dela garantido; ela não quer saber de que jeito você mandou a campanha – e era assim que eles chegavam lá. Ninguém quer saber... Ninguém perguntava para você: "Você mandou daquele jeito que eu te pedi?". Não! Eu não sei se eu estou sendo claro no que eu estou dizendo aqui. Então, é isso.

Se quiser mudar, Fernando...

Mais outra situação: o celular preto de que eu estava falando para vocês. Essa marca de celular... Eu estou tentando lembrar o nome dessa marca de celular, que é uma marca chinesa, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Xiaomi?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. É difícil de a gente ver essa marca, a gente só consegue ver na 25 de Março. Inacreditavelmente... *(Risos.)*

A gente está rindo aqui, está sendo até inacreditável... Eu ia até usar um termo, mas vou segurar esse termo que eu ia usar. Inacreditavelmente essa marca desbanca todos os celulares que vocês têm aí, que são caros. Em qualidade de tráfego de dados e subida de *chip* não tem para ninguém. Tanto que eles investiram tanto nesses aparelhos.

E aqui em cima você via, ficava marcado o número do aparelho e a mesa de que ele era. Cada mesa tinha sua quantidade aparelhos. E o que eles começaram a fazer? Na grande maioria das vezes, ficavam quatro ou cinco desse tipo de aparelho e esse para subir o *chip*, entendeu?

Quando foram colocados esses aqui em série é porque não tinha supervisor olhando, porque não se podia colocar todos esses em série.

Vamos supor: eu coloquei todos esses em série, porque fui eu mesmo que fiz. Coloquei todos esses aqui em série. Como o fulano que está atrás vai subir *chip*? É por isso que o supervisor não deixava.

Fernando...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui entra aquele outro detalhe que eu estava explicando para vocês. Aqui são todas as campanhas que a gente tinha com o *mailing*. Eu até tentei nesta madrugada preparar para vocês uma aula a respeito disso. Até entendo vocês me questionarem, por não terem ciência, conhecimento a respeito disso. Ninguém é obrigado a saber de uma coisa que não viveu. Então, assim, aqui é tudo campanha política de fulano e beltrano. No meio você vai encontrar um ou outro mercadinho de Tocantins, da Bahia; um ou outro mercadinho – mercadinho pequeno, não é mercado grande, não é um Extra da vida, é mercado pequeno. Então, façam o cálculo de quantos aqui estavam... Façam o cálculo. Tem gente cuja campanha política foi feita e está aqui.

Aí você vê... Eu vou até pedir que se volte lá. Vou até pedir que se volte.

Aqui, nessa parte... Essa parte aqui é onde você colocava o momento em que você cadastrou o *chip*, você anotava o número do celular...

Gente, eu acho que eu vou pedir que parem de interromper para que eu possa explicar, para depois não me perguntarem coisas que... Não dá!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Falta muito, Sr. Hans?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Falta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos acelerar, porque há muita gente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Se fosse alguma coisa para acusar o Presidente da República, o senhor ficaria 40 minutos assistindo. Então, vamos ter coerência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, como ele não fez a sua exposição inicial... Ele deixou para o final porque ele queria mostrar esse vídeo. Por isso é que eu estou sendo condescendente com o depoente. Só por causa disso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu posso continuar a explicar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Claro, claro, tem que respeitar o Parlamento.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Bom, aqui o que você vê? Nesse primeiro momento, o celular não está com *chip*. Aqui o *chip* já foi colocado, já foi cadastrado, você já tem o número do celular. Então, você colocava o número do celular aqui.

E aqui é quando você já estava na etapa de colocá-lo para funcionar com um WhatsApp.

Aqui é uma campanha que estava sendo feita. Não vou lembrar agora qual era. Era uma campanha de alguma coisa feminina, alguma coisa assim. Então, aqui você via o nome da campanha. Se fosse campanha política, estaria o nome do político aqui e a foto do político aqui. Se fosse uma campanha de mercado, o nome do mercado estaria aqui, e a foto do mercado, aqui.

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Vou até pedir mais uns minutinhos, porque tem muita coisa aqui.

Aí, era trabalhado dessa maneira. Era assim que começavam os envios.

Se a senhora puder enviar a segunda foto...

Aqui são os *chips*. Eu não lembro se esses daqui são os que não funcionavam... Quando era pouca quantidade assim, você já sabia que não estavam funcionando ou que você tinha que rever na "chipeira" ou no celular para ver se estavam funcionando ou não.

Aqui você vê que ele é da Oi, se eu não me engano. Da Oi, da Claro...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, da Claro era vermelhinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Hans, prossiga com o *modus operandi*. Não precisa falar a marca do *chip* não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Aqui é a parte do décimo andar. Nessa parte do décimo andar, o que você tinha? Você tinha as mesas com os computadores.

Nessa área aqui toda era feito esse procedimento da "chipeira". Onde vocês viram a foto de todas as caixas de *chip*... Ela ficava por aqui, e aqui ficava todo mundo fazendo essa função de "chipeiro". Quando você passava no sétimo ou no terceiro andar e falava "meu, eu preciso de você para você subir e ajudar a fazer o trâmite de subir *chip* para ver se está tendo sinal ou não", era feito dessa maneira que vocês estão vendo aqui. Entendeu?

Essa, realmente, eu tirei a foto na cara larga, porque não tinha como não tirar.

Se puder mudar...

Aqui está até assinado com o meu nome. Por que está assinado com o meu nome? Duzentos e cinquenta e quatro *chips*... "*Chips* sem sinal. Domingo, 26 de agosto", e está meu nome. Foram *chips* que foram testados e não tinham sinal algum.

A grande maioria desses *chips* que foram testados e não tinham sinal algum...

Esse prédio da Nove de Julho tinha janela desse lado e tinha janela daquele lado. Quando eu comecei a ser cobrado e questionado no sentido de que a empresa precisava andar e não podia ficar parada, que eu coloquei um desse lado e coloquei outro do outro lado, eu falei "coloca na janela e sobe com o celular aqui do lado de fora para ver se vai funcionar", foi resolvido e diminuída essa quantidade – e perdi o cargo da "chipeira" por ter descoberto e colocado a empresa para andar!

Então, se puder mudar...

Aqui entra aquela parte, que é esse *site* aqui: você colocava – já é a resposta da senhora –, você colocava nesse *site*... Esse *site* é um dos *sites* que, de uma forma paga, você consegue ter... Você consegue ter números internacionais de qualquer parte do País, e do mundo, na realidade. E do País também você conseguia números de outras localidades. Ressalvo aquele detalhe de que Canadá e região europeia eram os locais que tinham mais tráfego.

Se a senhora puder mudar...

Aqui, como era feito? Você colocava um *chip* nas costas do celular. O celular sempre ficava carregando, entendeu? Se ele ficava carregando, você colocava o *chip* e já trocava rapidinho e colocava para subir e fazer os disparos, para fazer a campanha, independente da campanha que fosse.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a senhora puder mudar...

Aqui, mais nitidamente, dá para você ver que cada um desses aqui era só um *chip*. Você não colocava dois para subir. Não tinha possibilidade de você colocar dois para subir. Era só um *chip* por cada vez que você fosse fazer os disparos. Então, já tinha uma certa demora ali.

Pode mudar.

Aqui, mais destacada, a operadora.

Se a senhora quiser mudar...

Aqui o momento da campanha. Olha o momento da campanha aqui olhando para a gente! Está bem claro aqui. Toda essa quantidade de pessoas que você está vendo aqui... É aquela explicativa que eu estava dando. Coloquei no modo avião... Não sei se dá para vocês verem. Tem alguns aparelhos aqui que estão no modo avião. Coloquei no modo avião, sincronizei, subi o *chip*... Vou mandar a campanha: eu tiro do modo avião e começo a descer todo mundo que estava lá no contato. Se vocês quiserem fazer um teste, juntem um grupo de pessoas para as quais vocês querem mandar uma mensagem no WhatsApp e mandem um pontinho, escrevam qualquer coisa. É isso que vai acontecer, que foi da mesma maneira que aconteceu aqui. Simples.

E aqui há uma situação onde você tinha o cadastro de um determinado tipo de pessoa para você mandar a propaganda.

Aqui, continuando essa situação, dá para você ver. Você vê que tem coisa de sexo aqui, tá? Grupos de sexo, porque era uma coisa que rolava muito. "Ah, eu não tenho para quem mandar". "Ah, meu, entra aí na internet, procura um grupo e você manda, mas segura o *chip*". Então, toda... No horário da madrugada, só tinha homem; no horário da manhã, tinha uma mulher; no horário da tarde, também só tinha uma mulher. O que eu sei, que eu acompanhei, porque eu passei 24 horas na empresa, só tinha duas mulheres, o restante era tudo homem. Então, o que mais acontecia era isso que você está vendo aqui. Está entendendo? Tudo isso aqui é propaganda. As propagandas foram enviadas. E, no meio dessas propagandas, era conversa aqui. Eu mesmo conversava com a minha mãe também por aí, com outras pessoas também por aí, para segurar *chip*. E era dessa maneira.

Se a senhora puder mudar...

Aqui você conseguia ver pelo computador também, porque, no momento em que você sincronizava, ele já aparecia no computador. É como a gente faz em casa: a gente pega ali, sincroniza o celular no computador e ele aparece para a gente. E a campanha corria aqui para a gente. Campanha de fulana de tal, ia rodando aqui para a gente. E era esse conteúdo que você está vendo. Está até a bolacha que eu estava comendo um dia.

O local que a gente trabalhava. Tinha gente que dormia aqui, tinha gente que dormia aqui. Você encontrava, em determinados locais do prédio, de tantas horas trabalhadas para fazer campanha política de gente – há até gente que hoje vem me ofender e tudo mais –, gente que descansava, levava até travesseiro de casa, coberta de casa, porque estava crente que o Lindolfo e a Flávia iam pagar aquela promessa que eles prometeram para todo mundo: "Você faz hora extra, deixa de morar na sua casa, você vem morar aqui, faz a campanha política, que você vai receber um salário muito bonito". Todo mundo ficava assim nessas situações. Isso daqui é uma sala que o pessoal usava para dormir, para descansar – não usava para trabalhar.

Se puder mudar..





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aqui, *bulk services*. Esse negócio de *bulk services* era a situação na qual você tinha uma situação de *mailing* que chegava para você. Era só o supervisor que tinha acesso. Então, o supervisor mandava para você, eu mesmo saí de lá sem saber muito bem, sem entender como se trabalha nessa situação. A partir daqui, você tinha a sua campanha, você está entendendo? A partir daqui você tinha a sua campanha.

E os números aqui atrás? Alguém consegue ver esses números aqui atrás? Estão vendo Egito aqui? Sul da América? Dá para enxergar aqui? Filipinas. Aqui já é a continuidade daquele *site* de números.

Se a senhora puder mudar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Acabou?

Então, é isso, gente. Alguma pergunta? Alguma dúvida? Fui claro?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Daqui a pouco os Deputados vão lhe perguntar. Pode voltar ao seu local.

Com a palavra o Deputado Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, do PDT.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Presidente, cumprimento a todos.

Quero dizer ao Sr. Hans River que ele não está sendo investigado: o senhor aqui é testemunha, o senhor não é investigado. Então, quero deixar isso claro, porque fica, às vezes, a impressão, no debate, de que o senhor é alvo da investigação e o senhor não é. O senhor aqui é testemunha – o senhor é testemunha.

Eu quero fazer um registro, Presidente. O advogado não pode se comunicar com a testemunha. O advogado... Eu estou fazendo a pergunta, o advogado não pode se comunicar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Claro que pode.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu defendo as prerrogativas do advogado, porque eu sou também advogado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu também sou.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Presidente, eu posso tomar a palavra agora neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo respeito, eu queria saber onde é que está previsto na lei que o advogado não pode se comunicar com a testemunha. Porque eu também sou advogada e estou achando que esse Deputado – com todo o respeito que eu sempre tive pelo senhor, Deputado – está intimidando a testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu tenho a impressão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor está intimidando a testemunha o tempo todo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu tenho a impressão de que o Dr. Fernando conhece quais são as atribuições do advogado, qual é o papel do advogado quando uma testemunha está prestando depoimento. Ele sabe. Ele sabe que a testemunha é que tem que prestar o depoimento, o advogado não pode responder nem orientar a testemunha sobre o que ela tem que dizer. O advogado ouve. Se as prerrogativas da testemunha... Se a testemunha for desrespeitada, o advogado intervém. Não é o caso.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu peço ao Dr. Fernando que aguarde com paciência as perguntas e as respostas. Estou registrando aqui que o Sr. Hans não é investigado, para deixar claro isso; o Sr. Hans aqui é testemunha, e eu quero concluir. Então, quero fazer as perguntas, somente isso, somente isso.

Eu quero perguntar... Se eu perguntar e V. Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu quero que oriente, que advirta o advogado que ele tem que aguardar a testemunha responder as perguntas, sem a intervenção dele. Somente isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas em nenhum momento isso aconteceu, Deputado. Eu não sei a que o senhor está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre advogado não pode responder pelo depoente, mas, regimentalmente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele não respondeu até agora, Presidente, eu não sei do que o Deputado está falando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o nobre depoente pode conversar com o seu advogado durante o depoimento.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Eu não estou me manifestando tendo essa ou aquela posição não. Eu não estou me manifestando aqui. Eu quero fazer as perguntas. Eu só registro que o advogado... Somente isso.

Veja só, há um preconceito, porque eu ainda nem perguntei o que eu quero perguntar ao Sr. Hans.

Nessa questão do trabalho escravo e na ação trabalhista, dos demais trabalhadores, quero saber se ele foi o único que ingressou com ação contra a empresa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só um detalhe, para deixar claro: eu vivi, não foi meu advogado que viveu. Eu pergunto para ele sobre a maneira pela qual vou me dirigir a você e ao Presidente, que está aqui ao meu lado, porque eu fiquei irritado com uma situação que ocorreu antes da senhora de vermelho chegar.

Agora, assim, o que acontece? Não houve trabalho escravo. Trabalho escravo é quando você não recebe pelo trabalho.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não. Eu estou dizendo... As condições de trabalho nós já conhecemos. Eu estou perguntando se o senhor foi o único que ingressou com ação trabalhista contra a empresa. Só isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quando eu saí da empresa, eu perguntei para vários funcionários que naquele período diziam ser amigos: "Meu, você vai depor lá a meu favor? Você viveu, você estava aqui, você viu tudo". Quando eu entrei com a ação trabalhista, apareceu alguém?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, foi o único.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não apareceu ninguém. Quando ficaram sabendo que a *Folha de S. Paulo* tinha acabado com o meu nome e ficaram sabendo da quantia simbólica que a empresa tinha fechado comigo em acordo, uns atrevidos chegaram a entrar em contato querendo que eu os ajudasse a fazer uma ação trabalhista. O que eu fiz? Como no





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

momento em que eu pedi para que fossem testemunhas ninguém me atendeu, eu bloqueei todo mundo. Nada mais justo! Da mesma maneira... Você também faria a mesma coisa. Na hora em que eu precisei, não me ajudou. Por que, eu vou ajudar os outros? Entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor revelou para nós aqui que, da parte da empresa, ou de algumas empresas associadas à empresa que contratou o senhor, houve pressão para que o senhor não tomasse determinadas iniciativas, para que o senhor silenciasse. E aí eu queria saber: isso foi antes ou depois do seu relacionamento com a jornalista que fez a matéria?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que eu não fui muito direto nessa situação da jornalista: ela queria sair comigo, eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar na minha casa, com o propósito de pegar a matéria, está certo? Ela se ensinou para entrar. Ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que inclusive eu trouxe para cá – não está aqui, eu trouxe para o *flat* em que a gente está. Quando eu cheguei à *Folha de S. Paulo*, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção... A minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Tudo bem. Deixe-me fazer um registro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, estou respondendo à sua pergunta e deixando claro, porque acho que não ficou claro isso, porque tem muita coisa que está sendo dita de uma maneira distorcida.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu só perguntei, só perguntei... A pergunta que eu fiz ainda envolvia o seu relacionamento, ou seja, lá o que for, profissional...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não tive relacionamento nenhum com ela.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu só perguntei se, quando as empresas... O senhor falou aqui que as empresas solicitaram ao senhor para encerrar, para não tomar nenhuma iniciativa. Quero saber se foi antes ou depois do contato que o senhor teve com a jornalista. Eu só perguntei isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas eu já tinha respondido e vou responder de novo: a jornalista apareceu exatamente... Tudo isso que eu que estou citando aqui... Vamos colocar a semana: aconteceu a negociação do processo na segunda; terça-feira me apareceu a jornalista. Então, foi feita a negociação num dia e, no dia seguinte, ela estava aparecendo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está bem. Isso não... Eu ainda não cheguei ao... Eu vou explicar por quê.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Muita coisa que o senhor está depondo aqui, muita coisa, está na sua ação trabalhista, e o senhor não pode contradizer aquilo que o senhor mesmo sustentou para alcançar os seus direitos em relação à empresa, somente isso.

E mais – é preciso isso –, eu, no início do depoimento, fiz questão de registrar, muito mais como um alerta, que a ninguém se obriga conhecer a norma. Disse que a testemunha tem a obrigação de dizer a verdade, mas, numa CPI, também comete ilícito quem omite a verdade.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não é só dizer a verdade. Se houver alguma pergunta feita sobre algo de que o senhor tenha ciência, que já conste em algum lugar, e o senhor aqui omitir, isso também representa transgressão à norma.

Mas tudo bem, é só para alerta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Permita-me só a resposta...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sabe por quê? Deixe eu lhe dizer: jornalistas muitas vezes gravam. É possível que a jornalista tenha gravado as conversas que teve com o senhor. É possível, eu não estou afirmando que ela gravou. Se houver uma discrepância muito grande em relação àquilo que o senhor aqui diz e a matéria, eu vou sugerir depois uma acareação com a jornalista.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Espera aí...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Somente isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora eu posso falar?

Agora, ela acabar com o meu nome e depois você insinuar que tem gravação...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu preciso dizer uma coisa: eu lamento muito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Deixe eu dizer. Eu lamento muito as suas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós temos exemplos, exemplos os mais diversos, de pessoas como o senhor que foram vítimas. Eu não tenho dúvida de que o senhor é vítima, nenhuma dúvida de que o senhor é vítima, de que tudo isso inviabiliza a sua vida profissional. Eu não tenho dúvida quanto a isso. E eu não estou aqui numa posição contrária ao senhor. Ao contrário, eu tenho certeza absoluta... Eu imagino o preço que o senhor está pagando. Aliás, inclusive em relação a preocupações com a sua segurança pessoal. Nenhuma dúvida há quanto a isso. E eu não estou aqui contra a sua pessoa. Não estou aqui a fim de jogar uma casca de banana para que o senhor fique numa situação difícil. Claro que não! O que eu preciso é fazer a pergunta em função daquilo...

O que nós estamos investigando? Nós estamos investigando o disparo em massa de mensagens mentirosas comprometendo a reputação das pessoas. É isso só. Esse é o alvo da investigação.

Então, a pergunta que eu faço é: o senhor, quando trabalhava, sabia o conteúdo daquilo que estava sendo transmitido?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, é como eu já cansei de falar aqui... Mas tem duas coisas que o senhor falou no discurso do senhor... Uma é que a jornalista tem alguma gravação...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não sei se tem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso falar agora? Eu escutei o senhor falar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Assim, uma é que a jornalista tem alguma gravação e outra é de eu correr risco de ameaça à minha integridade...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, meu irmão!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – física no meio da rua.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou dizendo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já são duas coisas diferentes aí.

Agora, outra coisa: no momento em que a gente trabalhava nessa empresa, para nós, naquele momento, não era uma coisa que foi apresentada de uma maneira errada.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Foi apresentado um trabalho que, para a gente, era um trabalho, entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Claro! Nenhuma dúvida quanto a isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não foi apresentado assim: "Ó, você vai chegar, você vai fazer isso, isso e isso, e isso aqui é ilegal, tá?" Não foi apresentado assim.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas é claro que não! Eu não estou interpretando assim não. Eu estou perguntando: o senhor tinha conhecimento do conteúdo das mensagens que eram disparadas? Ou o senhor recebia tudo pronto e disparava? É isso que eu estou perguntando.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim. Quando eu mostrei ali o funcionamento do aparelho, do celular, e a questão do WhatsApp... Quando você emparelhava os celulares e colocava no QR Code e começava a descer o que você estava fazendo de propaganda, você via o que você estava fazendo de propaganda. Então, você via que era campanha política, você via que era santinho – como aqueles santinhos de antigamente que eram jogados pelo Território nacional – e você via logo de mercado – "Olha, promoção hoje de frango", promoção de não sei o quê.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, tudo bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E era isso que a gente via.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor tinha... Nós estamos tratando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós não estamos tratando daquilo que é lícito; nós estamos investigando aquilo que é ilícito. O que é lícito, inclusive em campanha eleitoral, não é objeto da nossa investigação. Nós estamos investigando disparos de *fakes* em massa para alcançar determinados objetivos, alcançando a honra das pessoas. É isso que nós estamos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós não estamos responsabilizando o senhor. O senhor estava lá trabalhando. O senhor arrumou um emprego...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu entendi.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... e tinha suas tarefas. A pergunta que eu faço: é possível identificar as campanhas eleitorais que foram feitas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É possível, porque, se você pegar o histórico de todo mundo, você vê.

Assim, quando eu cheguei ao Ministério Público, quando eu fui chamado ao Ministério Público, falaram que o pai do moço que está sentado ali, cuja campanha eu tinha ajudado a fazer, denegrindo a imagem do pai dele e denegrindo o PT e tudo mais... Eu falei: "Mas, gente, não rolou isso daí". O que aconteceu? Era campanha política, não tinha... Na minha presença,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enquanto eu estava na empresa, no período todo em que eu estive na empresa, não houve disparo denegrindo imagem de ninguém, e muito menos disparo a respeito do pai do moço que está aqui, cujo nome eu não sei, mas...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então o senhor conhecia o conteúdo das mensagens que eram disparadas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim. E a pergunta que o senhor me fez era se havia alguma coisa ofensiva, e não havia. Pelo menos no período em que eu estive lá presente, não havia.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, o senhor não tomou conhecimento, não constatou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... nas mensagens disparadas, nada que, na sua avaliação, representasse *fake news*?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olhe, eu sou consciente da minha faculdade mental, eu sei distinguir o que é uma coisa ou outra. Então, nessa situação, naquele período, nada mais nada menos, quando era campanha política, apareciam o número do candidato, o nome do candidato, o zoneamento em que ele estava se elegendo. Então, não tinha nada fora isso; pelo menos no momento em que eu estive trabalhando na empresa, o que passou, pelo menos na minha mão, não tinha nada além disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Em relação às mensagens, em relação a quem estava tendo as mensagens difundidas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... é possível saber quantidades? Tal mensagem, x; tal mensagem, y. Em termos de quantidade, é possível saber isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Era produto grande, não era coisinha pequena não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É porque eram várias mensagens diferentes e, naturalmente, imagino, para públicos diferentes. O *chip*...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Teoricamente, vamos dizer assim. Por quê? Vamos supor que, aqui, essa primeira fileira seja o Estado de São Paulo e que a fileira do senhor seja o Estado do Rio de Janeiro. Havia números de telefone com os quais eu não podia mandar mensagens para o Rio de Janeiro que cabiam para São Paulo. Eu não sei se você está entendendo... Que cabia para São Paulo...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Tinha determinada campanha que eu não podia mandar para São Paulo ou para Rio de Janeiro porque cabia para o Pará! Não sei se você está entendendo isso que eu estou falando. Campanha política presidencial não tinha problema. Por que não tinha problema? Presidente é do Território nacional...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Por último: paralelamente às tarefas que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há vários oradores inscritos...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Presidente, eu também vou querer na minha vez.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está cumprindo o papel dele. Tenha paciência comigo...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – É o Regimento Interno, não é paciência. O Regimento Interno fala em 15 minutos. Senão, vai virar um monólogo aqui...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou vendo razão...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Daqui a pouco começa a sessão do Congresso, e a gente vai ter que...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou vendo razão para nenhum sofrimento de nenhuma parte...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é sofrimento. Os outros Parlamentares querem também fazer suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou concluindo...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Só em respeito aos Parlamentares...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É que o pessoal interrompe. É um *frisson*! Há uma agitação!

O senhor, paralelamente ao trabalho que desenvolveu, trabalhando para a empresa, cumprindo as tarefas inerentes ao seu trabalho, participou de alguma campanha eleitoral? Ressalto: paralelamente. Distribuiu panfleto? Esteve na rua? Organizou reuniões? É isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Por acaso você investigou minha vida particular?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, estou perguntando! Estou perguntando isso!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Engraçado...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Engraçado, porque é assim...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou perguntando...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Você jogou duas situações...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou perguntando se o senhor...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E além, fora...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiz a campanha política do Police Neto, que é vizinho meu – já mostra que eu não sou favelado, eu sou burguês. Aí você vê: fiz campanha política do Carlos, ou alguma coisa assim, que morava próximo da minha casa...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está bem. É isso...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim: "Eu preciso que faça boca a boca, eu preciso que você entregue ali, faça propaganda dos outros". Tanto que, se você olhar nas minhas redes sociais, como o senhor investigou muito bem investigado pelo jeito...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... fez o seu trabalho...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não sabia nem que o senhor vinha prestar depoimento hoje.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas investigou bem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, concluindo...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Só para concluir, é o seguinte. Às vezes o depoente fica na defensiva. Não precisa! Está na defensiva...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu perguntei só! Eu só perguntei!

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se ele tem ciência...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, pelo tempo de Liderança do PSL.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se ele tem ciência...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Pelo tempo de Liderança do PSL, porque eu conheço o Deputado Paulo Ramos. Ele não vai parar, ele vai abusar da boa vontade de V. Exa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. É a última pergunta!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Ele vai abusar da boa vontade de V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É a última conclusão, não é, Deputado?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Já é a terceira conclusão! Não tem como!

Toda hora...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quero saber se ele tem ciência de quem contratou a empresa em casos de partidos políticos de modo geral; se ele teve acesso, se ele teve conhecimento de quem contratou, de quais os partidos que contrataram a empresa para...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas eu já falei isso várias vezes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O próprio PT! O próprio PT é que me colocou na situação em que eu me encontro hoje, cara!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Todos os partidos políticos contrataram a Yacows para fazer a situação de propaganda, mas o engraçado é que o PT cismou com o pai dele e cismou comigo. E, assim, cismou de uma maneira que eu não tenho nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto, já respondeu.

Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha, do PDT de Pernambuco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, o tempo de Liderança: antes, o Deputado Eduardo.

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela Liderança.) – O tempo de Liderança regimental aqui não segue a vontade de um ou de outro, segue o Regimento.

Durante a fala do Sr. Hans River do Rio Nascimento, eu fiz algumas anotações.

A Sra. Patrícia Campos Mello, Sr. Hans, enquanto o senhor está pensando para comprar arroz e pedindo preço mais baixo para se apresentar como músico porque não consegue ter emprego devido ao...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, no tempo do Líder, não pode fazer pergunta.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, não. Não é pergunta, não. São só comentários pertinentes à reunião. Mais adiante, depois, se quiser, ele responde, porque vai ser a pergunta de outros Deputados.

É só para lembrar que ela hoje é correspondente internacional da *Folha*. Ela está muito bem, obrigado. Você veja até onde vai o escrúpulo do ser humano! Por quê? Ela fez uma matéria falaciosa. A gente está vendo aqui hoje uma declaração cabal – cabal! – de uma pessoa que foi convocada pelo Rui Falcão, do PT, para tentar comprovar que o Jair Bolsonaro fez disparos em massa de WhatsApp para ganhar a campanha de 2018, lembrando que o PT saqueou o Brasil, roubou! Vários aqui que botam o dedo na cara do senhor estão acusados na Lava Jato, e a moral não se paga... Dormir tranquilo com a cabeça no travesseiro é o que a gente tem de melhor! Então, não se preocupe, Sr. Hans. Em que pese eles quererem acuar o senhor aqui, isso é impagável! Eles vão sofrer ainda.

Então, é só para destacar esse ponto. Eu fiquei aqui perplexo de ver, mas eu não duvido que a Sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha*, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o Sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do Presidente Jair Bolsonaro, ou seja, é o que a Dilma Rousseff falava: fazer o diabo pelo poder!

Eu também fiquei perplexo aqui ao saber que, quando o Deputado Rui Falcão perguntou se o Sr. Hans é da periferia ou favelado, enfim, como quer que seja, se é que isso aí é pertinente, se é que isso aí é pertinente para o que a gente está tratando aqui... E eu gostei da resposta do Sr. Hans: "Eu fiz a sua campanha, Deputado Rui Falcão". Quem sabe o Deputado Rui Falcão achasse que, por você ter feito a campanha dele, você teria outra conduta nesta Casa. Parabéns por manter a verdade, porque a verdade nos liberta – está escrito em João (8:32).

Como deu para perceber aqui, o Sr. Hans não tem nada armado comigo, sequer sabe o meu primeiro nome. E ninguém é obrigado a saber isso, Sr. Hans. Sem problema nenhum, em que pese alguns colegas aqui terem dado risada quando o senhor falou que não sabia... Falou que eu era filho do Bolsonaro...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não sei porque eu não fiz a sua campanha...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, sem problema. Sem problema algum. Eu não me senti desrespeitado, não!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não fiz a sua, eu não fiz a do seu irmão, nem a do seu pai. Eu não fiz a campanha de vocês. Então...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Ninguém tem a obrigação de saber o nosso nome não...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O nome, eu não ligo, mas...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Hans, siga as anotações que eu fiz. Olhe que impressionante... E isso acontece muito no Brasil, não é? Ninguém tem acesso a um processo sigiloso – o senhor entregou a sua reclamação na Justiça do Trabalho –, mas uma jornalista da *Folha* tinha. Será que não seria o caso de a gente chamá-la aqui, nesta Comissão, de convocá-la para prestar esclarecimentos? É claro que a profissional tem direito de resguardar o sigilo da fonte dela. Não é isso que eu estou querendo saber, nem acabar com a liberdade de imprensa não, mas é assim: por vezes, ninguém sabe de nada, só uns jornalistas sabem. Que curioso, não é? Fica aí a reflexão no ar.

Além disso, o Sr. Hans aqui corroborou que uma das pessoas a que ele prestou serviço foi o PT. Então, se ocorreram disparos em massa, está aqui o Sr. Rui para explicar, um dos beneficiados. E nem assim conseguiram ganhar a eleição! Mas eles não vão se ater a esses fatos. Esses fatos serão abafados. Quem está aqui nesta sala está sabendo. Uma ou outra imprensa deve publicar. E eles vão seguir na tentativa de fazer o terceiro turno, porque é o que o Marcelo Freixo, do PSOL, falou recentemente, nos 40 anos do PT...

Lembro, quanto aos 40 anos do PT... Sabem quem fundou o PT, quem reconheceu a fundação do PT? General Presidente Figueiredo, que vocês dizem que era ditador! Ele reconheceu o PT. Mas, nos 40 anos do PT, ele falou que tinha que fazer tudo para destruir o Governo Bolsonaro, e isso passa por aqui, Sr. Hans. É por isso que eles não estão nem aí se você é negro, se é pardo, se é branco; eles vão é arrebentar com você! Ninguém está com pena porque você não consegue emprego não; é que, para eles, vale tudo pelo poder. E vão sair ali para fora depois dizendo que são os defensores do negro, como a Deputada ficou esbravejando aqui, defensores...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – ... dos homossexuais, defensores das mulheres, e tudo mais que eles conseguirem para repartir a sociedade. É para depois ter um Parlamentar do PT se apresentando como defensor de vocês, é isso que eles querem!

É por isso que, 15 anos, 20 anos atrás, ninguém tinha problema em fazer piada. Hoje em dia, um contador de piadas ou um humorista, quando ele faz uma piada em relação a qualquer minoria, toma um processo, que é para calá-lo e para depois o Deputado falar: "Olhe, estou protegendo você. Eu não deixei aquele humorista fazer brincadeira com nordestino, com cearense, com negro, com branco, com italiano!"

Enfim, fica aqui essa reflexão, agradecendo, mais uma vez, Presidente, por esta reunião aqui ser aberta, porque o sigilo – pelo que deu para perceber aqui, o PT lutou para que a reunião fosse sigilosa – só interessaria a eles.

Muito obrigado pelos esclarecimentos, Sr. Hans.

Aguardamos aqui os desdobramentos, porque os meus colegas farão as perguntas sobre Patrícia Campos Mello.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha. Logo após, Senador Humberto Costa e, em seguida, Senador Rogério Carvalho.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Sr. Hans, primeiramente, boa tarde.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim que cheguei a esta sala, tive o prazer de cumprimentá-lo e dizer da importância de tê-lo aqui, nesta audiência conosco, porque, na verdade, V. Exa. vem aqui para nos trazer informações que podem corroborar aquilo que a gente imagina que aconteceu no período de campanha e que não acontece só no Brasil, tem acontecido no mundo todo. Por isso, venho aqui primeiramente parabenizá-lo por estar aqui conosco debatendo este tema de tanta importância.

Eu queria dizer ao Sr. Hans que eu, de fato, estou preocupado com a sua integridade física, estou preocupado de verdade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não deboche, por favor, porque...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Vão tentar me matar no meio do caminho da padaria para comprar o pão?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, não é isso! Não é isso! É justamente disto que estou falando: pessoas que colaboram com grupos de extermínio foram executadas. V. Exa., o amigo, não cometeu nenhum crime, não cometeu, mas pode estar cometendo se estiver mentindo aqui nesta CPI.

O Sr. Hans mesmo nos colocou aqui que não trabalhou em campanha do Presidente Bolsonaro e que a Patrícia, a jornalista Patrícia, tentou retirar algumas informações. O senhor colocou que ela deu em cima do senhor. Mas, veja só, a Patrícia acabou de tuitar aqui, escrevendo para todos nós: "Caro Deputado, aguarde nossa matéria com os áudios que tivemos com o Sr. River falando, as fotos e a planilha do Excel que ele nos deu, além do processo. É só clicar e ver com os próprios olhos. Mentir na CPMI é crime." E com relação a isso ela está certa.

O que o Paulo, o Deputado Paulo, que me antecedeu, colocou aqui... E aí vem a minha preocupação novamente: caso ela tenha lhe gravado... Pelo que ela coloca aqui nessa publicação, ela de fato gravou. Eu não sou do PT. Também não sou desse partido, o PSL. Não sou de nenhum desses dois partidos, mas eu sou uma pessoa que está preocupada com o senhor enquanto pessoa.

Veja bem, tenho algumas perguntas aqui a fazer e gostaria que o senhor respondesse sinceramente, porque o senhor pode estar sendo induzido. Sr. Hans, a mentir aqui. Não sei se recebeu algum benefício, mas alguns indícios me fazem questionar, por exemplo, o seguinte. O senhor não teve recursos para pagar a insulina, mas está com um excelente advogado a seu lado. Quem pagou o advogado que está com o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso dar a resposta?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Claro! Eu estou fazendo a pergunta para isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Para você ter uma ideia, eu estou com um débito ainda, nem terminei de pagar. Para o senhor ter uma ideia...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pode me chamar de você. Para mim, não há problema.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu estou achando até estranho, porque o senhor me cumprimentou numa boa, de uma forma interessante. Mas em algumas colocações eu não concordo com o senhor. E há algumas colocações até importantes, até interessantes em que a jornalista chega apresentando determinadas coisas, porque...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teve um determinado momento em que teve uma situação de eu não ter mexido no meu *e-mail*, e teve algumas situações estranhas em que eu mudei a senha. O próprio Google está aí para comprovar. Então, é até importante que ela traga isso que ela está dizendo, porque tenho testemunha de que ela esteve presente e o que ela conversou. Se ela gravou alguma coisa, garanto para você que não tem nada a ver com isso que a gente está discutindo aqui. Se ela gravou alguma coisa, ela gravou a respeito do livro. Ela veio me falar assim: olha, eu escrevi esse livro, o seu livro, não sei o quê... Se ela tiver alguma gravação, a gravação será essa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

E quanto ao advogado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E outra coisa: eu vou até procurar entrar com algum recurso a respeito disso, porque eu já estou me sentindo muito incomodado. Não é a primeira vez que chega essa informativa de a jornalista querer tentar me impressionar falando assim: "Ah, eu tenho uma gravação." Gravação do quê? Eu falando como é que era o meu livro?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, a verdade virá. A minha pergunta é com relação ao advogado.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora, a respeito do meu advogado Fernando: eu ainda estou em débito com ele a respeito da defesa no Ministério Público, porque ele foi chamado para ir. Estou para vender a minha moto, que era o meu ganha-pão até o presente momento, para continuar a pagá-lo para ele continuar a me defender. Eu não tenho nem condições... Tanto que, antes de vir para cá, ele mandou mensagem para mim falando: Hans, você vai vir tal horário aqui na minha casa. Eu falei: "Fernando, eu não tenho nem o dinheiro da passagem para ir para a sua casa."

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Sr. Hans...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – De prova: eu não tinha o dinheiro da passagem e estou aqui na aba dele.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Está em débito. Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim, o Senado falou que iria mandar um dinheiro na minha conta para custear a minha presença aqui, mas isso não ocorreu.

Então, assim, eu estou... Se eu quiser comer, é na custa dele; se eu quiser fumar, é na custa dele; se eu quiser tomar um copo d'água, é na custa dele.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, já respondeu a minha pergunta. Eu lhe agradeço por isso.

Continuando: o senhor disse que entrou na empresa duas semanas antes de o ex-Presidente Lula ser preso. O Lula foi preso em abril de 2018. No processo, o senhor disse que havia trabalhado por dois meses em campanha.

Que partido lhe pressionou na reta final da campanha? Deixe eu lhe fazer uma pergunta: o senhor disse que o partido estava lhe pressionando na reta final da campanha e é por isso eu não consigo compreender muito bem em que período o senhor trabalhou nessa empresa. Eu queria saber: qual foi o período?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – No período em que eu trabalhava na Yacows, eu fiz a campanha paralelamente do Police Neto. Se você quiser intimá-lo, ele vai falar para você que quem fez realmente a campanha dele fui eu e mais outras pessoas ainda também.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Do Carlos – eu não vou lembrar o sobrenome –, que perdeu por pouca coisa, também. E, nesse período, a intimação que estava tendo a respeito da quantidade de disparos de propaganda era perante a empresa. A empresa estava sofrendo a questão de: "A gente precisa que seja feita a propaganda." E todo mundo vinha pressionando quem estava na "chipeira". Quem estava na "chipeira"?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Porque o senhor fala, na ação trabalhista, que trabalhou do início de agosto ao final de setembro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiquei um período na empresa, e eu não vou saber te informar exatamente a data específica, até porque a empresa não criou nenhum registro.

Quando você entra numa empresa, você tem o livro negro, onde ficam os dados do funcionário, fica a data de entrada e a data de saída, férias e tudo mais e, nesse período, a gente não teve. Havia a esperança de ter o registro, mas não houve o registro. Então, eu não vou saber te responder exatamente o período.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, mas o Lula foi preso em abril e você fala que, nesse período, já trabalhava na empresa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então o senhor não trabalhou apenas dois meses.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Nesse período... A situação ocorreu da seguinte forma: no período em que eu entrei na empresa o Lula tinha acabado de ir preso. Então, nesse período que eu entrei, que a gente começou a fazer as propagandas e começou a cair o entendimento... Porque, para mim, tudo isso que eu apresentei para vocês aqui...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Era propaganda política então.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Era propaganda política e propaganda de outras situações.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então, fora do período de campanha, o senhor fez propaganda política?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, eu fiz propaganda...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – No período de abril, maio e junho.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiz propaganda política e, nesse período, eu fiz campanha política de outras pessoas e, justamente nesse mesmo período, a própria Yacows fazia propaganda de outros fins.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, não importa para quem o senhor fez campanha, o que importa é o período em que o senhor fez campanha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O período...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Em que período o senhor fez campanha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É como eu já disse em outros momentos...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Em abril já fazia? Em maio já fazia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já, já. A do Police Neto eu já estava fazendo antes, antes de entrar lá, na realidade. A do Police Neto a gente já estava divulgando...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então isso configura campanha antecipada, não é isso?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, eu não vou dizer campanha antecipada, porque, assim, teve um diretório para saber quem ia trabalhar, para juntar o pessoal, conversar com o assessor e toda aquela coisa, mas ninguém tinha ido para a rua, estava aquela conversação: a gente vai fazer de tal jeito, vamos pegar tal bairro, tal situação, vamos entregar assim...

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não teve essa...

Quando chegou próximo da campanha política ali, de ter a questão do voto, que você vai lá no colégio eleitoral para votar... Quando chegou próximo desse período foi um tremendo sufoco. Foi um tremendo sufoco, porque você tinha que correr com a campanha do pessoal que mora na Leopoldina e, ao mesmo tempo, tinha que correr com a Yacows.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Deixe eu lhe fazer uma outra pergunta. O senhor trabalhava com o disparo de mensagens e o senhor mesmo falou que essas mensagens eram relacionadas ao PT. Assim que o senhor questionou o Deputado Rui, quando chegou aqui nesta sala, o senhor disse que inclusive fez a campanha dele. Só que o senhor chamou o Deputado Rui de Deputado Gabeira. Eu até me confundi – um minuto só – achando que o senhor estava se referindo a minha pessoa, porque o meu sobrenome é Gadêlha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Até peço desculpas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem problema.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas é porque fiquei nervoso pelo que ele falou aqui.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – A minha pergunta é a seguinte. O senhor, que trabalhou fazendo propaganda do Deputado Rui – trabalhou diariamente, muitas horas, como o senhor fala, por muitos dias –, não sabe o nome do Deputado Rui, a ponto de chamá-lo de Gabeira?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Primeiro momento: eu não sou amigo íntimo do cara. O cara...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, mas o senhor trabalhou difundindo o nome dele, não é verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Segunda situação: o que ele me falou aqui...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ele quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O que está aqui na frente falou aqui para mim... Eu só não fui embora...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O senhor não sabe o nome...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu só não fui embora... Eu só não fui embora daqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mentira minha?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – A consciência é do senhor, não é a minha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, por favor, se puder me responder...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim, diante da situação e de todo o tempo em que não estou trabalhando com isso, e até com isso eu não estou conseguindo nem serviço... Eu não sou obrigado a saber o nome do próprio cara, que não é amigo meu.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Sr. Hans, eu só queria concluir essas perguntas indagando se o senhor recebeu algum tipo de vantagem ou favor de algum Parlamentar, de algum partido, ou mesmo se foi orientado, chegou a conversar com algum Parlamentar ou assessor de Parlamentar. E lembro, Sr. Hans, que qualquer ato de mentira numa CPMI configura crime. Esta é a oportunidade de o senhor falar a verdade.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, se eu tivesse recebido qualquer situação de favorecimento, eu não teria quase morrido nesses dias, até antes de vir para cá, por falta de cuidados adequados à minha diabetes. E outra coisa: tem muito político para quem eu fiz campanha, mas, passou a campanha política, o cara ganhou, ele não lembra de você, ele não quer saber de você. Você acha que o Police Neto, apesar de morar perto da minha casa... Você acha que ele vai na minha casa para perguntar se eu estou bem?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem dúvida, eu acredito que não.

Deixa eu lhe perguntar uma última coisa...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eles não querem nem saber de você quando acaba a campanha política.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem dúvida. Deixe só eu lhe perguntar uma coisa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não sabem se você tem arroz ou não tem arroz.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – A última pergunta para a gente...

(Soa a campanha.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Inclusive, até vai ser motivo de outras audiências desta CPMI.

As caixas com os *chips*, o senhor sabe quem as trazia? Tem o nome de alguém que era responsável por trazer essas caixas? Sabe se a empresa diretamente fornecia essas caixas? É que receberemos futuramente – na próxima audiência se não me engano – representantes das empresas de telefonia. O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É uma coisa que me intrigava, porque, na realidade, pela quantidade de *chips*... Assim... Porque era muito trabalho para que eu fizesse ali naquele momento, e havia momentos em que eu ficava sozinho no andar.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Quem era o responsável, Sr. Hans, pelas caixas? Quem trazia as caixas para a empresa? O senhor sabe o nome da pessoa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Aí entra o que eu estou falando para o senhor: eu saía de lá, voltava no dia seguinte, e... Tudo aquilo de caixa! Eu ficava até curioso para saber de que maneira eles conseguiam uma quantidade tão absurda de *chips* da Claro, da Tim, da Vivo. Vocês viram ali nas fotos que não é pouca coisa. Entendeu?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, mas o senhor não respondeu.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu respondi claramente que até eu estou curioso para saber.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deixe eu lhe perguntar: o senhor conhece o responsável, a pessoa responsável ou que pode dar mais informações sobre isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quem vai poder te dar mais informações, e até eu estou curioso para saber também sobre isso daí, é Lindolfo e Flávia.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Lindolfo e Flávia.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – São os dois que vão conseguir esclarecer essa dúvida sua e minha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – De onde vieram esses *chips*, não é?

Fico muito grato com suas respostas, viu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu peço desculpas por ter me confundido aqui no momento em que eu fiquei um pouco nervoso com toda essa situação que ocorreu. Peço desculpas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem problema, Sr. Hans. Muito obrigado pela participação aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Caroline de Toni e, em seguida, a Deputada Natália Bonavides.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, eu acho que o depoimento que está sendo dado por S. S^a. o Sr. Hans River, sem dúvida, é um dos mais importantes que nós já tivemos aqui. Sem dúvida! Ele descreveu todo um processo sobre o qual até então nós não tínhamos uma testemunha ocular. Ele descreveu aqui vários crimes que foram cometidos, em particular pela Sra. Flávia Alves, pelo Sr. Lindolfo Alves e por outras pessoas que participavam desse esquema: falsidade ideológica, utilização de CPFs falsos para a aquisição de *chips*, aquisição de *chips* internacionais por esse mesmo meio fraudulento, condições precárias de trabalho para essas pessoas. Enfim, eu não tenho dúvida de que V. Exa. vai pedir o indiciamento pelo menos desses dois dessa empresa.

Ele também confessou aqui e mostrou... Confessou, não, porque ele era apenas um trabalhador. Ele mostrou como todo o processo é feito, a utilização dessa tal de "chipeira", a utilização de outros mecanismos. São mais de 500 celulares e mais de 500 funcionários nessas empresas! Portanto, ele entregou tudo.

A única coisa que ele não disse, pelo menos essa é a minha leitura... Ele chegou aqui e disse: "Olha, o processo é esse. Tem disparo em massa. Tem compra com CPF falso. Tem compra com dólar e outras moedas." Enfim, ele entregou tudo. Agora, na hora de dizer qual era o conteúdo dessas coisas, ele veio com uma conversa que, realmente, pelo menos a mim, não convence.

A primeira contradição – eu estou aqui com o processo trabalhista que ele apresentou – é que ele diz claramente que começou a trabalhar no dia 09 de agosto de 2018 e que foi injustamente despedido no dia 29 de setembro de 2018. Na verdade, ele trabalhou um mês e





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meio nessa empresa, durante o Carnaval. Inclusive, ele não poderia estar no fim da campanha, porque ele saiu... Não, até poderia, porque o primeiro turno foi no começo de outubro, não é? Porém, no período em que o Presidente Lula foi injustamente preso, ele não estava nem lá. Como é que ele sabe que chegou alguém do PT para entregar uma mala de dinheiro lá – ele nem usou o termo "mala de dinheiro" –, que alguém do PT foi lá levar dinheiro para entregar? Como ele poderia saber, se ele não estava nessa empresa?

As coisas que foram ditas aqui, todas elas, vão poder ser checadas. Nós aqui não estamos discutindo a questão meramente do disparo em massa, mas o conteúdo – o conteúdo! Nós vamos poder saber quem mandou disparar, o que mandou disparar. E eu, desde já, digo ao Presidente que, depois de nós ouvirmos as empresas e ouvirmos a jornalista, talvez caiba o retorno da testemunha para nós podermos aqui confrontá-lo com essas outras informações, enfim, coisas que foram colocadas.

Outra coisa, ele disse que vinha no meio da rua e viu uma placa: Yacows. Chegou lá e foi contratado pela Yacows. No dia em que ele foi para a primeira audiência na Justiça Eleitoral, havia quatro empresas, inclusive a AM4, que é a empresa de publicidade da campanha do Sr. Jair Bolsonaro. E ele entrou com uma ação nem com o nome da Yacows nem com o nome da AM4. Ele entrou com o nome de Kiplix, Kiplix. Foi com essa que o advogado dele, juntamente com ele, com todo respeito, entrou.

Então, essas são contradições que não estão respondidas até agora, neste momento, nas questões que foram colocadas.

Eu quero, então, iniciar as minhas perguntas.

Primeiro... E eu gostaria, se fosse possível, que V. Sa., como eu queria utilizar o meu tempo de forma adequada, respondesse "sim" ou "não". V. Sa. recebeu algum treinamento para realizar as funções designadas ao senhor? Quem ministrou esse treinamento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Antes de responder "sim" ou "não", quanto a muitas das coisas que o senhor disse agora, eu teria o direito a uma réplica...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não. Aqui isso não existe não, cidadão!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não pode?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O senhor responda a minha pergunta. Se não quiser, não responda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é debate.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele perguntou, ele tem que responder ou ficar calado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É, porque, inclusive, houve coisas que foram ditas aí que... Mas, enfim, não houve treinamento nenhum, até mesmo porque, quando eu entrei na empresa para prestar serviço para ela, para trabalhar para a empresa, eu tive uma grande dificuldade para aprender. Quanto a tudo isso que eu passei para vocês aqui, eu tive uma dificuldade tão grande que eu era zoadado por outros que trabalhavam na operação. Eles falavam: "Nossa! A idade que você tem e você não sabe mexer com isso?" Muitas pessoas falavam isso para mim e tiravam onda.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Perfeito.

De onde vinha o conteúdo disparado? Quem dizia para colocar a mensagem de um jeito ou de outro? Quem dizia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É como eu já cansei de falar aqui já: o sistema de disparo do *mailing* – eu vou dizer *mailing*, mas tinha outro nome – era passado do supervisor para cada um dos operadores. Era assim tratado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O senhor lia as mensagens?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quando a gente jogava a campanha, a gente conseguia ver o que estava sendo mandado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Em alguma dessas mensagens que o senhor recebeu, havia referência a alguns termos tipo "kit gay", "mamadeira de piroca", essas coisas? O senhor viu alguma vez isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, não. É como eu tinha falado aqui: eram santinhos, aqueles santinhos que a gente encontrava no meio da rua com a foto do político aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Então era todo santinho mesmo o negócio, não é?

Eu pergunto ao senhor: havia alguma pauta do dia sobre os conteúdos? Mas o mais importante que eu quero saber é o seguinte: para quem os senhores mandavam? Como se escolhia esse público-alvo? Como era isso aí? Quem dizia: "Olha, hoje está aqui uma relação de endereços eletrônicos, está aqui o Facebook, está aqui o WhatsApp de um bocado de gente"? Quem dizia? Quem definia? Para quem vocês mandavam?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, o senhor me desculpe, mas me desculpe mesmo, porque acho que não estou conseguindo entender... Porque, assim, acho que você nunca viu aqui, neste Plenário, alguém que tomasse a atitude que eu tomei para poder explicar detalhadamente determinada situação. E o que mais está me espantando são perguntas que não estão batendo. E não estão batendo porque estou vendo a situação de alguns aqui que estão nervosos comigo e, pelo jeito, estão tentando fazer com que eu perca a minha paciência. Eu não vou perder minha paciência. Eu explico quantas vezes for preciso. Isso é fato.

Agora o negócio é o seguinte: quando tinha essa situação de você ter um *mailing*, a quantidade de pessoas para quem ia ser mandada, para qual Estado ia ser mandado... Eu não sei de quem vinha a ordem, eu não sei quem mandava isso acontecer. O supervisor passava para cada computador, e você só ia fazendo a campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E aí o senhor mandava... Você não sabe para quem ia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Você colocava o QR Code junto com o celular ali, você batia o QR Code, você colocava toda a propaganda e ia o *mailing*. Então, é uma coisa a que eu não tinha acesso, não cabia na minha função.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A campanha do cidadão a quem o senhor se referiu, Police Neto, foi em 2018?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Foi... Fiz a campanha do Police Neto anterior, essa... A última em que ele se elegeu também. Eu acho que foram umas duas ou três campanhas com ele, acho que por aí. Acho que duas ou três.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nos documentos que o senhor encaminhou no seu processo trabalhista, um deles revela a existência de um *software* chamado Maestro. O Maestro é o software que conecta com a "chipeira"? Descreva o funcionamento desse Maestro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O Maestro é aquilo que eu estava falando para vocês naquele momento em que eu estava dando a explicação a respeito do funcionamento da "chipeira". Para que você conseguisse ver se você tinha sinal nos *chips* e para que você também conseguisse mandar para o sétimo andar, terceiro andar, sexto andar, você tinha essa situação do Maestro. O Maestro fazia toda essa função. É isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito, mas queria fazer um breve comentário.

Primeiro: nós precisamos, de alguma forma, o mais rapidamente possível... E a jornalista disse que vai sair a matéria com a planilha, com gravações. Enfim, nós vamos poder ter a oportunidade de saber se o depoente, se S. Sa., faltou ou não com a verdade. Em tendo faltado, naturalmente terá que responder em relação à legislação vigente.

Segundo: nós temos que trazer essas empresas. Inclusive, de imediato, nós temos que cobrar todos os serviços que foram feitos por essa empresa no ano de 2018. Inclusive, nós do PT fazemos questão que isso se faça. Se o PT fez algum serviço, qual foi o conteúdo, quanto pagou, cadê a nota? E queremos saber também em relação aos demais partidos.

É tão engraçado... O Tribunal Superior Eleitoral abriu um processo por demanda de partidos políticos, e esse processo está andando, em que se pede para investigar o disparo de notícias mentirosas, de pautas de ódio e de agressões que foram feitas durante a campanha eleitoral, tendo como ré a campanha do Presidente Jair Bolsonaro. Hoje nós temos alguém que desvenda todo o processo. Para mim foi muito instrutivo, muito instrutivo – a gente sabe agora como a coisa acontece –, mas, no final, vem e diz o seguinte: "Não, mas é o contrário". Só faltou ele dizer que foi o PT que espalhou todas essas *fake news*!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Foi isso mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como é que é? Como é que é?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Foi isso mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Meu Deus do céu, que inteligência! Ô, neném, pelo amor de Deus!

Pois, então, o que acontece é o seguinte: descobrimos todo o malfeito, mas agora eu não consigo entender o depoente vir dizer que tem a ver com o PT.

Agora, eu quero somente concluir a minha fala dizendo o seguinte. Não tenha dúvidas: se, de fato, a jornalista tem esse contato, tem essa gravação, isso chegará aqui, isso chegará à população, e nós vamos saber se a verdade foi dita ou não.

Eu quero, de todo jeito, agradecer a V. Sa. Sei que V. Sa. não tem nenhuma responsabilidade sobre as coisas que aconteceram, mas tem responsabilidade sobre as coisas que disse aqui.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos fazer um intervalo, porque o advogado solicitou que o depoente precisa tomar um medicamento. Então, um intervalozinho para ele poder fazer uso do produto para a sua saúde.

Está suspensa a reunião por cinco minutos.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Suspensa às 16 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Declaro reaberta a nossa reunião da CPMI mista.

Concedo a palavra ao nobre Senador do Estado de Sergipe, do PT, Rogério Carvalho, e, em seguida, à Deputada de Santa Catarina, Caroline de Toni.

Depois da Caroline, temos Natália Bonavides, depois o Deputado Filipe Barros, depois o Deputado Márcio Labre.

Até agora chegaram essas pessoas. Devem estar chegando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – As minhas perguntas, a maioria delas, já foram feitas ao depoente.

Eu queria saber uma questão que me parece importante: as pessoas que tinham seus CPFs utilizados para os disparos de WhatsApp tinham conhecimento de que esses CPFs estavam sendo utilizados? Sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu aposto que não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

A segunda questão é que a Patrícia Campos Mello, que, segundo o senhor, não entregou material nenhum a ela, e que, segundo o senhor, ela mentiu, está dizendo em uma rede social que tem as fotos e a planilha de Excel que o senhor entregou para ela e disse que mentir em CPMI é crime. O senhor está preparado para responder pelo crime de não falar a verdade aqui na CPI em relação a todas as questões que foram feitas ao senhor e o senhor afirmou de uma maneira que não é exatamente a verdade? Sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para expor.) – Será que ela está preparada, ela...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – A pergunta é objetiva: sim ou não? Sim ou não?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está intimidando a testemunha, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu não estou intimidando. Eu estou perguntando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Você está acusando ele já, Senador!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, vamos amenizar os ânimos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu estou com o ânimo absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se o Senador Rogério perguntou, ele quer uma resposta "sim" ou "não". É um direito dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sim ou não.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É uma pergunta tendenciosa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Isso é um problema que vocês... Na hora de fazerem as perguntas de vocês, eu respeitarei. Eu estou fazendo a minha pergunta e peço que, por uma questão de respeito, V. Exas. não se intrometam no meu questionamento.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, a pergunta é: sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou responder a sua pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Muito bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sabe por que eu não vou responder sua pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, não quero saber. Você não vai responder. Não respondeu, pronto. Não tem que dizer mais nada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpa até falar, gente, é porque tem coisas que eu não concordo e realmente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Quem é Daniel Hugo? Para que fins os números internacionais que ele conseguiu foram usados?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, essa parte do senhor falar que ele conseguiu já não é comigo, porque eu não sei. Então, assim... Eu sei quem é, trabalhei com a pessoa, agora, quem conseguiu os números...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Qual era a função dele?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu nem lembro qual era a função dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Você sabe? Não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não sei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

Como e de que maneira foram utilizados os números internacionais para envio de mensagens em massa?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você pode responder que já respondeu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que garantisse o meu direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está garantido, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Por favor, que os demais Parlamentares se restrinjam ao tempo que lhes couber.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito aos demais Parlamentares que atendam à solicitação do Senador Rogério para que ele possa externar, possa falar, possa ficar à vontade nas suas perguntas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu vou repetir a pergunta: como e de que maneira foram utilizados os números internacionais para o envio de mensagens em massa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Concluindo até o que ele está falando aqui, não estou debandando para lado de ninguém, nem conheço o cara aqui, mas a realidade é que eu já tinha respondido e vou até explicar novamente. Os números internacionais serviam no presente momento em que você não tinha nenhum *chip* com tráfico de dados para poder fazer a transição do informativo, da propaganda. Então, você tinha os números internacionais que você entrava pelo computador. O próprio supervisor disponibilizava para você poder acessar. Você acessava, você colocava o número, o DDD do país, da mesma maneira





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que você cadastra seu WhatsApp no seu celular, e você disparava. Ressalvo que tinha algumas localidades que ficava um pouco estranho. Ficava estranho e tinha gente até que respondia, conseguia fazer uma reclamação: "Ah, mas quem é que está me mandando mensagem?", pela numeração, pelo DDD. Então, é isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Tinha *chips* da Índia e de Israel?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, em momento algum eu falei *chip* em espécie que não seja do País.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, mas a pergunta que eu fiz... Porque eram utilizados números internacionais. O senhor disse que eram utilizados, porque os *chips* eram... Agora estou perguntando se tinha *chips* da Índia ou de Israel.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, mas eu acho que o senhor não prestou atenção direito, principalmente na videoaula, porque não tinha *chip* de outro País. *Chip* era *chip* nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas o senhor acabou de afirmar que havia *chips* internacionais, números.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eu coloquei ali e expliquei que aquele *site*... Estava dando resposta ao que a senhora havia me perguntado aqui, eu respondi claramente como se pegavam os números internacionais. Se quiser, até peço para que coloque novamente, e eu continuo dando a videoaula.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Entre esses números, havia da Índia e de Israel?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – De países todos. O mundo todo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Você está dizendo que sim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O mundo todo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O. k.

Você tinha relação com Flávia Alves e Lindolfo Alves?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Que tipo de relação o senhor está querendo saber? Não, porque eu não era amigo de boteco e não saía com nenhum dos dois...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Do tipo que você quiser.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, a Flávia nunca foi uma pessoa educada de falar. A Flávia, quando ela se referia aos outros, ela não se referia de uma maneira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Ela tinha uma relação de hierarquia sobre você?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sobre mim... Todo mundo que está aqui presente, todo mundo está vendo a maneira como eu converso com todos que estão aqui presentes e com quem conversa comigo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, mas profissional? Profissional?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, me tratou bem, eu vou tratar bem. Simples.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas não é disso que estou... A pergunta que estou fazendo é a seguinte: ela tinha relação de chefia com V. Sa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha. Era a dona da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Lindolfo Alves tinha relação de hierarquia sobre V. Sa.?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ambos eram donos da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eles eram os donos da empresa. Então, você já respondeu.

Qual o perfil dos clientes da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Em que parâmetro?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Perfil. Para quais empresas a empresa Yacows prestava serviços? Que tipo de empresa recebia os serviços da Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou pedir um papel e uma caneta e vou começar a marcar tudo o que falar e quantas vezes e vou repetir, porque assim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Essas são as minhas perguntas. O senhor responde se quiser.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Eu entendo. Eu vou explicar novamente. Houve momento de eu ver campanha de mercadinho de Tocantins – mercadinho. Eu não estou falando de mercado Extra, de Carrefour. Não estou falando desses mercados, mas de mercado que você nunca viu na vida sendo anunciado ali. Campanha de determinadas situações... Você via campanha lá que acho que o próprio cliente não teria condições de pagar para que fossem feitas aquelas campanhas. E eram campanhas pequenas. Não eram campanhas muito grandes como campanha política ou campanhas de outras coisas. Então, havia o cliente do alto padrão e havia o cliente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – A agência AM4 o senhor classifica como cliente de alto, médio ou baixo padrão?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, eu vou ser bem claro... Eu vou ser claro e vou ser detalhista porque você me fez uma pergunta que ninguém me fez até agora. E eu acho até conveniente. Eu estou aqui fazendo o depoimento e não sei nem que empresa é essa daí. Essa empresa foi anunciada quando foi feita a situação da... Chegaram lá e tudo o mais. Mas eu não sei em que eles trabalham. Não sei o que eles fazem. Eu, teoricamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – No começo da reunião... No começo...

Presidente, o senhor poderia pedir à Deputada Caroline de Toni...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas eu faço questão de te responder para deixar claro para ninguém me fazer pergunta assim, tipo... Eu não sei o que a empresa faz, eu não sei qual é o público alvo da empresa. Eu não sei há quantos anos ela está no mercado. Eu não sei nada dessa empresa. Eu só fui apresentado à advogada da empresa. Nada mais do que isso. Então, tipo, hoje estão me perguntando AM4, AM4, AM4... Para mim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Em que circunstância...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... indiferente. Eu não conheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Em que circunstância o senhor foi apresentado à advogada da empresa AM4? Em que circunstâncias?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A circunstância de quando houve o processo trabalhista e quando houve a situação do acordo. E, nessas circunstâncias, a gente teve a situação de "ah, eu sou a fulana de tal, de tal empresa"; "eu sou a fulana de tal, de tal empresa".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Quem era a "fulana de tal"?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ah, eu não vou lembrar nome de mulher, não é?, principalmente de uma advogada que estava no lado contrário. Não era amiga minha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Depois, a gente vai conferir a ata.

Então, quer dizer que o senhor foi... A pergunta, só para confirmar aqui a resposta, para eu entender a resposta: o senhor recebeu auxílio de uma advogada da AM4? É isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como é que é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O senhor recebeu auxílio ou ela foi oponente no processo que o senhor moveu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora o senhor me assustou, heim? Acho que não estou entendendo o que está acontecendo aqui. Eu recebi auxílio do quê?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, ela foi sua advogada de defesa ou da parte contrária?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como assim? Não estou entendendo isso. Assim, o senhor leu totalmente a situação por que eu estou aqui presente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, eu não estou sendo o depoente. Sou eu quem estou perguntando a V. Sa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas a pergunta não está encaixando. Como ela poderia ser minha advogada se eu acabei de falar que eu não a conheço? Eu não sei nem que empresa é essa daí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas o senhor disse no começo que a AM4 teve um advogado que esteve no processo contra o senhor. Não foi isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou até repetir novamente. Eu acho que...

Quando houve a situação do processo, a própria empresa Yacows entrou em contato com os Lazzarinis, que eram os advogados...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Com quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Com os Lazzarinis, com a família Lazzarini, que estava advogando para mim na época, e solicitou um acordo, mas que esse acordo fosse lavrado na mesa do juiz no dia da audiência, que estava próximo. Quando eu cheguei, adentrei ao local e me foi apresentada fulana de tal...

(Soa a campanha.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... e foi lavrado assim. O contato que eu tive com esse pessoal não foi o contato de sentar e tomar uma cerveja e comer um arroz e feijão. Foi um contato de "ó, a gente está fechando esse contato com você", e tanto o documento que eu tenho aqui dizendo para que ficasse calado a respeito de tudo isso o que está sendo conversado aqui. Foi só esse momento. Eu não conheço essas pessoas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu queria fazer uma última pergunta a V. Sa.

O senhor falou que alguém entregou dinheiro. Quem entregou dinheiro e em que circunstância foi entregue dinheiro nessa empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Acho melhor você pegar, sentar com o Rodolfo, com o Lindolfo, conversar com ele mais, de uma forma legal, assim, da maneira como está sendo conversado comigo, que chega até a irritar, porque eu acho que ele vai te contar bem melhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Então, o senhor está dizendo que foi o Lindolfo que recebeu o dinheiro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Deixa que ele conta para você.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, eu estou fazendo uma pergunta ao senhor. O senhor sabe dizer se foi o Lindolfo, ou não, que recebeu? O senhor está dizendo que eu tenho de conversar com o Lindolfo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Fui eu quem recebeu o dinheiro?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu estou perguntando ao senhor quem recebeu o dinheiro. O senhor está dizendo que eu pergunte ao Lindolfo. A pergunta que eu faço é: foi o Sr. Lindolfo que recebeu o dinheiro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu prefiro não responder a sua pergunta, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O. k.
Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só uma coisa, Presidente. Está acontecendo votação nominal no Plenário. Dê cinco minutinhos para a gente ir lá votar e, daí, retomamos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo para quem quiser ficar e, na volta a senhora fala...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que a maioria dos Deputados... Agora é outra Deputada também, a Natália. Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, a Deputada Luizianne já foi e votou, não é?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas votou na nominal? Então, tem que ir na nominal. Dê cinco minutinhos, Presidente, a gente vai e volta. Eu vou lá e volto. Eu vou mais rápido e volto porque eu sou a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem quiser queimar já seu tempo enquanto elas votam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu acho que eu era...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se a Deputada Bonavides quiser, ela está na sua frente, Deputada Luizianne.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vou permanecer ainda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a Deputada Bonavides.

Eu gostaria que o Plenário, se possível, permanecesse em silêncio para que a Deputada Bonavides pudesse elaborar suas perguntas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde, Sr. Hans. Boa tarde.

Eu queria agradecer sua presença aqui nesta Comissão. É sempre muito importante cada pessoa que vem aqui para que a gente possa, enfim, compreender melhor toda essa questão que tem acontecido no nosso País.

Eu queria, de pronto, olhando nos olhos do senhor, dizer que nosso mandato está à disposição caso você tenha vontade ou queira relatar qualquer denúncia, qualquer coação, qualquer ameaça. Isso não é favor nenhum. Nós somos Parlamentares e temos a obrigação de, recebendo uma informação assim, tomar procedimentos adequados. E existem. Existem procedimentos adequados para tratar situações do tipo.

Eu queria saber do senhor de onde vinha a lista de contatos que vocês recebiam para passar as mensagens. Você mencionou um supervisor. Você sabe de onde a Yacows recebia essas listas de contatos?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior que não. O pior é que, quando essa lista apareceu, essa lista de cem mil nomes... Quando essa lista apareceu, ela apareceu no grupo do WhatsApp da diretoria e depois, em seguida, para o grupo do WhatsApp geral, que era a empresa toda.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A lista de cem mil nomes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

Eu não vou saber te responder quem foi que colocou essa lista naquele grupo e disse que era para ser usada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor ainda está nesse grupo de WhatsApp?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou sem celular.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Está sem celular.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O número que eu tinha na época eu perdi. E o meu celular eu perdi recentemente por conta de uma hipoglicemia no meio da rua. A um quarteirão de casa, eu passei mal vindo da Lapa para a Leopoldina. Perdi celular, perdi sandália e tudo mais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sinto muito.

O senhor está sem celular no momento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Estou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou usando o número de telefone da minha mãe caso alguém queira falar comigo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

O senhor lembra qual era a proporção mais ou menos de texto, mensagem, vídeo, áudio que vocês encaminhavam?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Era mais o quê? Era um pouquinho de cada?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É uma coisa assim muito difícil de falar para você porque, quando era campanha política, era só aquela foto, o número e acabou. "Fulano de tal se elegendo na sua região, blá-blá-blá." Só isso. Quando era uma campanha de alguma situação, tinha um videozinho, tinha... O áudio, eu não me lembro de ter pego propaganda de áudio, não, mas de vídeo eu cheguei a ver. Era vídeo... Esses que passam nos comerciais da televisão. Entendeu?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era coisa assim nesse segmento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Entendi. Obrigada.

Nós temos a informação de que essa empresa que, enfim, tem surgido aqui tanto na nossa reunião, a AM4, contratou a Yacows para os serviços da Yacows que eram prestados através da plataforma Bulk Services. O senhor conhece essa plataforma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu mostrei para vocês ali.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Essa? Aquela era a plataforma Bulk Services?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. Eu mostrei para vocês ali aquela plataforma. Eu falei até para o moço, para o senhor que estava ali me perguntando, que eu não sei te responder, eu não sei responder para todo mundo que está aqui presente qual era a relação dessa empresa... Eu não sei nem o nome da empresa de que está todo mundo falando: "Ah, mas ela teve uma ligação com a Yacows e tudo mais". Eu não sei te responder como ela entrou na conversa, eu não sei responder a relação porque, quando a gente trabalhava na Yacows – eu não estou falando só por mim, eu estou falando por todos que trabalharam por lá –, a gente não tinha acesso a essas coisas, não. Eu estou tendo acesso... Eu acho que de todos os funcionários...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Acesso a que coisas, desculpe?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A esse nome dessa empresa, serviços...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas a plataforma era a chamada Bulk Services, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A que o senhor operava, inclusive?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A que eu mostrei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A que o senhor mostrou aqui e a que o senhor operava?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu apanhei tanto para aprender a mexer naquilo ali, menina do céu!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Entendi.

A AM4, por sinal, foi a que o senhor mencionou que tinha uma representante jurídica, uma advogada, enfim, na reunião em que vocês conversaram sobre o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

O senhor fez esse acordo antes ou depois de ter conversado com a jornalista Patrícia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, o acordo foi feito depois, tanto que, quando foi feito o acordo, ela entrou em contato brava comigo, falando que eu tinha sido comprado. Nessa ela entrou por ligação, se vocês puxarem nos números telefônicos que eu tinha na época, e falou extremamente brava, como um cara falou para mim agora há pouco.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, o senhor primeiro havia falado com a jornalista e depois conseguiu o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A jornalista, quando rolou o acordo, quando teve toda essa situação, a jornalista chegou reclamando de uma situação em que ela se apresentou de um jeito, questionou situações que não tinham nada a ver com o que ela tinha chegado a ter contato comigo...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Tudo isso antes do acordo, certo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

Em seguida ou antes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A primeira conversa antes de conseguir o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida, porque ela ligou para mim. Quando ela ligou... E ela ligou para mim e falou assim: "Sou jornalista da *Folha de S.Paulo* e estou querendo saber a respeito do seu livro e tudo mais". Quando ela chegou, falou o que ela estava querendo saber, que ela estava toda hora questionando sobre a Yacows, como era o funcionamento da Yacows e toda aquela situação, aí perdeu aquela coisa, aquela minha felicidade em que eu pensei assim: a pessoa está vindo atrás do meu trabalho.

(*Soa a campanha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – A pessoa se apresentou vindo atrás do meu trabalho e, na realidade, era outra coisa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Falando no seu trabalho, o senhor, no seu processo na Justiça do Trabalho, afirmou que começou a trabalhar em agosto, mas, aqui na nossa Comissão, o senhor está afirmando que começou a trabalhar por volta de abril. Em qual dos dois espaços o senhor está falando o correto, a verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa questão de data, é como eu falei várias vezes aqui...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É não dá para dar uma precisão, claro. Mas, assim, de agosto até outubro é uma coisinha e de abril até outubro...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Daria para ter uma precisão exata do dia e da hora que eu pedi...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, não precisa de precisão. Não precisa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu preciso só responder porque vai ter outras pessoas que vão perguntar a mesma coisa. Daria para ter uma precisão certa de dia, data e horário em que eu conheci Flávia e Lindolfo e que eu entrei na Yacows se eles tivessem trabalhado da maneira correta como empregadores, que não foi o que aconteceu.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas o senhor não lembra nem se foi no primeiro semestre ou no segundo? Não quero saber de hora, de data. Foi no primeiro semestre, mais no começo do ano, ou depois, no meio do ano?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não vou...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não lembra...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Exatamente, exatamente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ... se passou o primeiro semestre empregado ou desempregado ou se passou o primeiro semestre todo desempregado e começou a trabalhar só em agosto?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – No primeiro semestre, eu estava sendo chamado para fazer a campanha política de um ou outro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Na Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. No começo do ano – eu lembro que era janeiro ou fevereiro, alguma coisa assim –, eu fui chamado para fazer campanha política e fui apresentado ao assessor.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A campanha do Sr. Police Neto, que o senhor mencionou, foi nesse ano também de 2018 que o senhor a teria feito?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Fiz a campanha política dele, duas campanhas políticas dele, se não me engano.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Uma delas foi nesse mesmo ano em que o senhor trabalhou na Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi. Se eu não me engano, foi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas é que ele não foi candidato em 2018. O senhor lembra se era para ele mesmo? O senhor está falando que





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trabalhou para tais pessoas, que trabalhou para Lula, para o PT, mas o senhor está falando que trabalhou para uma pessoa que não foi candidato em 2018.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você liga para ele e pergunta para ele quem é o Hans, o que o Hans fazia para ele.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, eu não tenho o contato dele. Eu só estou me baseando no que o senhor falou e nas informações públicas, no caso a de que ele não foi candidato em 2018, apesar de o senhor dizer que fez...

Presidente, eu peço... Eu acho que o depoente deveria responder o que ele sabe e não o que está sendo sugerido que ele fale.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. depoente, V. Sa. responde ou não. Isso fica a seu critério.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor quer responder a essa pergunta?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, eu posso responder à sua pergunta, assim, de uma maneira bem clássica.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Clássica?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou ficar lembrando datas de determinadas situações. Tem coisas que estou dizendo aqui até o presente momento, e, se você sair e perguntar, vão te afirmar o que estou falando. Agora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu só estou perguntando o que o senhor afirmou. Não vou sair perguntando.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, assim...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A informação da não candidatura dele é pública.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, eu tenho outras preocupações muito mais sérias do que ficar lembrando datas, datas essas que pessoas não cumpriram da maneira correta. Eu não sou obrigado a lembrar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, mas, Sr. Hans, eu não estou perguntando data. Por exemplo, se o senhor trabalhou para a Yacows...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vou concluir, Presidente. Só lhe peço mais um pouco de tempo. Acho que o senhor não colocou meu tempo igual ao dos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É que V. Exa. é suplente, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Hans, eu não estou pedindo data, mas, se o senhor diz que trabalhou numa época na Yacows e que, nessa mesma época, fez campanha para o Sr. Police, isso não bate, porque, na época em que o senhor diz que trabalhou na Yacows – não importa se em abril ou em agosto –, no ano de 2018, esse senhor não foi candidato. E aí fico um pouco em dúvida sobre até as outras pessoas que o senhor disse que foram clientes. Mas, enfim, se o senhor não lembra, sigamos.

Quanto a essa lista dos cem mil nomes, vocês usavam esses mesmos cem mil para todo mundo para quem vocês disparavam mensagens? Eu me explico: vocês queriam disparar para um candidato X, e ela ia para os cem mil? Aí a de outro candidato X de outro partido ia para





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esses outros cem mil? Ou vocês faziam assim: estes cem mil aqui... Não, desculpa! "Este candidato aqui vai para esse tanto, e esse outro candidato vai para outro perfil"?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou doido para responder à sua pergunta, mas só que tem um detalhe...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E eu estou doida para que o senhor responda.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O pior é que eu estou doido para responder mesmo. Mas só que, assim, se eu ponho em dúvida o que eu estou te dizendo, para que você quer me ouvir?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu quero entender por que o senhor deu uma informação da qual agora disse que já não se recorda. O senhor havia informado como se fosse uma informação precisa. E agora o senhor diz que não, que não era precisa. Então, a gente está aqui conversando para tentar entender quais as informações que o senhor está trazendo que são precisas. E aí eu volto a esta pergunta que eu fiz ao senhor: essa lista dos cem mil contatos era usada não importava para quem, para qual candidato? Eram os mesmos números? Era para esses mesmos números que eram enviadas? Ou cada candidato tinha um perfil, uma segmentação, uma parcela diferente desses cem mil números?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Apesar de eu estar atacado, doido para dar uma resposta bem confortável para a senhora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Fique à vontade.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... eu vou explicar para a senhora, como eu expliquei já em outro momento aqui: na lista de cem mil nomes, a cada CPF, você conseguia cadastrar quatro *chips*, cinco *chips*, e por aí vai. Então, com um único CPF, quantas campanhas você conseguiria fazer? Não sei se fui claro. Entendeu?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Acho que não. Isso significa o quê? Quando vocês queriam fazer uma campanha, por exemplo, para cinco candidatos diferentes, era para esses mesmos números que vocês enviavam todo o material de campanha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vou dar um exemplo melhor ainda. Agora, se você não entender, eu paro aqui. Se eu pegar o seu CPF e cadastrar em cinco celulares e, com o seu CPF, eu colocar um celular nesta mesa, um celular naquela mesa e na outra mesa e se cada um tiver um *mailing* diferente, quantas campanhas vocês conseguem fazer? Joãozinho foi à feira, heim?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Vou, então, fazer de novo a pergunta. E, se o senhor não entender, eu não tenho nenhum problema em refazer. Não vou parar por isso. Uma mesma pessoa recebia a propaganda de vocês de candidatos diferentes? Não estou perguntando sobre CPFs, Sr. Hans. Estou perguntando sobre a lista de contatos para quem vocês enviavam. Entendeu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, você falou uma coisa que tinha nexos mesmo, porque...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Hans, eu entendo...

(Intervenção fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Hans, eu entendo perfeitamente que o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, tudo bem, Deputado! Eu entendo perfeitamente que expostas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu entendo perfeitamente que expostas tantas contradições...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, houve alguma ofensa a V. Exa.?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, eu entendo que ele queira desviar o assunto. Ele está até aproveitando o tempo para perguntar ao advogado o que deve falar agora. Eu entendo perfeitamente que diante de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu gostaria que o senhor impusesse a sua autoridade para garantir o silêncio no plenário, para eu continuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou assegurando a sua palavra, nobre Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas eu entendo que o senhor queira desviar o assunto, já que tantas contradições estão sendo postas. Se o senhor não quer responder à pergunta que eu já fiz três ou quatro vezes, não tem problema. A gente segue para a seguinte. A gente se encaminha também para o final.

O senhor lembra o número do telefone que o senhor usava, esse que foi perdido?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, vou ser bem categórico. Agora vou ser mais categórico ainda.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu agradeço.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se você teima em falar que é duvidosa a minha palavra, a minha presença, então não perca seu tempo me perguntando. Me desculpa!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, de forma alguma, Sr. Hans, eu não estou perdendo tempo aqui.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Me desculpa!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu estou tentando entender as informações que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, Deputada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu me calo a partir daqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ... em uma hora o senhor traz dizendo uma coisa e, em outra hora, diz outra coisa. É somente isso. Mas não há problema. Se o senhor não quiser mais responder às minhas perguntas, eu entendo. Eu entendo que há muitas





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

informações que ficaram conflitantes e confusas. Se o senhor quiser parar de falar sobre elas, está tudo bem.

Presidente, nós seguimos com os próximos depoimentos. Agradeço o tempo disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra a Deputada Caroline de Toni, do PSC, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É o PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Errou aqui a Secretaria. Por isso, estranhei o que está aqui. Pensei que V. Exa. tinha mudado de partido sem comunicar à Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente!

Boa tarde, Sr. Hans e Dr. Fernando!

Eu queria começar a minha fala, Presidente, colocando aqui um ofício que retornou da Polícia Federal no qual o Parlamentar que integra esta Comissão, o Deputado Frota... Quando ele esteve aqui depondo, trouxe uma série de documentos, *prints* públicos, na verdade, dizendo que estava sofrendo graves ameaças e pediu ao senhor para encaminhar, então, essas, entre aspas, "provas" para a Diretoria-Geral da Polícia Federal. Retornou, então, a resposta do Delegado da Polícia Federal, Sr. Ademir Dias Cardoso Júnior, acerca dessas supostas provas de ameaças a membros da CPI. O delegado-geral falou que desse anexo, de todas essas supostas provas, não se faz possível extrair uma narrativa consistente que aponte concretamente para ações que envolvam o cometimento de ato delitivo. Daí ele: "Trata-se, com efeito", anexo número tal, "de um arquivo que contém uma série de manifestações descontextualizadas emitidas em redes sociais. Desse modo, sugere-se o arquivamento do expediente".

Com isso, Presidente, fica claro aqui pelo ofício da Polícia Federal que, novamente, repetimos – e repetimos sessão após sessão, reunião após reunião – que não há milícia digital, que não há um assassinato coordenado de reputações e nem sequer indícios de crime, como disse a polícia. Ao que tudo indica, nós podemos, talvez, até verificar se não houve um verdadeiro abuso de autoridade no sentido de coibir as pessoas de livremente se manifestarem nas redes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só um instantinho.

Eu queria convidar o Deputado Rui Falcão para assumir o meu lugar porque está havendo votação nominal. Só tenho dois minutos para não tomar falta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo. Então, vou continuar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele, como é o nosso substituto-mor, sempre foi.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que a gente não pode, Presidente, é aceitar que os políticos não possam ser criticados. Antigamente as pessoas iam votar e achavam que o seu dever estava cumprido. Hoje, com as redes sociais, a gente tem que prestar contas não só durante as eleições, mas também é uma espécie de cidadania que está sendo exercida permanentemente, pelo eleitorado, por meio das redes sociais.

Então, parabéns a Polícia Federal por deixar que as pessoas continuem livremente tendo a sua liberdade de expressão nas redes sociais. Muito bem.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A reunião de hoje, Presidente, demonstra claramente por que a Oposição, por que o PT queria sigilo. E aqui foi revelado pelo Sr. Hans que as suspeitas... Até então as acusações de toda a oposição, que tem o maior número de membros aqui e tenta sempre fazer essa narrativa falaciosa de que teria havido disparos em massa na campanha do Presidente Bolsonaro, tentando fazer um terceiro turno, sendo o Sr. Hans uma dessas, entre aspas, "testemunhas-chave" dessa suposta acusação... E nós vimos aqui, por meio do seu depoimento, exatamente o contrário. É aquilo que a gente sempre afirmou: que quem fazia disparo em massa era o Partido dos Trabalhadores. E ele veio aqui testemunhar. Então, não era à toa que o PT queria sigilo.

Mas nós, sempre defensores da liberdade, estamos aqui novamente, conseguimos vencer primeiro essa votação para que fosse pública esta reunião, para que a imprensa possa cobrir – e tomara que seja honesta na descrição dos fatos –, demonstrando, mais uma vez, a falácia da oposição.

Começo aqui as minhas perguntas.

Na verdade, Sr. Hans, o senhor já respondeu a quase todas as minhas perguntas. Uma das minhas perguntas tinha a ver com quando o senhor começou a falar. O senhor falou que sofreu pressão de determinados partidos a certa altura da campanha, e o senhor falou, então, Partido dos Trabalhadores. O senhor confirma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. Pior que foi.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor comentou também que, quando estava aqui até o filho do... o Eduardo Bolsonaro, em nenhum momento o senhor fez disparo com relação à campanha do candidato Bolsonaro. O senhor confirma essa informação?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Confirmo e até reitero. Até informo também a situação em que fiz o comentário, que era o comentário que eu fazia para todo o mundo. Quem me conhece vai poder dizer desse período que eu estava comentando, falando: nossa, a gente está fazendo campanha de fulano, beltrano e tal, mas o cara vai ganhar como? E ele estava, de uma maneira política, na televisão, que... As pesquisas diziam que ele tinha uma possibilidade muito grande de ganhar. E ficava aquele comentário: "mas como o cara vai ganhar se ele não está fazendo propaganda?". Pelo menos no período em que eu estava na empresa, não houve nenhuma propaganda nem dele nem do Dória. Entendeu? Então, o que ficava na nossa mente, até ficou, foi como ele conseguiu ganhar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se você não faz propaganda do seu peixe, como é que você vai vender o seu peixe?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigada.

O senhor comentou aqui que tem muitos políticos desse Partido, do PT, para quem o senhor chegou a fazer, que lembra de ter disseminado esses disparos em massa. Quais foram esses políticos do Partido dos Trabalhadores? Mesmo que eles estejam na Comissão, gostaria que o senhor falasse.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu prefiro não citar nomes para não dar mais conflitos, porque...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tu podes não citar quem está aqui. Alguns políticos para quem você fez campanha? Rui Falcão, o senhor olhou para ele. E, tirando ele, quais outros políticos do Partido dos Trabalhadores de que o senhor se lembra?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Menina do céu! Era esse moço. Tinha... Qual era o nome daquele cara?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. Vamos continuar. Se o senhor lembrar depois, o senhor fala, porque o tempo está correndo.

Tenho aqui, Sr. Hans... Vou continuar. Se o senhor lembrar, o senhor fala novamente. Depois eu pergunto novamente.

Aqui tenho uma notícia da *Folha de S. Paulo*, datada de 26 de outubro de 2018, que fala da campanha do Haddad. Aqui fala que pessoas ligadas à campanha petista confirmam que a agência de *marketing* contratada por eles usou os serviços da Yacows, mas negaram que tenham qualquer lista de contatos que não fosse do próprio PT. O senhor comentou aqui sobre como se dava, o senhor fez até uma aula aqui sobre como se davam esses disparos. Qual a origem dessa lista que vocês utilizavam para fazer esses disparos?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Isso eu não vou saber responder porque, na realidade, independente das duas funções que eu exerci na empresa, eu não tinha acesso para saber de onde vinha. Então, a situação da caixa de *chips*, de onde que vinha esse... Falo *mailing*, mas era um outro nome que era usado lá. Eu não tenho essa informação de quem mandava e de como era preparado isso. Tinha curiosidade? Tinha curiosidade, mas não tinha acesso e nem conversação com...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, não sabe nem se era do Partido ou se não era do Partido? Mas, ao que tudo indica...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não sei te responder como era elaborada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sim, como era elaborada essa lista. O senhor não tem conhecimento. Era só isso que eu precisava saber.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como eu apresentei ali, a elaboração disso daí...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Já vinha pronto para vocês ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É uma elaboração muito grande, porque não envolve só o político, envolve outros setores de informática, de coisa, para chegar naquela situação. Então, até para o entendimento de quem trabalhava na época, é uma coisa, assim, que você fica até curioso para saber como funciona.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. O senhor comentou no início que existe uma proximidade entre os donos da empresa e o Partido dos Trabalhadores. Poderia nos falar mais sobre esse relacionamento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, não só dos donos, viu?, porque a jornalista Patrícia... E quem me convidou, quem mandou o *e-mail*... Depois, quando eu estava baixando o *e-mail*, eu olhei bem assim, o que até agora eu não consegui entender e já levei uma chamada muito boa para que eu fique quieto e não seja grosso nem nada, até agora eu não consegui entender o que o Partido dos Trabalhadores está ganhando querendo queimar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a minha imagem de maneira absurda e, ao mesmo tempo... A jornalista, se você consultar, ela é do PT, filiada ao PT, simpatizante do PT, sei lá de que situação ela é junta com o PT. Quem me chamou para vir para cá é do próprio PT. Eles só não esqueceram de um pequeno detalhe: que eu não ia perder o meu tempo pegando avião, porque eu tenho medo de avião – sou diabético e hipertenso, estou sem insulina, e o meu advogado está aqui comigo a todo momento: "Ah, vamos medir a glicemia, vamos comer alguma coisa" –, para chegar aqui e falar besteira ou, como eu escutei: "Ah, mas você falou alguma coisa".

Tem coisa que eu posso não lembrar, a data? Beleza, posso não lembrar. Tenho outras coisas para fazer, tenho outras coisas para preocupar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Eu queria saber sobre a ligação entre os donos da empresa e o PT.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas se você parar para analisar, as três situações têm ligação ao PT.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Oi?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – As três situações: Lindolfo, Flávio e a jornalista. E quem está no meio? O trouxe aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Com relação ao conteúdo das mensagens, já que o senhor lembra que fez disparos para o Partido dos Trabalhadores e para políticos do Partido dos Trabalhadores, o senhor lembra do conteúdo dessas mensagens? Tinha mensagens que estavam denegrindo a imagem do oponente, que era o Bolsonaro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Em momento algum; em momento algum, tipo, eu não estou falando nem para defender nem nada, porque eu não quero nem perder o meu tempo fazendo isso, porque, tipo, para mim tanto faz. O que acontece é o seguinte: não tinha mensagem denegrindo ninguém. Era propaganda, assim, no meu entendimento, propaganda saudável: santinho, número, mais nada. Isso estou falando do período em que eu fiquei na empresa. Fora o período em que eu fiquei na empresa, eu já não posso responder o que aconteceu.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor chegou a fazer disparos da campanha do Fernando Haddad?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, do Haddad, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Do candidato a Presidente, do Haddad, do PT?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esse... A campanha do Haddad, em que ele estava se elegendo, era o Bolsonaro e o Haddad na época.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eu fiz um comentário, de uma maneira lúdica para que todos entendessem, que o Estado de São Paulo, vamos supor, fosse essa mesa e a outra bancada fosse o Rio de Janeiro, a parte do Haddad você conseguia mandar para todo o Território nacional, mas você não podia mandar com aqueles números internacionais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque era uma campanha de Presidente. Então, você estava mandando para o...





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou mandar uma campanha para você, e você está na Paraíba, com um número da China? Não tinha condições.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, o pessoal reclamava: "Ou, vai mandar? Mas você manda com número nacional". Então, entra naquela parte em que eu estava dando um exemplo, então, era o único em que você conseguia atingir todo o Território nacional, ressalva em alguns lugares que não atendia.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, o senhor confirma que fez esses disparos para beneficiar o Presidente do PT para todo o Território nacional, digamos assim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E os chips eram adquiridos de uma forma ilícita, no caso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí fica difícil de dizer. A maneira como era adquirida a questão dos *chips*, eu não vou saber responder, até como a menina...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas aqueles indícios lá de que... da data de nascimento, etc.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, do CPF, isso é fato. Do CPF, isso é fato. Agora, do *chip*, a parte do *chip* eu não vou saber responder, porque eu não sei como que chegava, quem comprava, quem trazia, quem comercializava, quem fazia a ponte, então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Eu tenho outra pergunta aqui: e as empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix funcionavam na época das eleições no mesmo endereço e possuíam os mesmos sócios.

O candidato Henrique Meirelles, do MDB, contratou a Deep Marketing por dois milhões...

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... e, de acordo com a imprensa, disparou mensagens em massa para um milhão de beneficiários do Bolsa Família.

O senhor chegou a ter conhecimento disso? Por que eu estou com uma notícia aqui...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desse cara eu lembro, sim, menina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se o senhor pode relatar como é que foi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desse cara eu lembro, sim. E só ressaltando um detalhe, essas empresas que você citou, tem empresa que não era no mesmo endereço, viu? Tanto que eu tive uma situação de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qual das três era no mesmo endereço?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Malt Serviços não era no mesmo endereço, não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, eu falei Yacows, Kiplix e Deep Marketing.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows eu sabia onde era, porque eu trabalhava... As outras eu não sabia o endereço. Aqui eu procurei o endereço por causa de um depósito errado...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, eu não estou te questionando com relação ao endereço, porque isso aqui está na notícia. Eu só te questionei com relação à campanha do Sr. Henrique Meirelles, do MDB, que teria contratado uma dessas empresas para fazer esses disparos.

O senhor lembra de ter pego esse trabalho, de ter disparado, desse candidato?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vixe, demais! Do Henrique Merelles, esse daí a gente não esquece, não é? Desse a gente vai esquecer de que jeito? É como você... Vai esquecer o meu nome, Hans River? Não tem como, cara. Esse cara... Porque a campanha dele, a campanha dele foi uma campanha que teve momento em que todas as mesas estavam fazendo a campanha dele. Se parava de fazer campanha de outras pessoas, de outros produtos para fazer a campanha do cara.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Digamos que ele era um dos clientes mais fortes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E tinha coisa de horário, tinha essa coisa de horário, porque, assim, dependendo da localidade ou dependendo da situação... "Ah, até umas 10h, até umas 9h, você manda tal campanha; se passar de tal horário, você já não manda mais." Então, tipo, tinha essa situação, entendeu?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Consta da reportagem da *Folha de S. Paulo* que o senhor pediu que fosse retirada qualquer colaboração tua com o jornal...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu já vou concluir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, meu tempo acabou agora, Deputada, e a gente foi muito tolerante com a tua colega, e inclusive já tinha encerrado o tempo dela, então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu acabei de falar com a Mesa. Meu tempo estava marcado errado, não teve tolerância, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Fiquem tranquilas que eu já estou encerrando.

O senhor comentou aqui a forma como o senhor foi enganado pela jornalista da *Folha de S. Paulo*, que tentou se aproximar com base num livro, que tentou fazer amizade com o senhor, etc., para, depois, burlando essa confiança, ir lá e te expor. E a sua vida, por conta disso, o senhor já falou aqui as dificuldades que o senhor está enfrentando.

O senhor já ajuizou alguma ação em relação a essa jornalista e à *Folha de S. Paulo* para alguma indenização?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É isso que a gente estava discutindo. Estava discutindo porque está saindo uma discussão de que tem o direito do jornalista, o direito de imprensa, mas no momento de a pessoa acabar com a vida da outra parte, tipo, não tem direito de imprensa, entendeu? Então, assim, está uma situação em que está sendo discutido até o que gente pode fazer, como vai ser dirigida essa situação, porque, quando eu menos espero, sou chamado ao Ministério Público, quando eu menos espero... Até pensei que fosse um tipo de gozação. E era um assunto sério que eu estou aqui hoje. Eu até falei com o respeito com o cara que me mandou o *e-mail*. Eu falei: "Ah, você está mandando *e-mail* para mim do Senado?". Não é? Eu achei que você estava brincando. Então, está complicada essa situação. Entendeu?

E tem até um detalhe que a gente trouxe também e que é importante sinalizar: a conversa que tive com a Patrícia. Então, assim, sabe aquele velho ditado que diz que você dá corda para depois você puxar a corda e ver a pessoa... Eu ia falar um termo, mas eu vou preferir segurar esse termo, porque eu já estou levando muita comida de rabo aqui.

Eu não sei se eu posso levantar aqui.

Eu posso levantar aqui? Tem um microfone para mim? Porque eu vou explicar aquilo ali. (Pausa.)

Aqui, como vocês estão vendo, o contato que ela teve comigo... No primeiro contato que ela teve comigo, ela me ligou do nada falando que era jornalista, que queria saber a respeito do meu livro e tudo mais. No segundo contato, ela pegou e entrou em contato pelo WhatsApp. Aqui você vê ela mandando todas as informações. Entendeu? Então, eu fiquei até meio assim... Eu falei: como que a pessoa entra em contato comigo... A maneira como ela entrou em contato, depois que ela me conheceu, deu o livro dela, autografou o livro dela, vendeu o produto, vendeu a imagem, eu até questioneei, indaguei a ela, perguntei: "Engraçado, você, como jornalista, tem um conteúdo de processo trabalhista..." Mas não era um conhecimento como alguma outra pessoa pensa, assim: "Ah, mas ele é o Hans" ou, como alguém falou para mim que eu era um negro de favela, que você não tem aquele conhecimento. Mas era uma pessoa como se eu chegasse no meu advogado agora e falasse: "E aí? E o processo? Fala para mim." Pela maneira como ela falou, ela sabia do que estava falando. Eu cheguei até a suspeitar de alguém ou até do advogado que eu contratei na época para fazer a ação ter passado a informação para ela, porque, se você estivesse presente e visse a maneira como ela falou a respeito, ela dominava mais do que eu o assunto. Entendeu?

Fora essa conversa, fora isso daqui, tem o *e-mail* que ela mandou para mim com o meu processo inteiro. Em momento algum ela falou: "Eu consegui o seu telefone de contato da seguinte forma". Ela falou que o meu telefone de contato... Se houver algum advogado aqui, que o advogado me confirme, porque eu acho que estou pensando besteira. Tem gente que fala que eu penso besteira ou fala que eu só falo coisas impróprias. No conteúdo do processo aparece o número de telefone e o endereço da pessoa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor descobriu como ela conseguiu o seu número ou até hoje não descobriu ainda?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, é o que eu estou perguntando agora a quem é advogado aqui: aparece?





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Presidente, a gente não vai conseguir, assim, concluir esta reunião. Eu estou esperando aqui há três horas pacientemente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só estou concluindo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aparece?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu tenho questões relevantes a perguntar para a testemunha e vou ficar prejudicado...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu já encerrei, Presidente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... em questões que eu julgo importantes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você encerrou as telas. Está tudo bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Teria mais telas para mostrar. Teria mais telas para mostrar.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tem que responder o que é perguntado. Não vamos ficar também...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tudo bem, mas você está falando isso porque não foi com você.

Como que a pessoa consegue o telefone da outra pessoa do nada e não explica para você?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Isso é falta de ética, no mínimo, da parte da jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo a sua explanação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu já concluí, Presidente.

Agradeço ao Sr. Hans.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe Barros, do PSL, do Paraná.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Hans River do Rio Nascimento, senhor advogado, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, eu iria abordar outro assunto na tarde de hoje, Sr. Presidente, assunto esse que aconteceu na reunião desta Comissão na semana passada. Eu iria iniciar com esse assunto, mas vou deixá-lo para um segundo momento. Neste primeiro momento, vou fazer um grande apanhado do que nós discutimos na tarde de hoje, porque eu acho que o Sr. Hans River contribuiu muito para os trabalhos desta Comissão e todas as perguntas já foram feitas, inclusive, inúmeras perguntas foram repetidas, repetidas e repetidas, e o Sr. Hans River, com uma paciência de Jó, respondeu a todas.

Mas é importante a gente fazer aqui, Sr. Presidente, um retrospecto. É o seguinte: quem fez o requerimento convocando o Sr. Hans River foi o Deputado Rui, do PT, do Partido dos Trabalhadores, e o fez porque, segundo a narrativa petista, a empresa em que o Sr. Hans River trabalhava prestou serviços para a campanha do Presidente Jair Bolsonaro, serviços de disparo de mensagens através de WhatsApp.

Era essa a narrativa, Hans, que o Partido dos Trabalhadores estava, e está, a todo momento tentando emplacar aqui nesta CPMI. E, pelo depoimento do senhor, que esteve dentro da empresa, trabalhando, ficou comprovado o contrário. É aquilo, Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, que eu já disse algumas vezes nesta Comissão, ou seja, que o Partido dos





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Trabalhadores é bom em uma frase: acuse-os do que você faz e xingue-os do que você é. Porque, quando o Sr. Hans River foi questionado sobre campanhas em que ele trabalhou, ele afirmou categoricamente que uma das campanhas em que ele trabalhou foi a do Deputado Rui.

Talvez seja por isso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu quero direito de resposta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Talvez seja por isso que o Partido dos Trabalhadores, na pessoa do Deputado Rui, queria que esta reunião fosse sigilosa. E digo isso porque, quando eu cheguei a esta CPMI, Relatora, Deputada Lídice da Mata, estava sendo discutido transformar esta audiência em uma audiência privada, sem a participação de imprensa, sem a participação de assessores, enfim.

Por que o Partido dos Trabalhadores não queria que esta audiência tivesse a transparência necessária, como todas as outras reuniões tiveram? Será que é porque descobriram, depois da convocação, que a empresa fez disparos em massa para o Partido dos Trabalhadores e que a empresa trabalhou, inclusive, para o próprio Deputado Rui, do Partido dos Trabalhadores?

Deputada Lídice da Mata, nossa Relatora, esta talvez tenha sido uma das reuniões mais importantes desta CPMI. Espero que todos esses fatos aqui narrados pelo Sr. Hans River estejam consubstanciados no relatório de V. Exa.

Aliás, repito aqui, Sr. Presidente, o apelo que fiz no início desta reunião. É fato: eu não estava aqui presente e não presenciei o questionamento que o Deputado Rui fez para o nosso depoente, o Sr. Hans River, não estava presente, mas o Sr. Hans River fez aqui, nos microfones desta Comissão, uma denúncia gravíssima de que um Deputado, o Deputado Rui, pelo que ele disse, praticou (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art. 19, inciso I. do Regimento Interno.*) com ele.

Aqui a única pergunta que eu quero que o Sr. Hans River responda no final da minha fala é se trabalhou para algum outro Deputado ou Senador presente nesta CPMI, porque o nosso depoente, o Sr. Hans River, já disse que trabalhou para o PT, para o Deputado Rui. Então, a pergunta é: trabalhou para mais alguém deste Plenário?

Pode me responder no final e aí, Sr. Hans River, inclusive, quando for responder aos questionamentos, pode terminar o raciocínio de perguntas passadas, que V. Exa. estava tentando construir e, por inúmeras vezes, foi cortado; não deixaram o senhor terminar o seu raciocínio. E coincidentemente, todas as vezes em que o cortaram, foram políticos do Partido dos Trabalhadores, não deixavam o senhor terminar o raciocínio.

E algo me comoveu aqui, Senador Angelo Coronel: o Sr. Hans River disse que, depois da matéria irresponsável da Sra. Patrícia Campos Mello, ele não consegue mais emprego, não consegue sequer dinheiro para comprar insulina, uma vez que ele é diabético.

Na minha opinião, nós temos que convocar a jornalista Patrícia Campos Mello para estar aqui presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, convocar, convocar. Nós temos que convocá-la para estar aqui presente, porque é óbvio e certo que o jornalismo é essencial para a democracia e, justamente por ser essencial à democracia, o jornalista também tem as suas responsabilidades e seus deveres.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O que o Sr. Hans River narrou é, no mínimo, imoral da conduta da Sra. Patrícia Campos Mello.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Posso só inteirar? Tenho mais três mensagens para mostrar a respeito disso que ele está falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Pode ser no final? Pode ser no final? Só para eu...

Aí, Sr. Presidente, hoje o tiro saiu pela culatra. O Partido dos Trabalhadores, que trouxe o Sr. Hans River aqui achando que ia prejudicar o Presidente Jair Bolsonaro, foi o contrário, foi o contrário. E isso é necessário que a gente deixe registrado aqui. Aliás, se o pessoal do aquário que está filmando puder filmar o nosso Plenário... Nas outras reuniões, o pessoal do Partido dos Trabalhadores estava aqui lotando as galerias, tudo lotado; hoje só temos alguns, poucos, muito desanimados hoje, inclusive.

Agora, partindo para o assunto da semana passada, Sr. Presidente, esta CPI – e qualquer CPI ou CPMI – tem poder de investigação. Isso está na nossa Constituição Federal, no art. 58, §3º, já foi decidido inúmeras vezes pelo próprio STF, está no nosso Regimento, ou seja, CPMI e CPI têm poder de investigação. Isso é um fato. Assim, da mesma forma que, por exemplo, um delegado não pode abrir um inquérito sem justa causa, sem fato motivado, um Parlamentar também não pode usar esta CPMI para satisfação dos seus anseios particulares se não houver justa causa ou o fato não for motivado.

Mas o caso concreto – e eu fiz essas duas premissas, porque eu quero falar sobre esse caso concreto – é o seguinte: o Deputado Alexandre Frota protocolou na Polícia Federal e protocolou nesta Comissão este requerimento que está em minhas mãos, pedindo a quebra de sigilo de alguns perfis que se utilizam de pseudônimos no Twitter. Veja bem: a Polícia Federal, como bem ressaltado pela nossa amiga Deputada Caroline de Toni, respondeu ao Deputado Alexandre Frota dizendo que não havia qualquer indício de crimes, que aquilo que o Frota juntou na Polícia Federal, que foi o mesmo que ele juntou aqui, nesta Comissão, no máximo, era um apanhado de inúmeras críticas que um perfil ou perfis fazem na internet, o que estava longe de ser crime. O Deputado Alexandre Frota, mesmo com a negativa da Polícia Federal, protocolou nesta Comissão um requerimento que foi aprovado, que é este que juntei em minhas mãos, pedindo a mesma coisa que ele havia pedido para a Polícia Federal, ou seja, a quebra do sigilo desses perfis do Twitter que são pseudônimos.

Acontece, Sr. Presidente, que, no art. 19 do nosso Código Civil, está lá: "O pseudônimo adotado para atividades lícitas [como é o caso] goza da proteção que se dá ao nome". Nosso Código Civil, direitos da personalidade.

O STF, no caso do livro cujo autor usava o pseudônimo Eduardo Cunha, decidiu no Agravo Regimental na Reclamação 26.884, a Ministra Rosa Weber decidiu que, no nosso ordenamento jurídico, é possível utilizarmos pseudônimos, como foi inclusive em toda a história do Brasil, com inúmeros artistas usando pseudônimos.

Veja só: na própria jurisprudência do STF, a nossa Suprema Corte já decidiu que "as CPIs, no desempenho de seus poderes de investigação, estão sujeitas às mesmas normas e limitações que incidem sobre os magistrados, quando no exercício de igual prerrogativa". Ou seja, as normas que incidem sobre os magistrados também incidem para nós, Deputados e Senadores membros desta CPI. E também a jurisprudência do STF diz o seguinte: "CPI não tem poder





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

jurídico de, mediante requisição, a operadoras de telefonia, de cópias de decisão nem de mandado judicial de interceptação telefônica, quebrar sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça. Este é oponível à CPI, representando expressiva limitação aos seus poderes constitucionais", decisão do Mandado de Segurança 27.483, decidido pelo STF.

O Congresso Nacional aprovou, Sr. Presidente, ano passado, a Lei 13.869, de 2019, Lei de Abuso de Autoridade. Está aqui, foi aprovada. Votei contra, mas foi aprovada, é uma lei válida. O art. 2º da Lei de Abuso de Autoridade diz que ela é válida para os membros do Poder Legislativo.

Ora, a atuação do Deputado Alexandre Frota nesta Comissão nada mais é – e está marcada em toda sua presença nesta Comissão – do que um abuso de autoridade, porque se utiliza desta Comissão para impor seus anseios e suas vontades pessoais.

O art. 27 da Lei de Abuso de Autoridade diz o seguinte: "Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém...

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa". É um crime.

O Deputado Alexandre Frota, mesmo sabendo que esses perfis não cometeram crime algum, mesmo tendo a negativa da Polícia Federal, que disse que não cometeram crime algum, o Deputado Alexandre Frota utiliza-se dos poderes e das prerrogativas desta Comissão para insistir na quebra de sigilo desses perfis.

Art. 30 da Lei de Abuso de Autoridade: "Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente", ou seja, um outro dispositivo da Lei de Abuso de Autoridade que incide exatamente na conduta do Deputado Alexandre Frota nesta Comissão, que, inclusive, nas reuniões passadas, disse que o objetivo dele é esse mesmo, que não queria investigar *deep web*, que não queria investigar mais nada, que só queria perseguir quem o critica na internet, e, na prática, é esse o objetivo desta CPI. Infelizmente alguns Deputados e alguns Senadores utilizam esta CPI para, como o Deputado Alexandre Frota, perseguir quem os critica na internet.

Então, quero deixar aqui registrado que estamos finalizando uma representação perante o Procurador-Geral da República, solicitando que o Deputado Alexandre Frota seja enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade pelas condutas que eu narrei agora há pouco, porque esta Comissão também tem responsabilidades. Como eu disse, nas próprias decisões do STF, aquilo que é válido para os magistrados também é válido para a gente. A gente não pode, como membro da Comissão, utilizar esta Comissão ao nosso bel-prazer, investigar quem a gente quer que seja investigado sem prova, sem justa causa, sem nada, que é o que o Deputado Alexandre Frota frequentemente tem feito.

Então, para finalizar, Sr. Hans River, obrigado pela participação. Parabéns pela coragem, parabéns pela honestidade, por ter se mantido fiel. Fica aqui a pergunta: se, além do Deputado Rui Falcão, o senhor já trabalhou para outros Parlamentares aqui deste Plenário. Que Deus o abençoe, lhe dê oportunidades, oportunidades que foram retiradas depois da matéria da Sra. Patrícia Campos Mello.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Comunico aqui, Sr. Presidente, que nós ingressaremos com essa representação contra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, eu agradeço muito a atenção do senhor, mas eu prefiro não responder para não ter mais conflito, porque eu já tive bastante em algumas situações.

Agora, eu tenho mais dois ou três vídeos, três coisas para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas no momento nós vamos ouvir os Deputados e Senadores que estão aqui.

Se algum Deputado inscrito quiser ceder o tempo para o depoente, é outra coisa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ele poderia deixar esse material aqui, Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Fui mencionado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... deixar esse material na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O material vai ficar à disposição da Comissão e vamos investigar.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Sr. Presidente, mas o Deputado Carlos Jordy está após a minha inscrição, então ele vai ceder após a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, vai ser o Deputado Carlos Jordy, Deputado Márcio Jerry e a Deputada Luizianne. Mas o Deputado Rui Falcão foi citado pelo Deputado Filipe Barros.

Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

Depois, com a palavra o Deputado Carlos Jordy, o Deputado Márcio Jerry e, finalizando, a Deputada Luizianne Lins.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu acho de extrema deslealdade o Deputado Filipe Barros, com quem eu acreditava que, apesar das divergências, poderíamos ter uma convivência civilizada, ecoar uma acusação que ele não ouviu. Ele não ouviu. Eu não chamei o depoente de favelado, não o discriminei, perguntei onde ele morava. Disse aqui depois: "Moro lá na Burguesia, na Leopoldina". Ainda falei: "Leopoldina do Rio ou de São Paulo?". "Não, Leopoldina de São Paulo". Eu falei: "Você conhece outros bairros?". "Conheço". Eu falei: "Conhece bairro da periferia, onde eu fiz campanha?". Ele falou: "Conheço. Fiz campanha para você. Eu imaginei que ele tivesse feito campanha para mim, votando.

Então, não fiz campanha com a Yacows. Então, essa é uma acusação mentirosa.

Não o acusei. Não cometi nada de racismo, Deputado Filipe Barros. Inclusive, o senhor não ouviu isso.

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas o senhor reproduz, reproduz e me incrimina. A mesma prática que o senhor está atribuindo ao Alexandre Frota, o senhor me atribui...

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas ele... Fazer uma afirmação... Ele não estava sendo indagado, não estava indagado...

(Intervenções fora do microfone.)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está bom. Então, o senhor não está acreditando? Ele também falou que fez campanha para o Police Neto, que não foi candidato. Mentiu? Ou se esqueceu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não. É irrelevante. Eu estou dizendo que não tem credibilidade.

Então, eu lamento que o senhor tenha tido esse comportamento aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Mas é normal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Lamento, lamento. E, a partir de agora, inclusive, mudarei a minha relação com o senhor. Passarei a dar bom-dia, boa-tarde por educação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu nem isso dou.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ainda bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O. k.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Jordy, do PSL, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Hans River do Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos nos acalmar. Depois, cada um se abraça e dá as mãos.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Carlos Jordy, com a palavra.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Hans River, dou também as boas-vindas ao seu advogado, Fernando.

Bom, primeiramente, quero dizer que você terá todo o tempo para falar aqui durante a minha explanação, inclusive, vou deixar um espaço caso você queira mostrar mais provas e todas as suas explanações que vinham sendo feitas. E pode me chamar de "você". Não tenho essa formalidade de querer ser chamado de V. Exa. ou de senhor. O Senhor está no céu. Eu o chamarei também de você.

Mas, antes, eu gostaria de falar também a respeito de algo que já foi aqui falado pelo dois Parlamentares do PSL, tanto a Caroline de Toni como o Filipe Barros, a respeito desse fato novo que está sendo noticiado, do arquivamento da denúncia do Deputado Alexandre Frota com relação a essas ameaças, supostas ameaças que estariam sendo feitas contra membros desta CPMI e que estariam sendo feitas também contra ele. Ele pediu uma instauração de processo para quebra de sigilo e para serem investigados esses perfis. Naturalmente, se fosse uma pessoa comum, isso seria um crime de denúncia caluniosa. Denúncia caluniosa: um indivíduo instaura um processo criminal, um inquérito policial com base em notícias falsas, imputando falsamente um crime a uma pessoa. Mas, como somos agentes públicos e recentemente foi aprovada também essa legislação especial que trata do abuso de autoridade, nos enquadrados nesse caso.

O Deputado Alexandre Frota deu cabo a uma instauração de processo de quebra de sigilo de pessoas nas redes sociais simplesmente por essas pessoas o questionarem e por fazerem memes, o que, na verdade, foi o que deu cabo à instauração desta CPMI. Eu sempre digo que esta CPMI não tem o seu objeto sendo levado a sério, porque, se for *fake news*, realmente, o





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que temos trazido aqui, o que tem sido trazido aqui são simplesmente memes que fazem parte do jogo democrático; indivíduos, usando da sua prerrogativa de cobrar do político, eleitores cobrando, se organizando e querendo, muitas vezes, mostrar sua insatisfação, sua indignação, fazem memes.

E, se há algo que extrapola o campo legal, que se possa punir, como crimes contra a honra, difamação, calúnia, o que não é o caso que aconteceu aqui.

O Alexandre Frota, o Deputado Alexandre Frota, que tanto se gaba de dizer que esta nossa Comissão, que esta nossa CPMI é levada a sério, que não há ninguém brincando aqui, está fazendo um verdadeiro jogo, está fazendo brincadeira, usando do Poder Público, do aparato público, para conseguir fazer com que os seus anseios pessoais e partidários de revanche contra o Presidente Jair Bolsonaro sejam atendidos. Por isso, ele deve ser responsabilizado por essa legislação.

Vou entrar aqui em todas as questões de que você já havia falado. Eu me solidarizo com essas ofensas que foram feitas contra você. Ninguém merece ser chamado de "favelado" ou de qualquer adjetivo pejorativo contra sua honra, sobretudo quando vem em uma condição de testemunha. Tentam acuá-lo dessa forma. Isso já não me causa estranheza por parte deles, porque eles são... Você é útil. Você é negro? Você é útil quando você está de acordo com a ideologia deles.

A mesma coisa é a mulher. A Regina Duarte, que é uma mulher, foi ofendida por um militante do PT, como é o José de Abreu, que a chamou de fascista, dizendo que fascista se tratava no cuspe e que ter vagina não a transforma em ser humano. Diante disso, eles se calaram.

Por isso, você, para eles – não para nós –, é um inútil que não serve aos anseios deles. E tentam manchar a sua imagem, isso é óbvio. É um cidadão que é negro, pobre, que hoje não tem nem o que comer, que é doente – precisa de insulina – e não tem mais trabalho graças à jornalista Patrícia Campos Mello, diante desse jornalismo que nós estamos vendo crescer no Brasil e que tem muitos adeptos na esquerda, como o Glenn Greenwald, que gostam de se utilizar de meios espúrios para falar que é um jornalismo investigativo, que destroem vidas, utilizam da ilicitude, vão à margem da lei para atacar os seus adversários. E nem pensou nas consequências desastrosas que poderiam ocorrer na sua vida. Agora, ela é correspondente internacional da *Folha de S.Paulo*. Está lá, com certeza, comendo caviar e gozando dos melhores prazeres, enquanto você está aqui sendo convocado para uma CPMI como se fosse alguém culpado.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Na verdade, eles queriam extrair de você algo que pudesse incriminar o Presidente, e o tiro saiu pela culatra.

Inclusive, a Deputada Caroline de Toni perguntou aqui, questionou qual era a sua ligação, qual seria a ligação do PT com a Yacows. E você mesmo tinha dito que a Yacows tinha feito campanha para alguns dos petistas, inclusive um que está aqui, que é o Deputado Rui Falcão. E aí perguntou qual era a sua ligação, e você não soube informar. Eu lhe digo qual é a ligação do PT com a Yacows. Olhe aqui a reportagem da UOL: "PT usou sistema de WhatsApp. Uma das agências que prestam serviço à campanha de Fernando Haddad também confirma que usou





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sistema de Yacows de disparos de mensagens pelo WhatsApp, mas afirma que usou somente contatos do próprio PT".

Aí está aqui: "Procurada pela reportagem, a agência de comunicação digital Um Por Todos encaminhou nota onde afirma que foi contratada pela agência M Romano, relacionada na prestação de contas oficial da campanha petista no TSE como tendo recebido, ao todo, R\$4,814 milhões".

Acredito que, mais do que convocar essa jornalista, essa jornalista Patrícia Campos Mello – falo em convocar –, para que ela esteja aqui, de repente podemos até fazer uma acareação com o depoente para revelar, para trazer aqui esses fatos, para aí nós constatarmos o que é verdade da parte dele ou da parte dela. Também podemos convocar os responsáveis por essas agências, a agência que contratou a Yacows, que é a agência de comunicação digital Um Por Todos e também, talvez, a agência M Romano, que foi a da prestação de contas, para que possamos averiguar se eles utilizaram o serviço da Yacows...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – ...somente para o contato do PT ou se isso foi feito dessa maneira, disparando para qualquer tipo de número, querendo nos acusar, querendo acusar o Governo, como se tivéssemos feito isso.

Quero só questionar, Presidente: por que eu tive cinco minutos e outros Deputados tiveram mais tempo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É titular e suplente.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Mas nunca houve essa regra. Agora, então, está havendo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não! Isso é feito desde o início desta CPI.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Em outras ocasiões, eu não tive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É desde o início.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É só para deixar, então, aqui... Acredito, então, que ele não poderá responder às minhas perguntas, mas já deixo aqui o meu pedido. Farei também esse pedido para que façamos um requerimento de convocação tanto da Patrícia, dessa jornalista, como das agências que são responsáveis por terem contratado a Yacows. E, talvez, possamos saber se existem mais Deputados do PT aqui que estiveram utilizando esses serviços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nobre e resistente Deputado do PCdoB do Maranhão, o Deputado Márcio Jerry.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Colegas Parlamentares, aqueles que nos assistem pela internet, Sr. Hans River, Sr. Fernando Barbosa Guarda, o seu advogado, primeiro faço duas considerações de ordem geral que considero importantes, porque aqui foram pronunciadas algumas frases que, se ficarem sem contraditório, parecem que são verdadeiras. Disse o Deputado Eduardo Bolsonaro, abro aspas: "Tem coisas que só os jornalistas sabem". Fecho aspas. Expressou isso num ar de estranheza. É óbvio! É do ofício do jornalismo buscar aquilo que está oculto e revelar para a sociedade. É triste que as pessoas se incomodem – alguns – que o jornalismo, que o bom jornalismo possa





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

revelar para a sociedade todo e qualquer acontecimento que tem dimensão pública, noticiabilidade, interesse público. Portanto, é muito bom que os jornalistas saibam de muita coisa.

Lamento que o Sr. Adriano da Nóbrega, tristemente, que sabia muito coisa, não poderá revelar ao Brasil tudo aquilo que sabia. Isso é que é lamentável, não é o ofício do jornalismo, que sabe, revela e faz com que a democracia se fortaleça.

Segundo, eu sou jornalista. Foi um orgulho muito grande em minha vida ter sido professor de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Eu me solidarizo aqui integralmente com a jornalista Patrícia Campos Mello, que nada de errado cometeu do ponto de vista do ofício jornalístico.

O depoente faz aqui uma série de citações à jornalista, depreciando-a, tentando escamotear a questão essencial, tentando desviar a atenção, tentando agradar a plateia que o apoia aqui, os seus advogados de defesa, que aqui se perfilaram, que é a Bancada do PSL, que veio aqui flagrantemente para defendê-lo. Quem não deve não teme! Deveria era pedir ao senhor que esclarecesse todos os fatos relativos ao caso investigado, sem querer criar uma cortina de fumaça sobre o caso.

Portanto, expresso minha solidariedade a Patrícia Campos Melo pelo trabalho que faz.

Sr. Hans River, o senhor citou, em dado momento, a família Lazzarini, como advogados que trabalharam para o senhor. Quem é a família Lazzarini, rapidamente, por favor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só dando continuidade pelo que o senhor já começou e começou mal...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Eu fiz uma pergunta para o senhor: "Quem é a família Lazzarini?"

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou responder.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Eu não quero comentário seu sobre os meus comentários.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu me nego a responder.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Pronto! Está omitindo a pergunta sobre quem é a família Lazzarini.

O senhor disse aqui, em certo momento, que o advogado que o acompanha faz um trabalho gracioso. Louvo a atitude dele pelas circunstâncias que o senhor aqui expôs.

O senhor é amigo do advogado Fernando há muito tempo, há meses, há anos, há décadas? São amigos de infância, de muito tempo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu fui tentar te responder, e você não deixou que eu respondesse. O senhor não deixou que eu respondesse.

Eu vou ser claro com o senhor porque, se o senhor está defendendo uma jornalista que me deixou na lama, eu não vou perder meu tempo dando resposta para o senhor. Então...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Quem lhe deixou na lama foi a ação em que o senhor entrou, foi a empresa para a qual o senhor trabalhou e a qual o senhor denunciou. O senhor denunciou uma empresa para a qual trabalhou, e não o jornalismo que revelou o trabalho que o senhor fez.

Há muita inconsistência nos seus depoimentos, e o senhor sabe que não pode mentir. O senhor entrou aqui como testemunha, e eu quero muito que o senhor não saia como criminoso. Há alguma coisa que o senhor falou ou omitiu aqui nesta tarde e que o senhor queira refazer,





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para que o senhor não seja incurso como cometendo um crime? O senhor tem o direito de fazer isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu acho que o senhor não escutou ou não entendeu. Eu não vou responder nenhuma pergunta do senhor. O senhor já começou mal. O senhor me desculpa, mas eu não vou nem perder meu tempo.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Cada ausência de resposta é a confirmação do que eu estou falando. O senhor está aqui, de maneira desrespeitosa, deixando de responder a questões essenciais. Eu não estou inventando aqui nenhuma pergunta para V. Sa., e V. Sa. se nega a respondê-las, porque certamente está sentindo, neste momento, o nível de incoerência das coisas que aqui falou. O seu depoimento está marcado – as atas vão revelar – por graves incoerências, e, talvez, quem sabe, não vão acusá-lo de mentiras ou omissões graves também.

Estou dando ao senhor a oportunidade, se quiser, de refazer alguma parte do seu depoimento aqui, nesta tarde. O senhor disse que não quer.

Por fim, Sr. Hans, o senhor, em mais de uma vez, disse que pediram ao senhor que não comentasse mais nada, que não fizesse referência às outras situações. Dois ou três Deputados e Senadores aqui pediram ao senhor que revelasse que outras situações são essas, e o senhor também não declinou nenhuma das situações que o senhor mesmo trouxe à baila aqui, durante esta sessão.

O senhor quer agora dizer quais são essas situações que foram pedidas ao senhor que não revelasse? (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – ... consignarei também mais uma pergunta para o silêncio comprometedor da testemunha.

O senhor falou aqui uma, duas, três vezes sobre o PT. Eu quero que o senhor apresente aqui uma, uma circunstância plausível, crível, em que as pessoas acreditem, do seu trabalho para o PT, porque tem que haver um contrato, tem que haver um contato, tem que haver um dia, tem que haver uma hora, tem que haver um escritório. Peço que nos convença, com clareza de informação, qual é a circunstância – eu só quero uma, eu não quero dez – do seu trabalho para o PT.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou dar resposta.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Porque não a tem.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Só para concluir, Deputado Rui...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É claro que eu não vou perder meu tempo dando resposta!

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Por fim, vê-se claramente – os telespectadores veem, os colegas Deputados e Senadores veem – que a nossa muito habilidosa testemunha foi tangenciando de um lado para o outro, foi falando uma coisa pela metade e outra acolá, jogou, combinado aqui com a Bancada do PSL, que já não está aqui mais...

(*Soa a campanha.*)





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – ... neste momento, claramente, ou seja, veio aqui para tentar desviar – e isto é muito grave – a atenção de algo que nós estamos querendo investigar a fundo.

O senhor não veio aqui como pessoa que cometeu um crime, mas como uma testemunha importante para desvelar um crime que o senhor reiterou aqui que foi cometido. Olhem a gravidade! Em grande parte do seu depoimento, o senhor reiterou que houve, de fato, uma ação criminosa. A sua palavra diz que houve crime. O senhor não pode, Sr. Hans, virar cúmplice desse crime. Não é justo que o senhor vire cúmplice desse crime. Desse modo, o senhor tem uma oportunidade muito importante e essencial para falar a verdade, para retocar uma ou outra coisa que o senhor disse aí e que o senhor sabe, aqui me olhando, que não foi verdadeira. Então, é muito importante que o senhor pense bastante nisso.

Concluindo no tempo que me foi concedido, eu só quero, por fim, Presidente, lamentar a oportunidade perdida.

O senhor a todos respondeu. Eu soube ouvir e, ao ouvir, pude apurar as suas contradições e as incompletudes das respostas que V. Sa. deu aos outros tantos que o inquiriram. Ao fazer isso, o senhor flagrantemente se incomodou e foi acometido desse silêncio que o acumplicia com as práticas criminosas que V. Sa. aqui mesmo relatou.

Obrigado, Presidente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O senhor está incomodado porque o senhor também...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Sra. Relatora, eu queria pedir para que, no seu relatório, ficassem muito claras as inconsistências do depoimento do Sr. Hans River, particularmente a mentira de que fez campanha para Police Neto – falou duas vezes isso, mas Police Neto não foi candidato em 2018 – e a sua cumplicidade de dizer que havia práticas criminosas no local onde trabalhava, mas hoje procura acobertá-las e desviar o assunto. Então, é um depoimento que precisa ser tratado com muito cuidado no seu relatório, porque a testemunha, que podia trazer a verdade, na verdade, tergiversou, transformando-se em acusação contra um partido e uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Luzianne Lins, última oradora inscrita, pelo tempo regimental, representante do PT, do Ceará.

A SRA. LUZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Hans River e seu advogado, Fernando Barbosa, eu gostaria de colocar algumas questões. De imediato, a gente vai entender essa... Primeiro, para você saber, Sr. Hans River, nenhum desses que estava aqui, que é solidário e que disse que V. Sa. é favelado ou coisa desse tipo tem essa sensibilidade na real, papo reto. Não existe isso. Na verdade, eles estão usando o seu depoimento para poder fazer um jogo, infelizmente o jogo da política que eles têm feito sistematicamente aqui.

Há racismo – quem disse que negro vale poucas arrobas ou nenhuma arroba foi o Presidente da República, Jair Bolsonaro –; homofobia, ou seja, ódio contra a população LGBT – quem disse que preferia um filho morto num acidente de trânsito a um filho gay foi o Presidente da República, Jair Bolsonaro; misoginia – ele chamou de mulher de vagabundo e, quando teve uma filha, disse que foi fruto de uma fraquejada –; xenofobia – ele expressa ódio aos próprios





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileiros que estão indo para os Estados Unidos, ao dizer que eles vão para lá para cometer coisa errada. Quem disse que os índios estão perto de ser seres humanos também foi o Presidente da República. E há várias outras coisas.

Então, mentira, racismo, homofobia, conforme o Deputado que me antecedeu, *fake news*, misoginia, xenofobia, tudo isso não faz parte do jogo democrático. Não faz parte do jogo democrático a mentira.

Eu quero lhe dizer uma coisa: eu acho que V. Sa. foi vítima. Eu entendo perfeitamente. É uma pessoa jovem, que está a fim de ganhar uma grana, que é músico, e aparece uma oportunidade de ter um salário que pode ser duplicado a partir do momento que vende todas as suas horas de trabalho, a sua energia, dia e noite, noite e dia, inclusive com problema de saúde. Eu imagino que esteja morando no próprio local. É tipo: "Agora eu vou conseguir uma grana para fazer coisas que eu sonho ou o que eu quero." Então, eu entendo isso perfeitamente, mas eu acho que é preciso que a gente coloque os pingos nos is, para a gente entender qual é a prática delituosa, o que é crime, quem faz parte do processo criminoso e o que não é crime, o que é um procedimento que pode ser feito e o que não pode ser feito.

É que há, neste momento do Brasil que a gente está vivendo, uma coisa que a gente chama de obscurantismo, que a gente chama de... Essa coisa de *fake news* é o seguinte: não interessa se é verdade, interessa o que eu penso. Eu dou para você o que você quer ouvir. A *fake news* tem um sentido nisso. Ela identifica você pelos algoritmos. Ela sabe o que você pensa, ela sabe a sua cor da pele, ela sabe se você é casado, se você é solteiro, se você é deprimido, se você é alegre. A partir daí, ela o localiza através de suas expressões nas redes sociais e manda para você o que você quer ouvir, o que o bota para baixo ou que o bota para cima, mas o que o torna vulnerável. É importante que a gente tenha esse conhecimento.

Então, eu acho o seguinte: por outro lado, imagino que, para você, apesar de tudo, não deve ter sido fácil essa pressão toda. Terminou o processo eleitoral, vendeu sua força de trabalho, estava lá dormindo, acordando, dando tudo o que podia, passando mal inclusive pelo problema de saúde que você tem. E eu queria fazer até uma observação, Sr. Hans River: o Governo Bolsonaro, diferentemente dos Governos do PT, de que tanto ficam aqui falando, tem tirado sistematicamente a insulina das farmácias populares, que era uma política em que o Governo do PT avançou bastante. Agora está faltando na farmácia popular insulina, que era uma coisa que todo mundo... Assim como o senhor, muitos brasileiros têm esse problema e precisavam disso. Isso aí é uma questão de vida ou morte, é uma coisa simples para o Governo resolver. É o que também estão fazendo agora com a população que precisa de remédios porque convive com o HIV.

Mas eu queria dizer assim: por isso mesmo, eu queria que o senhor entendesse que, por exemplo, o senhor não tinha o perfil para a campanha. Independentemente de qualquer coisa – e eu acredito no que você está dizendo –, o senhor não tinha o perfil para fazer a campanha homofóbica e racista do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Eu acredito que o senhor não teria coragem de disparar, por exemplo... E aí eu acho que as empresas sabem muito bem com quem elas estão lidando, essa coisa toda. Eles sabiam que você não ia, por exemplo, sair disparando mensagem que chegasse a você contra a sua raça. Eu também acho que eles não iam fazer com pessoas que eram capazes... A sua forma de ter enfrentado a empresa, de ter ido para a Justiça trabalhista e de ter relatado o que aconteceu foi muito corajosa. Eles não querem





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

gente insubordinada, eles não querem... Eles não vão chegar perto de pessoas insubordinadas, rebeldes, no sentido positivo, pessoas que falam as verdades. Eles não querem essas pessoas por perto. Essas pessoas estão cumprindo outra tarefa, a tarefa, por exemplo, de...

O disparo em si em massa não é o crime, ele não é o crime, tanto é que o Henrique Meirelles contratou... Inclusive, isso saiu na reportagem, porque ele contratou, segundo ele fala – também eu não posso dizer se é verdade ou não –, a partir do próprio WhatsApp que o partido tem. Hoje todo mundo faz isso. Uma loja pode dizer: "Entre! Seja amigo nosso no WhatsApp! Mande seu telefone". Ou, se você vai vender alguma coisa, as empresas dizem: "Coloque seu telefone aqui e seja amigo, parceiro!". Isso chega, você está dando voluntariamente. Então, se o PT – e eu também não posso dizer sim ou não, porque realmente é um fato que eu não sei – em algum momento contratou ou deixou de contratar, a questão é: isso foi feito do ponto de vista legal?

Essa questão das fazendas de celulares que V. Sa. coloca aqui estudei muito. Foram milhões de *chips*. Não foi 1,6 mil, 2 mil. Como V. Sa. falou, não dá nem para contar. Por quê? Na hora em que as empresas telefônicas – que, inclusive, vêm amanhã aqui – detectavam disparos várias vezes do mesmo número, o que elas faziam? Elas, como chamam, queimavam o celular. Aliás, desculpe, queimavam o *chip*. O *chip* queimava. Por isso, elas vêm do resto do mundo inteiro. Por quê? Porque são ilegais. Elas estão chegando.

Não sei V. Sa. sabe, mas eu vou lhe explicar aqui como o esquema funcionou. Eu acredito também que o senhor não tem essas informações, porque não eram informações para quem estava ajudando na ponta ou para quem estava trabalhando na ponta. Essa era uma informação que estava lá dentro.

A AM4, essa sim, é uma empresa de *marketing* político que contratou não só a Kiplix, a Yacows e a Deep Marketing; ela contratou outras empresas. Essas três empresas também faziam venda de cadastro das pessoas. Daí aparece tudo quanto é coisa de gente que morreu, de idosos. Eles queriam chegar às bolhas e queriam entrar ali. São as bolhas de quem? O WhatsApp tem uma característica: no WhatsApp, há troca de mensagem privada. É difícil até a própria Justiça Eleitoral ver. Eu mesma tive a oportunidade de ver *chips* de Los Angeles, da Califórnia. Vi que chegavam, e as pessoas relatam nas matérias.

Eu vou fazer uma ressalva sobre a jornalista Patrícia Campos. Eu tenho a certeza de que o objetivo dela não foi destruir a sua vida. Eu me sensibilizo com a sua situação. Acredito que acabou que V. Sa. foi meio que o bode expiatório dessa confusão toda porque teve a coragem de denunciar a empresa. Seus colegas ficaram na retaguarda, não quiseram fazer esse tipo de coisa. Mas é assim que a gente sabe das coisas. Talvez ela tenha visto aí uma oportunidade, porque ela já vinha fazendo matérias. Não foi a primeira matéria que ela fez. Ela já vinha fazendo matérias, pelo que acompanhei na *Folha*. Eu não a conheço, embora a tenha convidado para vir aqui. Já faz tempo esse convite. Isso deve acontecer. Mas ela já vinha fazendo matéria sobre disparos em massa ilegais a partir de fazendas de celulares.

As próprias operadoras denunciaram as empresas. Na hora em que a gente convocou as operadoras aqui – elas vêm aqui amanhã, mas foram convocadas logo no começo desta CPMI –, elas denunciaram as empresas. Elas as denunciaram, porque elas são meios. É como se fossem meios de transmissão, mas quem viabiliza, quem organiza e quem faz são essas empresas, de forma lícita ou não.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando a gente está falando aqui de *fake news*, a gente está falando de mentiras que viram, como a gente fala muito aqui... Mentira ou boato existem desde que o mundo é mundo. Hitler ganhou vários pontos no fascismo. Goebbles, que foi ministro da comunicação dele, disse esta célebre frase: "Repita uma mentira mil vezes, que ela vai se tornar verdade". E é a realidade que a gente está vivendo, ao você simplesmente repetir várias vezes para o público certo, para fazer com que as pessoas não saibam mais o que pensar. Elas não sabem mais se é verdadeiro ou falso. Então, nós estamos falando...

É tão esquisito ver os Deputados do PSL aqui, todos bonzinhos demais, meus Deus, com uma sensibilidade! É uma sensibilidade de quem só fala em tiro, soco e bomba. É sensibilidade de quem quer matar os índios, é a sensibilidade de quem... São racistas, são machistas, são misóginos, mas aqui são todos santos! Daqui a pouco, sairão todos voando daqui, batendo as asas, e ninguém mais vai ver!

Então, o que eu acho é que V. Sa., por exemplo, talvez, nem saiba também... Essa Bulk Services de que você falou aqui é uma plataforma. Quem é o dono dessa plataforma? As empresas Kiplix, Yacows e Deep Marketing são as donas dessa plataforma que a tal da AM4, que serviu à campanha do Bolsonaro, fez.

Então, de fato, eu acredito em várias coisas que V. Sa. disse. Em outras, acho que houve também interpretação sua. Por exemplo, vou voltar à jornalista. A jornalista está fazendo reportagem internacional não é para comer caviar, nem nada, não! Jornalista rala para caramba! É porque ela está ameaçada de morte desde a campanha. Ela está ameaçada de morte desde o processo da campanha, talvez antes mesmo de ela conhecer o senhor, porque ela já estava fazendo matéria. Ela foi ameaçada nesse processo. A própria *Folha* começou a resguardar não só ela; houve vários outros jornalistas da *Folha de S.Paulo*. A *Folha* foi uma das poucas que deu isso, e ela começou a ser ameaçada de morte.

Eu acho que foi sincera a aproximação, tanto é que, naquela conversa que V. Sa. mostrou com ela, eu não vi nada demais. Ela se apresenta, ela quer saber, porque ela estava fazendo matéria relativa a isso. E, talvez, V. Sa. acabou caindo nessa... Até na convocação do Deputado Rui... Eu não acredito que o Deputado Rui chamou o senhor aqui para poder fazer um depoimento clandestino. Não tem sentido isso! É que ele viu que você era testemunha viva de tudo que aconteceu! Uma coisa é certa, Sr. Presidente, nossa Relatora, Deputados, nosso Hans River e seu advogado: hoje, só não vê quem não quer, está comprovado que houve disparo em massa do ponto de vista ilegal. É legal quando eu tenho o meu cadastro de dados e posso remeter para isso, mas, no momento em que eu fico usando CPFs para disparar em massa para qualquer lado... E aí são grupos de sexos, como V. Exa. colocou, são grupos religiosos, especiais.

E digo mais: sabe por que o WhatsApp foi a grande arma? Porque, como eu costumo dizer, rede social é um meio, assim como a televisão é um meio. Se vai ser boa ou se vai ser ruim, depende de como você a está usando.

Mas eu vou dizer uma coisa que é muito chocante a gente ouvir aqui no Brasil: a eleição do Trump nos Estados Unidos foi movida pelo Facebook. Eles roubaram os dados. Trezentos mil usuários venderam seus dados. Até aí tudo bem. "Você vende seus dados?" "Eu vendo meus dados. Estão aqui." Mas o problema é que, de 300 mil, eles chegaram a 80 milhões de pessoas, porque eles foram roubar os dados dos amigos dos amigos, de gente com que tinham relação.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Isso foi crime, e eles tentaram influenciar toda a sociedade americana através de *fake news* chegando àquelas pessoas.

No Reino Unido, na história do Brexit, também houve redes sociais envolvidas, como o Facebook.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vou querer meu tempo, Presidente, como o da Coroline de Toni.

Então, no caso específico... Eu nem estou fazendo pergunta, porque já foi bastante esclarecedor tudo o que eu ouvi aqui. Eu estou só colocando algumas questões que eu entendo que levaram a essa situação em que estamos aqui.

Lá também foi o Facebook, mas, nos países de Terceiro Mundo, o *modus operandi* dos que hoje se acham donos do mundo – hoje tudo é disputa mundial, global – é o WhatsApp. Sabem por que é o WhatsApp? Porque as pessoas podem viver sem pagar uma conta de telefone e, mesmo assim, ter acesso a ligar. Então, o WhatsApp oferece aquele serviço, mas não é de graça. No fundo, no fundo, ele quer seus dados, ele quer ser uma plataforma de influência. E você só tem influência na medida em que as pessoas usam. E, num país de Terceiro Mundo como o nosso, onde infelizmente a maioria da população é pobre, ela usa o WhatsApp porque precisa dele, porque, às vezes, não tem dinheiro para pagar a conta telefônica.

Então, isso tudo está sendo desvendado agora. E não tenha dúvidas de que aqui prestou um serviço importante. Existe disparo em massa ilegal? Existe. Não tem mais como... Foi mostrada foto, foi mostrado tudo. Isso é inconteste. É inconteste!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Agora, para onde a gente vai a partir daqui e no que o senhor pode ajudar a partir daqui é outra coisa, porque realmente a sua coragem eu admiro. Agora, não coloque a responsabilidade nas pessoas que não... Se houve disparo de fulano, de beltrano ou de sicrano, talvez foi o que você acompanhou. Você não pode dizer: "Na empresa, não teve enquanto eu estava lá". Não há como você saber, porque ninguém comete crime avisando para todo mundo, não. Talvez, você tenha tido acesso ao que era lícito, ao que o Henrique Meirelles, de fato, diz na matéria. E olha que eu não sou do partido dele, ao contrário. Mas ele diz que era o banco de dados do PSDB que ele usou, do MDB, o banco de dados do MDB. O fulano disse que é o banco... Se é verdade, eu não sei. Mas o que estou dizendo aqui? De repente, era muito fácil você chegar aqui e dizer: "De fato, o Deputado Rui Falcão... Eu vi lá um monte de *fake news* que foram distribuídas". V. Sa. não disse isso. V. Sa. falou de um instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Eu queria tanto ver essa pressa quando a Caroline ou outro estão falando!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos votação nominal.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas para o Rui...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero só interromper um segundo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: o Deputado Eduardo Bolsonaro acabou de usar





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a tribuna para dizer que aqui foi dito que uma jornalista tinha se insinuado para o depoente. Eu não... Obviamente, isso não faz parte da nossa investigação.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, sem dúvida!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Agora, na condição de mulher, acho que é algo que é grave. Embora isso não lhe impute nada, é algo grave, porque é uma mulher que não está presente. Eu nunca vi um depoimento de alguém que foi assediado por um homem, não é? Então, eu apenas quero registrar isso, porque esse depoimento aqui dá espaço para que se use e se vá atingindo a honra de uma mulher.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Deputada Lídice, só quero finalizar. Sr. Presidente, agradeço de qualquer maneira a presença dele.

Acredito que não está sendo fácil a sua vinda aqui e todo o processo que você vem relatando etc. e tal, mas uma coisa eu quero dizer de forma muito clara: hoje, no Brasil, e só não vê quem não quer, a pauta da moral e dos bons costumes... Aqui há um bocado de carola, um bocado de gente cheia de problema, de hipocrisia, de conservadorismo. Todo mundo aqui briga para ver quem é mais conservador. O povo brasileiro não é assim. O povo brasileiro vive um dia atrás do outro. O povo brasileiro não tem essa carinha, essa coisa muito engraadinha, bonitinha, não! O povo brasileiro rala para caramba!

Eu quero dizer: eles estão usando essas pautas da moral e dos bons costumes, com a hipocrisia que lhes é peculiar, para poder desviar o Brasil com que eles estão acabando. A economia está... Hoje a economia é você ter um emprego por três meses e depois não ter mais. Está assim. A rotatividade está assim.

Eu desejo, sinceramente, que você use o seu talento de músico, que você se agarre a isso, porque é isso que vai tirar você... Você viu o que estão fazendo com a cultura também. Não está muito fácil também, não! O Bolsonaro também está lascando com a cultura! Então, não é fácil, não. Mas estou dizendo o seguinte: use o talento, neste momento, para driblar o momento por que você está passando, para refletir profundamente sobre ele. Use-o, porque você tem isso, e ninguém tira isso de você.

Agora, você precisa saber que há uma história de que a Bíblia falava, do lobo em pele de cordeiro. Então, cuidado com esses, porque esses aí, certamente, não são seus aliados e nunca serão, nunca serão!

Então, Sr. Presidente, agradeço aqui a atenção e quero, só para terminar, insistir nisto: a pauta dos bons costumes, a pauta retrógrada, a pauta conservadora está servindo apenas para pegar setores dos evangélicos e utilizá-los. Digo de setores, porque muitos evangélicos estão entendendo a luta no Brasil por liberdade, por igualdade etc. e tal. Mas estão usando parte dos setores evangélicos para, inclusive, recolher assinatura para viabilizar um partido de um cara que fala todo dia em morte, em matar: "Eu mato, eu esfolo". Se for preto, então, nem se fala! "Atira!" Ele faz arminha etc. e tal. É, assim, uma coisa meio paradoxal.

Então, Sr. Presidente, há também a questão econômica, que é muito grave.

Então, essa moralzinha ridícula, burguesa, que está estabelecida aqui, está sendo um pano de fundo. Na verdade, é uma grande cortina de fumaça para a destruição que estão promovendo na Amazônia, no Brasil, nos direitos humanos e para a prática de tudo quanto é crime que a gente está vendo hoje, como se estivesse se naturalizando o crime contra o preto, o crime contra a mulher, o crime contra o gay.





SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu quero deixar isso claro, porque eu não vou deixar de estar sempre vendo além, porque essa coisa nossa deste bate-boca, esta coisa aqui passa, mas o que o Brasil está passando hoje vai ser muito difícil, vai ser muito profundo para a gente depois conseguir reverter.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 13 horas, para ouvir os seguintes depoentes: Angelo Coelho da Silva Neto, Diretor de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética da Oi; Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM; Enylson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo; Fábio Andrade, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Claro; Alexandre Castro, representante do Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal); e Gustavo Santana, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel.

Agradeço a presença de todos os Srs. Deputados...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, deixe só eu lembrar aqui uma...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e Senadores, imprensa, assessores, público em geral.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Quero só lembrar, ao menos para ter isso em mente, sobre os trabalhos, que amanhã está convocada sessão do Congresso às 14h, Câmara e Senado. A gente chegou aqui e recebeu essa informação. É para lembrar isso. Às 13h, será a nossa audiência, e, às 14h, haverá a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas dá para conciliar.



Declaro encerrada a presente reunião.

Que Deus guie todos a seus lares!

(Iniciada às 13 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 28 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

